

Crack e exclusão social



Jessé Souza
(organizador)

Crack e exclusão social



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Crack e exclusão social

1ª Edição

MJ
2016

INSTITUCIONAL

Presidência da República

Ministério da Justiça e Cidadania

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Diretoria de Articulação e Projetos

@Ministério da Justiça e Cidadania

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou para qualquer fim comercial.

Tiragem: 1ª edição - 2016 - 4000 exemplares

Impresso no Brasil

Edição e Distribuição

Ministério da Justiça e Cidadania

Secretaria Nacional de Política sobre Drogas

Supervisão

Leon de Souza Lobo Garcia

Realização

Universidade Federal de Juiz de Fora

Coordenação da pesquisa

Jessé Souza

Pesquisa

Andressa Lídicy Morais Lima, Brand Arenari, Emanuelle Silva, Filipe Coutinho, Guilherme Messas, Igor de Souza Rodrigues, Laura Vitucci, Lucas Hertzog Ramos, Marcelo Mayora, Marcus Vinicius Oliveira, Mariana Garcia, Maria Eduarda da Mota Rocha, Ricardo Visser, Roberto Dutra, Rosa Virgínia Melo e Vanessa Henrique.

Revisão

Genulino José dos Santos

Impressão

São Jorge Gráfica e Editora

Informações

Telefones: (61) 2025-7240

<http://www.justica.gov.br>

Endereço

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, 2º andar, sala 208
CEP: 70064-900; Brasília - DF

362.299

C883e

Crack e exclusão social / organização, Jessé Souza. --
Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional
de Política sobre Drogas, 2016.
360 p.

ISBN : 978-85-5506-045-8

1. Entorpecente – aspectos sociais. 2. Crack – aspectos sociais.
3. Políticas públicas. I. Souza, Jessé, org. II. Ministério da Justiça.
Secretaria Nacional de Política sobre Drogas.

CDD

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

“Só existe uma maneira da sociedade se proteger dos malefícios eventualmente causados por algumas substâncias psicoativas ou pelos princípios psicoativos presentes em algumas substâncias, e esse recurso se chama informação – informação de boa qualidade, informação democrática e facilmente acessível, informação realística, capaz de dissolver as brumas do engano, da falsificação, da mentira e da manipulação. A qualidade da informação que circula na sociedade é o principal recurso que uma sociedade pode ter para enfrentar o que tiver que ser enfrentado no tema das drogas.”

*Marcus Vinicius Oliveira (in memoriam),
a quem dedicamos este trabalho*

ÍNDICE

Apresentação Senad/MJ	
Leon Garcia	11
Introdução	
Jessé Souza	17
Orientação teórica e metodológica da pesquisa	
Jessé Souza	19
Parte 1 – Classe social e trajetórias de vida19	
Capítulo 1 – A doença da humilhação	
Jessé Souza	29
Capítulo 2 – A miséria moral na ralé	
Andressa Lídicy Morais Lima	39
Capítulo 3 – Abandonados anônimos	
Lucas Hertzog Ramos	75
Capítulo 4 – O uso problemático do crack e a classe média	
Mariana Garcia	103
Capítulo 5 – O crack em uma comunidade rural	
Ricardo Visser e Filipe Coutinho	119
Capítulo 6 – O crack e a rua	
Marcelo Mayora	137
Capítulo 7 – Por uma psicopatossociologia das experiências dos usuários de drogas nas crackolândias/cenas de uso do Brasil	
Guilherme Messas, Laura Vitucci, Leon Garcia, Roberto Dutra e Jessé Souza	163

Parte 2 – Instituições sociais e trajetórias de vida	191
Capítulo 8 – A construção social da condição de pessoa: premissas para romper o círculo vicioso de exclusão e uso problemático do crack Brand Arenari e Roberto Dutra	191
Capítulo 9 – A religião e seu potencial na recuperação de usuários do crack: “os longos futuros” Brand Arenari e Roberto Dutra	209
Capítulo 10 – Crack: doença e família na lógica da ajuda mútua Rosa Virgínia Melo	223
Capítulo 11 – Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de S. Paulo Maria Eduarda da Mota Rocha e José Augusto da Silva	251
Capítulo 12 – Crack, a noia da mídia Igor de Souza Rodrigues	287
Capítulo 13 – O poder discricionário dos agentes institucionais que lidam com usuários de crack: invisibilidade de classe e estigma de gênero Roberto Dutra e Vanessa Henriques	305
Capítulo 14 – Orientações para a política pública Brand Arenari e Roberto Dutra	329
Anexos	339
Anexo 1 – Roteiro para entrevista em profundidade com usuários de crack	339
Anexo 2 – Roteiro para entrevista em profundidade com agentes institucionais	340
Anexo 3 – Sobre os pesquisadores	341
Referências Bibliográficas	345

APRESENTAÇÃO

Por que os humanos usam drogas? Segundo o psiquiatra Antônio Nery Filho, os humanos usam drogas porque são humanos. Porque foi a queda do paraíso que, simbolicamente, nos arrancou da doce ignorância sobre a passagem do tempo e da inconsciência de nossa finitude. E assim, nos fez humanos¹.

Passado o tempo mítico dessa utopia de igualdade e harmonia, para alguns humanos, a incerteza sobre o futuro e a consciência da finitude passaram a ser vivenciadas e incorporadas desde cedo de forma mais intensa, marcando suas vidas. Para compreender por que alguns humanos, mais humanos do que outros, tem problemas com o uso de drogas, é preciso revelar as condições individuais e sociais dessa incorporação.

Essa publicação, que a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD/MJ) tem a satisfação de oferecer para sua leitura, faz parte do esforço articulado entre governo e academia para aprofundar o debate sobre as pessoas que usam drogas no Brasil e seus contextos de vida.

Quando em 2010 o tema das drogas ganhou destaque no panorama político-midiático brasileiro, não foi o álcool, a droga que mais impacta a saúde pública, que atraiu as atenções. Foi o crack, uma variação fumada da cocaína, que ocupou o centro do cenário. Ao uso de crack passou a ser atribuída responsabilidade por crimes violentos e pela suposta degradação moral de parte da juventude brasileira. Jornalistas, lideranças políticas e religiosas não tiveram dificuldade em encontrar especialistas dispostos a corroborar esses e outros mitos, como o que reza que o crack vicia na primeira tragada e mata seus usuários em seis meses. Como se sabe, a primeira vítima das guerras é a verdade. Na assim chamada guerra às drogas, não tem sido diferente.

¹ NERY FILHO A. Por que os humanos usam drogas? In NERY FILHO et alii (org.). As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais. EDUFBA, 2012.

Tivéssemos aprendido com a história de “epidemias” de uso de drogas no mundo, teria sido outra a resposta do Estado e da sociedade brasileira. Entre a década de 80 e 90, os Estados Unidos da América (EUA) também viveram as consequências de uma “epidemia” de uso de crack anunciada à revelia do que as estatísticas indicavam². Mitos sobre a destrutividade do crack, para além dos riscos que de fato ele acarreta, ganharam a imprensa e a sociedade. Esses mitos influenciaram políticas públicas fazendo com que, por exemplo, a legislação dos EUA punisse com penas muito mais severas quem portasse crack do que quem portasse cocaína, que são essencialmente a mesma droga. A diferença não estava na droga, mas nas pessoas que faziam uso de uma ou outra droga. O uso de crack nos EUA foi muito maior entre negros e latinos do que entre a população branca. As leis que punem com maior rigor usuários de crack, só recentemente atenuadas, contribuíram para acentuar a desproporção entre negros e brancos na população carcerária daquele país, e mudaram para sempre a vida de centenas de milhares de cidadãos, em sua maioria homens jovens, negros e pobres. Com medidas como essa, a política de drogas dos EUA não só contribuiu para marginalizar essas centenas de milhares de presos, como provavelmente agravou o preconceito contra jovens negros e latinos como um todo naquele país, ao associar a esse grupo social a marca de uma droga demonizada pela sociedade.

Episódios como esse exigem que discutamos não apenas os prejuízos que as drogas podem causar, mas também aqueles causados pelas políticas de drogas. Nunca é demais lembrar que a política de drogas não é um ramo da psicofarmacologia aplicada às populações e, portanto, nunca trata apenas de substâncias. Ela é sempre uma política feita por (poucas) pessoas com enorme impacto na vida de (muitas) outras pessoas.

O primeiro passo dado pelo Estado brasileiro para conhecer mais profundamente as pessoas que usam crack veio com a realização de uma grande pesquisa para saber quantos e quem eram os usuários regulares dessa droga no país. De abrangência nacional e com metodologias inovadoras, a pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz com financiamento da SENAD/MJ mostrou que a prevalência de uso regular

² RAINERMAN C, LEVINE HG. Crack in America: demon drugs and social justice. University of California Press, 1997.

de crack nas capitais brasileiras era de 0,8% da população adulta. Tal dado é preocupante, mas muito distante das prevalências estimadas de dependência do álcool, de oito a quinze vezes maiores³.

Por outro lado, o perfil dos usuários regulares de crack nas cenas de uso na rua, maioria absoluta do total de usuários, trouxe conhecimentos de fundamental importância para orientar as políticas públicas. Com 80% de homens, na faixa dos 20 e 30 anos, fazendo uso de crack há 6,5 anos em média, não é mais possível aceitar a hipótese que o crack mata em seis meses.

No entanto, foram os marcadores de exclusão social que mais chamaram a atenção do governo federal na interpretação dessa pesquisa. Oito em cada dez usuários regulares de crack são negros. Oito em cada dez não chegaram ao ensino médio. Essas proporções são bem maiores do que as encontradas no conjunto da população brasileira. Além disso, elas referem-se a características temporalmente anteriores ao uso de crack. Somavam-se a esses, outros indicadores de vulnerabilidade social, como viver em situação de rua (40%) e ter passagem pelo sistema prisional (49%). As mulheres usuárias regulares de crack têm o mesmo padrão de vulnerabilidade social, com o agravante que 47% relataram histórico de violência sexual (comparado a 7,5% entre os homens). Outra pesquisa já havia indicado que a mortalidade de usuários de crack é 7 vezes superior à população geral, sendo os homicídios a causa de morte em 60% dos casos⁴.

A relação entre exclusão social e uso do crack emergiu como um tema a ser aprofundado a partir da pesquisa de metodologia epidemiológica da FIOCRUZ.

A própria discussão sobre a violência associada ao tráfico de drogas não pode ser feita sem considerar a dimensão da desigualdade social. Contrariamente ao que se pensa, nem todo o tráfico ilícito de drogas é igualmente violento. A Europa, que consome muito mais drogas ilícitas do que o Brasil, e portanto tem mais tráfico, apresenta índices de violência incomparavelmente mais baixos do que os nossos.

³ BASTOS F, BERTONI N. Pesquisa nacional sobre o uso de crack. Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Lis/Icict/Fiocruz; 2014.

⁴ RIBEIRO M, DUNN J, LARANJEIRA R, SESSO R. High mortality among young crack cocaine users in Brazil: a 5-year follow-up study. *Addiction* 2004; 99:1133-5.

Dentro do Brasil, um consumidor de classe média com dinheiro para pagar pela sua droga, entregue em casa ou vendida em casas noturnas, pode nunca experimentar um episódio de violência relacionado a esse comércio. De maneira geral, são os pobres que experimentam a violência ligada ao consumo e tráfico de drogas no país.

Traçando um paralelo com a história do crack nos EUA, cabe indagar em que medida o pânico social criado em torno do crack contribuiu para o encarceramento e morte de centenas de milhares de jovens brasileiros pobres, em sua maioria negros, nos últimos anos no Brasil. O mesmo movimento possivelmente justificou a defesa das internações involuntárias como primeira opção de tratamento, ao tempo em que ainda embala o descaso com a efetividade desses tratamentos e, principalmente, com o respeito aos direitos humanos desses pacientes. Mais do que isso, o mesmo pânico social possivelmente contribuiu para estender, a todos os jovens (negros) das periferias brasileiras, os preconceitos criados a partir das fantasias sobre os “crackeiros”.

Essas informações nos levaram a concluir que exclusão social e uso de crack provavelmente formam um ciclo vicioso que se retroalimenta e, pior, estende seu efeito mesmo àqueles que sequer fazem uso da droga. Coerentemente, quando perguntados pelos pesquisadores sobre o que esperavam de um tratamento para seu problema com as drogas, os usuários responderam com a reivindicação de um verdadeiro pacote de direitos sociais, para além dos serviços de saúde: moradia, educação, emprego, alimentação, banho etc. A resposta poderia ser a mesma vinda de qualquer jovem das periferias brasileiras.

A hipótese que formulamos nas análises do governo federal foi que não só a exclusão social parecia agravar as consequências do uso do crack, como também o pânico social criado em torno do crack estaria contribuindo para o processo de naturalização da desigualdade no Brasil.

Para investigar essa relação entre exclusão social e crack, a SENAD/MJ procurou a parceria com o sociólogo Jessé Souza para realizar uma pesquisa sociológica aprofundada e de extensão nacional. Jessé Souza tem construído, a partir de estudos empíricos e da análise do discurso hegemônico nas ciências sociais brasileiras, uma sólida crítica aos processos que permitem a naturalização e reprodução da desigual-

dade social no Brasil⁵.

As reflexões do sociólogo sobre a naturalização da desigualdade são necessárias para compreender o impacto social do uso das drogas no Brasil, particularmente de uma droga como o crack, cujas consequências do uso abusivo demonstram associação com a organização social e racial do país. Para o debate sobre a política de drogas, os temas explorados por Jessé Souza em sua obra levantam questões que precisam ser aprofundadas.

Como podem as condições pré-reflexivas que prejudicam a inclusão dos filhos dos mais pobres em nossa sociedade contribuir para uma maior vulnerabilidade ao uso prejudicial de drogas? Como identificar nas políticas sobre drogas o fenômeno da má-fé institucional que, segundo Jessé, faz os serviços públicos dificultarem o acesso daqueles que mais precisam do Estado para garantir seu direito à cidadania? Como compreender o papel das novas religiões pentecostais na construção de comunidades de apoio e de perspectivas de futuro para alguns dos grupos sociais mais estigmatizados do país, como os presidiários e usuários de drogas?

O estudo da relação entre exclusão social e uso de crack é fundamental para desenhar as políticas e formar os operadores da linha de frente do cuidado às pessoas que tem problemas com as drogas. Por outro lado, a crítica aos mecanismos de perpetuação da desigualdade no Brasil de hoje não pode ignorar os efeitos das políticas do Estado brasileiro sobre os jovens pobres que tem problemas com drogas. Que o rico conjunto de estudos dessa pesquisa possa nos libertar, seja no campo das ciências da saúde, seja no campo das ciências sociais, dos reducionismos que falseiam nossa realidade, impedindo-nos de transformá-la.

Leon de Souza Lobo Garcia
Diretor de Articulação e Projetos
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Ministério da Justiça e Cidadania

⁵ SOUZA J. A construção social da subcidadania. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2006] 2012
SOUZA J et alli. A Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2009] 2011.

SOUZA J et alli. Os Batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça (MJ), e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) firmaram parceria para desenvolver o projeto “A gênese social do crack”. O projeto, coordenado pelo professor Jessé Souza, consistiu em uma pesquisa qualitativa com usuários e agentes institucionais, tendo como objetivos investigar a relação entre o uso do crack e processos de exclusão e desclassificação social em diferentes esferas e dimensões e identificar mecanismos institucionais capazes de transformar essa relação.

Para isso, a pesquisa se estruturou em dois eixos inter-relacionados: a reconstrução das trajetórias de vida dos usuários em diferentes esferas da vida social (família, escola, trabalho, sistema jurídico etc.) e o trabalho de algumas instituições de recuperação dos usuários.

(CAPSads e Comunidades Terapêuticas). Essa estrutura se reflete neste relatório, organizado em duas partes.

A primeira parte – “Classe social e trajetórias de vida” – é composta de análises sobre a moralidade social implícita que orienta a desclassificação social dos usuários em situação de exclusão social (capítulos 1 e 2), a relação do uso problemático com experiências de abandono e desvinculação social (capítulo 3), a especificidade da trajetória social de usuários de classe média em comparação com usuários da “ralé estrutural” (capítulo 4), a especificidade da condição social de usuários em um ambiente rural (capítulo 5), a relação entre o uso problemático e a vida social em ambiente de rua (capítulo 6) e a relação entre temporalidade, exclusão social, uso/abuso do crack e os obstáculos psicossociais à pluralização e à diferenciação da identidade pessoal em uma perspectiva que combina psicopatologia fenomenológica com sociologia das disposições (capítulo 7).

A segunda parte – “Instituições sociais e trajetórias de vida” – é composta de análises sobre o papel das instituições para a construção social da identidade pessoal dos usuários, especialmente para a transformação, na fase adulta, de suas disposições em relação ao tempo (capítulo 8), o potencial de organizações religiosas na reconstrução da noção de futuro entre os usuários (capítulo 9), a relação entre família e

organização religiosa na construção e na operação de uma noção específica de “doença” e de “cura” (capítulo 10), o papel da mídia na construção social do estigma e do pânico social em relação à figura do usuário (capítulos 11 e 12), os efeitos do poder discricionário dos agentes institucionais que lidam com usuários de crack sobre sua classificação e condição social (capítulo 13) e algumas orientações conceituais para a atuação do Estado (capítulo 14).

A expectativa é que esta análise qualitativa da vida social e institucional dos usuários afetados por processos de exclusão e desclassificação social possa ajudar o Estado e o país a conhecer melhor o perfil de suas classes populares e com isso construir novos caminhos e alternativas de programas e ações para o enfrentamento não apenas do crack como problema isolado, mas sobretudo das condições sociais que agravam e constituem o problema.

A pesquisa só foi possível porque contou com uma equipe de pesquisadores e colaboradores motivada e engajada com o trabalho teórico e empírico: Adriana Pinheiro Carvalho, Andressa Lídiccy Moraes Lima, Brand Arenari, Emanuelle Silva, Filipe Coutinho, Guilherme Messas, Igor de Souza Rodrigues, Laura Vitucci, Leon Garcia, Lucas Hertzog Ramos, Marcelo Mayora, Marcus Vinicius Oliveira, Mariana Garcia, Maria Eduarda da Mota Rocha, Olga Jacobina, Ricardo Visser, Roberto Dutra, Rodrigo Delgado, Rosa Virgínia Melo e Vanessa Henrique. A todos o merecido agradecimento.

Jessé Souza

Orientação teórica e metodológica da pesquisa

Jessé Souza

A justificativa da metodologia específica utilizada na presente pesquisa empírica não pode ser desvinculada dos pressupostos teóricos do tipo de sociologia crítica que a anima. A imensa maioria das pesquisas sociais – seja as realizadas por cientistas sociais, seja por economistas – baseia-se em premissas comuns às “ciências liberais” ou “ciências da ordem”. O pressuposto nunca discutido, mas, não obstante, central para a concepção liberal de mundo que anima as “ciências da ordem”, é a definição do indivíduo supostamente “livre”, sem passado, sem família e sem classe social, como instância de referência última desse tipo de pesquisa. Nesse esquema, parte-se do pressuposto de que o indivíduo é quem cria o “sentido” social, que é ele quem cria os valores morais da conduta pessoal e que a dinâmica social é, portanto, transparente para todos.

É por conta disso que a enorme maioria das pesquisas sociais, inclusive de centros de pesquisa renomados do exterior, parte da validade de questionários estereotipados aplicados a todos indistintamente. Parte-se também do pressuposto, ingênuo, como veremos, de que a declaração do informante não precisa ser trabalhada e reinterpretada com a ajuda de recursos teóricos. Afinal, se são os indivíduos que criam o “sentido social”, então o mundo social é transparente e autoevidente, bastando ao pesquisador apenas o esforço de coletar o máximo possível de informação direta com os informantes.

Como não existe a preocupação constante com a reflexão crítica dos pressupostos que servem de fundamento não problematizado da pesquisa, toda a ênfase passa a ser dada aos “critérios exteriores de cientificidade”, quase sempre quantitativos, como se o número de informantes pudesse compensar a ausência de qualidade da informação obtida. Mesmo a imensa maioria das pesquisas ditas “qualitativas”, parte também do mesmo pressuposto liberal do indivíduo “livre”, autoconsciente, agindo em mundo transparente e autoevidente.

O pressuposto teórico da imensa maioria das pesquisas quantitativas e qualitativas é, portanto, o de que o mundo social é “consensualmente compartilhado” entre todos os indivíduos e que não existe

nenhuma “distorção” na forma que os indivíduos apreendem o mundo. É como se fosse um mundo sem dominação social e, portanto, sem “distorção sistemática” do sentido individual causada pelos imperativos dos poderes e interesses dominantes que necessitam reproduzir e legitimar seus privilégios. Daí que chamemos essa prática científica de “ciência da ordem”, ou seja, uma prática científica que parasita o “prestígio da ciência” para efeitos de legitimação da ordem vigente.

Se, por um lado, para sabermos qual é o tipo de sabonete que as pessoas usam, ou em quem elas pensam em votar para presidente, podemos usar pesquisas do tipo que criticamos acima, já que a identidade das pessoas não está em jogo nesse tipo de interesse de pesquisa, por outro lado, qualquer pesquisa sobre valores profundos tem de partir de outros pressupostos. Os privilegiados socialmente tendem, como diria Max Weber, não apenas a usufruir o privilégio real, mas querem também saber que têm “direito ao privilégio”. Sua percepção do mundo é, ao contrário do que pensam as pesquisas das ciências da ordem, condicionada de fio a pavio por essa necessidade. Os oprimidos, por sua vez, sem armas eficazes contra uma percepção do mundo que culpa a vítima pelo fracasso construído socialmente, são obrigados a fantasiar uma realidade de outro modo intragável, ou a transformar necessidade em escolha. Em resumo, como a realidade social não é a prática de indivíduos livres e transparentes, a “verdade científica” possível, sempre aproximativa, nas ciências sociais tem de ser penosamente reconstruída dos escombros do sentido superficial e distorcido que é o principal produto da dominação social e da naturalização do privilégio injusto.

A metodologia empírica que foi aplicada na presente pesquisa é fruto de pelo menos vinte anos de trabalho teórico e empírico fundado no princípio da tentativa e erro. Nosso começo foi marcado precisamente pelo tipo de pesquisa empírica que criticamos acima. Partimos de pesquisas quantitativas e qualitativas baseadas na replicação de modelos tidos como consagrados, como nos trabalhos da pesquisa de valores mundiais da International Social Survey Programme (ISSP), que reúne alguns dos institutos mais renomados de pesquisa empírica do mundo. Pudemos observar na prática concreta – e com grande desperdício de tempo e dinheiro – que o resultado mais palpável desse tipo de empreendimento é apenas a consolidação de todo tipo de

preconceito social que logra se tornar dominante. Vimos, por anos seguidos de prática, em meados de década de 1990, que a resposta das pessoas é uma mera repetição de uma “opinião pública”, superficial e acrítica, construída por meios de comunicação de massa e por interesses na reprodução social de todo tipo de privilégio injusto.

A aparente validade desse tipo de pesquisa é produzida pela confirmação dos preconceitos sociais vigentes, como a de que o Brasil é a sociedade do “jeitinho”⁶ e da pessoalidade. Esse tipo de pesquisa apenas consolida preconceitos como a “corrupção é um dado cultural do Brasil” – como se não houvesse uma corrupção muito mais profissional e bem perpetrada em países como os Estados Unidos, que são idealizados por esses falsos liberais colonizados – e, portanto, a causa de todas as nossas mazelas. Na realidade, o antigo preconceito de raça que dizia que o Brasil, como um país de mulatos, era o lixo da história, transpõe-se apenas aparentemente para a dimensão “cultural” – tida como tão imutável como a raça – e permite a substituição do preconceito racial em cultural. Sai a raça e entra o “estoque cultural imutável” para fazer o mesmo serviço de reprodução de preconceitos. Grande parte do que se passa por ciência social no Brasil, desde Sérgio Buarque a Roberto DaMatta, cumpre esse papel (SOUZA, 2015). O que esse tipo de pesquisa não produz é “conhecimento novo” e surpreendente, posto que não dispõe dos instrumentos necessários à reconstrução da realidade em pensamento para além da repetição da ideologia social circunstancialmente dominante.

Que instrumentos são esses? Eles são tanto teóricos quanto empíricos. Teoricamente, toda a sociologia clássica e os pais fundadores da nova ciência como Marx, Weber ou Durkheim já desconfiavam do senso comum. Mesmo Durkheim, o mais insuspeito dentre eles de possuir uma leitura radical acerca da sociedade, afirmava que todo conhecimento científico acerca da sociedade tem de ser ganho “contra a sociologia espontânea do senso comum”. A ciência social para ser ciência, portanto, tem de ser crítica da realidade e construir em pensamento outras articulações de sentido que não as que lograram, por motivos pragmáticos e necessidades da reprodução de privilégios injustos, tornarem-se dominantes.

⁶ Cf., por exemplo, o livro de Almeida (2007) que se tornou best-seller.

A tradição dominante de pesquisa empírica nas ciências sociais no século XX não seguiu, no entanto, a herança dos clássicos. Construiu-se uma prática antiteórica, positivista, quantitativa e que confundia informação superficial com conhecimento e interpretação. Karl Lazarsfeld e sua extraordinária influência nas ciências sociais americanas do século XX é a figura emblemática desse fenômeno de regressão científica por motivos pragmáticos. Existe farta documentação que comprova a ligação desse tipo de prática científica com os interesses da dominação fática norte-americana no mundo (GILMAN, 2007; LATHAM, 2000). A assim chamada “teoria da modernização”, que é na realidade o fundamento da ciência social liberal no Brasil até hoje (SOUZA, 2011), foi e ainda é a justificação científica da supremacia – vendida como “cultural” e por isso “merecida” – americana. No Brasil ela serve para mostrar que as classes superiores merecem seus privilégios, posto que seriam cognitiva e moralmente superiores às classes populares (LAMOUNIER; SOUZA, 2010).

No contexto europeu, especialmente na Alemanha, desenvolveu-se uma tradição alternativa e crítica de pesquisa empírica nas ciências sociais com a recepção do freudismo. A Escola de Frankfurt, na Alemanha, desenvolveu três décadas de estudos empíricos seminais usando categorias freudianas em questionários construídos explicitamente para separar o conteúdo manifesto do conteúdo latente. Recupera-se, assim, no sentido dos clássicos que mencionamos acima, a noção do conteúdo manifesto como “encobrimento” e “racionalização” de interesses e conteúdos latentes inconfessáveis (ADORNO et alli, 1950).

Utilizamos, no fim da década de 1990, em estudos no Distrito Federal, questionários inspirados nos estudos frankfurtianos com muito melhores resultados dos que havíamos obtido nos anos anteriores replicando pesquisas no formato tradicional norte-americano (SOUZA et alli, 2000). Pela primeira vez pudemos perceber clivagens importantes por pertencimento de classe social que redundaram no livro *A construção social da subcidadania* (SOUZA, 2012).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, no entanto, talvez tenha sido o cientista social que melhor logrou construir um aparato de investigação empírica inspirado por uma sofisticada análise teórica do capitalismo. Embora existam correlações importantes com o freudismo

como a separação entre conteúdo manifesto e latente, Bourdieu elabora uma forma nova e especificamente sociológica de lidar com o tema da dominação social e da forma singular de como esta logra se “in-corporar” – literalmente torna-se “corpo”, mecanismo automático e pré-reflexivo – nos sujeitos. Os indivíduos deixam de ser pensados como “externos” às instituições e às práticas sociais e passam a ser percebidos como “incorporando” práticas sociais e institucionais de certo modo tornadas “sangue e carne”.

Assim como Jürgen Habermas ou Michel Foucault, Bourdieu é decisivamente influenciado pela filosofia de Ludwig Wittgenstein que supera a noção cartesiana – que é o pressuposto da noção liberal de sujeito – que imagina a criação de sentido social como produzida pelo “espírito” na “cabeça” sendo o corpo um mero instrumento (TAYLOR, 1993). Para Bourdieu, como para Wittgenstein, o sentido social é uma “prática”, sendo o conteúdo explícito na nossa cabeça, em grande medida pelo menos, uma “racionalização” dessa prática para legitimá-la.

O que importa para nossos fins aqui é que Bourdieu desenvolve de modo consequente uma revolucionária “teoria da prática empírica” precisamente para captar a “prática social e institucional” incorporada de modo pré-reflexivo e não consciente no sujeito, mas, que, não obstante, comanda silenciosamente seu comportamento concreto. Em resumo, o que essa técnica pretende perceber e compreender é o que os sujeitos fazem e como eles se “comportam” e menos o que eles “dizem que fazem”. O pressuposto, portanto, desse tipo de pesquisa empírica informada teoricamente, é a percepção, compartilhada por todos os grandes pensadores sociais críticos, de que os fatores que motivam o comportamento efetivo das pessoas são, em grande medida pelo menos, “inconscientes” ou “pré-reflexivos” para essas mesmas pessoas. Daí que a categoria central desse tipo de investigação sejam as “disposições inconscientes” para o comportamento prático e não as “intenções articuladas” assumidas explicitamente pelos agentes como causa de seu comportamento.

Ao mesmo tempo, a forma específica dessa “incorporação” do mundo exterior no sujeito depende de sua socialização primária e familiar. Como cada classe social tem uma forma familiar específica e um padrão de socialização muito singular, teremos então a produção de sujeitos muito diferentes em sua capacidade emocional, moral e cognitiva

a partir de sua posição de classe. Em vez do “sujeito genérico” liberal como fundamento não explicitado das ciências da ordem, temos, então, a produção diferencial de seres humanos desigualmente aparelhados, a partir da sua posição de classe, para a competição social por todo tipo de recurso escasso.

Como os comportamentos típicos e as avaliações sociais padronizadas dependem dos contextos econômicos, políticos e culturais de socialização compartilhados por vários indivíduos, torna-se possível reconstruir os padrões prováveis – embora variações individuais desviantes desse padrão sejam sempre possíveis – tanto de comportamento prático quanto de avaliação e de cognição do mundo social. É a reconstrução desses diferentes “ambientes sociais” que existem dentro de toda classe social singular, a partir da reunião de pessoas que compartilhem um mesmo tipo de “patrimônio de disposições”, que permite um real conhecimento de seu horizonte, emocional, cognitivo e avaliativo. A redução da classe social à variável renda, tão comum no debate público brasileiro, esquece e esconde o principal: que são “disposições” adquiridas na socialização familiar e escolar de classe que torna possível ou impossível o acesso a certo patamar de renda.

Do mesmo modo que na década de 1990 nos propusemos a incorporar o freudismo de forma a produzir pesquisas empíricas com conteúdo crítico e não apenas afirmativas dos preconceitos dominantes, realizamos o mesmo esforço com a teoria bourdieusiana – acrescida e enriquecida de uma teoria da moralidade implícita e invisível, mas real e passível de ser reconstruída empiricamente – na década passada. A diferença é que logramos formar toda uma equipe de pesquisadores bem treinados tanto em teoria social crítica quanto na prática cotidiana de pesquisa. Tivemos o privilégio de contar com pesquisadores reconhecidos internacionalmente que ministraram cursos de treinamento, por vários anos, especialmente adaptados às necessidades de jovens então na idade entre 25 e 35 anos.

Como não separamos teoria e empiria, nosso objetivo desde o início foi treinar jovens especialmente talentosos teoricamente nas técnicas de pesquisa empírica inspiradas no legado bourdieusiano acrescido de uma teoria da moralidade inarticulada, passível de ser articulada como mostra o trabalho de Charles Taylor, que pudesse ser reconstruída empiricamente. Afinal, na situação concreta da entrevista em profundidade, o pesquisador treinado percebe quando aprofundar um dado tema

ou decidir “o que” privilegiar naquela situação específica. Creio que nosso maior capital como grupo de pesquisa seja precisamente decorrente dessa aposta e desse treinamento incomum.

Nos dois estudos de maior envergadura que realizamos nos últimos anos, acerca dos excluídos sociais e sobre a classe ascendente nos setores populares, pudemos comprovar o acerto de nossa aposta inicial. Consideramos que, em ambos, contribuímos com conhecimento novo. Ainda que existam muitos estudos sobre a “pobreza”, entre nós, os excluídos brasileiros sempre haviam sido percebidos de modo fragmentado, seja na lógica midiática da oposição polícia/bandido, no descabro da saúde e da educação pública, seja no assim chamado “gargalo de mão de obra qualificada” e assim por diante⁷.

Consideramos que logramos reconstruir um tipo de socialização familiar correspondendo a uma classe singular que depois fracassa na escola e é excluída do mercado econômico competitivo. Isso se dá pela incapacidade, socialmente condicionada pelo abandono social, de incorporar disposições para o comportamento fundamentais – como a capacidade de concentração, pensamento prospectivo e disciplina – ao exercício de funções produtivas e para a possibilidade de perceber e expressar interesses de classe de longo prazo. Acrescentamos a essa análise da socialização familiar, como instância decisiva para a presença ou ausência de disposições fundamentais para o “comportamento competitivo” na economia e outras esferas, uma análise da “má-fé institucional” do complexo institucional que atende a “ralé”.

Nessas duas dimensões de análise procuramos precisamente separar o conteúdo manifesto – tanto das pessoas e suas práticas quanto das instituições e sua legitimação explícita – do conteúdo latente, ou seja, sua prática cotidiana efetiva. Esse conteúdo latente é possibilitado, no primeiro caso, pelo acesso à dimensão pré-reflexiva nas pessoas, pelo trabalho tanto com a “resistência” – ou seja, aquilo que as pessoas mais desejam esconder – nas entrevistas como pela observação do abismo entre o que é dito e o que é praticado. Na dimensão institucional examinamos a separação entre o que as instituições “dizem que fazem” e

⁷ Mesmo o estudo clássico de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na sociedade de classes, o qual nos inspirou e nos legou estímulos importantes, padece da imprecisão de confundir raça e cor com pertencimento de classe. Para minha crítica em detalhe ver Souza (2012).

o que é efetivamente praticado. Os dois níveis congregados constroem práticas sociais e institucionais que levam à reprodução permanente da situação de exclusão.

No estudo sobre a camada ascendente das classes populares, também a partir da análise da vida e da socialização familiar combinada ao estudo da dimensão institucional, desta vez concentrada no fenômeno da religiosidade pentecostal, construímos o conceito de uma “classe trabalhadora precária” (SOUZA et alli, 2010). Quando concluímos o estudo, em outubro de 2010, o conceito impreciso e triunfalista de “nova classe média” reinava absoluto no debate público. Com a publicação do livro e o grande interesse despertado na mídia, nossa formulação passou a funcionar como o principal contraponto crítico da formulação de Marcelo Néri acerca desse fenômeno fundamental para a compreensão do Brasil moderno. Desde então, muitos autores importantes nos seguiram e até aprofundaram com estudos estatísticos a nossa descoberta⁸.

Na pesquisa aqui apresentada acerca dos usuários de crack e de suas motivações profundas para um tipo de comportamento percebido pela maioria como autodestrutivo e irracional, outro ponto fundamental foi acrescido ao nosso capital acumulado de estudos: trata-se da articulação entre a teoria empírica informada teoricamente com a perspectiva da inteligência e da inovação institucional.

Com esse intuito foram realizadas 200 entrevistas em profundidade com usuários sobre suas histórias de vida em diferentes esferas da vida social e com agentes institucionais do sistema de prevenção e tratamento dos usuários sobre o modo como percebem e orientam seu trabalho e especialmente o modo como classificam os usuários⁹. As entrevistas foram realizadas nas regiões metropolitanas de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE) e na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), que apresenta cenário de uso no interior e na zona rural que serviram de contraponto comparativo para o uso no ambiente urbano e metropolitano. Todas as entrevistas seguiram a estratégia de reconstruir a experiência de vida dos usuários para que pudéssemos – ao nos aproximarmos de sua experiência cotidiana – assumir seu ponto de vista existencial em relação ao mundo social.

⁸ Cf., por exemplo, Pochmann (2012).

⁹ Sobre os roteiros que orientaram as entrevistas, ver anexos 1 e 2.

Como nosso interesse nesse estudo particular era “prático”, ou seja, a pesquisa deveria iluminar a forma como as instituições de recuperação do usuário poderiam ser mais efetivas e bem-sucedidas no seu desiderato de “curar” o dependente, nosso interesse se concentrou não apenas na reconstrução do patrimônio de disposições para a ação que esclarece o comportamento autodestrutivo. Paralelamente, procuramos reconstruir, com base no conhecimento de um patrimônio de disposições que, por exemplo, implica imersão no presente e uma vivência da temporalidade imediata – que o uso da droga radicaliza –, a qual exclui a dimensão prospectiva e de futuro, uma estratégia de pesquisa baseada na concepção de “pequenos futuros” como base da inteligência institucional de recuperação do usuário¹⁰. Para pessoas habituadas a operar em um registro marcado pela temporalidade imediata, o primeiro passo na estratégia de recuperação tem que ser a reconstrução paciente de um novo horizonte temporal que permita sair do ciclo vicioso do aqui e do agora. De início, essa perspectiva de futuro que constrói o ser humano como uma entidade com alguma orientação na vida permitindo o planejamento mínimo da vida cotidiana tem de ser realizada aos poucos. Daí que esse futuro seja “pequeno” de início, podendo ser um horizonte de algumas horas ou poucos dias no começo da estratégia terapêutica. O que importa é que exista um começo e que os ganhos em organização da identidade individual que a perspectiva de futuro enseja seja efetivamente “vivida” pelo usuário possibilitando seu aprofundamento futuro.

Mais uma vez, o que acontece com grupos estigmatizados é simplesmente a vivência radicalizada de aspectos sociais e psíquicos que são herança comum de grandes agrupamentos sociais como, nesse caso, da vida cotidiana que marca os excluídos brasileiros. Foi a reconstrução de uma noção de temporalidade específica dos usuários – que no fundo radicaliza a temporalidade típica de sua classe social que havíamos analisado em estudos anteriores – que nos abriu a possibilidade de pensar estratégias de inteligência institucional focadas diretamente na vivência cotidiana dos agentes.

¹⁰ Ver especialmente os capítulos 7, 8, 9 e 14 deste relatório.

Parte 1

Classe social e trajetórias de vida

CAPÍTULO 1 – A doença da humilhação

Jessé Souza

Nós imaginamos, na vida cotidiana, que a sociedade é composta pela adição de indivíduos, os quais, juntos e através de contratos racionais, constroem a sociedade e zelam por sua continuidade. Nada mais falso. No entanto, é com base nessa falsa percepção que nos imaginamos “criando” valores como se eles fossem produção de indivíduos, fazendo escolhas de modo “independente” e acreditando que o mundo é transparente na sua lógica e funcionamento para todos nós. Na realidade, os indivíduos são produtos da sociedade e da socialização familiar e todas as suas escolhas e opiniões refletem essa herança.

Como não se tem consciência dessa herança – “invisível” e sem lembrança, posto que realizada em tenra idade pela “incorporação” das disposições paternas e maternas – somos marionetes de um drama do qual não somos os autores e nem sequer compreendemos. Nesse contexto, duas atitudes são possíveis: ou bem admitimos nossa fragilidade e dependência, e procuramos transformar nossa impotência real em uma luta constante para uma ação no mundo minimamente consequente; ou bem nos embalamos na mentira e na fraude do mundo que infla nosso ego infantilizado pelas ilusões de autonomia, independência e força. A primeira atitude é amplamente minoritária e este estudo é uma tentativa de tornar esse número um pouco maior.

O que estamos chamando de percepção “falsa do mundo” é relativamente fácil de ser explicado como veremos a seguir. Difícil é reconhecer “emocionalmente” que participamos dela em alguma medida o tempo todo ao sermos vítimas inconscientes da forma superficial e fragmentária como o mundo social nos aparece à consciência. Ao mesmo tempo, o reconhecimento dessa fragilidade é o único caminho para uma ação minimamente consciente e responsável no mundo social.

O melhor exemplo de nossa incapacidade em perceber como o mundo social realmente funciona é que não compreendemos como os valores e classificações morais – necessariamente sociais – são construídos e como eles afetam nossa vida. Na verdade, acreditamos que as pessoas são classificadas unicamente pelo dinheiro ou pelo poder que possuem posto que só percebemos o mundo por meio das categorias do dinheiro e do poder. Não se explica, por exemplo, nenhuma de nossas “emoções morais” cotidianas. Por que as pessoas têm remorso, pena, vergonha, indignação etc., fica sem resposta, já que os mecanismos de classificação moral são invisíveis ao contrário do que acontece com dinheiro e com o poder.

A reconstrução da “hierarquia moral da sociedade moderna”, implícita e inarticulada como ela é – é precisamente sua inarticulação que condiciona sua invisibilidade nos fazendo pensar que os estímulos empíricos de dinheiro e poder sejam os únicos móveis dos comportamentos sociais – é o que pode nos possibilitar ligar uma teoria que preste conta de seus pressupostos e uma empiria que esclareça as razões do comportamento diferencial. Apenas essa conexão entre teoria e empiria nos permite tanto ir além das meras descrições etnográficas quanto superar o hiato entre o “abstrato” (os princípios norteadores dessa hierarquia implícita) e o “concreto”, ou seja, o comportamento observável e reconstruído por uma empiria crítica.

Como todos os assuntos que exigem uma imersão contraintuitiva na realidade social, o tema do consumo autodestrutivo do crack – para ser compreensível do modo mais amplo e profundo possível – exige o conhecimento do modo como o mecanismo de “classificação/desclassificação” é tanto constituído quanto tornado invisível na sociedade brasileira. Em sociedades modernas com alta desigualdade, como a brasileira, a “hierarquia moral inarticulada” tornada concreta em formas de perceber e sentir que se mostram no comportamento prático observável, é compreender também a força concreta e material dos estigmas que conduzem ao desespero do comportamento autodestrutivo.

Não ter consciência dessa necessidade e dessa articulação ou fazer de conta que ela não é imprescindível, é se limitar a análises meramente descritivas do fenômeno social ou se alimentar dos falsos pressupostos da sociologia espontânea do senso comum. É ser condenado a perceber, para citar um exemplo em moda no Brasil de hoje, o comportamento do

agente social como sendo universal e não perpassado diferencialmente por violências materiais e simbólicas de todo tipo, variando apenas com o nível de renda do agente. O agente é percebido como um “Robinson Crusóé”, como diria o velho Karl Marx, de tal modo que a profunda imersão do sujeito em todo tipo de relações sociais materiais e simbólicas de dependência e exploração nem sequer é objeto de reflexão.

E onde iremos buscar os rastros desse processo de classificação/desclassificação se ele é inarticulado e implícito aos próprios agentes? Ora, toda a nossa metodologia de pesquisa empírica exposta com mais detalhe em outro capítulo deste livro, parte da dualidade entre conteúdos “conscientes” e explícitos e conteúdos “latentes”, pré-reflexivos e inarticulados. Sociologicamente isso significa uma tomada de posição a favor da “sociologia disposicionalista”, que percebe o sentido da ação social, como em Wittgenstein (TAYLOR, 1993), como uma “prática”, e contra o intelectualismo das concepções que interpretam, cartesianamente, o sentido da ação social como um “conteúdo” explícito nas nossas cabeças. Esse cartesianismo era alta filosofia no século XVI, mas, hoje, reflete as “robinsonadas” do senso comum, dado que as relações sociais fundamentais se tornam invisíveis com base nesse pressuposto. Como reação a isso, a “sociologia disposicionalista” de Bourdieu pode ser compreendida como um desenvolvimento consequente da desconfiança que todos os grandes clássicos da sociologia tinham com relação à “sociologia espontânea” do senso comum.

O senso comum é mais do que mero “erro” ou “ideologia”. Ele é, antes de tudo, um conhecimento fragmentado e superficial. Percebemos isso perfeitamente quando pensamos na moralidade e na hierarquia moral que comanda nosso comportamento quer tenhamos ou não consciência disso. Nós “agimos” sempre como se houvesse algo certo e algo errado, ou um justo e um injusto, os quais são compartilhados, ou seja, “percebidos” como “objetivos”. No entanto, quando “falamos” sobre isso, falamos sempre como se os “indivíduos”, ou seja, a dimensão subjetiva, fosse a referência última de nossos atos morais. Mas como nos lembram Taylor ou Habermas é uma “contradição performativa” falar de moralidade “individual”, já que moralidade pressupõe a intersubjetividade. O oxímoro representado pela noção de “subjetivismo ético” – a forma como o senso comum pensa as relações morais – é talvez o melhor exemplo da fragmentação do

senso comum, que não presta conta dos encadeamentos lógicos dos próprios pressupostos fundamentais.

Na dimensão da “crença” cotidiana, no entanto, que não se guia pelo rigor intelectual no esclarecimento de seus pressupostos de existência, mas sim pelo ganho “emocional”, seja narcísico, seja da legitimação da vida que se leva, o subjetivismo ético é o contraponto perfeito do sujeito liberal sem passado, sem família e, portanto, sem classe. Todas as ciências da ordem que fazem uso das pré-noções do senso comum, que são amplamente dominantes; todas as constituições, todas as propagandas e todo o universo do consumo reafirmam essas “crenças” no discurso e no imaginário social e que ressoam como melodia no indivíduo ávido por se perceber como “livre”, “independente”, criador das próprias ideias e valores. O “ego inflado” é o contraponto emocional da receptividade e da evidência que essas ideias desfrutam tanto no senso comum quanto nas ciências dominantes das sociedades modernas.

Mas se queremos ir além da fragmentação do senso comum na determinação de uma hierarquia moral, não percebida, mas, “sentida” por todos, como instância última que comanda silenciosamente os critérios de classificação/desclassificação operantes em qualquer sociedade moderna, por onde devemos começar? Gostaríamos de propor uma hipótese de trabalho a qual já foi utilizada como um pressuposto não explicitado nos trabalhos anteriores de nosso grupo de pesquisa, muito especialmente no nosso livro a “ralé brasileira”, e que utilizamos nesta pesquisa sobre as condições de vida e sobre o comportamento autodestrutivo dos usuários do crack.

Em seu maior nível de abstração essa hipótese está ligada à tese clássica de Max Weber acerca da singularidade do Ocidente. No núcleo da tese weberiana, está pressuposta a construção no Ocidente cristão de um novo tipo de “agência humana”, um novo tipo de “personalidade” e de “condução da vida”. A principal consequência desse processo histórico é a construção do indivíduo e do individualismo como “valor moral”. Na releitura de Charles Taylor da tese weberiana, o instante decisivo desse processo é anterior à revolução protestante, sendo representado pela incorporação da noção de virtude platônica como o específico “caminho da salvação” de todo cristão por Santo Agostinho. Nesse sentido, o que era virtude para Platão, a proeminência do espírito sobre as

paixões incontroláveis do corpo, será o que se tornará inexoravelmente “virtude” e “bem” para todos nós.

Assim, de modo bastante concreto, ligado ao maior “interesse ideal” das sociedades tradicionais, o de ser “salvo” e de lograr, portanto, a “vida eterna” essa noção de virtude tornou-se “prática”. Essa é uma noção de virtude muito singular e que permite “avaliar” e “classificar” o mundo em todas as dimensões se tornando “naturalizada” – ou seja, sua gênese é esquecida – no Ocidente moderno. No entanto, se pensarmos duas vezes, veremos que, rigorosamente, todas as hierarquias sociais vigentes têm a ver com a oposição espírito/corpo no sentido da salvação cristã. Como o espírito é superior ao corpo na ética cristã e deve controlar as paixões incontroláveis do corpo, todas as determinações de valor positivo estão ligadas ao espírito, enquanto todas as valorações ambíguas ou abertamente negativas têm a ver como o elemento corpóreo.

Assim, os homens são ligados ao espírito e à moralidade distanciada e calculadora, enquanto as mulheres ao corpo e à vida afetiva; os brancos são ligados ao intelecto e ao espírito, enquanto os negros, ao corpo e ao sexo. No contexto que nos interessa, o da relação entre as classes, as classes superiores são sempre “classes do espírito”, enquanto as classes inferiores são sempre “classes do corpo”.

A noção de espírito no Ocidente, no entanto, é complexa e multifacetada. Historicamente ela se subdividiu em dois grandes eixos: o eixo “produtivo” da disciplina e do autocontrole; e o eixo “expressivista” da expressão autêntica da natureza interior individual. O primeiro eixo se forma sob a égide da noção do “trabalho útil” – tornado “sagrado” pela revolução protestante – criando o “produtor útil” como fundamento da vida social e produtiva; e o segundo eixo é historicamente tardio e data do século XVIII sendo constituído com base na noção de “personalidade sensível” como capaz de expressar a singularidade da vida interior e afetiva como na noção de amor romântico.

A hierarquia social invisível, inarticulada e “naturalizada” constituída da noção expressivista de “personalidade sensível” foi precisamente o que Bourdieu logrou reconstruir na sua obra máxima *A distinção* (2011), no contexto da sociedade francesa da década de 70 do século passado. A legitimação das hierarquias sociais pelo “bom gosto” nada mais é que a confirmação da eficácia do princípio classificatório que separa o “espírito” sensível das paixões “vulgares” do corpo. Em

uma sociedade que se percebia como “republicana” e que teria superado as barreiras de classe, o trabalho de Bourdieu procurava mostrar formas sutis e “naturalizadas” de classificação/desclassificação que engendravam processos tornados invisíveis de desigualdade permanente e injustiça social.

Bourdieu não desenvolve, no entanto, o tema da hierarquia social construída da noção de “produtor útil”, o que Charles Taylor chamaria de princípio da “dignidade”. Em uma sociedade que tornou possível “aburguesar”, ou seja, “disciplinar” tanto camponeses quanto proletários, talvez essa não fosse a questão mais importante, ainda que vários imigrantes estejam abaixo dessa linha classificatória. Em um país com a desigualdade abissal do Brasil, no entanto, além do tema da distinção pela “sensibilidade”, temos, muito claramente, todas as gradações da desclassificação social das classes e frações que nem sequer logram incorporar as pré-condições do trabalho útil disciplinado.

Como a disciplina passa a ser um “valor universal” de todas as classes, ela constitui, por isso mesmo, a própria fronteira da distinção entre inclusão e exclusão social, entre o normal e o patológico, e entre o cidadão e o bandido. É a ubiquidade, evidência e “naturalização” do princípio disciplinar que condiciona sua invisibilidade como “regra moral” que classifica e desclassifica indivíduos e classes sociais inteiras.

O que observamos empiricamente em nossos estudos anteriores sobre os desclassificados sociais brasileiros e pudemos comprovar sovemente na atual pesquisa sobre os usuários autodestrutivos do crack foi observar empiricamente o mecanismo implícito da desclassificação social. Nos dois casos a “desclassificação objetiva”, ou seja, “sentida” pelo agente e pela sociedade que o rodeia, decorrem precisamente deles serem julgados e avaliados como “indignos”, o que significa serem, na realidade, menos que humanos. A regra da igualdade entre as pessoas não é jurídica nem religiosa e só produz efeitos se o consenso social implícito assim o referendar. Senão a igualdade jurídica ou religiosa é letra morta.

Ela é antes de tudo um dado fático e pragmático que é ou não é realizado em todas as formas de interação humana. Assim, do mesmo modo que admiramos e respeitamos um bom eletricista que resolve a falta de luz em uma residência, nós nos desviamos da calçada à noite quando avistamos um pobre que identificamos imediatamente como perigoso e “sujo”.

Apesar de ser uma profissão humilde – que necessita de capital cultural médio – o eletricitista cumpre função útil e necessária, o que constitui a esfera mínima da dignidade social. O pobre andarilho nos lembra o vagabundo, o que vive às custas dos outros, o “indigno”, portanto, apenas no melhor dos casos “tolerado”, quando não, como no Brasil, odiado e visto com ressentimento. Se algum é morto pela polícia ou vítima de violência ninguém reclama e muitos até aplaudem.

Na verdade, ninguém “escolhe” ser pobre e diuturnamente humilhado. Como somos constituídos por herança familiar – e, portanto, por herança de classe, já que cada classe possui suas socializações familiares típicas – e por certos pressupostos emocionais e morais como capacidade de autodisciplina, de concentração, de pensamento e cálculo prospectivo etc., algumas classes são literalmente condenadas à marginalidade, enquanto outras ao sucesso mundano. O usuário de crack, em sua esmagadora maioria, faz parte daquilo que chamamos de “ralé brasileira”, não para insultar quem já é humilhado, mas, sim, para denunciar a iniquidade do abandono social já secular que é o principal traço social singular brasileiro.

Desde suas origens, que junta o processo de urbanização e industrialização brasileiro ao processo de libertação dos escravos sem qualquer ajuda e abandonados à própria sorte (ou azar), jamais houve no Brasil qualquer consciência da necessidade de resgatar pessoas que, ex-escravas ou mestiços empobrecidos, passaram a formar a classe dos desclassificados no Brasil moderno.

Ainda que a cor da pele ou a “raça” seja a forma exterior de percebê-los, o dado fundamental é que estes passaram a se reproduzir como uma classe sem condições emocionais e morais de incorporar “conhecimento”, ou seja, o “capital cultural” que a sociedade moderna precisa em todas as suas funções, ficando fora do mercado de trabalho competitivo.

Essa classe é, claro, explorada também. Mas sua exploração é do “corpo”, nas atividades duras, sujas e perigosas, típicas da ralé, como empregada doméstica, faxineira, catadores de lixo, guardadores de carro etc.

Como não se recebe estímulos familiares à disciplina e à capacidade de concentração essa classe “fracassa” na escola e depois no mercado de trabalho, que exige a qualificação escolar bem-sucedida. É assim que certa “origem” de classe se eterniza em reprodução de classe sem capacidade de incorporar conhecimento e planejar seu futuro.

É desse modo que a socialização familiar constrói a reprodução de classe e, em grande medida, prefigura seu futuro. Ainda que o futuro seja incerto e sempre possa ser reconstruído em alguma medida ele vai sempre trazer suas marcas e seus estigmas.

A esmagadora maioria dos usuários autodestrutivos do crack é construída socialmente pelo seu abandono secular e pela experiência de humilhação cotidiana que ela implica. A violência peculiar dessa droga é uma resposta a esse abandono e humilhação como os leitores terão ocasião de comprovar neste livro.

Qualquer processo eficaz de “cura” ou reinserção social tem de levar em conta a necessidade de refazer, em alguma medida pelo menos, aquilo que a socialização familiar incompleta ou abertamente violenta e destrutiva não foi capaz de realizar: a construção de um ser humano com um mínimo de capacidade de ação no meio social à sua volta.

É claro que as respostas individuais ao desafio da desclassificação social e da humilhação constante são variadas. Entre os desclassificados, temos as versões dominantes do “pobre honesto”, que realiza diuturnamente seu trabalho duro e mal pago e com pouco ou nenhum reconhecimento social; e o “pobre delinquente” que se rebelou com códigos sociais que o excluem e “escolhem” a opção do crime ou das zonas cinzentas da lei.

O “pobre delinquente”, por sua vez, também se diferencia no “delinquente ativo”, o criminoso temido e quase sempre violento, e no “delinquente passivo”, que pratica uma revolta silenciosa contra o mundo social, como muito tipicamente o usuário de crack autodestrutivo. Ainda que essas linhas entre tipos sociais sejam quase sempre fluídas e nunca rígidas, o delinquente passivo tende a negar o mundo social que o condena à iniquidade e ao esquecimento ao “fugir do mundo”. Essa fuga marca o usuário do crack ainda que seja uma fuga desesperada, destinada a recomeçar logo depois do alívio temporário que a fuga do mundo que a droga propicia se mostre ineficaz, posto que fugaz.

O usuário é marcado, portanto, por uma tentativa desesperada de fugir de uma vida sem futuro e sem esperança. Daí que a pesquisa tenha percebido como primeiro passo para qualquer processo de “cura” a reconstrução da própria noção de futuro, conferindo alguma forma de capacidade prospectiva ao usuário. Afinal, a capacidade de articular e planejar o próprio futuro são “privilégios de classe”. Existem, nesse

sentido, classes de pessoas literalmente “sem futuro”, posto que este não é projetado nem antecipado. Mesmo para quem planeja, o futuro é incerto. Mas, para quem não possui a disposição prospectiva, o futuro simplesmente não existe.

Como os usuários são pessoas que compartilham com todos os desclassificados sociais a imersão no “aqui e agora”; a construção de “pequenos futuros”, seja este contado em horas ou dias e, depois, eventualmente, em semanas e meses, é o primeiro passo para a reconquista de algum sentido de agência ou de ação minimamente autônoma no mundo.

Não é a malignidade da droga, portanto, que cria a prisão do vício, mas, o abandono afetivo e social e a experiência silenciosa de uma humilhação ubíqua e sem explicação palpável. A raiva e o ressentimento do abandono e da humilhação cotidiana podem se transformar, por exemplo, em “indignação” política e servir de motivação para uma vida com sentido de missão ainda que pobre materialmente. Mas também essa transformação exige pressupostos cognitivos e emocionais que são escassos nas classes populares. Mais ainda entre os que estamos chamando de desclassificados. Nesses casos, para muitos, a reação é dirigida contra si mesmo e o consumo da droga é uma tentativa desesperada de fugir de um cotidiano intragável ainda que o consumo progressivo apenas aumente o desprezo social e a degradação subjetiva e objetiva.

CAPÍTULO 2 – A miséria moral na ralé

Andressa Lídicy Morais Lima

A concepção dos direitos do homem baseada na suposta existência de um ser humano como tal, caiu em ruínas tão logo aqueles que a professavam encontraram-se pela primeira vez diante de homens que haviam perdido toda e qualquer qualidade e relação específica – exceto o puro fato de serem humanos.

Arendt, 1994, p. 299.

Introdução

Diariamente, no Brasil, assistimos a cenas de espetacularização da violência, da miséria e de rebaixamento social, numa ação truculenta em que se observa uma guerra punitiva contra aqueles que foram extorquidos de qualquer possibilidade de cidadania e humanidade. Desse triste episódio resultaram prisões, arrastões, pessoas correndo de um lado para o outro, pessoas levadas para um local que não se sabia qual era, nem sobre quais justificativas. Não havia ali o menor sentido compartilhado de ser humano, apenas seres inomináveis, inclassificáveis.

As cenas da espetacularização mostram uma realidade nua, ou melhor, ou pior, de vida nua. Em que a miséria e a dor convivem, cotidianamente, na vida de crianças, idosos, homens e mulheres; todos maltratados, sofridos. Corpos escalavrados e laços familiares esgarçados descortinam o grupo de desclassificados sociais. Nas próximas páginas, pretendo recontar histórias de fraturas morais, de buscas, de sonhos não realizados, de laços frágeis; tentar articular essas experiências de vida nua.

Para construir os quadros biográficos das experiências cotidianas de violação dos corpos, sirvo-me de uma amostra de pesquisa empírica com usuários de crack encontrados seja em cenas urbanas de uso, seja em instituições de acolhimento. Recorrendo às técnicas próprias da pesquisa qualitativa (realização de entrevistas semiestruturadas e etnografia), procurei apreender os comportamentos, valores, práticas, maneiras de pensar, sentir e agir de perfis individuais de usuários de

crack, assim como os determinantes de sua gênese social, ativação e/ou inibição contextual. Ao todo, realizei entrevistas com cinquenta perfis individuais, nas cidades de Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA), de março de 2014 a março de 2015.

O objetivo geral era, inicialmente (momento empírico), com base em dados empíricos acumulados, reconstruir analiticamente o “patrimônio de disposições culturais” dos entrevistados, assim como as diferentes “redes” de sociabilidade, isto é, “interação face a face” e “interação institucional”. Em seguida (momento teórico-analítico), construir alguns tipos ideais da crackeira e do crackeiro a partir das regularidades sociológicas “externas”: aquelas objetivadas nas relações intersubjetivas; e “internas”: objetivadas nos corpos, nos valores e nos modos de pensar e agir.

Antes de iniciarmos a exposição dos quadros sociológicos, porém, convém desfazer um dos mal-entendidos mais comuns entre os antropólogos. Não raramente, antropólogos comprometidos com o ofício etnográfico recorrem ao conceito de “descrição densa”, popularmente conhecido e atribuído à figura de Clifford Geertz (2008). E também, não muito raramente, muitos antropólogos acreditam realmente estarem fazendo bom uso do termo apenas por efeito de menção metodológica.

Como que por efeito de uma espécie de “magia” da palavra (conceito) e da autoridade de uso (etnógrafo), jovens antropólogos cultivam a certeza de fé que realizaram em seus empreendimentos etnográficos a tal descrição densa com muita desventura. O problema que mais aparece nas atitudes dos antropólogos prisioneiros da palavra mágica é tomar por “descrição densa” aquilo que nada mais é do que uma “descrição superficial”. Isso, em grande medida, ocorre pela confusão ou incompreensão de precisão sobre o significado da descrição densa, que embora considere o registro empírico (ou etnográfico) um momento importante da descrição densa, não se resume a ele.

Em seu sentido original, tal como formulado por Gilbert Ryle, descrição densa significa a descrição forte das linguagens articuladas e inarticuladas empiricamente nas narrativas dos agentes. Essa mesma compreensão do sentido de descrição densa foi utilizada não somente por Geertz (2008), mas também pelo filósofo canadense Charles Taylor (2005) em seus estudos de antropologia filosófica. Felizmente,

tarda, mas não demora, o retorno do senso de lucidez antropológico e vemos atualmente muitos antropólogos assumirem a atitude de reserva e cautela diante de determinadas descrições etnográficas alheias que pretendem ser “descrições densas”.

Com efeito, a nosso entender, Taylor oferece uma compreensão e uso antropológico bastante sofisticado da noção de descrição densa em uma de suas obras mais importante: *Sources of the Self* (1989). Nessa obra, em particular no capítulo 3, “Ética da inarticulação”, Taylor apresenta a descrição densa como um recurso hermenêutico do qual ele faz uso para “articular” o sentido das ações morais do que ele define como “configurações valorativas” constitutivas da identidade moderna.

Assim, para colocar efetivamente em prática essa compreensão antropológica de “descrição densa”, organizamos estruturalmente este capítulo em quatro momentos de reconstrução e construção reflexiva.

No primeiro momento, procuramos apresentar um quadro descritivo do tipo psicossocial de agente desviante definido como “outsider da ralé”. Serão destacados aqui os regimes práticos, os modos de pensar e agir que fazem do crackeiro um tipo de agente socialmente peculiar. Para isso, recorreremos principalmente à abordagem disposicional (Lahire e Bourdieu) como estratégia metodológica de apreensão empírica do retrato sociológico da ralé da ralé e de construção do seu patrimônio disposicional, colocando em relevo sua principal propriedade estrutural: polimorfismo desviante e narcomaníaco.

No segundo momento, a ênfase é dada à reconstrução genética das condições objetivas e intersubjetivas da produção e reprodução social da ralé da ralé. Nesse momento reconstrutivo, articulamos a noção de sociabilidade afetiva anômica como a principal regularidade sociológica objetiva, isto é, o tipo específico de estrutura social na qual se constituem e se atualizam as disposições desviantes dos outsiders da ralé.

Finalmente, nos terceiro e quarto momentos, procuramos articular a gramática moral que constitui o pano de fundo objetivo da ralé da ralé. Conforme tentaremos demonstrar, essa gramática moral se constitui principalmente pelos três elementos valorativos: 1) ideal de afirmação da vida cotidiana como principal “hiperbem” da ralé da ralé; 2) inarticulação linguística da sacralidade da pessoa que permita a

generalização da noção de “ser humano”; e 3) ausência de um consenso moral transclassista que permita a generalização da noção de dignidade humana.

Por fim, no tópico de conclusão, mais teórico, encerramos com um resgate e balanço teórico mais geral do que se poderia chamar de uma Sociologia da Socialização Desviante.

Como já sugerido, os três retratos sociológicos apresentados nas próximas páginas devem ser compreendidos como “tipos ideais”, no sentido weberiano do termo, que respondem muito mais à necessidade teórica de visualizar as regularidades sociológicas dos comportamentos e modos de pensamento do que propriamente assinalar as dissonâncias interindividuais. Evidentemente, essas dissonâncias existem e foram, de fato, encontradas. Elas, porém, não chegaram a constituir também regularidades sociológicas ou antropológicas.

Desvios múltiplos de vidas indignas

“A minha vida é um bocado de coisa, um bocado de obstáculo desde quando eu conheci essa droga, o crack.”

João Grilo (julho de 2014)

Passava das 17 h quando encontrei João Grilo, 28 anos, caminhando na Praça das Mãos, no antigo bairro do Comércio, zona portuária da cidade, próximo ao Mercado Modelo, área que concentra uma zona de comércio, negócios e turismo, em Salvador, capital baiana. Estávamos numa cena intensa de uso de crack, muito conhecida na cidade, indicada por outros usuários já abordados e por comerciantes do Pelourinho.

João se aproximou e perguntou o que eu estava fazendo sentada no banco da praça conversando com outro usuário. Informei sobre a pesquisa e ele se mostrou animado; queria ficar ouvindo a entrevista que estava em andamento com Seu Antônio. Pedi que aguardasse e ele se mostrou ansioso, pois queria logo falar da “desgraça da vida dele”. Naquele dia, tinha ido à praça para tomar um banho no contêiner do Projeto Ponto de Cidadania. Enquanto aguardava, observou nossa presença na praça e quis inteirar-se do que estávamos fazendo lá.

Jovem negro, de corpo torneado e estatura média, João tem dentes cerrados, lábios carnudos, olhos esbugalhados, bigode fininho e cabelos

pixaim pintados com efeito de luzes. Caminha malemolente, os braços balançando por detrás das costas.

No dia da entrevista, usava uma camisa regata, bermuda de tacetel, relógio no pulso, chinela tipo Opanka e brincos; possui tatuagens, e fez questão de tirar a camisa, levantar a bermuda para se exhibir com marcas de tiros (uma bala está alojada na coluna cervical). Percebe-se, de imediato, certo asseio e cuidado com o corpo. Ele sorria bastante enquanto conversava comigo. Balançava uma das pernas freneticamente e se mexia no banco; olhava vagamente para o horizonte da praça.

Com fala sedutora, caprichada na lábia e cheia de gírias, entre uma resposta e outra João fazia performance corporal; dançava sensualizando e balbuciava versos soltos de músicas de axé music. Parecia insinuar um corpo treinado para esse tipo de performance e fazia graça num tom de voz meio cantado e arrastado, mas em alguns momentos titubeava e tentava expor um jeito descontraído para falar de suas dores em aberto.

Ao longo de seu trajeto biográfico (social), João Grilo acumulou diferentes experiências precoces de comportamentos desviantes, nos mais diversos contextos de interação e ação. Com apenas 14 anos, começou a comercializar drogas, razão pela qual chegou a abandonar os estudos quando ainda cursava a 6ª série do Ensino Fundamental.

No período em que ainda estudava, se a escola cumpria uma função especial para João, era a de servir em suas estratégias discursivas de convencimento, pois dizia à sua mãe que estava a caminho da escola, vestido com a farda e portando a mochila arrumada com o material escolar, e saía. De fato, não chegava a ir até a escola, pois deixava sua mochila escondida em algum local, retirava a farda e ia vender drogas.

Na verdade, João Grilo trabalhava como “aviãozinho” no tráfico de drogas (disse que se iniciou fazendo entrega e depois passou a vender). Foi no mesmo período em que trabalhava no tráfico de drogas que João Grilo deu início também ao consumo de diferentes narcóticos, desde a maconha, mesclado, cocaína, álcool, loló, até chegar ao uso atual de crack.

Num primeiro momento, João Grilo demonstrou disposição para falar sobre qualquer assunto e iniciou sua narrativa pessoal com uma descrição do quadro de interação intrafamiliar. Segundo conta, seu pai,

Paulo, desejava que o filho seguisse seus passos no cultivo de hortas, um ofício familiar:

“Ele queria que eu trabalhasse, ele trabalhava em horta, aí eu sempre tava com ele na horta. Por eu usar brinco, tatuagem no corpo. Se ele tivesse vivo eu não tinha nada no corpo. Eu mesmo fiz isso aqui com a máquina.

[fala sobre a tatuagem escrita, “vida loca”.]

Aí... Olha o nome: vida louca. Eu era doidão, zoadão... queria saber de nada. E se meu pai tivesse vivo, não tava nessa, não. Meu pai era mais!

[levanta o pulso, demonstrando força.]

Minha mãe era mais aberta comigo. Deixava ir pra onde eu quero, fazer o que quiser.”

João Grilo perdeu o pai ainda na adolescência e morou com a mãe e os irmãos até casar com Rosinha, com quem tem um filho chamado Emanuel, de 5 anos. A respeito do uso do crack e seus efeitos sobre a sociabilidade familiar, João avalia: “Só veio para me tirar de minha família, me tirar de perto do meu filho”.

Considera que se tornou outra pessoa “totalmente diferente, fora da sociedade” e que, por isso, não representa um bom exemplo para o filho. Questionado se foi o uso abusivo do crack que causou a separação do casal, respondeu que não. Ao falar de sua vida doméstica, ressalta o relacionamento que já estava de mal a pior, pois João perdia noites seguidas na rua e Rosinha estava lá, dentro de casa, cuidando do filho e preocupada com ele. Então, começaram as discussões: ele alterava-se diante dos conselhos para parar com o uso e procurar ajuda.

Ela não admitia a possibilidade dele trazer para dentro de casa uma doença, em decorrência da prostituição – atividade que desempenhou desde cedo até a separação de Rosinha. Diz ter apurado muito dinheiro com o ofício da prostituição, não tendo motivos para abandonar a prática, uma vez que as mulheres o tratavam bem, eram cheirosas, não encarnavam, o levavam a lugares e passeios caros, davam presentes (relógios, correntes, roupas, óculos, tênis de marca etc.). Podia “fazer fortuna” com as “gringas”, seu público-alvo. Estimulado por interesses que ultrapassam os aspectos sentimentais, João Grilo faz parte de uma categoria emicamente conhecida como caça-gringas (CANTALICE, 2009, p. 163).

A inclinação à falta de compromisso amoroso solicitado por Rosinha deixava João ignorante dentro de casa; as saídas noturnas e diurnas chateavam sua esposa. Questionado se agredia Rosinha, João não titubeia. Diz que batia, mas que estava arrependido, pois ela é uma pessoa que o ajudava a se erguer, que dava consolo e, não menos importante, é a mãe do filho dele. João insiste em dizer que recebia muito carinho de sua esposa, pois ela falava muitas coisas para ajudá-lo, e atribuiu muito valor a Rosinha em sua narrativa, sobretudo ao se culpar pelo fim do relacionamento e por dizer que parou de se drogar e se prostituir após a separação.

Assim como nos trajetos sociais de vários crackeiros entrevistados, encontramos situações nas quais não é o trabalhador que escolhe o seu trabalho, mas o trabalho que escolhe o trabalhador. Foi assim com João, que logo cedo experimentou uma “instabilidade forçada”, passando por diferentes formas de trabalho precarizado, típicas de uma vida de imersão precoce nos “ofícios de fortuna” (BOURDIEU, 1979).

O jovem João diz ter gostado mais de trabalhar com corte e costura numa antiga fábrica de roupas em Salvador (embora relate com certo gosto a experiência da prostituição). Nessa época, desempenhou a função de “infestar os panos em cima da mesa e vim recortando com uma máquina de cortar tecido. Cortava calça e camisa”. Outro trabalho que gostou de fazer e que gostaria de fazer novamente é o de auxiliar de pintura de carro. Comemora suas experiências de trabalho, pois conta como seu portfólio. Atualmente, está desempregado. Se “vira” como ajudante de pedreiro, auxiliar de chapista, auxiliar de pintor, além de vender tudo que “pega”. João desenvolveu capacidades de trabalhar com os “ofícios de fortuna”. Tem um discurso de justificação sobre os laços fraturados com sua família ao lamentar que tudo que podia ser feito por ele a família fez, inclusive “minha irmã pagou curso de informática, pagou clínica pra eu me internar e tudo. E eu não fui. Tive que ‘desafastar’ de minha família”. Por isso, ficaram todos com raiva dele, já que ele está sempre fazendo “coisa errada”.

Aos 15 anos, deu o primeiro “beijo na lata”, junto aos amigos que compravam a droga vendida por ele e acenderam para consumir na sua presença. Por curiosidade e por convite da “roda”, experimentou. Descreve ter tido a alucinação de que o coração queria sair pela boca e as sensações de medo, pânico, busca por isolamento, as

necessidades de mudança de ambiente e de se esconder; sensação de que todas as pessoas estão olhando, julgando e condenando. Além disso, a dependência passou por variações. Segundo conta, no início usava de 24 a 48 pedras, virando dia e noite seguidos; estava magro como um “palito”. Atualmente (na época de nossa entrevista), ficava até três semanas sem usar. E, mesmo quando bate a vontade e faz o uso, no outro dia já sente a diferença, pois o corpo fica enjoado, diz que perdeu até um pouco de gosto pelo crack depois que se separou de Rosinha.

“Parei depois que eu separei dela. Eu perdi até um pouco do gosto, porque assim, que era uma pessoa que me ajudava, me dava consolo, tinha meu gurizinho, a gente sempre brincava, tinha vez que eu largava tudo, ia pra dentro de casa. Ficava dentro de casa: eu e ela e meu gurizinho, brincando. Mas quando eu tava de cara, era tudo bom, depois que eu começava a me drogar, já era outro. Fazia ignorância com ela...”

[Chegou a bater nela?]

“Já. Fazia ignorância. Começava discussão, aquela onda, se uma pessoa te dá um carinho ela quer receber uma resposta de carinho também, não é? Às vezes ela falava umas coisas pra mim, assim, pra me ajudar, eu falava véio, é o que, meu irmão?, porra nenhuma! Nem minha mãe se mete. Ela se sentia ofendida. Quem vai aceitar um relacionamento desse? Ninguém. Oxe, dou o maior valor a ela. Se eu pudesse voltar o tempo pra trás, eu voltava.”

Aos olhos de João, sua vida tornou-se uma fonte de obstáculos desde que conheceu o crack, atribuindo o desgaste familiar ao uso cada vez mais contínuo da droga, por ter se afastado de perto do filho e da esposa. Embora João atribua ao crack a responsabilidade pelo seu sofrimento afetivo, conforme discutiremos mais adiante, ficará claro que é o sofrimento afetivo de João, no presente, que deve ser entendido muito mais como um retorno do mesmo sofrimento afetivo vivenciado na esfera familiar e pessoal no passado.

No início da separação, foi morar com sua mãe e irmã, experimentando uma nova situação de desgaste familiar. Passou a roubar os produtos e o dinheiro de sua mãe (revendedora de cosméticos). Sua irmã mais velha se indignou com a situação, passando a impor condições de controle no ambiente doméstico. Nesse e em outros momentos da sua narrativa, João demonstra resistência à hierarquia, recusa às im-

posições e obrigações e indisciplina. Esse patrimônio de disposições indesejáveis só veio a aumentar à medida que João vivenciou novas experiências de ruptura na esfera afetiva.

Sentenciado a sete anos e poucos meses de cadeia, cumpriu três anos preso e em seguida foi para o semiaberto. No mesmo dia que saiu, disse que não voltaria nunca mais e já se passaram quatro anos que é foragido da Justiça.

Seu Paulo, pai de João Grilo, faleceu em virtude de um derrame. João estava com 16 anos. A essa altura da vida, já traficava e já tinha se iniciado no consumo de crack, mas conseguia manter escondido da família. Uma família humilde, cujo pai era agricultor e a mãe, dona de casa e revendedora de cosméticos da Avon. João é o caçula dentre quatro filhos (duas irmãs e um irmão). Uma das irmãs, Janúbia, é formada em pedagogia e a outra, Jaraiana, tem uma bodega dentro de casa. Seu irmão, Jackson, trabalha numa loja de química que manipula e fabrica cloro.

Imerso desde cedo (14 anos) numa sociabilidade violenta, João Grilo tem o corpo literalmente moldado por experiências de violência física na interação interpessoal (balas e golpes de faca em decorrência do seu envolvimento com o tráfico). Aos 18 anos foi preso por assalto à mão armada. Durante um ano, no período de reclusão, esteve em abstinência. Dentro da penitenciária, não teve como manter o consumo do crack, embora tenha atualizado sua disposição para o tráfico, pois entre os detentos ganhou “respaldo”, recebeu ajuda de outros internos que “deram” drogas para João traficar dentro do presídio. Desfia uma verdadeira organização e concessões acordadas dentro do presídio ao dizer que não só os agentes penitenciários permitem a entrada e circulação de drogas, como também o diretor é quem manda, pois “lá dentro, o que dá dinheiro é droga e comida”, pois todo mundo quer comer uma “coisinha melhor” e é com a ordem do diretor que é possível esse tipo de transação (este recebe todo o dinheiro da venda de comidas).

O constrangimento que sente diante da sociedade, das pessoas com quem conviveu e convive e de pessoas anônimas que passam por ele é motivo de vergonha para João, pois se ver e ser visto como uma pessoa adicta é “muito feio, coisa feia, nojenta”.

“É, sou outra pessoa, sim, totalmente diferente, fora da sociedade. Porque assim, a gente que usa droga, mas principalmente o crack, você vai perdendo a confiança nos seus amigos, nas outras pessoas e as

peessoas vai te excluindo da sociedade, já te vê com outros olhos. Não te vê com os olhos de um ser humano, um trabalhador, um pai de família direito. Vai dizer é ladrão, é sacizeiro. Ah, não, aí às vezes muitos querem ajudar e não ajudam por causa disso. Diz: aí é ladrão, é sacizeiro. Você vai dar uma oportunidade e ele vai pagar com outra moeda, vai pagar ao contrário, não é aquela resposta que a pessoa quer. Comecei a usar droga com influência dos meus camaradas. Amigos. Trabalhava. Tudo. Tinha tudo na vida. Tinha casa, tinha tudo. Hoje em dia eu não tenho mais nada. Tô querendo me equilibrar de novo. Aos pouquinhos eu tô deixando de lado ela, parando.”

Não obstante, observou-se entre os entrevistados a tendência para a aglutinação de diversos desvios. A exemplo disso, muitos crackeiros com frequência tornam-se traficantes de drogas (compreendido como um “trabalho”, para os meus interlocutores). Há casos bastante significativos em que aparece a relação entre tráfico de drogas e uso de crack, relação esta que deve ser pensada em termos de causalidade circular. Em alguns casos de perfis individuais, primeiramente eles vivenciam a experiência de traficante. Em outros casos, ocorre o contrário: o usuário de crack torna-se traficante.

Quatro foram os princípios de variação bastante recorrentes no universo amostral dos outsiders da ralé: o pertencimento de classe, a clivagem de gênero (masculino), a cor/raça (negros) e o habitus precário – ausência de disposições planificadoras – (SOUZA, 2009), o que, em si, justifica o uso do termo outsider da ralé.

Podemos dizer que esses são os vínculos de desigualdade aos quais os crackeiros estão ligados. No entanto, o elemento diferenciador desse segmento interno da ralé seria a presença do polimorfismo em matéria de diferentes tipos de comportamento desviante e do uso de diferentes tipos de narcóticos. Ele não é apenas um usuário abusivo de crack, ele sempre está acompanhado de outros desvios comportamentais. Por isso, o comportamento desviante heterogêneo é o retrato sociológico mais expressivo do tipo social do crackeiro.

Contudo, nosso retrato ideal típico não se encerra apenas nessa propriedade estrutural, ou melhor, regularidade sociológica disposicional. Ainda é preciso descrever densamente o segundo tecido estrutural dos outsiders da ralé, aquele mais diretamente relacionado às experiências de sociabilidade afetiva.

Laços frágeis e afetos precários: uma esfera amorosa anômica

“O devido reconhecimento não é uma mera cortesia que devemos conceder às pessoas. É uma necessidade humana vital.”

Charles Taylor (2000)

Clara, 34 anos, branca, cabelos curtos de fios loiros, olhos azuis, tem seios salientes, baixa estatura, corpo franzino, com ombros curvados para a frente; parece carregar o peso do mundo sobre si. Seu olhar é marcado por tristeza, sem expressão de alegria alguma. O rosto de Clara é afilado, o nariz marcado, reto e grande, sobrancelhas delineadas, maçãs do rosto rosadas, lábios finos e dentes brancos e alinhados. Seu caminhar é largado, bem devagar, com os braços soltos e as pernas abertas. Coloca e retira um boné de instante em instante, passando as mãos finas sobre os cabelos lisos para afastar os fios de cima dos olhos. É uma mulher de belos contornos. Estudou até a 3ª série do Ensino Médio em escola pública, fez um curso profissionalizante de mecânica e se orgulha de possuir os certificados de conclusão de curso. Durante a entrevista, está sentada ao meu lado no banco da praça em frente ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza (CE).

Há quase dois anos, veio de São Paulo procurando pela mãe, que tem a guarda de sua filha de 4 anos. As duas moram atualmente na Maraponga, região periférica de Fortaleza (CE). A mãe de Clara não aceitava o fato de sua filha ser usuária de droga e a expulsou de casa, viajando em seguida para Belém do Pará, para junto do padrasto, levando a filha de Clara, Antonelly (fruto de um estupro corretivo sofrido por Clara aos 30 anos).

Clara relembra com dificuldades a primeira vez que consumiu crack. Tinha 14 anos e ainda morava em São Paulo (experiência precoce de uso de drogas), período em que estava na companhia de pessoas “erradas”. Certo dia, durante uma festa, bêbada e dopada, aconteceu de seu “próprio” amigo estuprá-la. Ela menciona que sente “revolta” por isso ter-lhe acontecido. Clara foi estuprada duas vezes. A primeira, aos 14, e a segunda, aos 30 anos. Nenhum dos irmãos de Clara faz uso de bebida, cigarro ou qualquer tipo de droga; consideram-se pessoas “normais”, definindo as fronteiras dessa normalidade ao oposto de Clara (a “ovelha negra da família”). Ao longo de sua narrativa, Clara deixará

claro que essa experiência de rebaixamento intrafamiliar já ocorria antes de dar início ao uso de drogas e estava relacionado à homossexualidade feminina.

Já em Fortaleza, Clara ficou na casa de sua mãe. Nesse mesmo período, começou a trabalhar no bairro do Eusébio, em um lava-jato, ocasião em que conheceu uma mulher e se envolveu amorosamente com ela. As duas foram morar juntas, convivendo em uma quitinete alugada. Ficou mais ou menos um mês com ela, até se envolver novamente com as drogas. Em consequência disso, vendeu tudo que tinha dentro de casa, deixando de pagar o aluguel, e logo que ficou devendo, procurou pela mãe. Nessa ocasião, descobriu que novamente sua mãe havia ido embora, levando Antonelly (filha de Clara). Essa segunda experiência de abandono familiar lhe causou “revolta”.

Atualmente, Clara vende reciclagem perto da Sefaz. Segundo ela, “o pessoal” da secretaria a considera “pra caramba”. Confiam nela, chegam a pedir para que ela troque dinheiro na rua. Também oferecem almoço, janta e uma merenda, faltando-lhe apenas apoio de um lugar para dormir. Há quatro meses, Clara dorme na rua e recentemente chegou a ser agredida com o “gogó de uma garrafa” na bochecha esquerda. Clara narra que havia dado “uma pancada” (usado quatro pedras de crack), bebido meio litro de cachaça e estava descendo o viaduto muito “louca mesmo”. Na subida de um viaduto com o carrinho de reciclagem, bateu sem querer em um rapaz. Este caiu no chão, derrubando um litro de cachaça, que quebrou. Na hora, ele não se alterou e disse apenas “não, Clara, deixe quieto. Não tem problema não”. Clara continuou descendo com o carrinho, quando ouviu “Clara, olha para trás”. O rapaz já estava em cima dela. Deu o primeiro golpe na mão, que ela mostra ponteada. A luta entre os dois seguiu com um golpe no rosto de Clara, onde se vê uma cicatriz tipo queleide. A cicatriz cresceu saliente e rosada, originou o apelido de “Chucky, o brinquedo assassino”.

Ao contrário dos olmecas do México da era pré-colombiana, que faziam queloides intencionais sobre o corpo, ou das mulheres da Núbia e do Sudão da era moderna, que também praticam intencionalmente a escarificação com queloides faciais como forma de decoração do corpo, ou ainda dos nativos da Papua-Nova Guiné (BATESON, 2006), dos Nuer (EVANS-PRITCHARD, 1978) e dos Nuba (LE BRETON, 2003),

que praticam intervenções sobre o corpo para lhes conferir respeito, honradez, coragem e, sobretudo, resistência, em nossa sociedade essas cicatrizes são concebidas esteticamente de modo negativo e imprimem motivo de vergonha para Clara. Neste momento, chora copiosamente, lamenta o rosto “desfigurado”, se sente “cada vez mais feia” e, incomodada, passa a mão sobre a cicatriz em alto-relevo que se estende por sua face e volta a chorar, lamentando por ter inflamado os pontos e ter ficado com a cicatriz “tão grande e feia”. Sente vergonha, conta que, ao conversar com as pessoas, tenta colocar a mão no rosto para esconder, pois morre de vergonha.

Ao longo de nossa conversa, ela passa muito tempo com a mão sobre o rosto e com a cabeça inclinada para que eu não a veja. Volta a chorar e me pedir desculpas por isso. Diz querer ser internada, parar de usar drogas e sair da rua, pois sente muito medo. Não gosta de lembrar-se desse episódio nem de passar pelo local onde aconteceu, pois sempre que cruza com o agressor ocorre que ele a ameaça dizendo “vou te fazer” (isto é, vou te matar).

Outro dia foi ajudar uma moça que estava com a moto quebrada, pois é mecânica. Estava descalça (mostra os pés cheios de bolhas, queimados e sem pele em algumas partes, pois furou as bolhas para evacuar o líquido acumulado, e como não teria o que calçar, ficou andando com o pé direto no chão, abrindo feridas). Ela conta que a mulher “fez um escândalo”, o dono do restaurante logo chegou, o marido estava ao lado, vieram mais dois seguranças que já partiram para bater nela, que nesse instante caiu e foi arrastada. Chamaram a polícia. Um dos policiais da viatura reconheceu Clara, lembrou do episódio do “gogó de garrafa” e saiu em sua defesa, dizendo que “ela não rouba ninguém”, e perguntou aos seguranças o que ela fez. Clara retoma a narrativa contando que se tratava de estrangeiros que estavam sem a intérprete naquele momento e supuseram que ela iria roubar os celulares, mas conta que havia pedido um refrigerante e um espetinho para comer. Os colegas de rua disseram que ela estava fedendo a “chiqueiro de porco” e “o pessoal era tudo cheiroso e arrumadinho”, falavam outra língua e por isso acharam que ela iria roubar. Logo, ninguém estava conseguindo se entender naquela hora e Clara sofreu agressões verbais e físicas por ruídos na comunicação e movidas pelas categorias morais de assepsia que habitam a cabeça do casal, dos seguranças e dos policiais.

Clara gosta de se cuidar, toma banho todos os dias, mas não tem sabonete, nem xampu e condicionador. Ela procura creme dental no lixo, para manter os dentes bem cuidados. Mesmo usando droga, diz que nunca deixou de fazer sua higiene pessoal (“uso minha droga, mas minha boca é sempre assim. Só não tenho escova” – os dentes não são aparentemente desgastados como costume encontrar entre os meus interlocutores). Sente-se humilhada diante dessa situação e pensa “muita besteira”; revela que tentou imolar-se, jogando o corpo de cima do viaduto após o uso da substância, mas uns colegas da rua conseguiram puxá-la pela camisa, que ficou esgarçada e com a qual está vestida no momento da nossa entrevista. A base motivacional foi a “revolta”. E torna a chorar. Clara diz que apanha diariamente de várias pessoas e por motivos diferentes.

A mãe de Clara largou o pai quando ela tinha 2 anos, o irmão Alessandro, mais velho, tinha 6 anos (hoje tem 40 anos), e o irmão mais novo, Josué (o caçula, hoje com 28 anos), não era nascido ainda. Este não gosta dela; é um dos sócios de uma construtora e parece dispor de melhores condições financeiras na família. Recentemente, Clara foi procurá-lo em casa, arrombou os portões e quebrou as janelas de vidro. O irmão bateu muito nela e a entregou na delegacia. A cunhada de Clara foi retirá-la de lá. Conta que “inventou” uma outra dependência ao dizer que tomava remédio controlado e tinha problemas de saúde, para assim conseguir retirá-la da delegacia. Questionada sobre o motivo de ter ido até a casa do irmão e quebrado os portões e as janelas, Clara responde que tem “ódio dele”, que ele não gosta dela por ela ser lésbica e usar droga (“porque não gosto de homem, uso droga”). Com sentimentos contraditórios, Clara descreve o seu irmão: um homem muito bonito, de quem gosta excessivamente, mas diz também sentir ódio por ele. E nessa hora chora, parece confusa entre os dois sentimentos descritos em relação ao irmão; diz não se entender e que precisa mesmo é “fazer uma besteira”, talvez se internar. Ela já recebeu ajuda de Josué e chegou a ser internada nas Comunidades Terapêuticas Leão de Judá e Família Melhor de São Cristovam (onde ficou seis meses internada, sem fazer uso). Josué não só pagou a estadia nas CT como levava cesta básica todo fim de semana e dava R\$ 15,00 para ela comer outras coisas. Nesse período, Clara não queria vê-lo, sentia vergonha. Ela conta que foi batizada na igreja da pastora “Cristiana”, mas lamenta ter se “desviado”. Anda com a bíblia debaixo do braço (que considera sua “espada”) e a lê

todos os dias à noite, quando pede a Deus que a proteja porque é muito arriscado dormir na rua; ela mesma já presenciou e viu muita coisa ruim acontecer. Sobre a época em que viveu nas CT, lembra que andava bem-arrumada; os pés eram limpos, suas roupas eram limpas para vestir, as unhas feitas, os cabelos cheirosos... E agora está com a roupa do corpo. O chinelo que calça durante a entrevista, havia acabado de ganhar de um ambulante que vende bebidas em frente ao pátio do Centro de Arte e Cultura Dragão do Mar, onde nós conversamos.

Clara se sentia culpada em relação à filha, pois a menina não a reconhece como mãe, tendo, na figura da avó, a consideração como figura materna. De acordo com o relato de Clara, Antonelly, ao vê-la na rua, disse à avó que a mãe estava “doida”. Clara chora, soluça e diz que a sua filha está em acompanhamento psicológico com a ajuda de uma prima e que lamenta tudo isso ainda mais, pois começou a amar a filha somente depois de 1 ano e 8 meses de seu nascimento. Em sua narrativa, conta que foi estuprada duas vezes porque “não era normal”. Ao fazer uso desse adjetivo, procura referir-se ao significado incorporado diante da sociedade dominante pelos critérios de “heteronormatividade”, referindo-se ao fato de que não gosta de homens e, por essa razão, foi exposta muito precocemente a situações de violência doméstica, moral e física, além de violações ao corpo através de atos sexuais não consentidos, um deles produzindo uma gravidez indesejada. A família, guiada pelo padrão heteronormativo, encontra nessa situação de violência a possibilidade de “reverter” a ordem sexual de Clara, mantendo a gravidez, mesmo quando ela desejava o aborto. Nesse momento, Clara vivencia maior experiência de humilhação e violência física: ficar amarrada numa cama durante seis meses pelos próprios familiares, tudo isso após um “estupro corretivo”. A família não era de acordo com o aborto e quis resolver a situação amarrando os braços e pernas dela para que ela não fincasse uma faca contra a própria barriga para matar a criança, como havia tentado fazer. Clara diz que antes não gostava da filha, e que teve depressão pós-parto. A exemplo disso, em relação à conduta sexual, que pode significar escapar à ideia de normalidade e servir como um atributo para emissão de etiquetas como anormal, diferente, marginal, no caso de Clara, durante nossa entrevista ela chora muito e reforça a “reificação” de suas etiquetas (“Eu sou desse jeito, né?! Não sou normal, você tá vendo. Eu quero ser uma pessoal normal. Mas por que eu sou bissexual?”).

Clara diz que antes não gostava da filha e que teve depressão pós-parto: *“Eu fiquei 6 meses amarrada numa cama porque eu queria furar minha barriga” (chora e soluça). E hoje eu sinto falta. No ponto que, eu vou fazer uma besteira, não vou mentir. Porque eu não tenho roupa, ando toda suja, fedendo. Se eu tivesse uma roupa, um sabonete, uma pasta, um xampu, um dinheirinho para comer, para não ficar pedindo a esse povo, não vou mentir; a maioria humilha só porque tem (faz sinal alisando os dedos indicador e o polegar), porque nunca passou necessidade na vida”.*

Indignada diante do tratamento humilhante que recebe da sociedade e da família, principalmente, relembra a busca pelo pai aos 18 anos, em São Paulo, período em que já fazia uso de drogas e vivenciava constantes conflitos no ambiente familiar. Seu pai é descrito como um homem muito bonito, com cabelos grandes e grisalhos, e que é carreteiro (o avô paterno também era carreteiro). Faria entrega de motos, de Bebedouro para Parauapebas, no Pará. Segundo seu relato, quando reencontrou o pai, este a convidou para acompanhá-lo numa de suas viagens de entregas. Nesse momento de sua narrativa, altera o tom de voz, que fica agressivo, ao falar de sua madrasta e lembrar o comportamento dela ao puxá-la pelo braço na tentativa de retirá-la de dentro do caminhão. Pois não queria que ela acompanhasse o pai. Então, o pai disse para ela descer e ficar, prometendo trazer um presente na volta. Clara esperou dois meses e meio. Antes de ele chegar, ela se antecipou ao contar para o pai que, durante a ausência dele, a madrasta traficava dentro de casa e colocava Clara para vender e atrair as pessoas para dentro de sua casa. Para decepção de Clara, o pai não acreditou e disse que ela estava mentindo, comprou uma passagem para ela ir embora de volta para Fortaleza. No meio do caminho, entre Bebedouro e Ribeirão Preto, Clara gastou todo o dinheiro com bebidas e drogas. Levou três meses e cinco dias para chegar em Fortaleza de carona. Parava na BR, em postos de abastecimento e pedia comida. Nesse período, andava com uma faca dentro da bolsa, temendo os riscos da beira de estrada. Clara sai do sério quando as pessoas “desfazem” dela, a humilham; quando lembra que já bebeu água do chão, de esgoto, que retirou comida de lixo para saciar sua fome e que os traficantes ficam debochando de usuário (“os dependentes químicos são humilhados, maltratados. Mas quem vende se acha. Tem televisão em casa, cama, roupa, tem o lugarzinho de dormir. Não dorme na fossa”).

Em tom de desabafo e arrependimento, Clara admite que se pudesse voltaria para a mãe, hoje com 75 anos; e fala que deseja cuidar de sua mãe e de sua filha, pois se sente culpada pelas três vezes que a mãe sofreu um acidente vascular cerebral (AVC). Sonha em dar um futuro melhor para a pequena Antonelly, em ser “normal” (o que para ela significa deixar de fazer uso de drogas e mudar sua orientação afetiva e sexual – homossexual). Além disso, articula uma inclinação política projetivamente ao dizer que se fosse presidente deste país, construiria “vários prédios para abrigar as pessoas que estão na rua, pedindo comida, usando droga”. Dentro, teria “comida, televisão, diversão, roupa limpa, perfumada e tudo cheiroso; menos droga, cachaça e cigarro”. E todo mundo se divertindo na beira de uma “piscinona bem grande”. Observa-se com essa fala um importante conjunto de “bem de vida” articulado por Clara.

Sente-se no último degrau, reconhece estar no fundo do poço. E que para sair precisa de ajuda, pois usar droga “é mais forte do que eu”. Não sente vergonha de falar isso e pede, por favor, que arrume um lugar para ser internada novamente e só quer sair quando “erguer as mãos e dizer: eu tô curada!”. Clara não sabe dizer se os seus pais frequentaram a escola, mas conta que seus irmãos são formados, um em direito e outro em administração. Quanto aos outros dois irmãos, somente por parte de pai, um cursou a faculdade de química e a irmã terminou o curso de física. Ambos moram em São Paulo, entretanto, não mantêm mais contato com eles.

Clara nunca se relacionou com homens (“não gosto, não curto”). O seu último relacionamento foi com uma feirante, quando ainda não estava no “fundo do poço”, e ambas se envergonharam quando se reencontraram recentemente na rua. Sua ex-companheira a viu “nas condições que está” e desabou num desespero para chorar que precisou ser carregada pela irmã que estava ao seu lado. Clara conta que pesava 85 quilos e que atualmente pesa 41. É capoeirista, mecânica, pintora, bordadeira, sabe costurar e já trabalhou de ajudante em restaurante. “Tudo que você imaginar um pouquinho, eu faço.” E hoje “eu tô aqui numa vida dessa?! Usando droga e catando lixo...”. Finaliza nossa conversa desesperançada, com saudades de sua casa de São Paulo, onde morou até os 2 anos de idade. Sua narrativa revela um universo de verdadeira escassez amorosa, experiências acumuladas de rebaixamento moral e feridas emocionais abertas.

A experiência de desrespeito nas relações primárias (família, redes de amigos e relacionamentos eróticos) representa aquilo que estou chamando de esfera amorosa anômica. É um conceito-síntese articulado com noções de anomia (DURKHEIM, 2014), figuração (ELIAS, 2000), e de esfera amorosa (HONNETH, 2003).

Nesse sentido, as diferentes e sucessivas experiências de desrespeito social na esfera amorosa/afetiva de Clara me puseram a caçar de meus limites descritivos, pois o que antes deveria ser construído como um tipo ideal, revelou-se sendo a própria realidade. As anotações de diários de campo sobre as regularidades e os pontos sobre quais deveria construir uma narrativa a partir de vários interlocutores apareceram na narrativa de Clara. Ela representa e se apresenta como o tipo social acabado da socialização numa esfera amorosa anômica.

Considerando os comentários de Honneth (2003) acerca da esfera amorosa, enquanto representando a primeira experiência de reconhecimento recíproco e de onde deriva o amor, temos no caso de Clara, que não vivenciou experiências afetivas duradouras, uma pessoa sempre em estado de pouca confiança de si e dependente, sempre em seu estado carencial.

De modo geral, as experiências de desrespeito social vivenciadas não permitem ao crackeiro, por exemplo, desenvolver uma autocompreensão positiva de si mesmo. Destarte, suas experiências negativas não se convertem em lutas moralmente motivadas, pois o outsider da ralé é incapaz de articular uma semântica coletiva de indignação e injustiça, tal como encontrado nos movimentos sociais (EDER, 2002; HONNETH, 2003; BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009; MORAIS LIMA, 2013a, 2013b).

Dito de outro modo, o crackeiro não tem organização política e não pode ser confundido ou (pior) tratado nos mesmos termos que um usuário de maconha. E aqui é preciso vigilância diante dos limites cognitivos de classe (entre os pesquisadores), para não romantizar a miséria humana, para não estetizar a dor sob o manto do agente individual que autoconstrói e faz escolhas (silenciando e invisibilizando as dores das escolhas pré-escolhidas).

Alguém que tome qualquer uma dessas vias mencionadas estará apresentando uma “cultura do crack” e extraindo virtudes das feridas expostas de uma sociedade brutalmente desigual, que se amesquinha

em explicações falsas, imprimindo a produção de classes de agentes despossuídos e marginalizados, tanto de recursos materiais e simbólicos quanto de reconhecimento e estima social.

Estigmas e aspirações frustradas: o (estreito) horizonte moral dos outsiders da ralé

O que falta para mim é ser uma pessoa digna.

Zacarias (maio de 2014)

Nos dois retratos sociológicos descritos até aqui, vimos o patrimônio de disposições indesejadas constituídas numa sociabilidade afetiva anômica. Para que o quadro fique completo, resta examinar os ideais e valores compartilhados pelos outsiders da ralé, principalmente seus “bens de avaliação forte” e como se situam em relação a eles.

Três amigos, Ana, Zacarias e Chico, conversam e brincam entre si enquanto abordam o grupo a fim de realizar entrevistas na Avenida Caxangá, em Recife (PE). Eles moram embaixo do viaduto e dizem ser uma família, um para o outro. É nesse contexto de amizade que o roteiro principal do próximo retrato sociológico se apresenta.

Ana tem 31 anos. Ela passa o dia circulando pelo viaduto olhando para o chão. Zacarias e Chico zombam dela por causa disso e dizem para mim: “Esse é um dos efeitos do crack”. Ela é negra, muito magra, esguia, de cabelo pixaim, com fivela na franja; usa um vestido curtinho, colado no corpo, tomara-que-caia; está sem os dentes da frente; o rosto é pequeno, fino; tem nariz largo, olhos castanho-escuros, usa batom vermelho e unhas pintadas na cor roxa; faz careta para mim, arrebitando os beiços para cima e desdenha quando tento conversar com ela; depois, volta serelepe e pede para conversar, sorrindo e dizendo que estava brincando. É namorada de Zacarias, se prostitui no viaduto à noite.

Zacarias, 18 anos, conta em tom jocoso que a namorada é uma “fonte de dinheiro achado” e que tudo que encontra divide com os dois (ela e o amigo Chico). Zacarias diz que é um cara bom, sem maldade; quando está com dinheiro, o viaduto todo faz festa, pois não deixa ninguém “de cara”. “Posso estar com cinquenta pedras de crack. Eu não vou fumar em outro lugar não. Eu só venho pra cá.” Para ele, o crack é

tão bom que quando uma pessoa faz uso a primeira vez, não quer deixar mais. Por isso, faz de tudo, se sujeita a todo tipo de humilhação por dez contos para saciar a vontade de fumar. Saiu e voltou para casa quatro vezes; o pai trazia de volta. Mas na última vez “ele se arretou”, porque descobriu que Zacarias começou a fazer coisa errada e foi preso duas vezes. Zacarias conta que era crente, que frequentava a igreja, mas parou após a morte da mãe. Tem o pai e dois irmãos – uma irmã “da sua cor, assim” (minha irmã já é branca), e o irmão, mais moreno. Em casa, são todos desunidos; só “se unia para brigar”. Zacarias é negro, magro, baixo, de olhos cor de mel, dentes branqueados com manchas amarelas, cabelo pixaim cortado baixo e andar apressado. No dia de nossa entrevista, estava vestindo uma bermuda vermelha de nylon, tênis e camisa tipo abadá de micareta. Sentou-se no meio fio enquanto eu desfiava a vida de Chico, que entrevistei inicialmente.

Chico é branco, alto, loiro, cabelos altos bem bagunçados, tipo cacheados; tem a face bastante afundada com aspecto “chupado”, os dentes bem gastos e amarelados. Usa muitos adornos (exibe as mãos cheias de anéis), veste uma bermuda desfiada jeans com uma camisa de botões listrada e calça chinelos tipo havaianas; porta uma mochila e uma bolsa pequenina. No meio de nossa conversa, Chico abre a bolsa e tenta vender as coisas que estão dentro (fruto de pequenos furtos, ele mesmo revela durante a entrevista).

Comecei a conversar com Chico, depois com Zacarias e por último com Ana. Os três, muito agitados, não haviam feito uso de crack naquele momento, mas brincam e me zoam de instante em instante; em outros momentos, seus olhos marejam. Os três permanecem em silêncio e deixam escapar algumas lágrimas. Levantam e saem, atravessam a rua e entregam cigarros, recebem crack, trocam dinheiro, cochicham entre si e com os outros. É um momento bastante agitado, mas não me deixa insegura. Diferente de outros contextos de entrevista que me produzem verdadeiros calabouços internos.

Zacarias fala muito e sem parar; interrompe a fala mansa de Chico o tempo todo, até que eu lhe peço para esperar. Então, chegada a sua vez, começa a narrar que hoje em dia não gosta de briga, nem de confusão, e se vir um companheiro fazer alguma coisa de errado conversa e aconselha para parar (ele começa essa narrativa depois que presenciamos uma discussão entre usuários do outro lado da rua).

Já viu muita coisa errada e não gosta de se envolver em confusão, pois na rua não sabe quem é quem. Nesse instante, passa uma moça usuária do outro lado da rua e Zacarias diz que ela ateou fogo nele, enquanto ele estava dormindo, e mostra as marcas que ficaram espalhadas pelo corpo. Em seguida, relata que um usuário teria mexido com um senhor de idade, morador de rua, e queria machucá-lo, mas ele não deixou, e isso resultou num ataque com um “gogó de garrafa” que produziu muitos cortes pelo corpo. Enquanto isso, abre uma revista Autoesporte e mostra carros caros; sonha ter um de cada modelo no seu nome. Almeja como sonho de vida e autorrealização organizar uma empresa com “setenta milhões de carretas”.

Em relação aos sentidos de justiça, atribui muita importância ao sagrado ao dizer que “o certo é a pessoa seguir a Deus”. Considera errado “as pessoas que trabalham com homicídio, extorsão, fraude”, e diz que o governo deveria oferecer mais oportunidade de trabalho. Tem vontade de se internar. Até chegou a procurar, com a ajuda do pai, um local para se internar na igreja, mas o pastor cobrou R\$ 500,00 (quinhentos reais). Ele se mostra muito insatisfeito com a postura do pastor que não quis aceitar os R\$ 200,00 (duzentos reais) que o pai teria condições de pagar (“Um pastor dizer um negócio desses? E ele não é da igreja, não? Não deveria tá fazendo isso para ajudar as pessoas, não?”).

Zacarias começou a trabalhar na feira acompanhando o pai aos 13 anos e, aos 15, carregava sacos de cimento no depósito de cimento próximo à sua casa. Nessa época, estudava à tarde e trabalhava na parte da manhã; depois, abandonou a escola; disse que era muito inquieto para os estudos.

Questionado sobre se teria um sonho a realizar, responde que quer deixar definitivamente o uso do crack e aspira a um bom trabalho e à construção de uma nova vida. Pois se sente indignado com o abandono de sua família, não deseja isso para ninguém e não quer o mesmo destino para os filhos que um dia terá. Fará de tudo para construir uma família e sair da rua, pois lamenta: “Essa vida não tem futuro”. Se voltasse ao começo sabendo o que poderia acontecer com a vida dele, não usaria crack. Não se conforma com as pessoas que não têm respeito e consideração por ele, pois não sente os laços de dádiva devidamente reconhecidos, uma vez que divide as coisas com todo mundo e não recebe o mesmo tratamento.

Sentir saudade dos pais e irmãos, das relações de amizades rompidas e de uma vida na infância é uma aspiração de retorno a um tempo que está passado. Acredita em “Jesus vivo e ressuscitado”, pede perdão a Deus por fumar e ajuda para abandonar o vício. Deseja conseguir um emprego para trabalhar com honestidade e recuperar os documentos, uma vez que não tem mais nenhuma identificação, e se preocupa em poder ser enterrado como indigente, pois perdeu os documentos há quatro meses, não solicitou segunda via de nada por não saber se tem registro de nascimento.

Almeja ter uma “vida regular. Trabalho, trabalho, trabalho”. Sonha com uma “vida normal”, em ter uma casa, uma família. Diz sentir-se decepcionado consigo mesmo, pois as pessoas já não olham mais para ele com olhos de dignidade: “nunca mais foi o mesmo olhar, a mesma conversa, não se tem mais a confiança das pessoas”.

Para Zacarias, as pessoas observam a mudança de feições e de comportamento. Relembra uma relação difícil com a madrasta, após a morte da mãe. A madrasta batia no irmão e ele pedia que ela parasse, pois o menino era calmo, diferente dele, não fazia mal a ninguém, não dava trabalho. Ao mesmo tempo em que revela uma disposição violenta e agressiva, demonstra um senso de justiça que não é desprovido de moralidade.

O forte componente afetivo com avó, irmão, pai e principalmente com a mãe produz disposições para crer na legitimidade da cultura familiar. Revela um patrimônio de aspirações para autorrealização na família, patrimônio que constitui o horizonte moral de Zacarias. Taylor (2005a), por exemplo, nos dá subsídio para refletir sobre o desejo de Zacarias de ajudar certas pessoas com as quais forma uma comunidade de valores, ao mesmo tempo que revela uma fonte disposicional agressiva em relação à madrasta, pois tem dificuldade de estabelecer uma comunidade de valores com ela.

Zacarias conta que, mesmo se mantendo calmo, em certas ocasiões torna-se agressivo. Isso acontece diante de situações como o fato de a madrasta bater no irmão dele, ou “o cara vem aqui e quer tocar fogo no cabelo do meu amigo” (referindo-se à ocasião em que livrou seu amigo, Chico, de um usuário que tentou atear fogo nele, enquanto dormia embaixo do viaduto), além do fato de o pastor não ter aceitado a presença dele na comunidade terapêutica, pois seu pai não tinha con-

dições de pagar o valor solicitado, tendo apenas a metade (“Isso não é coisa de Deus. Ele, né pastor? Não quer ajudar?”).

Zacarias diz encontrar em algumas pessoas adictas uma boa convivência e articula sentimentos de solidariedade com o fato de que tem gente que já tem pouco, mas se “vê o irmãozinho sem nada ajuda a matar a fome, oferece uma comida e divide o que tem”. Na infância, menciona que sua tia comprava comidas (“...no caso, chocolate, pipoca, um recheado, um refrigerante”) e escondia dele, esquecia que ele também tinha “precisão” (necessidade). Ele diz gostar muito de chocolate: “Olha, eu não troco chocolate por nada nesse mundo. Eu trocaria minha mulher que eu tenho agora por chocolate”.

Nesse momento, verifica-se mais uma vez que Zacarias teria sido exposto a experiências de exclusão no universo familiar, porém, revela-se com disposições para solidariedade e senso de comunidade com relação a outros usuários de crack com quem estabelece uma comunhão de valores em que a comida, mesmo em pouca quantidade e escassa, é dividida, diferentemente da tia, que lhe expôs a uma situação de tratamento desigual e de mesquinhez. Assim, se um dia vier a mudar de vida e tiver condições (“Ter uma residência, tá dentro dela, né? Ter os móveis, o transporte e minha família, no caso minha mulher e filhos.”) pretende ajudar as pessoas (“Assim que nem você, que oferece uma palavra amiga, tá andando de cidade em cidade, dá uma comida para uma pessoa que precisa.”).

Pensar no futuro lhe traz a vontade de concluir os estudos, fazer algum curso que possa ajudá-lo a conseguir um bom emprego. Não atura o olhar de discriminação, “como se a gente fosse nada, indigente”, e o que já ouviu de pessoas na rua como: “Se você não morrer, vai preso”. Isso provoca certa indignação em Zacarias. Ele conta que tem muita gente covarde na rua, que gosta de fazer maldade, e por isso tem medo que algo lhe aconteça. Volta a dizer que precisa de uma vida nova e acredita que vai conseguir, pois tem “força de vontade enorme”. Não quer mais ser humilhado, pois cansou de ser humilhado, não aguenta mais, pois já magoou sua família, já vendeu as coisas de dentro de casa e chega à conclusão de que se sua mãe estivesse viva isso não teria acontecido. A voz de Zacarias embarga, os olhos lacrimejam, diz que sua mãe deve estar vendo tudo lá do céu e deve estar chorando. Branda em choro e soluço compulsivo. Depois, um bocejo.

“O usuário de crack perde valor, perde confiança, não é digno para a sociedade.” Ao mesmo tempo em que pronuncia essa frase, Zacarias se autorrepreende e diz que mesmo que use crack ou qualquer outra droga ele é digno.

“Digno”, utilizado no sentido de “ter direitos” e “reivindicar”, pois é “esperto”, é “ligeiro”, “muito cabeça”. Para ele, os usuários de crack, como pessoa, precisam “voltar a fazer parte da sociedade de novo”, mas pensa: “Eu já faço parte da sociedade. E o nosso direito de humanos, direitos humanos?!”. Independentemente do que um usuário seja, o “fato dele cometer erros”, “ter dívidas com a justiça, porque ele anda errado” não justifica que sejam maltratados e humilhados, pois não é porque “eu sou um usuário de droga que eu sou um cachorro”.

Zacarias, Chico e Ana poderiam ser as fontes de solidariedade de um futuro promissor?

Uma das formas de agir, articuladas por Taylor (2005a), pode ser encontrada nas falas que Zacarias articula, pois ele atribui valor diante de uma impressão compartilhada entre a população de que somos cidadãos iguais, entretanto, ao mesmo tempo em que reivindica “direitos”, “dignidade” e “direitos humanos”, atributos de uma possível cidadania, Zacarias denuncia as percepções que o fazem sentir-se “fora da sociedade”, elaboradas a partir da noção de desigualdade e da dificuldade entre as pessoas de se verem como parte de um mesmo componente social, qual seja, a cidadania. Portanto, habita aqui a dificuldade de acesso aos bens irredutivelmente sociais.

Os princípios que regulam nossa atribuição de respeito ou o reconhecimento social portam um componente distintivo que permitem classificar as pessoas como mais ou menos dignas, como se algumas tivessem mais ou menos direitos do que outras.

Ressalta-se, desse modo, a importância da compreensão de nós mesmos como portadores de direitos, numa relação de reconhecimento recíproco, em que o Estado não se ausente de sua responsabilidade social em assegurar a promoção de consensos normativos atualizados sobre a ideia de integridade moral de pessoas e grupos, a exemplo dos usuários de crack que não foram, por muito tempo, integrados ao conceito de pessoa e que, diante disso, são alvos de insistentes e constantes experiências de desrespeito, indiferença ou privação de direitos.

Se voltarmos a Hegel e, especialmente, à sua ideia de luta por reconhecimento (HONNETH, 2003), encontraremos a base para refletir sobre o contexto empírico em discussão, pois, a autocompreensão qualitativa de um sujeito desenvolve-se por meio do reconhecimento intersubjetivo que ocorre na interação face a face.

“O que falta para mim é ser uma pessoa digna.” O que é alegado com essa afirmação é a pretensão de certa noção de pessoa humana que se manifesta durante a entrevista em vários momentos, como modo de se qualificar e se reconhecer dentro de toda experiência de esbulho humano à qual foi exposto, e assim Zacarias pede para encerrar a nossa conversa.

O bem mais significativo no horizonte de preferências e avaliações desse agente humano é a ética da vida cotidiana, identificado pelo próprio Zacarias. Embora um mesmo agente possa ser portador de uma pluralidade e diversidade de bens/configurações orientadoras da sua vida, há um “contraste qualitativo” entre eles, ou seja, nós, agentes humanos, necessitamos de uma hierarquia valorativa entre os bens (TAYLOR, 1994, p. 89).

Diante dos retratos sociológicos descritos acima, é preciso fazer algumas considerações ainda sobre o conteúdo moral das experiências intersubjetivas dos outsiders da ralé. As narrativas dos nossos interlocutores ensinaram quão forte é a dimensão linguística na economia moral dos sentimentos de autorrespeito e autoestima. E, mais, é por onde passaria uma autocompreensão do sentido de dignidade humana (TAYLOR, 2005b; 2010; REGO, PINZANI, 2013).

A formação do respeito de si e dos outros é traduzida numa compreensão borrada, uma vez que tem como seu ponto de vista aquilo constituído pela classe dominante. A nossa pesquisa encontrou um consenso geral a respeito dos elementos que compõem a noção de bem-viver. As entrevistas colhidas permitiram identificar a visão e a explicação dos indivíduos em questão sobre sua situação e revelou para nós que a fome, a falta de moradia e de bens, a falta de segurança, a sensação de medo e desconfiança, os laços frágeis com a família e amigos, as experiências de rebaixamento moral, o abandono, a rejeição afetiva, a falta de lazer formam o quadro da miséria moral da ralé, uma experiência geral vivida como mal-estar e traços de uma vida indigna, esvaziada ou empobrecida de reconhecimento social, principalmente nas relações primárias.

Conclusão – de uma sociologia do desvio para uma sociologia da socialização desviante

O social reside também nos detalhes

Bernard Lahire (2006)

Chega a ser surpreendente que quase toda a literatura dedicada à sociologia da educação e da socialização tenha dado atenção apenas às modalidades “normalizadas” de socialização nas sociedades. Quando abordavam diretamente o tema da socialização, sociólogos, psicólogos e antropólogos deram, quase sempre, ênfase aos casos “normais” de socialização dos indivíduos. Poucos foram os pesquisadores que dedicaram um capítulo especial da teoria da socialização aos casos de socialização “desviante”. E um rápido sobrevoo na literatura sociológica e antropológica mais consagrada sobre o tema só confirma nossa hipótese.

Berger e Luckman (2008), por exemplo, nos oferecem um interessante quadro da socialização como “construção da realidade social”, mas que possui grande déficit empírico, uma vez que os autores não apresentam nenhum caso exemplar, empiricamente informado, do modelo “fenomenológico” de socialização pensado por eles. Do lado da trincheira da sociologia que flerta com o funcionalismo e com abordagens sistêmicas, embora encontremos supersistematizações teóricas à la Parsons – Habermas e Giddens (“pós-parsonianos”) –, não encontramos teorias da socialização muito preocupadas com a fundamentação empírica, muito menos com o desenvolvimento de teorias da socialização do comportamento desviante.

Da mesma maneira, no terreno da antropologia, se Ruth Benedict (2013) tem o mérito de precisar empiricamente a gênese social dos padrões de hábito de indivíduos situados nas sociedades tradicionais, a mesma antropóloga norte-americana pouco tem a dizer sobre as condições de gênese social dos padrões culturais típicos das sociedades modernas e menos ainda dos comportamentos desviantes.

Margaret Mead (1969) também ensaiou uma antropologia genética em seus estudos empíricos sobre o fenômeno de transmissão e inscrição cultural nos indivíduos, principalmente na descrição etnográfica dos processos de inscrição e de formação da personalidade. Porém, assim como observado em Benedict, suas observações empíricas não con-

seguiram transcender as fronteiras das sociedades tradicionais e nada ofereceu de concreto a respeito dos mecanismos de socialização nas sociedades modernas.

Com efeito, parece que somente a partir da década de 1950 é que vão surgir pesquisas sociológicas e antropológicas diretamente comprometidas com a construção de uma teoria da socialização desviante. É nesse mesmo período que vamos assistir à publicação quase simultânea de dois estudos de sociologia do desvio que logo se tornariam clássicos do gênero sociológico.

O primeiro estudo, *Os estabelecidos e os outsiders*, publicado em 1965, é de autoria de Norbert Elias e John L. Scotson. Nessa pesquisa empírica, Elias e Scotson (2000) investigam temas tais como a formação da identidade, processos de estigmatização, de posições de poder e prestígio com base em laços tensos e desiguais de interdependência entre indivíduos e grupos.

Numa abordagem mais sociogenética, os dois sociólogos também problematizam alguns modos de constituição do comportamento desviante. E inovam na reflexão teórica ao chamarem atenção para a questão da socialização desviante. Afinal de contas, até então, não eram muitas as pesquisas sociológicas e antropológicas que trabalham com essa perspectiva. Entretanto, o retrato sociológico do comportamento desviante construído por Elias e Scotson é bastante particular e de alcance empírico limitado, pois se trata da gênese da delinquência juvenil em um contexto configuracional muito restrito (um bairro operário no subúrbio de uma pequena cidade inglesa).

Um pouco fora da fronteira da sociologia, mas com pertinência antropológica, Michel Foucault (1999) nos apresenta um quadro histórico-descritivo da emergência de mecanismos modernos de socialização dos corpos (individuais e coletivos). Em sua história dos dispositivos de disciplinamento dos corpos, vemos um retrato sociológico bastante rico em detalhes da socialização institucional que se consolida no século XIX e que vai resultar na produção social do indivíduo moderno, em particular, do agente racional e autodisciplinado, ajustado aos imperativos institucionais de produção na também nova economia capitalista.

Também nesse quadro foucaultiano dos processos disciplinares de socialização modernos encontramos um ensaio de sociologia do desvio, uma vez que o filósofo e historiador francês dedica longas análises

ses para descrever o lugar social dos comportamentos “delinquentes” e “desclassificados”. Porém, embora Foucault apresente uma sofisticada análise dos dispositivos de vigilância e punição dirigidos contra os “corpos delinquentes” (FOUCAULT, 1999) e também um minucioso registro histórico-antropológico dos dispositivos discursivos de “normalização” e “classificação” dos tipos de comportamentos desviantes (FOUCAULT, 2011), pouco ou nada tem a dizer sobre a socialização desviante.

De modo geral, quando tematiza a socialização institucional, é sempre na óptica dos modos de sujeição “normalizados”, tal como o próprio pensador admite. Nesse sentido, inexistente em Foucault uma tematização propriamente dita das modalidades de socialização desviante. Quando o comportamento desviante aparece tematizado, é quase sempre descrito como objeto da biopolítica “normalizadora” das instituições disciplinares.

Novamente no terreno da sociologia, em sua vertente americana, temos os trabalhos consagrados de Erving Goffman sobre a sociologia do desvio. No mais famoso deles, Goffman (1974) realizou uma observação participante intensa das interações no interior de um manicômio, descrita por ele como um tipo de “instituição total” em que circulam discursos e práticas terapêuticas e institucionais que produzem “efeitos de poder” nos internos, dentre os quais, o adoecimento emocional produzido pelos modos de sujeição institucional.

Chegando a conclusões que convergem com Foucault, Goffman constrói um quadro sociológico dos efeitos emocionais de estigmatização nas relações de interação com as instituições. Mas, no caso do “crackeiro”, encontra um alcance teórico limitado, seja porque se trata de registros etnográficos dos comportamentos desviantes realizados em um espaço institucional específico (manicômios), seja porque há uma reconstrução genética das experiências de interação face a face anteriores ao período de internamento dos doentes.

Finalmente, depois desse percurso chegamos a Howard Becker, talvez um dos poucos sociólogos que discutiu diretamente a socialização desviante. No estudo *Os outsiders*, considerado um clássico de sociologia e antropologia urbana, Becker propõe reconstruir empiricamente a gênese dos esquemas e disposições do comportamento desviante, tomando como objeto de estudo de caso os usuários de maconha.

Apoiando-se numa abordagem do interacionismo simbólico, Becker (2008) vai apresentar um interessante retrato sociológico da gênese da “disposição para o uso de maconha” como um processo de aprendizagem intersubjetiva em contextos de interação simbólica. Desse estudo, o sociólogo americano vai deduzir algumas fórmulas sociológicas sobre a gênese do comportamento desviante, dentre as quais, o caráter contextual, situacional e intersubjetivo. E vai destacar que a experiência com alguma conduta desviante é socialmente determinada.

Lamentavelmente esse último aspecto sociológico parece ter sido secundarizado entre os que fazem uso do programa de sociologia do desvio de Becker e acabou-se generalizando-se um tipo de experiência de socialização desviante que, a nosso entender, é muito restrito e “socialmente determinado”.

Uma leitura mais minuciosa nos perfis descritos de entrevistados por Becker permite perceber, por exemplo, que se trata de grupos ou classes de indivíduos que se encontram completamente integrados socialmente. Que envolvidos numa sociabilidade afetiva cotidiana integrada, vivenciam a experiência com o comportamento desviante muito mais como uma “linha de fuga”, um lazer ou um momento de experiência “expressivista” (encontros com amigos, baladas noturnas etc.).

Assim, a exemplo do que fez Foucault e Goffman, Becker reduz o tema do comportamento desviante aos efeitos simbólicos das lutas por classificação, rotulação e estigmatização. Além disso, acaba pintando um quadro de um comportamento desviante muito mais “contextual” do que propriamente “transcontextual” e reproduzindo o estranho modelo de agente “desprendido” do passado.

Como assinalamos antes, todos esses três trabalhos trazem inegáveis contribuições importantes para pensar uma dimensão importante da produção do comportamento desviante, qual seja, sobre os efeitos práticos dos modos de classificação social dos indivíduos. Porém, conforme nos lembra Maurice Cusson a respeito do comportamento desviante:

“O desvio não é uma construção social completamente fantasiosa. A maioria das vezes, os juízos geradores de desvios são reações a atos lesivos de outrem, que perturbam gravemente os que estão próximos do desviante ou que afetam seriamente o próprio desviante. Existe de fato um ‘dado’ anterior e ‘elaborado’. O suicídio não é apenas um

ato que algumas boas almas decidiram reprovar, é antes de tudo um ato de autodestruição. A violação não é apenas uma infração ao Código Penal, é também um atentado que deixa graves sequelas. A narcomania não é apenas o consumo de uma droga ilícita, é também a absorção de um veneno com efeitos devastadores do narcômano. Dito isso, as reações perante o desvio não podem ser reduzidas a considerações utilitárias. Uma agressão não provocada não choca apenas a vítima, com indigna também pessoas não diretamente envolvidas". (CUSSON, 1995, p. 421).

Há também que se considerar situações às quais princípios explicativos podem ser pouco “sociologizados” quando deslocados das suas condições sociais de determinação. A exemplo disso, convém destacar que os crakeiros não devem ser compreendidos apenas por categorias que remetem à ideia de “falta”, “ausência” ou “incapacidade”, mas também considerar com a seriedade que os quadros empíricos nos impõem a presença de um patrimônio de disposições “indesejáveis” ou “maus habitus” (vergonha, frustração, inclinações autodestrutivas, sentimento de culpa, propensão ao desvio, atitude violenta etc.).

Daí percebe-se de imediato o alcance empírico limitado da categoria “habitus precário” (tipo de habitus que prenuncia a “falta” disposicional) enquanto propriedade (exclusiva) definidora do crackeiro. Se o habitus precário, tal como articulado por Souza (2003; 2007), responde bem na tipificação do patrimônio disposicional da “ralé estrutural”, o mesmo encontra seu “limite” contextual quando pensado para entender os “outsiders da ralé”.

Não é o caso, é claro, de descartar apressadamente o habitus precário enquanto propriedade estrutural dos outsiders da ralé, mas sim de deixar de considerá-lo como um único elemento constitutivo do patrimônio disposicional do crackeiro, pois ele pode ser conjugado a outros (maus) habitus e disposições (indesejáveis) e, desse modo, compartilhar com o habitus desviante a gênese em experiências sociais situadas e datadas, como observado em todos os tipos de esquemas de pensamento e ação sedimentados em um tipo de corpo socializado (BOURDIEU, 2001, p. 166-167).

Mais ou menos na mesma linha de raciocínio, Elias (2000) censurou o sociólogo americano Robert Merton pelo uso pouco reflexivo que este último fez da noção durkheimiana de “anomia”, atribuindo

ao termo o sentido de “ausência de estrutura social” e, consequentemente, identificando nos comportamentos delinquentes essa possível característica estrutural (ou melhor entendida como “não estrutural”). Retornando aos mesmos estudos clássicos de Durkheim sobre o comportamento suicida, Elias (2000, p. 190-193) nos fez lembrar da lei de ferro durkheimiana (“o social se explica pelo social”) quando defendeu que todo comportamento desviante deve ser entendido não pela ausência ou falta de estrutura, mas como o produto de um “tipo específico de estrutura social” (no caso do suicídio, produzido pela anomia). Com essa lembrança durkheimiana, Elias procurou postular uma fórmula sociológica simples, mas que não deve ser fundamentalmente esquecida, qual seja, que “o comportamento social que ‘não é bem regulado’ tem claras regularidades sociológicas” (ELIAS, 2000, p. 191).

Também fazendo do comentário esclarecedor de Elias uma lei de ferro sociológica, consideramos a “sociabilidade afetiva anômica” um tipo específico de estrutura social no qual o passado e o presente convivem na forma de “inércia social” (a regularidade sociológica “externa” do outsider da ralé). Somado à sociabilidade afetiva anômica (estrutura objetiva), encontramos outra regularidade sociológica – esta última incrustada no corpo individualizado sob a forma de “polimorfismo desviante e narcomaniaco” (estrutura subjetiva), um subtipo específico de disposições culturais heterogêneas que constitui estruturalmente o patrimônio disposicional dos outsiders da ralé.

Assim, diferindo estruturalmente do “habitus precário” e das “disposições disfuncionais”, o habitus desviante constitui um tipo específico de patrimônio disposicional socialmente produzido em contextos de sociabilidade afetiva anômica (experiências passadas e presentes de desrespeito moral nas esferas primárias de interação face a face).

Dito com outras palavras, observou-se nos trajetos sociais dos entrevistados o mesmo pano de fundo objetivo de regularidades sociológicas, sejam essas em escala intersubjetiva pessoal (assédio moral familiar, vexação, violência física, abandono familiar, tensão e conflitos amorosos, laços de amizade frágeis e desconfiança mútua), sejam essas em escala individual (autodesvalor, desleixo, agressividade, resistência e recusa às imposições e obrigações, individualista, anti-hierárquicas e antiformalistas, renúncia de si, autodesvalorização, resistência ao cultivo do asce-

tismo, indisciplina, insolência, indocilidade, falta de autonomia, refúgio fora da família, culpabilidade, frustração, ilusão, autoestima baixa, vergonha etc.).

De modo geral, embora em muitos dos casos investigados entre “outsiders da ralé” compartilhe com a “ralé” algumas regularidades sociológicas similares, a exemplo da família desestruturada e do “habitus precário”, o fato é que os “outsiders da ralé” só se constroem enquanto segmento coletivo distinto num quadro de experiências sistemáticas de desrespeito nas relações face a face que não se encerram na sociabilidade familiar, nem muito menos são exclusivos desse tipo de “esfera amorosa” (HONNETH, 2009). Com efeito, quase todas as formas cotidianas de interação face e face são vivenciadas como situações de grande sofrimento emocional intersubjetivo.

Aqui, ressaltamos o conteúdo intersubjetivo do sofrimento, pois conforme analisado nos retratos individuais, não é somente o crackeiro que sofre violências morais e físicas, mas também muitos daqueles que interagem afetivamente com ele (companheiras espancadas ou agredidas, filhos abandonados, amigos assassinados etc.).

Por fim, ainda é preciso dizer algumas palavras a respeito da dificuldade de colocar em ação o “raciocínio sociológico” na apreensão sociológica ou antropológica dos comportamentos desviantes. Em primeiro lugar, tanto a sociologia quanto a antropologia precisam compreender que se demitir de pensar o social pelo social é um dos obstáculos epistemológicos das ciências sociais contemporâneas. E uma das formas atualmente mais conhecidas dessa demissão sociológica do social é abraçar de vez o modelo de agente “desprendido” como premissa antropológica fundamental da condição humana.

Ressaltadas as diferenças e tensões entre a sociologia e a antropologia, é fato que, para os nossos clássicos, havia um consenso mais ou menos epistemológico quanto ao tipo antropológico de agente humano que discutiam e contra qual tipo antropológico de agente humano se dirigiam. Independentemente da safra (sociológica ou antropológica) do vinho bebido (Marx, Simmel, Durkheim, Georg Mead, Marcel Mauss, Franz Boas, Lévi-Strauss etc.), todos compartilhavam a mesma compreensão “situada” do agente e a mesma crítica do “eu desvinculado”.

No entanto, na literatura sociológica e antropológica contemporânea é grande a tentação de abraçar novamente o modelo de “eu des-

vinculado”. Muitos são os cientistas sociais que atualmente têm aderido a esse modelo desprendido de agente (Teorias da Escolha Racional e algumas variantes pós-modernas atuais são um bom exemplo). Muitos são os motivos para isso, mas também muitos são os riscos. Sobre os motivos, além da necessidade (de urgência) metodológica em romper com o fantasma dos “estruturalismos”, a força renovada do individualismo moral em sua variante racional-instrumental. Além dos perigos epistemológicos já exaustivamente discutidos por Taylor (2005b), também é importante salientar os riscos morais e políticos desse tipo de atitude sociológica.

A compreensão sociológica de que os indivíduos são racionais e competentes para fazerem escolhas é bastante sedutora e reconfortante, uma vez que presume e reafirma a ideia de que todos somos seres “livres” e “independentes”. Porém, se ela pode produzir o sentimento de liberdade necessário para aqueles que têm no autodomínio racional um bem de avaliação forte (seria o caso de muitos de nossos cientistas sociais?!), também podem reforçar noções hiperindividualistas de justiça pouco sensíveis às demandas de reconhecimento do “outro” (que pode ser um pobre, um índio, um negro ou um estrangeiro). Como bem salientou Sandel (2009, p. 321), podem também bloquear a possibilidade de articulação de um sentido de justiça que valoriza o “cultivo da virtude e a preocupação com o bem comum”. A consequência mais imediata dessa situação moral é responsabilizar o próprio crackeiro pela sua miséria moral, tornando ainda mais opaca a força das “escolhas pré-escolhidas”, a exemplo do que já acontece com a rale estrutural (SOUZA, 2009).

À guisa da conclusão, em vez de fecharmos o pensamento sociológico, devemos abri-lo ainda mais com lentes antropológicas e lançarmos como nova questão o alcance social e político da noção de “sacralização da pessoa”, articulada por Hans Joas em seu estudo sobre a genealogia dos direitos humanos. Joas, em passagem bastante interessante de sua obra *Die Sakralität der Person: Eine neue Genealogie der Menschenrechte* (2011), recupera a expressão habermasiana “linguistificação do sagrado” [Vesprachlichung des Sakralen], propõe compreender a mesma linguistificação do sagrado como o “inverso” do sentido habermasiano (“substituição do sagrado pela linguagem”), isto é, como “articulação linguística do sagrado”, que significaria, nos termos

do sociólogo alemão, a dependência da linguagem e da argumentação racional em relação a algum vínculo emocional com valores e práticas (JOAS, 2012, p. 93). De fato, Habermas, na parte 3 do capítulo V de sua obra seminal *Theorie des Kommunikativen Handelns* (vol. 2), quando discute a “legitimação do poder” nas sociedades diferenciadas, destaca a retirada do “sagrado” das bases objetivas do discurso de justificação da dominação estatal:

“Ora, o desenvolvimento dos Estados modernos se caracteriza pelo fato de que estes já não se apoiam mais nas bases sagradas da legitimação, e sim na base de uma vontade comum formada comunicativamente na publicidade esclarecida pelo discurso (...). (HABERMAS, 2012, p. 149)

Não somente Joas, mas Taylor em seu grande último estudo, *A Secular Age* (2007), também procura articular o pano de fundo moral das formações culturais e institucionais modernas, alertando para a necessidade de resignificação do conceito weberiano de secularização. Diferentemente do sentido de secularização como retração da religiosidade na modernidade, interpretação utilizada por Berger em sua sociologia da religião, Taylor propõe pensar o fenômeno de secularização muito mais como perda do monopólio da religião enquanto única fonte moral de sentido nas sociedades ocidentais.

Na opinião de Taylor (2012, p. 16-17), o que definiria a cultura moderna seria justamente a disponibilidade de múltiplas fontes do sentido de plenitude, dentre as quais a própria religiosidade. Dito com outras palavras, onde muitos influenciados por Weber enxergam a racionalização como sinônimo de retirada do sagrado, Taylor parece enxergar um processo de “sacralização” da vida intramundana, provocado principalmente pela Reforma Protestante. Sacralização essa que se estende ao próprio indivíduo, fenômeno sociológico também identificado por Émile Durkheim quando este último afirma que o “individualismo” é a “Religião” das sociedades modernas.

Joas (2012), divergindo de explicações consagradas tais como a tese da “carismatização da razão” de Weber e a tese do “processo de disciplinamento social” de Foucault, parte da mesma perspectiva durkheimiana e defende a tese de que a gênese dos direitos humanos deve ser compreendida em grande medida como uma juridificação institucional derivada do que ele define como “processo de sacralização”

da pessoa humana, e cuja “linguistificação do sagrado” constituiria uma de suas facetas (JOAS, 2012, p. 61-98).

Considerando válida essa ressignificação conceitual operada por Joas, gostaríamos de assinalar a situação de “vida nua” do outsider da ralé como um fato antropológico (e sociológico) de inarticulação linguística do sagrado, uma vez que o outsider da ralé seria desprovido de “humanidade” e, por extensão, de “cidadania”. Impossibilidade esta bloqueada tanto por fatores objetivos internos (autocompreensão distorcida da identidade) quanto por fatores objetivos externos, a exemplo do individualismo moral em sua variante racional-instrumental (SENNETT, 2004; SANDEL, 2014; TAYLOR, 2010) e dos “processos biopolíticos de sujeição criminal” (AGAMBEN, 2002; WACQUANT, 2004; FOUCAULT, 2010a; MISSE, 2010), responsáveis pela produção institucional e reforço discursivo de categorias de suspensão e negação (“monstro”, “anormal”, “animal”) da humanidade do outsider da ralé. E, mais do que isso, permite apreender como opera no plano simbólico a “tecnologia política” de fabricação do outsider da ralé como zoe, isto é, como “vida nua”, restando-lhe apenas a “figura de um animal em forma humana”. (AGAMBEN, 2002)

Assim, o polimorfismo desviante e polimórfico de drogas, a sociabilidade afetiva anômica e a condição de inarticulação linguística da pessoa como sagrada formariam as regularidades sociológicas estruturais dos outsiders da ralé. No quadro sociológico como esse, percebe-se de imediato a dificuldade de se romper com a inércia social relativa à produção e reprodução do outsider da ralé, principalmente em sociedades do capitalismo periférico como a brasileira, na qual persiste a “ausência de um consenso moral transclassista” em torno da universalização da noção de dignidade, conforme demonstrado por Jessé Souza (2006). Isso explicaria ainda o fato de que, dada a presença forte dessas regularidades sociológicas e biopolíticas (“Estado antissocial”) na “vida nua” dos outsiders da ralé, somente uma experiência de “conversão subjetiva radical” produziria o efeito de ruptura necessária para o desprendimento da conduta desviante, experiência observada nos casos de “conversão religiosa” de outros tipos de agentes desviantes, tal como assinalado por Misse (2010) e Rocha e Torres in Souza (2009, p. 222-240). E aqui vale a pena encerrar alertando para o peso das comunidades religiosas de terapia no trabalho simbólico dessa conversão

subjetiva, uma vez que podem produzir os seguintes efeitos objetivos e subjetivos: por meio da afirmação do sentimento de comunidade (“aqui somos todos uma família”) produzir uma sociabilidade afetiva mais “sólida” e “duradoura”, um contexto de articulação da sacralidade da pessoa humana em bases religiosas; e, por fim, uma “nova” socialização institucional baseada no tripé “fé, trabalho e disciplina” que resulte na incorporação de novas disposições corporais. Incapaz de se constituir enquanto bios (“vida qualificada”), os outsiders da ralé com sua vida nua (zoe) vivem apenas o “tempo morto”, o tempo banido do homo sacer, despossuído de cidadania, de humanidade e à espera da “tanatopolítica” do Estado antissocial.

CAPÍTULO 3 – Abandonados anônimos

Lucas Hertzog Ramos

O abandonado como tipo social

Neste ensaio investigaremos a trajetória de vida de um usuário de crack no intuito de explorar a origem de um tipo social tão presente nas grandes metrópoles brasileiras. Percebemos que, desde a década de 1990, uma crescente penetração do crack nas parcelas mais marginalizadas da população, dado que nos desafia a compreender qual é a relação que se estabelece entre situação social e consumo de drogas pesadas. Ainda que significativos estudos evidenciem uma clara relação entre consumo de crack e condição de classe, percebemos que algo “misterioso” torna a ralé mais suscetível à “dependência química” e aos perigos decorrentes do uso contínuo, e pouco tem se investigado esse “algo” em relação ao contexto de marginalização e produção massiva do abandonado urbano como um tipo social típico.

A hipótese com que trabalhamos é que esse “algo” são comportamentos que tem a ver com a disponibilidade ou carência de recursos materiais e simbólicos em relação a contextos tendencialmente verificáveis em estratos de classe, o que permite diferenciadas agências performativas dos sujeitos nesses contextos, mas que é fortemente contingenciada pela produção massiva de populações desassistidas institucional e emocionalmente, marca central da exclusão na periferia do capitalismo.

Através de pesquisa empírica conduzida com usuários de crack nas ruas de Porto Alegre, percebemos a perturbação gerada nos indivíduos pela associação a categorias que os hostilizam por meio de insultos e estigmas, que são acima de tudo acusações públicas, atos de designação que aspiram à universalidade e à autoridade sobre o mundo social. As categorias possuem poderes contingentes em termos de possibilidade de inserção social, na medida em que formulações arquetípicas do senso comum elaboram o valor social do usuário de crack a priori.

O grande problema é que o senso comum é um tipo específico de pensamento que trata de separar o mundo através de avaliações e rotulações amplamente difundidas, mas que tende a “simplificar” as características centrais de uma pessoa como forma de acomodação de uma

realidade complexa. Tentaremos nas próximas seções, reconstruir uma série de condicionamentos que remontam a totalidade de uma forma de condução da vida e que são compartilhados em larga escala entre os nossos informantes.

Indicaremos essa direção para que possamos ir além das categorias simplificadoras e fragmentárias sobre o entendimento do significado social do consumo de crack – como é a na percepção do problema em “temas de interesse”, como tráfico de drogas, violência, desvios morais/religiosos, hereditariedade genéticas, patologias individuais etc.

O encontro permanente com o fracasso

Convidamos o leitor a acompanhar um breve relato da história de Pedro, que aos 28 anos de idade tem sua existência aprisionada pelo presente. A história de vida de Pedro, sua trajetória de migração do interior do Rio Grande do Sul, onde vivia uma vida orientada para o campo, é um exemplo interessante para pensarmos os problemas de integração social daqueles que não conseguem se inserir efetivamente no contexto urbano.

Seu futuro é deveras incerto, posto que não consegue elaborar e pôr em prática planos estruturados que possam despertar alguma mudança significativa em sua vida daqui para a frente. Seu caso também é significativo na medida em que permite aproximações com os sentimentos e comportamentos partilhados entre muitos entrevistados em nossa investigação, sendo um padrão tendencialmente verificável no milieuo social dos usuários de crack marginalizados em contextos urbanos.

Sua trajetória, marcada por uma condição de precária socialização, não é sequer percebida por ele enquanto uma das causas para explicar a vida que leva hoje. A condição que experimenta, perambulando entre albergues para conseguir um teto para dormir, ocupando seus dias com o trabalho de guardador de carros quando não está tragando alguns farelos de crack, é percebida enquanto um golpe do destino, que lhe impõe fatal e misteriosamente os acontecimentos cotidianos. Os últimos episódios da sua vida são percebidos por ele como golpes de azar, em que fatores externos o expuseram a estar na condição que vivencia hoje.

Pedro nos conta que a única coisa que falta para se “reerguer” é a confecção de seus documentos que foram roubados. Há poucos dias

estava fumando crack “direto”, o que fez com que tivesse de optar por dormir no banco de uma praça. Ir para o albergue no início da noite é uma tarefa quase impossível quando a tarde foi de muita “doidera”, entre tragadas no cachimbo e alguns goles de cachaça. Não que o albergue não permita sua entrada naquele estado, mas ele sabe que depois de algumas horas terá uma vontade insaciável de sair para fumar mais.

Ele tem consciência que um desejo incessante penetrará seu corpo no momento em que atravessar a porta do albergue, e essa sabedoria lhe imprime uma lógica de cálculo entre os benefícios e os custos de passar uma noite longe da rua. Sabe que no albergue poderá desfrutar dos prazeres que um banho pode proporcionar para quem já está alguns dias na rua, limpar toda aquela sujeira que se acumula e lhe impõe os constrangimentos de ter que lidar com os odores corporais. Mas também sabe que a vontade será insuportável; então, opta por enfrentar os perigos de dormir ao relento e paga o preço tendo seus pertences roubados.

Avalia que o sujeito que roubou seus documentos deve ser um coitado, pois quem roubaria os mirrados pertences de um “pé rapado” como ele? Nesse momento, percebemos a construção imagética que possui de si. Ele tem quase certeza que todos que cruzam com ele na rua o veem como um pobre coitado que nem sequer teria algo para ser roubado. Já não possui mais os bens que um dia desfrutara, nos tempos em que conseguia manter um emprego fixo e calcular sua vida com base nos confortos materiais que obtinha.

Mas, mesmo assim, aparentando ser alguém que não tem nada material a oferecer, tem sua mochila furtada durante a noite. Nesse momento de avaliação, manifesta uma moralidade contextual própria dos moradores de rua, que condenam outros moradores que atacam seus pares. Atacar um semelhante é percebido como uma afronta de quem já é humilhado por todos, já que essa humilhação é sentida e partilhada por todos os andarilhos dos grandes centros urbanos.

A partilha do sofrimento cria um tênue laço de solidariedade social, mas visivelmente fraco demais para evitar que se roube um semelhante. Entretanto o sentimento de ódio que exprime inicialmente é apaziguado pela pena que sente de alguém que precisa roubar os bens de um “chinelo” como ele, outro coitado que nada teria a oferecer.

A falta de documentos dificulta suas ações em diversos níveis, até mesmo impossibilitando que possa tentar um emprego e assim buscar

uma alternativa para sair da rua. O que aparenta ser um simples empecilho, que para qualquer sujeito com uma vida minimamente estruturada seria de fácil resolução, expõe sua fragilidade de forma dramática. Fazer documentos novos implica uma sequência de ações que deve adotar. Primeiro, passar a noite no albergue e tomar um banho para ficar apresentável no instituto de identificação. Mas, depois disso, como ficar apresentável quando suas vestimentas salientam a precariedade de sua situação? Tem de conseguir um “pano” novo, fazer a barba, cortar o cabelo. Tudo isso vai fazendo com que adie incessantemente o que, para ele, seria o passo que falta para sair da rua.

Para além dessas necessidades materiais de asseio corporal, de tornar-se apresentável para os encontros cotidianos, compreendemos que o medo de Pedro se fundamenta em suas experiências anteriores com sujeitos de frações de classe diferentes da sua, conjuntura essa que seria necessária enfrentar para a confecção dos novos documentos. Não consegue articular no discurso de forma conclusiva, mas até mesmo sua postura corporal e o tom de voz se alteram quando fala sobre o tratamento que recebe das pessoas que estão posicionadas acima na hierarquia valorativa da nossa sociedade.

Os donos dos carros que cuida durante o dia, os transeuntes desavisados que passam por ele, de alguma forma Pedro sente que eles o avaliam constantemente. Para alguém que não foi socializado a pôr em palavras tudo aquilo que se está sentindo, é muito difícil verbalizar tal situação. Tal tarefa é tão difícil que até mesmo sujeitos acostumados a lidar com sentimentos complexos discursivamente ficam sem palavras nessas situações. Mas isso não impede que se abram feridas profundas em sua percepção sobre si mesmo, produzindo um efeito circular nas suas tentativas de escapar de um ciclo de acontecimentos trágicos.

Pedro e os sujeitos das classes média e alta com quem cruza diariamente partilham um consenso, uma produção inarticulada sobre algo que dificilmente tematizamos e torna-se discurso. Esse consenso versa sobre a existência de um descomunal abismo social que separa os indivíduos e que os encontros urbanos insistem em escrachar. Mais profundamente, esse consenso se ampara em uma aniquiladora ideologia meritocrática, que percebe os sujeitos como merecedores de seu fracasso ou sucesso. A culpa individual fervilha em seu sangue quando

avista cotidianamente sujeitos que obtiveram sucesso. Esses momentos fazem com que questione o que fez de errado, por mais que não consiga converter esse sentimento de culpa em uma formulação autocrítica que possibilite uma mudança comportamental.

Nesse aspecto, salta aos olhos do pesquisador o profundo impacto produzido por carências disposicionais cruciais para qualquer mudança de vida e os embates gerados por essas carências nos relacionamentos passados, tanto com outras pessoas, como com instituições sociais que exigem do sujeito uma determinada maneira de agir. Está preso à culpa, sem que isso possa impelir qualquer mudança radical sobre suas práticas.

A culpa que sente e sua incapacidade de transformá-la em algo positivo, é um comovente sintoma de sua gestão cotidiana do fracasso. Todos os amigos com quem convive no dia a dia insistem em repetir que “a rua não é pra ele”. Insistem na ideia de que possui algo que o diferencia dos outros usuários de crack e que tanto as práticas cotidianas de fumar como morar na rua não são coisas feitas para ele.

De fato, Pedro possui uma performance corporal e uma maneira de ser e agir diferenciadas, que o distingue dos demais. Isso faz com que se sinta mais fracassado entre os fracassados, e tenha de conviver com isso, já que ninguém entende os porquês de se encontrar em tal situação.

Para que possamos nos aproximar dessa angústia, devemos resgatar alguns elementos da trajetória familiar de Pedro, no intuito de assimilar algumas contradições aparentes. Só assim, poderemos entender como os relacionamentos e disposições passadas incidem em suas práticas cotidianas e contingenciam suas possibilidades emancipatórias.

Quadro socializador e desencontros no tempo

Um período da vida muito bom, é o que Pedro elabora sobre sua trajetória até a maioridade vivida no pampa gaúcho, terra em que o campo se confunde com o espaço urbano. Esse momento tão marcante na vida de qualquer um, recorrentemente repleto de memórias, histórias e aprendizados, é quase como um período de vácuo na história de vida de Pedro.

Não consegue lembrar de muitas coisas, somente das brincadeiras com seus irmãos e com os outros meninos da vila. A vida com a avó e

os três irmãos tem muito pouco espaço em sua narrativa. E não é por menos. A infância foi um período definido mais por ausências do que por momentos marcantes que pudessem ser expressados positivamente em sua personalidade hoje.

Os pais nunca tiveram condições para criá-lo, já que trabalhavam de sol a sol e mal conseguiam garantir o sustento para si. A avó recebia uma pensão, que não era muito, mas, segundo ele, era “suficiente” para criar as crianças. Mas essa aparente “suficiência” revela justamente carências fundamentais que formataram suas maneiras de ser e agir na atualidade.

É muito natural que ele não se recorde desses momentos, já que é justamente pré-reflexivamente que essas maneiras de ser são impregnadas no sujeito, inscrevendo na carne uma lógica corporal e subjetiva, que moldará o comportamento prático ao longo da vida que está para além da recordação de alguns eventos marcantes.

A ausência desses eventos “mais significativos” em sua narrativa não exclui o fato de que eles existiram e foram decisivos na constituição de quem é hoje. O quadro de socialização configura uma série de tendências, tanto em termos de distanciamento como em termos de aproximação dos recursos culturais e morais, indispensáveis no itinerário de conquista de uma posição social pessoal.

Durante os períodos de socialização primária e secundária, a criança é efetivamente contagiada por lógicas e estruturas de pensamento que incidem no agir, através da imitação e do aprendizado afetivo e disciplinar, incidindo decisivamente nas interações que se produzirão no curso da vida.

Em alguns casos, o ambiente familiar apresenta os ingredientes necessários para que as crianças se encontrem em condições ideais para a construção das representações, habilidades e gostos, que, ao final, se mostrarão rentáveis em termos de integração e reconhecimento social. No caso de Pedro, seu universo familiar não apresentava um universo pedagogicamente estimulante e plenamente “difusor” de efeitos cognitivos ou organizacionais ligados à transmissão pelos parentes de uma cultura privilegiada e valorada positivamente pelas instituições modernas.

Essa difusão, quase invisível, manifesta-se nos momentos de convívio familiar, em que as práticas e hábitos das figuras exemplares – ge-

ralmente pais, avós, tios, irmãos e amigos próximos – transbordam de suas individualidades e “respingam” nas percepções e representações das crianças.

Na vida de qualquer um de nós a infância é marcada pela iniciação a uma variedade de formas de se portar no mundo social. O cuidado com o corpo, as maneiras de agir e proceder perante os outros, os recursos acionados para lidar com barreiras e dificuldades cotidianas, são habilidades aprendidas e partem de um processo de imitação das práticas dos adultos responsáveis pelo cuidado parental.

Toda uma lógica temporal, íntima e social se impõe através de diversos mecanismos de socialização, naquele ambiente tão propício ao aprendizado, que o sociólogo Bernard Lahire denomina o “clima familiar”. Para ele, o convívio com adultos nesse “clima”, permite a incorporação de certas funções, representações e certos efeitos cognitivos ou organizações específicos, necessários ao aprendizado, como é no caso do aprendizado da escrita.

A impregnação seria efetiva porque indireta e “difusa”, mais do que diretamente por ações de escrita e leitura. Ou seja, ela aflora no momento em que as estruturas cognitivas existentes são carregadas de tendências disposicionais, que se prestará no futuro ao aprendizado de novas habilidades.

Cabe aos pais, ou àqueles que representam a figura dos pais, captivar e estimular seus filhos nesse “clima”, para que estes internalizem um repertório de práticas que lhes permitirá a construção de um sujeito dotado de uma capacidade de autorremodelação diante dos contratempos da vida.

É tão efetivo, já que sentimental, transmitindo racionalidades e formas de representação nas avenidas de oportunidades apresentadas pelo potencial de todo ser humano. Se invisível em forma, é, antes de tudo, absolutamente aparente em seus efeitos práticos. O exemplo do aprendizado da escrita e da leitura são cruciais para que possamos clarificar o papel dos pais e das figuras exemplares na socialização desde a mais tenra infância.

O quadro de socialização, o ambiente próprio de transmissão cultural, está intimamente conectado com a vida escolar de Pedro. Ele era total e completamente dependente do ambiente escolar para se apropriar

dos elementos de uma cultura escrita. Para Lahire, esse é o momento que opõem crianças com avós e ou pais semianalfabetos em dificuldades com a escrita daquelas em que o ambiente de socialização se iniciou na primeira infância com pais e avós com longas trajetórias escolares.

Configura-se uma relação de dependência com uma instituição que possui historicamente quebradiços laços com crianças em tal situação, laços que só podem ser estreitados através de condicionamentos afetivos das figuras exemplares. A escola nada mais se presta do que ofertar um espaço de intensificação de potencialidades, não de transmissão organizacional e cognitiva. As estruturas já existentes são postas à prova e, no caso de Pedro, em xeque.

Em momentos muito triviais do cotidiano, o convívio com os parentes possibilita que a criança internalize práticas necessárias para que o aprendizado escolar se concretize. A capacidade de se concentrar em uma tarefa específica é um componente fundamental para o desempenho de qualquer papel social moderno.

Através de sutis mecanismos de reconhecimento, desde olhares de aprovação ou reprovação, carinho e afetividade corporal e verbal, os pais afirmam e recompensam as ações em que a criança consuma tarefas que requerem competências legadas. O espírito meritocrático, que fundamenta a rede de reconhecimento que os professores oferecem aos seus alunos dedicados e que cumprem o que lhes é solicitado, só encontra ressonâncias naqueles em que capacidades prévias foram acionadas e devidamente sedimentadas.

No convívio com os pais, no tecimento de uma rede de afetos, a criança se sente capaz e valorizada a ponto de pôr em prática atitudes e padrões de conduta, contagiadas pelas atitudes dos pais no “clima familiar” que recompensa tais comportamentos. A escola pode então oferecer uma fonte de estima e reconhecimento para crianças que, como diria Pierre Bourdieu, já sabem as “regras” do jogo, conservando e aprimorando elos cognitivos já estabelecidos em seus lares.

Percebemos o papel crucial que as instituições e o ambiente social produzem nas possibilidades de inserção social do indivíduo. É com o “carimbo” das instituições que os sujeitos passam a transformar toda a potencialidade do humano no sentido de produção de um sujeito social, que emerge nas inter-relações do indivíduo com a sociedade.

A produção do sujeito social se dá numa intensa relação entre o indivíduo e o corpo social, na medida em que capacidades e habilidades individuais incorporadas passam a ter anuência ou reprovação do corpo social. Não podemos, então, perceber trajetórias como as de Pedro apenas em termos de caracteres individuais e psicológicos que perpetuam suas maneiras de ser “pessoa”, já que as explicações para o comportamento individual possuem uma infinidade de fatores de influência.

Em outros termos, se nas fases de socialização primária e secundária se desenham os limites e tendências para o agir, elas só o farão no sentido relacional, em que o indivíduo é sempre entendido em relação a outros e, para pensarmos nos termos de Lahire, em relação a um “clima” social.

Pedro não sentia a motivação necessária para imprimir em seu cotidiano uma lógica organizacional que alocasse o tempo para desenvolver atividades escolares. A escola era um “fardo”, quase como uma pena que tinha a cumprir para não criar conflitos com sua avó. Essa falta de ligação afetiva com o que a escola tem a oferecer, começa a resultar em sucessivos fracassos escolares o que, aos poucos, vai afastando Pedro daquele universo.

A grande diferença que surge entre Pedro e crianças pertencentes a famílias que proporcionam ambientes socializadores convidativos ao desenvolvimento dos saberes escolares, especialmente as classes aburguesadas, é a disparidade de tempo empregada em tarefas que, à primeira vista, e especialmente para uma criança, não são muito prazerosas. A temporalidade da vida das crianças que crescem em ambientes socializadores pedagogicamente estimulantes é demarcada por espaços temporais que delimitam a execução de algumas tarefas.

A lógica cotidiana é marcada por momentos segmentados para a execução de diversos papéis sociais, nos quais a criança encarna maneiras de ser primordiais à expansão das capacidades do uso da razão na totalidade de sua elasticidade, contingenciada mais pela plasticidade própria das capacidades cognitivas do ser humano do que por barreiras e fatores limitantes do crescimento exteriores ao indivíduo, estes, os fatores impessoais dos quais não temos controle algum.

Os pais e pessoas que figuram como “modelos de ser”, conduzem ao equilíbrio mental necessário ao enfrentamento dessas tarefas

básicas que primam pelo esforço mental sucessivo e metódico, operando um controle das pulsões que circunscrevem a atenção e o foco, locus comportamental privilegiado no aprimoramento de atividades complexas.

A disposição de domínio do tempo e controle das atitudes para o emprego da energia em tarefas mentalmente cansativas é a maior herança transmitida de pai para filho em sociedades que primam pelo conhecimento e pelo saber incorporado, e, no caso de Pedro, uma das mais impactantes carências.

Para que possamos elucidar esse argumento mais abstrato, podemos citar o exemplo das tarefas de casa que a escola sugere aos alunos, o tão conhecido – e temido por alguns – “tema de casa”. Na ocasião da resolução de equações matemáticas, Pedro não tinha ao lado alguém que pudesse lhe esclarecer dúvidas e reforçar positivamente seus acertos.

O sentimento de prazer na resolução de uma equação, o encontro de uma incógnita que desvenda os mistérios dos números, é algo fundamentalmente arraigado na atribuição da importância dessas situações na vida da criança, realçada tendencialmente por figuras exemplares.

O “clima familiar” de Pedro, em que a avó semianalfabeta lutava primeiramente pela sobrevivência material dos netos, não despertava o sentimento de satisfação e desejo de explorar mais a fundo os desafios do universo matemático.

O caráter disciplinar e afetivo proporcionado pela presença dos pais se configura de uma orientação do tempo e do espaço, na qual a criança fica circunscrita no universo de possibilidades que lhe é permitida.

Se na socialização primária a exacerbação da esfera do amor se mostra evidente na relação simbiótica que se estabelece entre mãe e filho, na socialização secundária ela é delimitada por uma intensa lógica de disciplina, em que o corpo físico e a temporalidade são modulados conforme os desejos e necessidades da orientação parental, variando em padrões verificáveis nas diferentes classes sociais.

Essa sistematização resulta na possibilidade de aquisição de uma temporalidade específica e um controle de si, em que os sujeitos empregam o apreendido nas relações sociais que se engendram nas diversas esferas da vida. As disposições comportamentais são, então, legados

que fundamentam as ações e as tomadas de atitude em relação às configurações sociais que se apresentam aos agentes.

As origens da inaptidão comportamental que Pedro apresenta para fazer seus documentos, como apresentamos no início deste ensaio, tem como componente fundante a carência do cuidado parental nos quesitos afetivos e disciplinares, somado à uma configuração social e institucional em que tais carências separam indivíduos “preparados” dos “despreparados” para lidar com tais tarefas.

Mais do que falarmos em termos de “culpados”, percebemos e evidenciamos as condições sociais de perpetuação de tendências comportamentais que regem a ação prática e que, ao fim e ao cabo, modulam as relações individuais com os diversos campos do universo social.

As potencialidades do humano se desenvolvem em terrenos com condições diferenciadas, universos de transmissão cultural e afetiva que amarram as subjetividades dos envolvidos numa relação social. Os sucessos e os fracassos futuros podem ser entendidos como adaptações performáticas no circuito pessoal, mas que possuem elementos similares e estruturantes em frações de classe próximas, já que estas estão imersas em ambientes sociais que proporcionam alternativas de interação social muito parecidas.

Como podemos inferir, o fracasso nas tentativas de sucesso de Pedro se amparam em dificuldades que remontam à totalidade de sua constituição como sujeito e têm raízes profundas em seu quadro socializador. Entretanto, como pensamos que o pertencimento de classe e o conseqüente habitus de classe não são uma sentença imposta, buscaremos alguns elementos que auxiliam na compreensão das atitudes de Pedro em relação ao crack e que foram se solidificando com o passar dos anos nos circuitos que percorreu.

Orientação dos desejos e as esferas do cotidiano

Como é recorrente na história de vida de muita das crianças da ralé, a maior parte do tempo de Pedro era dedicada às brincadeiras com outras crianças, sendo a esfera lúdica ampliada e tornada a fonte central de sua satisfação existencial. A ausência dos pais dificultava que seu tempo fosse disciplinado de tal maneira que pudesse aprender perícias ligadas aos saberes escolares, fator essencial para que aflore o senti-

mento de compromisso e dever para com o desenvolvimento de tais tarefas. Mas Pedro também possuía uma atividade que lhe dava muito prazer, a lida no campo. Gostava de cuidar dos cavalos e possuía grandes habilidades que o faziam sonhar em ser um reconhecido ginete.

Era consciente de que não possuía os critérios escolares que a sociedade exige de seus membros que aspiram o sucesso a partir das práticas ligadas aos saberes intelectuais. As faltas na escola começaram a ser mais frequentes que as presenças, já que as brincadeiras com as outras crianças e o aprendizado com a lida campeira iam tomando todo seu tempo.

O trabalho no campo oferece um grande elemento libertador na história de Pedro, na medida em que passa a ocupar suas atenções e preencher o seu tempo no direcionamento de uma atividade em que pode exercer um papel social positivamente valorado. Ele tem a oportunidade de aprender saberes que lhe imprimem tanto uma nova lógica temporal quanto uma nova lógica corporal.

A vida no campo exige esforços para além daqueles que eram necessários na sala de aula, sendo agora o corpo posto à prova perante os desafios das tarefas que tem a cumprir. Acontece em sua vida uma substituição hierárquica do tempo resultando da reorganização de seus desejos, o que frequentemente ocorre na vida de cada um de nós quando descobrimos um universo completamente novo e que nos é fonte de prazer existencial.

Apesar de áspera, a lida no campo lhe dava prazer. Quando fica maior, já próximo da adolescência, começa a sonhar em participar dos rodeios e o trabalho no pampa desponta como uma grande fonte de estima e reconhecimento social. A equação que é posta para muitos jovens da ralé na adolescência, em que a vida “delinquente” emerge como um dos possíveis universos de inserção social, é no caso dele tencionada em direção ao caminho do trabalho e da manutenção de uma atividade longe do crime.

Os sonhos e desejos são sempre uma fonte única de transformação social, ao passo que o indivíduo passa a projetar para si uma concepção identitária permeada pelos exemplos que lhe são presentes. Nesse momento, passa a ter exemplos expressivos de figuras paternas, sujeitos que dão crédito para suas ações o incentivam que continue no trabalho no campo.

Entre o lúdico e o trabalho no pampa, ele “se criava”, dividindo seu tempo agora não mais com a escola, mas com uma atividade que poderia ser fonte de reconhecimento no futuro. Ele começa, dessa forma, seu percurso de iniciação às práticas do mundo do trabalho e o desenvolvimento mais próximo de uma relação com o dinheiro.

De início, o patrão lhe oferecia uns poucos trocados para que alimentasse os animais e, depois de um tempo, já passara a “ginetear” com os mais velhos. Ele via no campo uma forma possível de ascensão social, já que os saberes associados ao contexto rural poderiam lhe render muitos frutos no futuro, pelo menos mais do que aqueles saberes ligado ao “mundo urbano”, os saberes escolares que agora, e cada vez mais, ficavam distantes de seu universo.

Esse fervoroso “caldo” que é a adolescência de Pedro, também lhe impõe uma lógica monetária em que começa a perceber que em pouco tempo, ou seja, quando completar 18 anos, terá de “se virar” sozinho. É um momento crucial na vida dos adolescentes da ralé, já que o mundo começa a exigir uma série de comportamentos e saberes incorporados necessários à inserção no mercado de trabalho.

Ele intensifica sua relação com o dinheiro e começa a ter os desejos de consumo frequentemente encontrados nessa fase da vida. A vontade de aquisição dos bens de consumo que, aparentemente, são ofertados a todos, o coloca num dilema moral categórico. Ele vê que muitos meninos da vila estão conseguindo dinheiro vendendo drogas, na “vida do crime”. Virar bandido é uma das oportunidades que lhe são ofertadas para saciar os seus desejos, mas ele pensa que isso traria muitos problemas.

Nesse momento tão fundamental da vida de todos nós, Pedro passa a experimentar uma nova forma de interação social no início da puberdade e na passagem para a adolescência. Ele passa a adentrar em uma esfera lúdica alterada, em que os desejos sexuais passam a atravessar as brincadeiras mais ingênuas que não são mais suficientes para satisfazer suas necessidades existências.

Sua iniciação sexual é marcada por uma conversão do lúdico em erótico, em que os prazeres existências fornecido pelas brincadeiras passa a ser buscado nas relações com parceiras sexuais. Ocorre na vida de Pedro uma reorientação dos desejos, mas que se ampara nas mesmas tendências comportamentais focadas na satisfação imediata.

As brincadeiras são deixadas de lado e seu tempo passa a ser segmentado pela “conquista” das gurias das outras vilas. Esse é um ponto central de sua trajetória, em que a esfera erótica é interpenetrada com o universo do conflito com os inimigos. Pedro sabia que não poderia “pegar” as gurias da sua vila, já que essas são irmãs e parentes de seus amigos.

O sexo é percebido por ele e por seus pares quase como uma agressão, uma arma moral que condena as mulheres ao estigma de “putas”, caso elas cedam às tentativas de conquista. Conquistar uma guria e ser bem-sucedido nesse campo, apresenta tanto um caráter de dominação individual, em que o sujeito se sente valorizado pela “conquista”, como um caráter desmoralizante para a mulher e seus familiares.

As conquistas passam a ser elencadas como “vitórias” no jogo de agressão moral entre grupos de “guris” das vilas, em que as disputas começam a se acirrar a ponto de culminar em conflitos físicos e armados.

O desenvolvimento da esfera erótica e a iniciação sexual são pontos nodais em termos identitários, na medida em que há, potencialmente, uma valoração e um reconhecimento do outro numa íntima relação que envolve corpo e “alma”.

A adolescência é um período em que os sujeitos podem encontrar fora de seus núcleos de interação social mais próximos, relações existencialmente significativas e com potencial transformador. No exemplo de Pedro, esse potencial não se concretiza, por que reifica a subjetividade das gurias com quem se relaciona.

O mesmo tipo de relacionamento com que obtinha uma fonte de prazer existencial através das brincadeiras de criança, como jogar futebol ou brincar de “esconde-esconde”, é reproduzido na relação utilitarista com o corpo feminino.

Mas, para além da retribuição pelo prazer sexual, há também um elemento fundamental que é o prazer existencial perante os pares numa relação de forças no jogo de agressão moral, proporcionado pela atitude quase transgressora em que a sedução se mistura com desobediência. Nesse sentido, o valor da contravenção atua como fator motivacional, em que os pares avaliam diferencial e positivamente aquele que consegue “vencer” o desafio.

As maneiras com que se relaciona na esfera erótica possuem um elo fundamental, ou melhor, são evidências profundas do modo com

que “desvios” e transgressões são valoradas na interação com o grupo. A interação face a face no seu contexto social tem como componente o enaltecimento e estímulo de reprodução de comportamentos em que o sujeito percebe que está “atravessando” fronteiras, linhas morais imaginárias que delimitam tipos de ação diferenciados.

Conforme o sujeito passa a se reconhecer distintivamente com base nesses caracteres, é aumentado o prazer existencial advindo de atitudes comumente tidas como “incorretas” ou moralmente condenáveis.

O “caldo” fervilhante das interações sociais na sua adolescência, configura espaços de interação social em que a valoração positiva para transgressões sustenta a tentativa de novas “empreitadas”, em campos muitas vezes nunca antes percorridos, como é na experimentação das drogas.

Como nos mostraram os teóricos da sociologia do desvio, a atitude de consumir drogas passa a ser uma atitude razoável dentro do universo de possibilidades, na medida em passos iniciais foram tomados nessa direção, no decorrer de uma “carreira” como no caso do mundo do trabalho.

É fundamental que percebamos esse momento para além dos fatores motivacionais individuais que regem as ações de Pedro, já que o ambiente social em que vive, ou nas palavras de Durkheim o milieu social, estimulam e reconhecem diferencialmente certas atitudes. A lida no campo era muitas vezes desprezada pelos seus amigos, já que dificilmente alguém consegue “ostentar” as riquezas materiais provenientes de tal atividade.

A vida no crime, por outro lado, é valorada positivamente nessa moralidade contextual própria, quando rapidamente pode-se desfrutar dos ganhos materiais advindos do tráfico de drogas. Pedro passa nesse momento aquilo que é característico das fases de amadurecimento do sujeito, ou seja, o enfrentamento dialógico em que o indivíduo passa a avaliar uma relação intensificada entre custos e benefícios na tomada de atitudes.

Nesse sentido, evidenciamos a força das figuras exemplares que estiveram presentes em sua vida no trabalho campeiro, ao passo que, por sucessivas vezes, não aceita as ofertas de seus amigos que tentam lhe atribuir tarefas como a de “aviãozinho” ou pequenas entregas de drogas.

Para o bem, para o mal, aquelas que estão sempre lá

A vida militar apresenta uma grande oportunidade aos jovens, especialmente para os jovens da ralé, fator muito recorrente tanto na trajetória de Pedro como em outros entrevistados nessa investigação. Servir ao Exército é tanto uma “rota de fuga” como uma possibilidade apresentada, já que o jovem pode, por seus méritos, vencer sem que o passado escolar sentencie seu futuro.

O Exército, como instituição, tem um papel fundamental nesse momento da vida dos jovens, porque “democratiza” o acesso, podendo reverter ou afirmar um processo cumulativo de exclusão social. Ao completar 18 anos, Pedro agarra essa oportunidade com unhas e dentes, entrando “de cabeça” na vida militar e sonhando alto com tudo que aquela oportunidade pode lhe oferecer.

Ele sonha fazer carreira no Exército, utilizando todos os saberes da lida campeira e que agora podem lhe dar o retorno tão esperado.

Pedro se alista e é convocado para servir numa cidade próxima, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Lá conhece um universo novo, em que a disciplina e o controle são fundamentais para que pudesse progredir na carreira militar. Conta-nos que sentia grande prazer ao usar a “boina preta”, que era uma fonte de estima e reconhecimento social.

As habilidades incorporadas no campo fazem com que Pedro se destaque no grupo, a tal ponto que lhe é designada uma equipe para comandar. Esse momento salta aos olhos do pesquisador e evidencia o quão influente é o papel da atribuição de reconhecimento institucional na vida dos indivíduos. Pedro não possuía diplomas escolares e, apesar de todas as adversidades, conseguira um espaço tão desejado.

O cotidiano lhe imprime uma intensa lógica disciplinar que orienta seu tempo. Acorda às cinco e quarenta e cinco da manhã. Tem quinze minutos para arrumar a cama, fazer a barba, tomar banho. Horário rígido para tomar café da manhã, formação e juramento à bandeira. Treinamento físico, instrução com armas, técnicas de combate. Horário para almoçar, tempo mínimo para descansar. Mais instruções, aulas, janta, toque de silêncio. A demarcação temporal rígida que nunca tinha sido experimentada em sua vida passa a ser a realidade cotidiana.

Entretanto, o que apresentava uma oportunidade institucional de reversão em sua trajetória de exclusão social, mais uma vez fracassa na vida de Pedro. Com muita tristeza, nos relata que certa vez, durante uma votação sobre quem comandaria o pelotão, perde a votação para um recruta de outra cidade, o que frustra seus sonhos de ascensão:

“No campo eu tinha uma equipe e tinha mais outros pelotão sabe... como tinha mais cara de outra cidade, na votação eu perdi, ao invés do sargento, do capitão votarem, falaram pros cara votar e votaram no da cidade deles... Bah, quem fazia aquele campo dando risada era eu... Só que aí desgostei e comecei a chinelar já, tomar cachaça, cabelo grande... eu mesmo quis largar quando perdi a boina preta, aí não gostei mais”.

Nesse momento crucial em sua trajetória, todo um passado de exclusão e fracassos vem à tona, sendo esse um golpe fatal em seus sonhos. Depois disso, Pedro é pego fumando maconha e tomando cachaça escondido, o que lhe rende três meses preso no quartel. A instituição nesse contexto reafirma e perpetua seu processo de exclusão, ao passo que não avalia uma alternativa para Pedro para além da punição.

Para além dessa falta avaliativa, em que as transgressões são punidas com encarceramento, ele é exposto à humilhação de ter de jurar bandeira sozinho na frente de todos. Como nos relata: *“O juramento à bandeira eu fiz sozinho, né meu, sozinho, porque eu tava preso. Sai da cadeia e tive que jurar a bandeira. Ô meu, eu no meio de todo mundo, só eu, dando risada”.*

O riso desesperado de Pedro certamente não é o característico daqueles que riem de felicidade. Pelo contrário, seu riso é sintomático da vida de indivíduos que tiveram seus desejos tolhidos, produzindo um sentimento de angústia que se faz presente em cada segundo da existência.

A sociedade moderna prima pela ideia de que vivemos em sociedades “não repressivas”, nas quais as capacidades individuais poderiam ser desenvolvidas em sua plenitude, já que estaríamos livres das amarras da tradição que definem desde o nascimento o destino dos sujeitos.

A ideia implícita em sociedades que aparentemente não há restrição normativa para a realização dos desejos, é que o “problema está nos seus ombros” quando as coisas dão errado e que nada diz respeito a vida social.

Como ocorre com muitas ideias que circulam no senso comum, está não é totalmente uma verdade. Certamente a restrição normativa das sociedades tradicionais expunha explicitamente desde nascença um destino, uma trajetória que já vinha marcada e que dificilmente desviaria do perímetro social de nascença.

Mas a ideia de que somos totalmente livres para “criarmos” nosso futuro, é frágil e quebradiça, especialmente quando nos deparamos com histórias como as de Pedro.

Depois da saída do Exército, ele parte para tentar uma vida nova, sem um caminho claro e articulado em que pudesse trilhar um novo futuro:

“Aí fundo pro mundo, viajar trabalhar, conhecer gente diferente, eu gosto de viajar, de conhecer, gente diferente, tudo diferente, a cultura diferente. Não gosto de ficar no mesmo lugar, mesmo lugar me enjoa”.

Pedro quer encontrar no diferente e no distante aquilo que nunca encontrou no próximo e ordinário. O mesmo lugar “enjoa”, pois não consegue encontrar um caminho que consiga trilhar, um ambiente social propício que lhe ampare e seja fonte de prazer existencial. Percebemos tamanha ingenuidade dos indivíduos com um futuro dramático que, como diria Pierre Bourdieu, tentam confortar suas esperanças em um futuro mágico e imaginário.

Na trajetória de busca pelo inesperado, por algo que pudesse transformar decisivamente sua vida, consegue encontrar um lugar no tráfico de drogas, destino que sempre fugira durante a adolescência.

Pedro viaja para outra cidade do Rio Grande do Sul e consegue uma colocação em uma boca de fumo, onde comprava maconha frequentemente e sabia que poderia procurar uma ocupação. Nunca sequer conheceu o “dono da boca”, que apenas o contatava por celular de dentro do presídio para lhe dar instruções e os próximos passos que deveria seguir. Passa nesse momento a fazer uso frequente de cocaína, o que lhe ajuda a ficar “ligado” no movimento da boca, conseguindo atuar melhor naquele papel social que lhe foi designado.

Na vida do tráfico de drogas, passa a experienciar todos os perigos inerentes de uma boca de fumo. Brigas com usuários, conflitos e a “correria” contra a polícia. Com o passar do tempo começa a ganhar

respeito de seus parceiros de boca de fumo, tomando atitudes como essa que nos relata com orgulho:

“Uma vez eu tava trabalhando na boca e chegou um cara pra me vender a mulher por cinco conto pra ele, pra mim dá uma pedra pra ele... ué tu tá loco rapai, vai trabalha, que tu qué oferecendo tua mulher aí? O que é isso, acha que é ‘sabonete? Pode largar, pode largar! Aí eu já puxei a pistola [...] Xinguei até a mulher: e tu, aí, não tem vergonha na cara? Te cuida guria. Uma guria bonita vai tá dando pra sustentá macho pra fumá pedra? Ah, não, já corri da boca já... Negociação é só na Casa Bahia. Isso aqui não é briqueado”.

O respeito de atitudes como essa faz com que ganhe tarefas mais perigosas e que o expõe a maiores riscos. Começa a transportar maiores quantidades de crack e de maconha para pequenos traficantes, momento em que intensifica o uso de cocaína.

A paranoia de viver em constante perigo faz com que avalie os perigos enfrentados no cotidiano e resolve dar um basta à situação, procurando uma saída dessa vida. Como nos diz, “Não vale a pena, não sou passarinho pra tá em gaiola”.

Sobre migração e abandono rural na cidade grande

Pedro começa a trilhar uma nova trajetória em busca de uma atividade em que não ficasse exposto a tantos perigos como no tráfico de drogas. Como relata, ele se vê como um “andarilho, sempre trabalhando... tem serviço em tal lugar, vou pra lá”. De cidade em cidade, consegue encontrar uma posição como auxiliar de carga para uma empresa montadora de móveis no interior do Rio Grande do Sul.

O baixo salário que recebia era fonte de grande descontentamento, até que Pedro conheceu uma nova forma possível de ganhos, que lhe renderia um dinheirinho a mais no final do mês e que poderia lhe trazer um pouco mais de conforto material.

O salário não suportava seus sonhos de consumo, o que o motivou a tentar algumas manobras para poder contornar esse problema com um esquema que, de início, pensava não ser de nenhuma forma errado. Era muito simples. Nas viagens que realizava para entregar móveis em outras cidades, recebia cinquenta reais de diária da sua empresa para cobrir suas despesas. Dessa quantia, pagava vinte reais

por uma nota fiscal de um hotel, mas dormia no caminhão. Com isso embolsava trinta reais.

O ganho material compensava tanto os desconfortos de dormir no caminhão como a exposição aos perigos de se dormir à beira da estrada. Por trinta reais, deixava de dormir em uma cama de hotel, com banho quente no final de um árduo dia de trabalho, um quarto confortável e silencioso para passar a noite, os confortos que mesmo um hotel de beira de estrada pode oferecer a um viajante.

Mas valia a pena.

Conseguia dinheiro suficiente para sustentar o hábito de cheirar cocaína, que desde sua saída da boca de fumo tornara-se frequente. Em certo momento, conseguira comprar tênis e roupas novas. Quem sabe não conseguiria dinheiro de diárias suficientes para comprar um celular? Isso o animava e o motivava a abrir mão de certas comodidades, o que não causava muitos problemas para quem já estava acostumado com a dura vida de dormir sem muitos confortos.

A vida no campo tinha lhe inscrito na carne essa aspereza tão necessária à lida no pampa e agora lhe proporcionava “não dar bola” de ter de dormir no caminhão. Na infância crescera entre a vila da cidade e o campo, na relação mimética própria dos aglomerados urbanos no pampa gaúcho. Estar na “cidade” não significa o mesmo que estar na cidade grande, como Porto Alegre.

A cidade, nesses contextos, nada mais é do que uma possibilidade de acesso a alguns serviços como escolas e hospitais. Isso não significa uma inserção social do homem do campo, pelo contrário. Essa relação tão próxima parece evidenciar um vasto abismo entre dois mundos e dos tipos humanos que representam.

Mas o esquema de embolsar o valor das diárias não durou muito. Para ele, a inveja de um colega de trabalho é a explicação mais possível para compreender a ruína de seu esquema. Como relata, “ele [o colega] viu a minha jogada e cresceu o olho”, assim, seu destino lhe impunha arcar com as consequências dessa transgressão. Além de ser demitido, teve de ouvir sermão do chefe e cobrir uma parte do “desfalque”. Agora, humilhado e desempregado, tentaria a vida em outro lugar.

Para onde ir então? Voltar para sua cidade natal parecia impossível, já que lá ele tinha um “currículo”, como relata. Apesar de se van-

gloriar, dizendo que “lá sou conhecido por quase toda cidade”, o conhecimento por todos não era um efetivo reconhecimento de seu valor diferencial positivo enquanto indivíduo.

Ser conhecido por todos era antes de tudo ter sua trajetória de percalços circulando na “boca do povo”. Evidenciamos isso quando nos explica o porquê de ter vindo para Porto Alegre e não ter tentado um recomeço em sua cidade:

“Aqui eu não tenho nenhuma ficha. Lá no pampa eu tenho um currículo já. Por agressão... Lá eu sou muito louco, lá eu fico louco. É por causa que lá tem vila contra vila, tenho meus inimigo por causa de mulher. Se eu for lá e nós se encontrar, um morre né. Com certeza chora a mãe dele, não chora a minha, né?”

A “ficha limpa” significava poder tentar, sem que os consensos estigmatizantes de seus antigos conhecidos pudessem interferir na trajetória que almejava. Já podemos perceber quão difícil é a inserção social de pessoas com “patrimônios de disposições” próprios dos sujeitos da ralé e que paulatinamente foram “carimbados” como perdedores pelas instituições.

A violência entre as “vilas” rivais e as desavenças pessoais são o motivo de afastamento da tentativa de recomeçar a vida no lugar em que nascera. O lar, que para sujeitos de classe média é um “porto seguro” de conforto e “reabastecimento” das forças para enfrentar as dificuldades da vida, é para Pedro um não lugar. Ou seja, Pedro não tinha para “onde correr”.

A chegada na cidade apresentava uma nova configuração social, em que seus saberes do campo de nada valiam. Inicia então o confronto com uma nova realidade, de tentativa de conquista de um lugar para si em que deveria procurar novas atividades que pudessem prover o sustento de cada dia.

Com tristeza, nos diz que “agora é só um guardador de carro, mas só por enquanto”. Assim passa a garantir seu sustento, dormindo às noites em um albergue municipal. Pedro passa a viver no milieu social protagonizado por homens e mulheres que passaram desassistidos – ou assistidos precariamente – desde a socialização primária, estando agora tendencialmente localizados nas posições hierárquicas mais baixas da nossa sociedade, esta que demanda cotidianamente de seus integrantes

um complexo repertório comportamental incorporado indispensável à luta por bens escassos e tão valorado positivamente pelas instituições modernas, Estado e mercado.

É nesse sentido que percebemos sua vulnerabilidade, como uma condição em que seus bens, simbólicos e materiais adquiridos ao longo da vida, são tão valiosos nas lutas cotidianas quanto a lata de alumínio que muitos dos seus pares vendem nos centros de reciclagem.

Como resultado, acaba por ocupar as posições mais temidas e indignificantes no mundo do trabalho. Ele não tem muito mais a oferecer no mercado de trabalho do que seu corpo, sua energia muscular, em troca da pequena recompensa material e simbólica que a sociedade está disposta a dar em troca por esses bens.

Mesmo vivenciando esse milieu específico, em que muitas pessoas faziam consumo de crack, Pedro se orgulha de não fumar. Havia tentado uma que outra vez e não gostou, mas nos conta que seu negócio mesmo é fumar um beco. Sente-se tranquilo, calmo, fica sem vontade de beber ou cheirar. Consumia cocaína nos dias em que conseguia um pouco mais de dinheiro, mas quando fumava maconha essa vontade se afastava.

Seu cotidiano passa a ser estruturado pela dinâmica dos “centros pop”, em que deve chegar no horário determinado para passar a noite. A instituição lhe dá um aporte mínimo e necessário para que comece a estruturar planos, podendo sonhar com um futuro melhor.

Numa dessas casas conhece uma mulher, com quem passa a se relacionar e, juntos, começam a pensar em uma saída para essa vida “da rua”. Depois de pouco tempo, essa relação começa a oportunizar o grande sonho de boa parte dos moradores de rua: ter uma casa.

Eles se mudam para um barraco no terreno da sua sogra, na zona leste da cidade. Começam a ter um cotidiano mais regrado, em que ela consegue dinheiro com faxinas e ele, além de trabalhar como guardador de carros, consegue alguns “bicos” como carregador em mudanças.

Essa relação, com potencial transformador, algo que nunca havia experimentado até então, apresenta todas as dificuldades de estar em um relacionamento duradouro. Pedro sempre foi, como nos diz, “solto no mundo”, não conseguindo ficar muito tempo no mesmo lugar. Essa falta de habilidade de construir algo sólido e emancipador, vai aos poucos enfraquecendo seus laços com a mulher.

As brigas começam a ser mais frequentes, o que para ele tem como causa seu comportamento: “Eu tenho problema de nervosismo, sistema nervoso”. Não consegue explicar muito bem o que aconteceu, mas nos garante que não foi nada relacionado a drogas ou a traição. Nesse momento, rompe sua relação e volta a morar na rua.

Voltando ao cotidiano de viver entre albergues e trabalhando como guardador de carros, as feridas emocionais começam a desestabilizar suas tentativas de afastamento do mundo das drogas. Pedro conhece um grupo de amigos com o qual estabelece fortes laços de solidariedade. É um grupo formado por indivíduos que, como ele, tem trajetórias de carências afetivas e emocionais e que lhe imprimiram lógicas cotidianas de como gerir o sentimento de fracasso que os assola.

Nesse momento, inicia sua trajetória de engajamento intensivo com o crack. Há novamente em sua vida uma reorientação dos desejos. A dinâmica interna do grupo, em que os indivíduos passam a interagir pensando no grupo, possui como característica central a partilha total dos bens. Todos trabalham em “turnos”, revezando-se no mesmo ponto da cidade em que eles são guardadores de carro. Quando um sente fome, um deles vai ao restaurante mais próximo e compra comida para todos. Os poucos bens materiais que possuem também são compartilhados, como cobertores, colchões, algumas roupas. O crack também é compartilhado.

Mesmo nos dias em que não sente vontade de fumar, suas tentativas de abstinência são postas em xeque. Pedro conta que por diversas vezes, no final da tarde, quando todos estão se dirigindo ao albergue para dormir, alguém “aparece” com algumas pedras, o que impõe uma difícil decisão entre tomar o “caminho certo” ou fumar e sentir os prazeres momentâneos que o crack proporciona.

Nesse sentido, percebemos a influência do milieu social, em que os indivíduos são influenciados pelas interações face a face nos grupos, e os laços de solidariedade social, que se prestam na ajuda mútua, também incidem nas decisões dos “microfuturos”, como é no caso de passar a noite na rua fumando crack.

Considerações finais: sociações de abandonados anônimos

Para além da trajetória individual de Pedro, percebemos a existência de sociações, redes de pessoas que atualizam conteúdos

como pulsões, interesses, finalidades, tendências, desejos etc. que se expressam na sociabilidade dos anônimos e abandonados urbanos. Para além do tratamento da população como “alcoólatra anônima”, “narcótica anônima”, aqui percebemos enquanto “abandonada anônima”.

Também opera nesse contexto claramente uma “política de ingestão de substâncias”, que vai além do consumo de crack. Através dessa e de outras dezenas de entrevistas, concluímos que o crack faz parte dessa política, formada por diversos outros elementos que se manifestam nas sociações, nas quais os sujeitos se relacionam.

Apenas para tomar um exemplo, nossos entrevistados possuíam uma dieta alimentar desregulada e com baixa ingestão de líquidos. O consumo de outras substâncias como maconha, álcool e cigarro se mostrou muito significativo.

Nesse sentido, o crack é um dos elementos de uma “política de ingestão” dos marginalizados e abandonados, e percebemos que o desafio está precisamente em diminuir o seu espaço e a sua importância numa lógica de redução de danos. Para além dessa constatação, percebemos que o crack já faz parte do “viver na rua” (mesmo que o morador de rua não seja usuário ele é “perturbado” pela existência de consumo).

Assim como o sorvete no shopping center, a realidade nos mostra que o crack é um produto de consumo com disponibilidade e circulação nas ruas dos grandes centros urbanos, apresentando variação em relação à oferta, demanda e sazonalidade.

Retomamos aqui nossas perguntas iniciais e que pensamos ser melhor discutidas após o relato da história de Pedro. Nosso intuito era problematizar o que era o “algo misterioso”, que torna sujeitos da ralé mais suscetíveis à “dependência química”. Primeiramente, como destacamos, o crack é elemento constituinte da “política de ingestão” das cidades contemporâneas.

Estar submetido a essa lógica faz com que a exposição ao crack seja mais marcante do que no caso de sujeitos que se beneficiam com a segurança e proteções múltiplas proporcionadas por ambientes familiares. A disponibilidade e facilidade de acesso cria, mas não determina, um possível elo “sujeito-substância”.

Nesse contexto, o processo em que o sujeito torna-se consumidor é entendido como sujeição e submissão, ao mesmo tempo, sendo o corpo o nexus de atuação e redirecionamento de poderes, estabelecendo dialogicamente um elo entre tornar-se sujeito e submeter-se em processos de lutas diárias sobre uma identidade cambaleante, indignificada e marginalizada.

Destacamos uma outra dimensão, muito distante do sentimento próprio dos usuários de drogas de classes médias e altas, quando estes são os consumidores, que por vezes podem sentir esse consumo como uma “fase”, uma parte constituinte da formação em conflito de uma identidade única e singular, processo pelo qual a ingestão de substâncias pode ser percebido como uma narrativa de desenvolvimento de identidades e que, ainda assim, não é tematizada como central nas narrativas sobre si.

Em segundo lugar, nossa hipótese foi na direção de inferir que tendências disposicionais ao comportamento imprimem diferentes performances quando no uso das drogas. Essa hipótese se confirmou ao longo da investigação, conforme percebemos essas performances como “performances de classe”, que variavam de acordo com a existência ou carência de laços afetivos e emocionais com família e grupos de afetos, bem como os fundamentais relacionamentos institucionais tão marcantes na vida de todos nós.

Existem variados espectros performáticos no mundo do crack, que tencionam entre repertórios disposicionais e laços institucionais estabelecidos no passado de cada indivíduo. A classe social não condiciona o consumo de drogas, mas é ela que permite ao sujeito acionar um “arsenal” de mecanismos cognitivos e práticos para que os abusos sejam atenuados, e é verdade insofismável que esse arsenal é muito melhor distribuído nas classes médias e altas, tanto em termos objetivos e materiais como subjetivos e simbólicos.

Salientamos que nossos entrevistados explicitavam seus desejos de reconhecimento e inclusão social demonstrando ansiedade sobre um futuro incerto, fortemente marcados por um senso de ressentimento sobre seu passado.

Diferentemente do comportamento “escapista” de usuários de drogas das classes médias, centrados no viver “aqui e agora” – distanciando-se das convenções e das expectativas de comportamento

socialmente aceitáveis –, o “escapismo” entre os entrevistados é antes de tudo um efeito que leva à sujeição e à submissão, dado que nos leva a sublinhar a divergência comportamental e disposicional de sujeitos localizados em milieux sociais semelhantes, mas com origens de classe distintas.

Assim, perceber o usuário de drogas enquanto pertencente a milieux sociais nos auxilia a compreender discrepâncias no interior das classes sociais, já que a condição de classe não determina uma atitude *x* ou *y*. Em termos de continuidade da exploração sociológica sobre a temática, é interessante atentarmos para o grande potencial em se estudar tais milieux, sua distribuição populacional interna em relação às origens de classe, bem como na percepção de diferentes espectros em que um milieu atravessa não só transversalmente a classe social, mas fundamentalmente em direção horizontal às mais relevantes tendências comportamentais e valorativas.

É na esfera dos valores que os milieux se distinguem qualitativamente, podendo colocar no mesmo “milieu ideal” um espectro de sujeitos que, mesmo sendo afastados pela condição de classe, são fortemente aproximados por determinadas pulsões, interesses, finalidades, tendências, desejos, quadros interpretativos gerais e atitudes em relação ao espaço social.

Em termos práticos, são grandes os desafios enfrentados quando um elevado número de pessoas passa a ter o crack como objeto de desejo indispensável em suas vidas. Percebemos, com base em diversas pesquisas científicas, que o uso de crack impõe muitos limites nas possibilidades de inserção social dos usuários.

Para além dessa constatação inicial, que nos parece muito óbvia, evidenciamos uma larga penetração do crack nas frações de classe mais desassistidas em diversas esferas da vida. São tendencialmente habitantes dos grandes centros urbanos que põem à prova os precários recursos materiais e simbólicos acumulados em suas trajetórias.

O encontro com o crack é sintomático, revelando inaptidões posicionais a maneiras específicas de agir que, quando presentes, imprimem no sujeito uma lógica de certa previsibilidade sobre o futuro através do autocontrole em ações presentes.

Essas pessoas vivenciam no cotidiano uma prisão ao contexto em que vivem numa repetição circular de “presentes”, sendo fundamental investigar quais são os componentes sociais fundantes de comportamentos que perpetuam e ampliam esse desastre cíclico.

Isso possui claras implicações na subjetividade dos indivíduos, nas formas que refletem sobre si mesmos e na sua relação com o mundo. Especialmente estudos das áreas biomédicas evidenciam com acurácia uma série de patologias que os acometem, tanto físicas como psíquicas. Entretanto, o tipo de pergunta que fazem ao problema não estaria impedindo que esses estudos pudessem compreender diferencialmente o fenômeno? Evidenciar que usuários de crack possuem doenças, são marginalizados, estão ligados a crimes e atos violentos, não seria apenas um passo inicial – mesmo que necessário – de uma questão mais ampla? Na tentativa de isolamento do caso clínico para melhor tratamento das condições individuais, não estariam essas perspectivas deixando de lado uma questão radical, ou seja, uma visão totalizante do sujeito, que efetivamente se encontra na raiz do fenômeno?

Como podemos constatar, a Sociologia não pode ter a pretensão de ser uma ciência formuladora de políticas públicas, já que seu aparato conceitual e metodológico não se presta para esses fins. No entanto, no caso específico do consumo de crack nos grandes centros urbanos, é fundamental que o discurso do sociológico permita fundamentar tomadas decisórias nos mais variados níveis institucionais.

Como dizia o clássico pensador da Sociologia, Émile Durkheim, o tempo da Ciência Social é um tempo diferenciado da dinâmica da sociedade. Não podemos renunciar à tarefa de estudar questões que, mesmo que não atendam demandas práticas, tem o potencial de clarificar, que vão para além da temporalidade da ação no presente. Mas, se não podemos encabeçar tal tarefa, devemos perceber o potencial transformador que é o reconhecimento das questões relativas à gênese, à origem social de indivíduos, que nos permite pensar em termos de tipos sociais, como esse que nos propusemos.

Nesse sentido, com o exemplo da história de Pedro e de tantos outros informantes com que pudemos ter contato, não podemos deixar de explicitar a necessidade de elencar alguns pontos que são cruciais para qualquer atitude prática que venha a ser conduzida no plano político.

As instituições atuam de forma decisiva na reprodução ou na cisão de ciclos de exclusão social. No caso de Pedro, tanto a Escola como o Exército possuíam um potencial transformador e decisivo em sua trajetória, mas acabaram por atestar seu fracasso e sua inaptidão em termos de integração social.

Em momento anterior à sua inserção institucional, no seio familiar, também percebemos a ausência do Estado e de seus mecanismos de inclusão social, tanto para si quanto para os demais membros do seu círculo familiar. Há aqui um ponto fundamental que, apesar de não ser o ponto central dos questionamentos sociológicos, circunscreve qualquer atitude prática em termos de políticas públicas. A interferência Estatal no seio familiar é muitas vezes percebida enquanto uma afronta à liberdade e à noção de indivíduo numa democracia, que estaria (e seria) livre para criar seus filhos da maneira que lhe fosse mais pertinente.

Entretanto, percebemos essa autonomia como uma pseudoliberdade, já que evidenciamos o afastamento parental nos momentos cruciais de socialização. Não queremos com isso dizer que o Estado deva comandar as formas com que os pais criam seus filhos. Queremos é destacar que a socialização de crianças pelas suas comunidades, no convívio apenas e fundamentalmente com outras crianças, resulta em problemas de integração social futuros, já que formam um grande grupo de abandonados nas grandes metrópoles do capitalismo periférico.

Nesse sentido, percebemos que é necessário que se criem instrumentos de auxílio, especialmente na socialização primária e secundária, em que a ausência do cuidado parental possa ser atenuada por espaços institucionais nas quais as potencialidades de todo e qualquer ser humano possam ser desenvolvidas.

CAPÍTULO 4

O uso problemático e crack e a classe média

Mariana Garcia

Foi crescendo no silêncio da periferia, sem ser vista, sem ser notada. Quando os índices de homicídios começaram a aumentar, quando começou a atravessar do subúrbio pra classe média, ela começou a ser vista. Quando a mídia tomou conhecimento dela era tarde.

Inúmeras dificuldades surgem no caminho de quem se propõe a abordar a questão das drogas. Se, por um lado tratamos de uma substância química que a partir de condições ideais gera certo tipo de efeito descritível e classificável pelo sujeito que a consome, por outro, falamos de um produto sociocultural, cujo uso pode ser considerado universal, uma invariante histórica¹¹. As drogas foram utilizadas como instrumentos religiosos, místicos, mágicos, como medicamentos, como facilitadores da interação e da comunicação, como instrumentos recreativos, de escape da realidade, como auxílio no intuito de aumentar a produtividade no trabalho, entre outros.

Ao considerar o aspecto sociocultural das drogas, dizemos que as representações sociais que se desenvolvem em torno das substâncias têm grande importância para a análise. As representações moldam-se nos contextos nos quais ocorre o uso, em permanente interação com a visão que a sociedade devolve à prática. Ao longo do tempo foram surgindo inúmeras visões sobre os usos, que acabaram por forjar uma ideologia própria de cada droga (ESCOHOTADO, 2008). Portanto, o sujeito que consome certa substância não consome apenas um arranjo químico, mas um produto que carrega sentidos específicos.

O uso de drogas, lícitas ou ilícitas, é um fenômeno transclassista, ou seja, todas as classes consomem psicotrópicos pelas mais variadas razões. Isso não quer dizer, contudo, que o pertencimento de classe não tenha nenhuma importância para a análise. Aliás, muito pelo contrário.

¹¹ *Las cualidades farmacológicas de las drogas son virtualmente insignificantes fuera de sus contextos político-económico y sociocultural, in: BOURGOIS, Philippe, 2004.*

É que, como bem perceberam os pesquisadores uruguaios autores do livro *Fisuras*, as trajetórias de vida e de consumo tendem a diversificar-se de acordo com o capital cultural, social e econômico dos sujeitos e de suas famílias, de modo que ainda que sujeitos utilizem a mesma droga, na mesma dose, os efeitos sociais serão totalmente distintos, pois o *habitus* também é diferente (SUÁREZ et al., 2014, p. 67).

O que gostaríamos de demonstrar neste texto, portanto, é que o pertencimento de classe influencia decisivamente no destino e nas consequências do consumo, sobretudo problemático, de crack.

Ao longo da história e especificamente a partir da modernidade encontramos múltiplos sentidos atribuídos aos consumos de drogas, desde as práticas tóxicas dos artistas do *fin de siècle* (ópio, haxixe), passando pela “contracultura” dos anos 1960 (LSD, maconha); pela “crise da contracultura” – que veio acompanhada do consumo de heroína pelos desviantes dos anos 1980 (*junkies*) e da cocaína pelos *yuppies* do mercado financeiro; chegando ao consumo de *ecstasy* no contexto das festas da juventude burguesa –, isso tudo sem levar em conta o farto consumo contemporâneo de substâncias lícitas e como tais toleradas socialmente – e celebradas em comerciais televisivos no horário nobre –, como o álcool e os psicofármacos.

Essas práticas de intoxicação voluntária, contudo, são manejadas de maneira relativamente segura pelas classes dominantes. Por vezes, o consumo de drogas ocorre nos momentos de suspensão do princípio disciplinar e de ativação do expressivismo (fins de semana, férias, festivais de música eletrônica, viagens a Amsterdam etc.). Mas o consumo de drogas nas classes dominantes também pode ocupar um lugar de reforço do próprio princípio disciplinar, como no caso do consumo de drogas (lícitas ou ilícitas) que auxiliariam no desempenho cognitivo de universitários, por exemplo.

Fato é que a classe média brasileira tem recorrido contemporaneamente às drogas para dar conta de suas tarefas do cotidiano. Nesse sentido, percebemos uma transformação no significado dos consumos de drogas. Se na época da “contracultura” a busca por estados alterados de consciência estava ancorada na dimensão da expressividade¹², da procura por experiências existenciais, hoje o consumo de drogas está amplamente vinculado ao próprio princípio disciplinar. Atualmente as

¹² Para o caso brasileiro, conferir o trabalho seminal de Gilberto Velho, *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

drogas – salvo exceções – são utilizadas de maneira pragmática, na busca de desempenho, da produção farmacológica de si, da montagem de um corpo-perito, como tem analisado David Le Breton (1999).

Com a pesquisa empírica verificamos que a diferença de classe pode ser decisiva no destino e nas consequências do consumo problemático do crack. Vejamos apenas algumas mais aparentes.

Em primeiro lugar, o sujeito da classe média tem acesso a estratégias que possibilitam a manutenção de seu consumo em segredo, pois possui ambientes de intimidade, quartos próprios, casas no litoral, festas em lugares afastados, clubes privados, automóveis etc. Já o da “ralé”, não possui os mesmos recursos, de maneira que seu consumo é rapidamente percebido. Desse modo, enquanto a classe média protege-se da estigmatização, a “ralé” é rapidamente estigmatizada, o que inclusive pode contribuir para a radicalização de sua prática¹³.

Em segundo lugar, os consumos esporádicos dos filhos da classe média são controlados e protegidos pelos pais com as mais variadas estratégias, inclusive a vista grossa, quando tais usos não estiverem prejudicando as demais tarefas, especialmente o estudo, enquanto a “ralé” brasileira não possui as mesmas disposições para dar conta desse tipo de situação, recorrendo rapidamente à violência ou à exclusão.

Por último, quando o consumo se torna problemático e rompe a barreira da “normalidade”, notamos que a classe média dispõe de recursos institucionais mais eficazes do que aqueles que dispõem a maioria dos subcidadãos brasileiros.

Antes de abordarmos as referidas diferenças, no entanto, precisamos deixar claro que o objeto usuário de crack (ou de qualquer droga) é pouco sólido, pois há infinitas relações que podem se estabelecer entre as pessoas e as substâncias. Ao estudarmos esse fenômeno, flagramos um momento de uma trajetória pessoal que possui múltiplos aspectos, sendo o consumo de drogas apenas um deles.

Dentre os próprios usuários de crack, por exemplo, existem hierarquias morais classificatórias que geram e reforçam estigmas sociais

¹³ “A estigmatização de que os toxicômanos são atualmente alvo só pode levá-los a radicalizar ainda mais suas práticas de intoxicação. A sociedade transforma-os em bodes expiatórios e eles acabam por aceitar, ou até reivindicar esse estatuto de imolação. A prática dura continua a constituir o protótipo de um comportamento que se viu forçado a integrar essa imagem de inadaptação à sociedade”, in: XIBERRAS, Martine. *A sociedade intoxicada*. Lisboa: Piaget, 1989, p. 27.

distribuídos de acordo com o momento da carreira de consumo¹⁴. Isso porque o crack é consumido em grande medida como um objeto carregado de sentido¹⁵, construído pelo senso comum: uma droga-lixo (o que sobra da cocaína refinada), utilizada por desclassificados sociais que se aglomeram em centros urbanos.

E não por outro motivo, nas últimas décadas, a sociedade, com o auxílio da mídia sensacionalista, cobra medidas governamentais de combate ao problema. São as cenas explícitas de uso de crack – em espaços conhecidos por *cracolândias* – que apavoram e ao mesmo tempo motivam a compreensão do fenômeno.

Esses usuários são o alvo de olhares incomodados da população em geral e naturalmente estampam capas de jornais e revistas. Consequentemente, são os primeiros a serem estigmatizados como a gênese do mal, pois para o senso comum – inclusive científico – as “*cracolândias*” seriam o local em que pobres consomem a droga. Mas já há algum tempo a classe média brasileira convive com a pedra, sendo inclusive na palavra de um de nossos entrevistados na epígrafe deste capítulo, o motivo pelo qual as agências públicas estariam dando mais atenção ao problema. Diante deste cenário, empiricamente não podíamos deixar de alcançar usuários da classe média brasileira para ao menos tentarmos visualizar com maior clareza o peso do pertencimento de classe ao longo da trajetória ou das carreiras de consumo.

Diferentemente dos usuários de crack que habitam ou utilizam o espaço público para seu consumo, os usos problemáticos nas classes do-

¹⁴ César, um de nossos entrevistados que vendeu crack por certo período, nos forneceu relato esclarecedor sobre esse ponto. Contou que há vários tipos de usuários: “O cara que trabalha não é visto mal dentro da vila, (...) até mesmo porque fumam sozinho”. São sujeitos ainda não estigmatizados, “Gente que a gente nem imaginava usava droga, antes de ir pro serviço, pedreiro, ali com a mochila, a colher, ia na boca buscar quatro petequinha de crack”. Há também o pedreiro, aquele que faz parte da “molecada da rua que se reúne numa esquina, num terreno baldio, numa casa abandonada, ou numa casa liberada” pra consumir crack. E tem o “nível mais grave”, que é “quando o cara é pedreiro e já fumou coisa de dentro de casa, quando a mãe já reclamou, ou que aparece com coisa roubada dentro de casa ou vende as roupa do corpo”.

¹⁵ Para nossa análise, é muito mais importante a dimensão simbólica do crack do que os seus efeitos químicos, pois os próprios efeitos do uso de determinada droga dependem consideravelmente do contexto no qual ocorre. No caso, tal situação intensifica-se, já que não existe propriamente o crack como existe a Aspirina” produzida pela Bayer e comercializada em farmácias. Há enorme variação das pedras vendidas, decorrente das diversas misturas de substâncias, e muitas delas possuem baixa ou inexistente quantidade de cocaína. Nossos entrevistados estavam conscientes disso, sabiam onde comprar a pedra mais pura e onde havia apenas “simulação”.

minantes parecem ser eficientemente ocultados. Por isso, todas as entrevistas realizadas com sujeitos da classe média dependeram de nosso capital social, de contatos pessoais indiretos¹⁶. É ainda cabível ressaltar em relação aos pesquisados alcançados, que estes haviam se “recuperado” de forma “exemplar”, o que talvez tenha facilitado nossa aproximação, uma vez que eram socialmente apresentados como exemplos de que há esperança de salvação em relação ao uso problemático do crack.

Todos descreveram algum acontecimento impactante para a interrupção do uso regular da substância. Não obstante encararem tais ocorrências como “um estalo”, é possível notar que estão a falar de uma zona limítrofe indicativa de uma trajetória descendente de classe. David, ao ser questionado se no momento de uso crítico do crack – descrito pela cena de solidão sob uma parada de ônibus durante um dia de chuva, sem dinheiro, apenas com uma sacola de roupas debaixo do braço (as únicas restantes) e sem poder juntar as bitucas de cigarro do chão molhado – havia morado na rua, recebemos uma firme resposta:

“Não cheguei a morar na rua porque, digamos assim, eu não sou tão burro, né. Na hora que eu tava sem nada. ‘Que eu vou fazer da minha vida? Vou pra um posto de gasolina me prostituir agora? Vou voltar para boca pra chorar pra traficante me vender fiado?’ Eu nunca fui rico, né, mas minha família é de uma classe média e sempre pode me dar tudo, né? Então, aquela ideia de daqui, de eu ficar naquela parada, era dali para diante e, aí, sim, seria uma mendicância total... ou, né?... faz alguma coisa e muda”.

No mesmo sentido, Melissa notou que estava “meio afundadinha” quando já fumava quase todo o dia, “só que aí me deu um estalo, porque eu não tinha mais roupa pra colocar, e eu tava me sentindo mal com aquela situação, e eu tava muito na rua, muito mendiga”. Vítor foi mais contundente, talvez em virtude de ter sido o entrevistado que chegou mais próximo do abismo, em razão de ter sido preso: “Acabou meu dinheiro, acabou o dinheiro da namorada. Comecei a roubar minha família. Foi péssimo. Até que fui roubar na rua. Fui preso”.

¹⁶ Como a pesquisa estava pautada na aplicação de um questionário relativamente extenso sobre um assunto considerado socialmente delicado, qual seja o uso problemático de drogas (especialmente do crack), nos vimos impossibilitados de utilizar o método de “porta a porta” ou a simples abordagem na rua. Assim, para que os informantes pertencentes à classe média fossem entrevistados, foi preciso estabelecer um mínimo de confiança, de modo que os pesquisadores não podiam ser totalmente desconhecidos destes.

O primeiro aspecto a se destacar é o fato de a classe média possuir um local para o qual pode retornar. O lar nesse contexto, não obstante muitas vezes relatado como conturbado – sobretudo pela separação dos pais –, é visto como um “porto seguro”.

Estar “sem nada” para a classe média não parece ser o mesmo que o “tô a nada” dos moradores de rua que entrevistamos; embora as narrativas apareçam de forma semelhante, o receio do abismo estigmatizante representado na fala dos entrevistados pela mendicância ou pela prisão parece evidente. “Ter um estalo” é uma espécie de alerta (sinal amarelo) que surge com a mobilização do patrimônio de disposições adquiridos ao longo de uma socialização de classe específica.

Da mesma forma, “não ser tão burro” é ter acesso não só as pré-condições da economia moral burguesa, como também é ter acesso aos capitais, econômico, cultural e social. Sabemos que não é à toa que David se acha menos “burro” do que aqueles usuários que estão na rua. Na sua visão é a falta de inteligência que faz que com milhares de despossuídos continuem atirados à própria sorte nas ruas defendendo-se das violências reais e simbólicas cotidianas.

O entrevistado não possui tal percepção à toa, mas porque foi socializado em uma classe que exalta a ideologia meritocrática, ou seja, ao diferenciar-se de forma “individual”, acaba legitimando de forma “pré-consciente” a produção e reprodução da desigualdade brasileira.

O pertencimento de classe, no caso da pesquisa empírica, revelou-se não só pela diferença nas trajetórias de vida e das carreiras de consumo, mas principalmente por estarmos tratando de indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social. Tal pertencimento também pode ter dificultado um pouco o trabalho dos pesquisadores, já que “um dos implícitos da vida social em uma sociedade com esferas multidiferenciadas é o jogo de mostrar-ocultar” (LAHIRE, 2004).

A socialização da classe média inclui o aprendizado de controlar o que revela sobre si mesmo, principalmente dependendo do ambiente frequentado. Enquanto os indivíduos da “ralé” estão mais expostos, seja pelas abordagens policiais, pelos órgãos de assistência social, saúde e até por pesquisadores, a classe média aprende desde cedo a resolver seus dilemas ocultando-os no conforto do lar ou dos consultórios terapêuticos climatizados.

Não por outro motivo, um discurso domesticado revelou-se com o questionamento sobre o início do uso crack. Evidenciou-se, sobretudo, a articulação discursiva sobre policonsumos. O mito da porta de entrada por meio de drogas leves (maconha e cigarro) foi narrado com naturalidade, inclusive com o consentimento dos próprios pais, seja pela consciência de que “todos fumam maconha”, seja para oferecer a proteção do lar com a finalidade de evitar possíveis abordagens policiais que ocorreriam na rua.

A passagem por clínicas particulares, psicólogos desde a infância, psiquiatras e terapeutas que se tornam amigos íntimos, dentre outros “cuidados” oferecidos, pareceu moldar a fala dos entrevistados em relação ao início de sua trajetória de consumo de drogas. Enquanto os moradores de rua, após as explicações iniciais sobre a pesquisa, já iniciavam a narrativa pelo uso do crack, os entrevistados da classe média declaravam, primeiramente, o uso de maconha desde o início da adolescência até mesmo de forma compulsiva – como fumar 20 cigarros de maconha por dia – para posteriormente falar sobre o uso problemático de crack, a maioria das vezes tendo passado pelo uso de cocaína inalada ou injetável.

Usar a substância solitariamente, no sossego do quarto ou na tranquilidade do lar, parece uma peculiaridade dos sujeitos dessa classe. Embora tenham ocorrido momentos de estar na rua, principalmente na “correria” para conseguir a pedra, ou até mesmo consumindo com usuários pertencentes à “ralé”, fumar sozinho pareceu-nos uma questão estratégica. Tanto para proteger a própria imagem que estaria vulnerável durante a utilização em espaços públicos quanto pelo fato de serem usuários com alto poder aquisitivo em relação aos outros frequentadores da boca¹⁷. Mesmo que o início do uso se dê juntamente com amigos

¹⁷ A visão de alguns entrevistados sobre os outros usuários e traficantes frequentadores da boca (local no qual adquirem a droga) é reveladora sobre a consciência de classe, não propriamente no sentido dado por Marx, que estaria relacionado com os interesses de classe comuns e o consequente engajamento na luta política por tais interesses, mas no sentido da consciência do pertencimento a uma classe que é substancialmente diferente de outra. Algumas passagens das entrevistas são elucidativas: “Os próprios traficantes não acreditavam que eu consumia tanto. Me chamavam de louco pelo tanto que comprava” (Vitor); “Eu acho que os usuários ficam muito impressionados quando eles veem uma mulher. Ainda mais uma menina. E eu era de classe média, andava bem vestida, acho que era um pouco impressionante. Mas também acho que rola isso. Tem outras meninas que fazem isso. Nunca sofri preconceito, nunca. Mas rolava uma admiração assim por parte do pessoal. Eu me sentia muito malandra e isso fazia eu ser respeitada” (Melissa).

pertencentes à mesma classe, há o momento em que “misturar-se com muita gente” pode ser perigoso, seja por se tornar um usuário visado pelo alto consumo, consequência de seu capital econômico, seja para não ser preciso dividir a pedra com ninguém: “Fumava bem seguro, deitado na minha cama, cheguei a virar oito dias fumando crack”, nos contou Vítor. David também narrou uma espécie de solidariedade estratégica para poder fumar sossegado: “Quando eu tinha muita droga eu até botava para as pessoas, mas dizia: ‘Tá pega teu pouquinho vai embora e deixa a minha droga para mim’”.

O sentido dado ao uso também se revelou de forma diversa. Se a maioria dos usuários entrevistados na rua narrou que o consumo do crack pode auxiliar no controle da fome, do sono e até mesmo da dor, bem como na caminhada em busca de lixo reciclável ou de um lugar para ficar, alguns usuários de classe média acudiam-se em seus lares – seguros e confortáveis – para “ver TV”, “ficar no computador” ou “baixando filmes”. É que o “barato dele [crack] vai e vem muito rápido, então tu quer ficar fumando... Enquanto tu fuma tu não dorme”, disse Vítor.

Ficar “virado”, não para proteger-se de violências iminentes da polícia ou dos companheiros de classe, como no caso dos moradores de rua, mas pelo “barato” ou pela “adrenalina”. Enquanto os indivíduos pertencentes à “ralé” justificaram o uso da substância como uma necessidade de sobrevivência em um cotidiano duro para dar conta do trabalho que os “(in)dignifica” – o que faz com que seus corpos cansados e sujos quase sempre estejam associados à imagem do perigo –, os usuários da classe média narraram como uma espécie de “aventura” (dimensão do expressivismo) a circunstância de ficarem acordados noites adentro.

Questionada sobre o lado prazeroso do uso de crack, Melissa respondeu: *“Eu gostava porque a gente ficava acordado, e a gente bebia junto, né? Teve uma noite que eu fui sozinha, e daí encontrei um amigo, e aí a gente fumava e cheirava loló, daí acabava o loló, a gente fumava pedra, daí acabava a pedra, a gente cheirava loló... A gente ficou assim, né? Era uma sensação boa. Ficava acordada, dava uma adrenalina, e a gente saía pra caminhar...”*

“Eu ouço vozes, olho pro lado, parece que tem alguém me cuidando, e, quando eu olho, é um espírito, um espírito mesmo, me cuidando, ou uma mulher com uma roupa branca. Às vezes, é uns exu na minha volta, eu vejo eles todos na minha volta. Só que não é que eu vejo, é alucinação da droga que faz com que eu veja eles. Tipo tu tá sentada aqui comigo e, por exemplo, tem uma sombra aqui... por exemplo, tu vê essa estátua se mexendo e falando contigo, mas, não... é alucinação que te dá. Se tem uma pessoa conversando contigo, você já pensa que a pessoa quer brigar, quer se avançar em ti. Mas tudo isso é a ira da droga. Alucinação”. [Amanda, 22 anos]

“O crack provoca uma ‘espiiação’ e um medo... Um dia nós tava na casa dum amigo meu com umas gurias e tinha um amigo nosso que fumava crack, só que nós não deixava ele fumar quando tava junto com nós, e nós lá, e nisso ele sumiu e desceu todo espiado: eu acho que tô vendo fantasma. E nós assim, ó, os barulho, era uma casa de dois piso. Tinha uns barulho lá em cima, e nisso todo mundo começou a entrar na noia junto com ele, as gurias e todo mundo se assustando... e era de verdade, ele nós dizia que tava com medo, que tava vendo uns demônio lá em cima e nós já tava até ouvindo os barulhos junto com ele, sabe?, os cachorro começaram a latir e todo mundo apavorado. E nisso um amigo foi ao banheiro e viu o cachimbo, disse: ô meu, vocês estão viajando, o cara fumou pedra. E era a noia da pedra dele. Dá alucinação. Bem horrível de ver...” [César, 25 anos]

“Traz uma alucinação, alucinação como pessoas te perseguindo, tu vê imagens. É que cada um tem uma reação, entendeu, vou ser bem sincero pra ti. Cada um, dependente químico, tem uma forma de reação e a gente não conhece direito. Que nem a minha, é... a minha... Tem umas que são tranquilas, mas tem umas que são bem graves, entendeu. Que nem a minha, a minha ainda é tranquila, né? Eu fumo e gosto de sair caminhando na rua. Eu sou assim, né, mas tem pessoas que seguinte... pega faca, pessoas que já se ‘encabrera’ entre aspas, no caso na gíria do morador de rua, tem pessoas que se assustam, grudam faca, grudam garfo, sei lá o que tiver, pedaço de pau, essas coisas.” [Robson, 25 anos]

E o que você sente quando usa?

“Sente um clima... como vocês dois tão aí, são. Vocês estão numa tri. Não tão vendo ninguém olhar pra vocês. Não tão vendo polícia, ninguém. Aí tu fuma, tu olha pra trás, pros lados, e começa a imaginar que as pessoas estão olhando, que a polícia tá atrás, mas não tem nada disso.

A pedra dá medo. Até pra ti sentar e fumar tu tem medo, toda hora olhando pros lado. Eu tenho medo, porque no causo, eu sento e ponho a pedra no cachimbo eu me levanto e caminho antes de fumar. Eu olho bem pros lado, olho pra cima da ponte e depois que fuma.” [José, 25 anos]

As primeiras respostas que recebíamos sobre os efeitos do crack reproduziam a ideia de paranoia, que está muito presente no senso comum, do que decorreu inclusive um dos termos que caracterizam o usuário de crack, o “noia”. Nossos entrevistados diziam ficar com medo de tudo, dos outros usuários, dos sons, da polícia etc.

Analisando o tema mais de perto, é possível supor que o crack potencializa a percepção sobre um perigo que não é paranoico, mas bastante concreto. O usuário de crack, que faz uso da droga na rua, está efetivamente exposto à violência, que pode ser proveniente de outros usuários ou de policiais. A descrição da paranoia parece reproduzir o efeito-estereótipo, que é aquele que o usuário espera sentir diante da construção social sobre a droga, nos termos analisados por Howard S. Becker (1953).

Com alguma experiência nas entrevistas, passamos a insistir nesse ponto, pois era incompreensível a adesão a uma prática tóxica que gerasse apenas sensações descritas como desagradáveis. E, como veremos, os entrevistados da classe média não narraram a sensação de paranoia.

Miguel, que fugiu de casa aos 5 anos de idade e vive há vinte nove anos nas ruas, disse que quando fuma pedra sente “suadeira... parece que alguém vai te matar”. Efetivamente o peregrino – ou seja, aquele usuário que vê na correria um de seus meios de sobrevivência – acaba exposto às violências reais e simbólicas, sobretudo pelos consensos sociais estabelecidos em relação à figura do delinquente ou do vagabundo. “Fico espiado”; “vejo bichinho”; “fico meio assustado”; “fico pensando na polícia...que a polícia vai me pegar”; “sinto alucinação, como pessoas te perseguindo” são apenas algumas dentre as sensações descritas.

Tais sensações paranoicas, todavia, não foram relatadas nas entrevistas realizadas com os usuários de classe média. Nesse sentido, Vítor resumiu sua experiência com o crack como uma “sensação de perfeição”; David falou em “uma sensação de supremacia, de independência, de olhar todos com olhar de cima”. Conforme já abordamos, por se tratar de sujeitos com um discurso modelado por uma socialização de classe específica, não raramente após essas descrições, ouvimos ambi-

guidades repressoras do tipo: “Hoje, eu penso que não era tão boa” ou “hoje, eu penso que a droga não me dava prazer”.

Além do lar, local seguro para o qual esses sujeitos retornaram em momentos mais críticos, foi perceptível em suas narrativas o esforço familiar conjunto para interrupção do uso desmedido da substância. Há uma espécie de união familiar com a finalidade de solucionar o problema de forma rápida. Não apenas com internações em clínicas privadas, mas também com a contratação de profissionais para o atendimento exclusivo como forma de auxiliar no tratamento de seus familiares.

Na ocasião de emergência, pais separados há um longo tempo retornam a dialogar sobre o destino do filho, sogras e noras unem esforços na constante vigilância com a finalidade de evitar uma recaída, um retiro no campo ou numa cidade do interior é providenciado, sem contar os préstimos de empregados domésticos, situação que abordaremos em caso específico adiante.

Sem dúvida estamos a tratar de uma classe que possui um capital econômico mais volumoso, o que por si só a diferenciaria do ambiente social privilegiado pela investigação. O estímulo para conclusão dos estudos de nível superior (capital cultural) também apareceu como um fator decisivo (todos os entrevistados cursavam ou já tinham concluído o Ensino Superior), assim como o fato de ser possível dar continuidade aos negócios da família “tocando a empresa”, cuidando da propriedade rural cultivada há gerações ou trabalhando na “agência de uma amiga da mãe”.

Não custa recordar que alguns sujeitos que entrevistamos nas ruas nem sequer podiam retornar aos seus bairros de origem, imaginemos quão dificultoso é chegar ao lar. Quando conseguem, no entanto, é possível que a família – ou a própria mãe, no caso de Raul – solicite sua retirada, pois o que está em jogo é a própria vida¹⁸.

¹⁸ No início da adolescência, a mãe de Raul queimou sua mão no fogão quando ele lhe furtou cinquenta reais: “Ela falou que era melhor ela fazer isso comigo do que outros virem e colocarem fogo em mim todo. Pra mim foi uma lição, porque eu tava roubando mesmo. Eu tinha uns 13, 14 anos”. Algum tempo depois fugiu da vila porque roubou de uma senhora que o ajudava, exilou-se na rua. Conta que “não gosta nem de lembrar” do último retorno a casa: “Eu tô com 21, faz sete anos que não sei o que é ver minha mãe. A última vez que vi minha mãe, tá louco, não gosto nem de lembrar, dá uma dó assim, veio com um pote de pipoca doce e um copão de café e disse: ‘Meu filho, pega e sai daqui que os caras vão te matar, tu tá demais’”.

Enquanto numa socialização de classe média os conflitos familiares podem ser intermediados por terapeutas particulares, que ajudam quando o filho está precisando de algo materialmente ou afetivamente, os sujeitos da “ralé” são criados muitas vezes, desde a primeira infância, como “bichos soltos” na rua.

Motivo pelo qual, quem sabe, José tenha se sentido injustiçado quando foi corrido “a chinelo” pelo traficante a primeira vez que tentou comprar pedra, aos 11 anos de idade. Sua reflexão foi simples: “Me chamando de criança e eu já conheço esse mundo inteiro...”.

O consumo problemático de crack e os recursos institucionais da classe média

A reconstrução da trajetória de Vítor e de seu “patrimônio de disposições pré-reflexivas” será útil para compreensão daquilo que o diferencia dos desclassificados sociais que também entrevistamos, mas que não conseguem sair da espiral de desgraças potencializada pelo uso do crack. Semelhante aos consumos problemáticos que encontramos na rua, o entrevistado também foi preso e, por tal fato, sua trajetória de consumo e recuperação pode servir como uma espécie de recurso comparativo em relação aos demais entrevistados.

Vítor é um rapaz de 31 anos, com fala mansa e, desde os primeiros contatos para a realização da entrevista, mostrou-se muito disposto a contribuir com a pesquisa. Estudou em colégios particulares de uma capital e frequentou a universidade pública com maior reconhecimento social de seu Estado. Sua trajetória escolar, entretanto, não pode ser considerada um “modelo” diante de seus companheiros de classe social, uma vez que foi expulso por mau comportamento de duas escolas frequentadas pela alta burguesia.

Da primeira – na qual sua mãe também estudou – foi convidado a se retirar por bater nos colegas em razão de ter sofrido “muito *bullying*”; do segundo estabelecimento escolar, qualificado como “revoltante”, foi expulso após três meses de seu ingresso por “explodir o banheiro” com um primo de uma amiga sua que já conhecia sua fama de “loucão”. Na última escola que frequentou, “um colégio que não é muito conhecido”, concluiu o Ensino Médio ressaltando a importância dos professores que lhe disseram: “A gente quase não acreditou no que tu fez nos outros

colégios porque aqui tu é uma outra pessoa. Ele mesmo conclui: “Pra tu ver como depende muito dos professores”.

A escolha do curso superior – o mesmo cursado pelo pai e avô – deu-se em função da necessidade de dar conta dos negócios da família paterna tradicionalmente estabelecida por meio da produção rural no interior. Desde a adolescência disse ter usado maconha e cocaína, sendo a primeira consumida cotidianamente, inclusive em casa, com a cumplicidade familiar; e a segunda, duas ou três vezes ao mês. Aos 25 anos iniciou um consumo problemático de crack, que também tinha “experimentado por três vezes na vida”: nas duas primeiras vezes fumou e conseguiu “não se interessar”, mas na última experimentou e por um ano e meio fumou “todos os dias”, inclusive quase ao ponto de abandonar a faculdade, com a qual sempre foi “desleixado”, não obstante tê-la concluído após seu “tratamento”.

Com o início dessa carreira de consumo de crack começou a “pegar dinheiro na carteira da mãe”, que inicialmente “desconfiou” da “faxineira” de seu trabalho¹⁹. Num episódio de recaída, roubou “todas as joias da avó” e penhorou na Caixa Econômica Federal, para depois vendê-las no centro da cidade. Sem provas, e com sua negação veemente, a família não descobriu sua participação no fato. Por fim, começou a roubar lotação, um meio de transporte no qual não precisava pagar na entrada: “Usava um canivete, colocava na cabeça do motorista e dizia: ‘Me dá tudo’, descia, pegava um táxi e voltava pra casa. Esse era meu método de fuga”. Não sabe dizer se a estratégia deu certo por quinze ou vinte vezes, mas na última foi preso, graças a um ato “heroico” do motorista que lhe perseguiu pela contramão de uma movimentada avenida.

Vítor disse ter ficado dentro de uma galeria do presídio por apenas seis horas. Ficou “indignado” com o fato de “um cara” que estava

¹⁹ Como nossa investigação estava pautada por três dimensões empíricas, dentre elas os familiares de usuários de crack, também tivemos a oportunidade de entrevistar a mãe de Vítor. Sem cruzar ambas as visões sobre o consumo problemático do entrevistado, teria sido muito mais difícil chegar às conclusões deste capítulo. Durante sua narrativa Suzana nos disse jamais ter desconfiado de que Vítor pudesse estar pegando dinheiro em sua carteira. Quando questionada se havia notado alguma mudança de comportamento do filho, a entrevistada foi direta: “Simplesmente estava me desaparecendo dinheiro, eu achava que eu estava perdendo ou que uma faxineira do meu trabalho pegou”. Suzana nem sequer desconfiou do filho, mas sim da faxineira de seu trabalho, o que evidencia a sua imediata identificação da “ralé” com a delinquência, resultado de um longo processo de construção social das “classes perigosas”.

sendo preso pela terceira vez naquela semana ter saído junto com ele em função de um *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública. Em sua visão, o cárcere é comparado a um parque de diversões:

“Até no presídio foi superengraçado, porque eu entrei lá cagado. Mas lá é uma Disneylândia, tem maconha, cocaína e crack pra vender no corredor da galeria. Os caras passam dentro de uma garrafa PET, tudo ali, passam vendendo. Eu achei aquilo uma maravilha, sabe? Um dos vendedores de maconha foi solto na noite, então, tudo que ele tinha de maconha foi dividido entre as celas. Eu tava fumando um baseado no presídio na hora que o cara veio avisar que eu tava solto. Uma Disneylândia”.

Por que Vítor teve uma visão idílica do cárcere? Talvez em função de sua ligeira passagem não tenha conseguido apreender a lógica social desse local, que, como relatado pelos indivíduos da “ralé”, também estigmatiza o usuário de crack. Ao comparar a cadeia com a Disneylândia, o entrevistado reproduz os “consensos sociais opacos” que legitimam a construção de cidadãos e de subcidadãos, ou seja, de pessoas que não possuem valor e por isso podem (e devem) viver em condições desumanas. Não por outro motivo, o fato de um subcidadão ter alcançado a liberdade “junto” com ele é visto com indignação. Na sua concepção, seu ato era menos grave? É que os privilegiados socialmente “precisam saber que têm o direito a sua boa sorte”, como pensou Max Weber.

Com o esforço de um advogado contratado, Vítor não retornou à prisão por causa de laudos que comprovavam a sua internação em uma clínica particular de um hospital da capital, na época muito reconhecida e dirigida por um psiquiatra com prestígio acadêmico na área das drogas. Ao fim do processo, recebeu uma pena de quase nove anos de prisão, o que considerou “um absurdo”, pois foi condenado “mais tempo que os caras do mensalão”. Depois de mudar de advogado²⁰, conseguiu reduzir a pena para dois anos, convertida em “trabalho voluntário”, mas que ainda não começou a ser cumprida.

²⁰ Sempre que se referiu aos seus advogados, Vítor os chamou pelo nome e sobrenome. Da mesma forma fez ao referir-se aos psiquiatras que o trataram, o que denota a utilização de seu capital social.

O tratamento de Vítor, após os 22 dias de internação, foi complementado com a estadia de mais de um ano na propriedade rural de sua família: é que “lá eles podiam ter um maior controle sobre mim, sobre tudo”. Tal retiro ainda contou com idas à capital, duas vezes por semana, para consultas com o psiquiatra e para a participação em um grupo de ex-internos da clínica em que esteve. Nesta época também retomou os estudos e voltou a frequentar aos poucos a faculdade, sempre na companhia de uma empregada doméstica que o levava à frente da sala de aula e o esperava até a saída para retornarem à fazenda. Um “bom empurrão”, nas suas palavras, para interromper o uso do crack, já que, mesmo desejando, contou que não tinha mais como fumar.

Consegui, então, interromper o uso de crack e das demais drogas, exceto do cigarro, que ainda fuma compulsivamente. Além de todo auxílio familiar e terapêutico de que gozou, também encontrou enorme acolhimento em seu retorno à faculdade. Seus colegas o apoiaram, os professores compreenderam sua situação e a própria universidade relativizou algumas regras para que não fosse jubilado, com a comprovação de seu consumo problemático de drogas. Seu capital social foi decisivo nesse sentido, pois Vítor é neto de um professor aposentado da universidade e seu pai foi estudante do mesmo curso: “Muita gente conhecia minha família”, contou.

A pessoa mais importante desse processo de recuperação para Vítor foi Marta, uma empregada doméstica da família que considera como sua “segunda mãe”. A dívida de gratidão deve-se ao fato de Marta ter sido sua companhia não só até a porta da sala de aula da faculdade, mas nas salas de espera do psiquiatra e do laboratório no qual fazia exame de urina todas as sexta-feiras para comprovar sua abstinência. Para evitar o rompimento do vínculo, depois que Marta deixou de trabalhar para a sua família, ainda se encontram toda semana: “A gente mantém esse contato, mesmo ela não trabalhando mais pra minha família; eu considero ela como minha mãe porque ela foi minha babá. Ela me viu nascer”.

A trajetória de “recuperação” de Vítor parece ser bastante exemplificativa acerca da “luta de classes intestina, cotidiana, invisível e silenciosa” da sociedade brasileira, conforme analisou Jessé Souza. E se o filho de Marta tivesse problemas com o crack? Será que poderia contar com uma empregada doméstica que o acompanhasse por aproximadamente três semestres até a porta da sala de aula da faculdade?

Após chegar ao “fundo do poço”, Vítor contou com um advogado privado que tomou todas as medidas cabíveis e lhe retirou do cárcere rapidamente; com a compreensão dos juízes acerca de sua “situação peculiar”²¹; com uma clínica privada, na qual foi internado; com psiquiatras; com grupos de ex-internos da clínica; com o auxílio da família e o retiro na fazenda de seu pai; com o auxílio de seus colegas, professores e de seu capital social na universidade; e, finalmente, com a vigilância e o carinho da empregada doméstica. Nada disso minimiza o esforço que empreendeu na luta contra o consumo problemático de crack, mas demonstra as dificuldades adicionais que pesam sobre as costas dos usuários da “ralé”, que, como a pesquisa demonstrou, não dispõem de tais capitais.

Sônia, uma das mães da “ralé” que também entrevistamos, bem podia estar no lugar de Marta, a cuidar dos filhos da classe média, enquanto os seus ficaram soltos ou cuidando uns dos outros. É por esse motivo que se sente “um fracasso” como mãe e diz se perguntar todos os dias onde errou, já que nenhum de seus quatro filhos estudou ou trabalha. A pergunta que não sai de sua cabeça é: “Será que foi trabalhar demais?”. Sônia culpa a si mesma pela situação de sua família, sobretudo pelo fato de seu filho mais velho e sua filha mais nova estarem enfrentando problemas com drogas e ela não conseguir ajudar.

²¹ A intensa redução da pena foi possível em grande medida em razão da compreensão do juiz sobre a “situação peculiar” de Vítor, e consistiu basicamente na conclusão de que não se estava diante de um caso de um “ladrão como os outros”, mas de alguém que se “desgarrou” e que merece ser novamente acolhido. Em síntese, trata-se da identificação do magistrado com o drama de um sujeito e de uma família de classe média, resumida na hipótese: “Podia ser o meu filho”.

CAPÍTULO 5 – O crack em uma comunidade rural

Filipe Coutinho

Ricardo Visser

Introdução

A questão principal deste capítulo versa sobre a desmistificação acerca do uso problemático do crack, tendo em vista a relatividade do uso da droga. Nosso estudo de caso se configura como contraponto destacado aos demais, pois não exhibe os sinais evidentes do uso patológico do crack e nem da deterioração de sua condição social dele decorrente. Certamente, a forma como o nosso entrevistado se insere nas principais esferas sociais cumpre um papel absolutamente central na formação de sua existência social.

A esse ponto, atesta-se a gênese da formação de um padrão de consumo em meio a um grupo social. Essa concepção permite romper com uma concepção meramente “fisiológica” e até “naturalista” do uso de drogas, pois o perfil do usuário não é homogêneo. Doravante é possível verificar que a percepção químico-sensorial da droga não abre mão de uma experiência social, ao passo que o usuário incorpora um passado de socializações condensado em sua “atitude” ou “linguagem” corporal, ou seja, o que estamos chamando de disposições.

Partimos da ideia de que os indivíduos são, de acordo com sua origem social de classe ou camada social, socializados de modos distintos. Isso incorre em afirmar que esse processo os “equipa” (ou não) emocionalmente de maneira distinta, já que todos são suportes sociais de modos de ação, de hierarquias morais e signos culturais.

Sem dúvida, não se pode dirimir os efeitos causados pela droga, mas afirmar que eles são constantes seria incorreto e grosseiro. Insistir nesse ponto de vista seria a confirmação do preconceito tendencialmente moralista e homogeneizante, uma vez que nem todos os usuários de crack “vivem para a droga”.

Em contraste, esse público se configura muito mais como um caso limítrofe, ainda que extremamente relevante, denominando de “ralé da ralé”. Para os usuários pertencentes a esse ambiente social em especial,

a droga cumpre o papel de reforçar e realçar ainda mais a precariedade de seu estilo de vida. Nota-se que esse público se encontra, em sua maioria, às margens dos grandes centros urbanos. São, geralmente, vítimas de trajetórias de desagregação social na medida em que não conseguem manter elos sócioafetivos duradouros em diversos campos de suas vidas, principalmente quando perdem totalmente seus vínculos familiares e profissionais.

Então, se o contexto de uso também condiciona a experiência com a droga, é preciso levar em conta a interpenetração entre as teias de vínculos sociais, institucionais e espaciais nos quais o indivíduo se insere. É-nos oportuno citar duas categorias de espaço social e geográfico: a pequena cidade, que ainda mantém elos comunitários estreitos, e a grande cidade, onde normalmente tais liames se distanciam do controle pessoal direto imposto publicamente, uma vez que dependem fortemente da incorporação de limites sociais, ou seja, autocontrole. Não se trata de dizer que o indivíduo situado na pequena comunidade não incorpore autocontrole, mas de afirmar que a associação entre a lábil incorporação de autodisciplina e uma trajetória de abandono e desvinculação social é, na grande cidade, muito mais estrita.

Durkheim (2008) havia alertado não para a passagem “totalizadora” de um tipo de solidariedade mecânica para a orgânica, mas para a preponderância de uma sobre a outra. Em sociedades simples: “A preponderância progressiva da solidariedade mecânica sobre a solidariedade orgânica é tanto maior quanto mais rudimentar, menos diferenciada e especializada é a divisão do trabalho” (Ibidem, p. 111).

Assim, o mesmo raciocínio pode ser aplicado quando se compara os potenciais efeitos destrutivos do uso do crack em grandes cidades e em pequenas cidades, onde a vida comunitária ainda se mostra ativa. Nas pequenas cidades, geralmente, observa-se com maior veemência a continuidade entre a esfera familiar e a do trabalho, de modo que tal acoplamento exhibe uma socialização disciplinar através do trabalho e consequentemente um controle familiar abarbadado sobre a conduta dos filhos. Com o adensamento da vida urbana, essa conexão tende a se enfraquecer, já que o ambiente familiar se tenciona com outras esferas de modo mais vigoroso.

Por outro lado, o mercado de trabalho urbano exige categoricamente a incorporação do conhecimento especializado através da escola

na medida em que a divisão do trabalho se diferencia e as formas de trabalho de baixa produtividade significam, no contexto da grande cidade, a expurgação para as zonas marginais e de extrema precariedade na hierarquia moral do trabalho. Na metrópole, a afinidade eletiva entre dignidade moral do sujeito produtor e o exercício de formas de trabalho pouco especializados, nos quais raramente se constata um tempo de preparo prévio (muitas vezes mediado pelo sistema de Ensino Superior), se esvai.

A paisagem social da comunidade pesqueira

No Norte Fluminense localiza-se uma pequena cidade habitada majoritariamente por pescadores artesanais, onde se constata proximidade social dos indivíduos em vários planos, principalmente quando tratamos das instituições sociais como família, trabalho, escola e religião. Com aproximadamente seis mil habitantes, tudo o que acontece na cidade gira em torno da atividade pesqueira. Uma frase que sempre ouvimos durante a pesquisa de campo foi: “Se a pesca está boa, tudo está bom; se a pesca está ruim, tudo fica ruim”.

A comunidade é tomada por um grande manguezal que cerca geograficamente toda a comunidade. O mangue é um local de sustento para os catadores de caranguejos e guaiamuns que se aventuram no lamaçal para catar os crustáceos. Fora da comunidade, são vendidos em alto valor comercial, embora os catadores não participem desse lucro. Os crustáceos comercializados a baixo preço, por não terem competitividade no mercado, pois a comunidade fica deveras afastada das zonas urbanizadas. Os compradores iniciais são chamados de atravessadores, que revendem esse produto por um valor maior, e obtêm lucro em cima dos catadores, dado que estes últimos não dispõem de meios para comercializarem por conta própria.

A vida desses indivíduos é dura, pois vivem diariamente na lama do manguezal para garantir seu sustento. Esses trabalhadores do mangue, normalmente, exibem as mãos e os pés feridos pela falta de equipamentos de proteção ou então fortes dores na coluna, por causa da atividade extrativista. Muitas vezes sofrem de dor por terem furado os pés e as mãos em vários pontos e terem de, no dia seguinte, ir trabalhar para sustentar a família. Ademais, o manguezal é um local de diversão para as crianças, que desde pequenas correm entor-

no da lama do mangue, seja para pegar uma pipa que caiu longe da habitação, seja para catar mariscos com seus pais e ajudar a sustentar sua família.

Nesse caso, é preciso entender que não só se ajuda o pai, mas também se aprende a profissão de catador, desde a confecção dos materiais para extrair o crustáceo, até os caminhos que devem ser tomados dentro do manguezal para poder encontrar quantidade significativa de caranguejos e guaiamuns. A frase ouvida recorrentemente nas entrevistas, como citamos acima, também aponta para uma baixa diferenciação da divisão do trabalho local, predisposta à similaridade entre as partes. Desse modo, um tipo de coesão moral pautado pela tendencial semelhança entre as partes se inclina, em contraste com a grande cidade, à neutralização dos efeitos decorrentes da experiência do anonimato urbano.

A atividade pesqueira artesanal é a principal fonte de sustento dessa comunidade. Os moradores que não são pescadores trabalham em frigoríficos locais, no desembarque do peixe, na fábrica de gelo, no mercado de vendas do pescado ou no processo de beneficiamento do peixe, ou seja, transformar o peixe em carne de hambúrguer, linguiça, dentre outras coisas que são feitas com o pescado.

Quase todos dependem direta ou indiretamente da pesca, uma vez que comércios, como lojas de roupa, açougue, mercado, dentre outros, são movidos por aqueles que dependem da pesca para sobreviver. Em tempos de fartura de peixe, há fartura de carne, de venda de roupas, maior frequência nas lanchonetes locais, os bares vendem mais cervejas, as dívidas dos pescadores contraídas junto aos pintores de embarcações, carpinteiros, mecânicos e outros profissionais que trabalham na manutenção do barco são pagas, mas, quando o mercado de pesca se encontra em retração, toda a comunidade fica prejudicada, sem vender, sem comprar, muitas vezes dependendo da ajuda de algum político local, ou de alguma pessoa que vive do sustento de aposentadorias, ou algum parente de fora.

A maioria dos pescadores dessa comunidade pratica a chamada “pesca de plataforma”, uma modalidade de pesca que ocorre no entorno das plataformas de petróleo localizadas em alto-mar. Os pescadores explicam que, com a implantação dessas plataformas, os cardumes começaram a se aglomerar nas proximidades das grandes estruturas de metal

(abaixo da linha d'água), pois os restos de comida, grande luminosidade, barulho e sombra chamam sua atenção.

É importante ressaltar que os pescadores estão inseridos em duras condições de trabalho, não sendo simplesmente a carência de pescado a causa única de suas dificuldades. Quando está ventoso não podem zarpar, pois para chegar ao pesqueiro, demoram de 20 a 25 horas de navegação. Normalmente, ultrapassar a foz do rio com o mar é consideravelmente penoso, pois, às vezes, pelo rio estar muito seco, são impedidos de sair com o barco, ou, então, pelas fortes ondas sem lado certo, que podem fazer o barco virar.

Segundo moradores da comunidade, nos últimos anos, mais de 25 pescadores morreram em alto-mar em razão de naufrágio. Em outras ocasiões, não há tempo hábil para salvar o pescador, pois até desancorar o barco, perde-se em média 15 minutos. A maioria das embarcações não possui banheiro, utilizando a borda do barco para se fazer as necessidades, tendo que tomar todo cuidado para não cair no mar e morrer, pois a correnteza da maré é muito forte.

Normalmente, os pescadores tomam de 2 a 3 banhos durante os 15 dias no mar, o que faz com que o corpo fique coçando, gerando, por vezes, feridas. Além disso, não se utiliza filtro solar, permanecendo expostos ao sol durante todo o dia. Sob essas condições sociais, atenta-se para a relação entre precariedade do trabalho e instabilidade econômica, posto que permanecem sujeitos às flutuações do mercado local. Essa circunstância de fragilidade se alia igualmente à baixa diferenciação do mercado local citadino, totalmente submisso a um único setor.

Os locais de encontro das pessoas comumente são os mesmos, no bar, na igreja, na pracinha da igreja matriz, na beira do rio. A pracinha da igreja dessa comunidade é um local emblemático, pois os bares da comunidade ficam em torno dela. É nesse momento que os pais vão até o bar tomar uma cerveja, fazer um lanche ou levar as crianças para brincar. A pracinha se torna também um lugar de encontro das crianças, que exibem suas bicicletas e suas habilidades nas brincadeiras, como pique-esconde e pique-pega.

À beira do rio, os pescadores se encontram pela manhã para começar a pesca, mas também comentam sobre o volume semanal, a previsão do tempo, as atividades que estão planejando para o futuro etc. Pela tarde, quando estão atracando o barco para descarregar seu pes-

cado, continuam a conversar sobre as dificuldades da pescaria do dia, sobre os pescueiros que tinham peixe e hoje não tem mais por causa dos impactos ambientais.

Nessa cidade, os contatos interpessoais são muito próximos: são locais de encontro em que se agenda uma ida à praia em família no fim de semana, é onde um pescador convida outro para ir à igreja ou onde as pessoas combinam para fazer alguma atividade fora do município. As relações sociais se dão nesses encontros informais do dia a dia, possibilitadas pelo tamanho da comunidade, o que permite a constituição de redes interpessoais de contato.

No dia 23 de abril acontece a grande Festa de São Jorge, na qual toda a comunidade se mobiliza para a realização dos festejos. Essa época é de muita fartura para o comércio local, pois a quantidade de turistas ou ex-moradores se torna frequente na consumação dos produtos disponíveis nos restaurantes, bares, lojas etc. As atividades giram em torno da novena de São Jorge. Há missa todos os dias e os festejos se estendem até tarde da noite, com shows evangélicos, seguidos de cantores locais “mundanos”.

O levantamento do mastro e a procissão são as atividades mais emblemáticas dessa festa. Anualmente é escolhido um homem o qual irá guardar o mastro, e uma mulher para guardar a coroa do mastro de São Jorge. Um homem é responsável por pintar, manter as luzes e toda instalação elétrica funcionando. Antes de carregar o mastro, todos os homens se deslocam até a residência do responsável, onde oram, tomam cerveja e há, normalmente, churrasco. A cerveja faz parte da tradição, pelo menos para os menos conservadores.

Logo após a comemoração acontece a procissão com o mastro, quando se desfila por toda a cidade cantando, orando e pedindo a bênção. A coroa de São Jorge fica na responsabilidade de uma mulher, embora geralmente não tenha nenhum festejo anterior na residência, pois as mulheres ficam atarefadas com os enfeites de flores da coroa. Durante o levantamento do mastro é o momento em que todos se unem: homens, mulheres, crianças, idosos. É iniciada, então, a preparação para erguer o mastro, composto por cordas e levantado manualmente pelos fiéis. O ápice da festa ocorre quando o mastro é finalmente erguido e o padre da igreja matriz diz “Viva São Jorge!”, e todos os fiéis respondem em alto tom: “Viva!”. Todos, então, se abraçam muitas das pessoas cho-

ram quando se recordam de antepassados e entes queridos, que já não se encontram mais presentes na vida terrestre.

Durante o campo, percebemos que essa festa é de grande importância para a comunidade, pois mesmo os não católicos saem para ao menos ver as barraquinhas dos festejos de São Jorge. A festa é uma grande celebração da unidade comunitária: uns se reconciliam com quem haviam brigado durante o ano, outros fazem novas amizades ou, até mesmo começam um namoro.

Assim, a pequena cidade se caracteriza pela baixa diferenciação do espaço social e urbano, o que leva a sociabilidade pública à centralização de pequenos nichos de convivência. Por outro lado, a descentralização da experiência social nas grandes cidades é condição de possibilidade para a sensação de anonimato e abandono. Ou seja, a sensação de anonimato, de “não ser ninguém” na cidade grande é correlato do distanciamento afetivo e social decorrente da atitude *blasé*, narrada por Georg Simmel (2006).

Tal indiferença psicossocial é um contrapeso à constante inervação sensorial e psicológica à qual o indivíduo moderno está submetido. Se, de um lado, esse distanciamento resulta da crescente interposição entre instituições impessoais (como mercado e Estado) e interações intersubjetivas, cumprindo uma função até certo ponto inevitável na manutenção de um mínimo de coerência perceptivo-sensorial, ele, por outro lado, pode conduzir o agente social à naturalização da condição de abandono e miséria.

O pescador de pequeno porte dispõe de aparatos tradicionais e manuais para realizar sua profissão, pescando com redes, confeccionadas manualmente, ou linha. Embora a pesca de plataforma tenha uma divisão social do trabalho, ela não se apresenta alto nível de diferenciação interna, como indicamos abaixo. O tamanho da embarcação é de aproximadamente de 12 a 16 metros de comprimento. Conta com uma cozinha e dois beliches, mas apenas alguns barcos dispõem de banheiro. Essa parte também é chamada de “casaria”, sendo comumente o único local em que não há incidência de sol. É também donde o mestre do barco se posiciona para dar comandos à tripulação.

Mestre do barco é o responsável pela navegação da embarcação e por encontrar os pontos estratégicos para pesca em alto-mar. É o “maestro” que rege todos os passos da tripulação, ordenando a hora de jogar a rede

ou o espinhel ao mar, ou apontando a hora de recolher o material de pesca. Cabe a ele saber a hora certa de entrar e sair da foz do rio, onde normalmente ocorrem acidentes por causa do encontro do rio com o mar, que gera fortes correntezas e ondas contra e a favor do vento, zelando pela segurança dentro da embarcação. Além disso, ele desenvolve funções múltiplas como pescador de bordo, quando há fartura de peixe, ou gelador, quando a embarcação está tomada por peixes, sendo de extrema necessidade colocá-los rapidamente no compartimento com gelo. O mestre é quem opera os equipamentos tecnológicos da embarcação, como o GPS e o rádio.

A função de pescador de bordo se aplica aos responsáveis por jogar a rede ou o espinhel ao mar e recolhê-los assim que houver peixe. São os membros da tripulação que ficam mais expostos ao sol, exibindo normalmente lábios cortados e grossos. Suas mãos são ásperas de tanto segurar a grossa linha de náilon do espinhel. Nas embarcações há sempre dois pescadores de bordo.

Já o gelador garante a qualidade do peixe: é quem permanece na parte inferior do barco, empilhando o pescado e colocando gelo para que chegue em terra fresco para a venda. Também ajuda a recolher os peixes no espinhel ou fica com uma linha de fundo amarrada ao barco.

O cozinheiro tem como função fornecer a alimentação da tripulação. Ele serve o café da manhã, almoço, café da tarde e janta, prepara as refeições e entrega a cada tripulante em mãos. Ele também pesca com uma linha de fundo amarrada à embarcação.

Essa divisão é necessária para um processo de organização da embarcação, embora, na maioria dos casos, todos os pescadores saibam realizar todas as funções. Certamente, as posições de mestre e de cozinheiro requerem um nível técnico mais avançado, mesmo que haja o revezamento, seja por necessidade ou por opção do profissional em ir pescar em outra embarcação para desenvolver outra função.

Essa modalidade de pesca se perpetua através da família na qual há um aprendizado adquirido na prática da profissão. Geralmente, os conhecimentos são transmitidos de pai para filho, de tio para sobrinho. Nesse âmbito, prevalece uma socialização disciplinar do trabalho, formando propriamente e o conteúdo por meio do qual o agente aprende comportamentos práticos fundamentais para o seu reconhecimento nas sociedades modernas.

Outro quesito forte para o sucesso desse modo de socialização se deixa transparecer na união elementar, dificilmente passível de preservação intacta em grandes centros urbanos, entre as esferas sociais da família e do trabalho por necessidade. Aprende-se a ser “pai”, “mãe”, “filho” ou “irmão” etc. durante a atividade laboral. A dimensão econômica é normalmente envolta pelo desdobramento e a estruturação de laços familiares básicos com os quais cada um sente-se responsável pelo outro.

Em contraposição à cidade pequena, os grandes centros urbanos exibem um mercado de trabalho absolutamente tomado pelo sucesso escolar como critério básico, o que basicamente aniquilaria a transmissão familiar desse modo de vida, conduzindo-os a uma possível desagregação social. Num mercado e numa divisão do trabalho social urbana, o aceleramento na competição pelo aprendizado do capital escolar como condição de possibilidade de integração e filiação no mundo do trabalho, acaba por beneficiar classes em contato prévio com a cultura legítima e letrada.

Ranzi: os conflitos do pescador usuário

Nessa pequena cidade, encontramos pescadores que fazem o uso do crack para trabalhar. Entretanto, é importante ressaltar que apenas uma parcela mínima dos pescadores faz uso dessa droga. Eles afirmam que sua finalidade é proporcionar um momento de relaxamento no trabalho cansativo do alto-mar, quase inexistindo casos de uso problemático do crack.

Ao contrário, a droga é um meio para aguentarem a dura rotina de trabalho em alto-mar, da chamada pesca de plataforma. Lá ficam de 10 a 15 dias, sem tomar banho, com água salgada no corpo, dormindo poucas horas por dia, pois precisam pescar o máximo possível para assim amenizarem os efeitos nefastos de uma renda familiar inconstante e variável. Para Ranzi, o crack desperta uma força de trabalho. Ele é um homem de porte médio, com aproximadamente 1 metro e 70 de altura, pardo, com 38 anos de idade. Em seu corpo, as marcas do extenuante trabalho na pesca são visíveis: seus lábios expressam o castigo decorrente do ressecamento do sol, sua mão é bem grossa pelo uso de linhas de náilon e sua fala é um tanto arrastada.

Assim, nesse perfil de usuário, uma finalidade muito diferente da droga segue em contraste com o usuário patológico dos grandes centros urbanos, que se deixa transparecer a esse ponto da análise. Em vez de cumprir uma finalidade meramente hedonista, o crack tende, no público de pescadores, a potencializar um uso aliado ao trabalho produtivo.

Nesse contexto, o uso da droga estimula um conjunto de disposições sociais bem distintas das do usuário dos grandes centros urbanos, cujo abandono em praticamente todas as esferas da vida social incorre num uso profundamente nocivo. Seu passado social reafirma que o uso problemático do crack está diretamente conectado, embora não por um vínculo causal, como a desagregação familiar primária do usuário da “ralé da ralé”.

Portanto, a construção do consumo da substância se transforma quase por completo, adquirindo uma direção distinta em seu sentido prático.

Outro ponto absolutamente central na trajetória desses pescadores encontra-se no fato de que há uma diferenciação temporal entre contextos de utilização da droga e aqueles em que não fazem uso. Arrogamos que isso se torna possível em função de não se encontrarem numa situação de abandono social total, tendo constituído, por exemplo, relações familiares mais ou menos duráveis e sólidas. Apenas o medo efetivo de que sua família descubra que já usou o crack corrobora nossa argumentação.

Decerto, se a diferenciação temporal entre contextos de uso e não uso da droga marca a presença de alguma administração autocontrolada da droga, esse par conceitual não pode ser entendido de modo estanque, já que a dinâmica da trajetória social dos indivíduos pode, por vezes, revelar um controle precário do uso à medida que as relações afetivas de solidariedade social podem se deteriorar.

Contudo, há um liame tênue entre a chance de o agente constituir vínculos afetivos intersubjetivos de longo prazo em esferas como família, trabalho, religião, comunidade, o florescimento da diferenciação temporal-contextual de uso (mar)/não uso (vila) e a capacidade de uma administração minimamente autocontrolada da droga, uma vez que esta não leva o usuário ao vício crônico no qual a droga toma a totalidade da experiência temporal.

Tal cisão temporal do uso, ou ao menos a possibilidade de estabelecê-la em alguma medida, atesta a tese de que a unidade relativa da “pessoa social” permanece preservada. Do contrário, tal situação conduziria o usuário ao “escapismo anômico”, encontrado em proporção variável nos usuários dos grandes centros urbanos. Neles se encontra uma experiência temporal desconexa, na qual o tempo não é experimentado com um mínimo de concatenação linear, mas enquanto uma “coleção de presentes”.

Logo, a integração constatável nessas dimensões relativamente plurais da vida social, que coadunam igualmente os campos institucionais das mesmas, traz em seu bojo a capacidade de construção de redes de amparo e de “segurança ontológica”:

“Aqui onde eu moro é foda, todo mundo conhece todo mundo. Ai, porra, é difícil de usar droga aqui, quanto mais o crack. Não dá não!, de verdade, imagina se minha família fica sabendo? Porra, ‘fudeu!’. Eu ia ser o drogado da cidade, todo mundo ia ficar querendo falar comigo pra sair dessa vida, sabe? Ninguém iria entender não, pô!, um usuário de crack pai de família que vai na igreja?! Difícil né?! As pessoas ficam vigiando todo mundo, melhor evitar mesmo”.

Ranzi tem família constituída, faz parte de associações, vai à igreja, a reuniões de pais e alunos na escola e usa o crack exclusivamente no local de trabalho. Se nas pequenas cidades, bem como nas comunidades pescadoras, a vida local aparece rigidamente definida, as esferas – como família, trabalho, religião, associações e vínculos de amizade – produtoras de laços sociais e afetivos exercem um poder de coesão social muito mais explícito e visível sobre o indivíduo.

Em suma, se a circulação no espaço social e geográfico da pequena cidade demonstra ser delimitada por laços locais, a mobilidade espacial possibilitada na grande cidade tem a internalização de regras impessoais como seu inverso complementar.

Por causa disso, o abandono e a desfiliação social configuram-se basicamente enquanto fenômeno majoritariamente urbano, porque o estraçalhamento da vida local dilui consigo os vínculos expressos de responsabilidade coletiva.

Segundo esse postulado, a homologa imediata entre bem-estar da coletividade e a garantia das possibilidades de filiação (“mínimo existencial”) para os excluídos se esvai.

Na cidade pequena, as esferas de socialização em instituições como família, igreja, associação e escola estão internamente entrelaçadas, exercendo igualmente um controle coletivo sobre o agente. Há um acoplamento direto entre elas, observável inclusive espacialmente.

O pertencimento social do usuário está subordinado a essas instituições, visto que a sanção moral como consequência de uma possível descoberta do uso coloca tal pertencimento social em xeque como um todo. A coerção da localidade se impõe, então, de modo a cercear minimamente o uso. No polo diametralmente oposto situa-se o usuário “anômico” e anônimo da cidade, cujo perfil se encontra principalmente cindido pela desagregação familiar, dado que essa é, em grande parte, incapaz de estabelecer um abrigo moral primário ao indivíduo.

Relações familiares pautadas pelo sadomasoquismo, sem que cada membro possa estipular elos de solidariedade, interdependência e reciprocidade mútua no longo prazo (que cada um se sinta minimamente responsável pelo outro) conformam seu traço mais marcante. Esse ambiente familiar predatório mina por completo as chances de formação de um arcabouço comportamental em condições de inculcar, no sujeito, um sentimento de valor de si ou autoconfiança.

Trata-se da construção de condutas sociais previsíveis, jamais prescindindo de um processo socializador prévio, cunhando experiências decisivas no indivíduo desde a tenra infância.

Para Ranzi, a pesca foi uma forma encontrada por seu pai para não precisar contratar ninguém para trabalhar no barco, tendo assim toda a renda da pesca para sua família. Ranzi relata que a pesca é uma opção e que se tivesse a oportunidade de mudar de profissão ele mudaria:

“Ah, eu pesco, né?, cê sabe como que é, né? É duro, nós fica de 10 a 15 dias no mar, sem tomar banho direito... agora, o barco que eu pesco tem banheiro, mas já passei muito aperto, ‘cabando’ água, tendo que se limpar com água do mar, tinha nem água pra cozinhar direito, nós tinha que pedir ajuda aos cara da plataforma que troca água e carne com peixe com nós, é duro”.

O perfil social de Ranzi se diferencia dos usuários de crack moradores caracterizados como “cracudos”, encontrados em grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Com dois filhos e esposa, ele preserva a vida afetiva em sua família, exibindo uma preocupação prática e cotidiana com o futuro dos seus filhos, especialmente no que tange ao seu destino no ramo da pesca.

Seu pai é um pescador respeitado na comunidade, uma vez que é o mais velho em atividade. Ele também é admirado como mestre astuto e experiente, que dificilmente não lucra. Sua mãe, catadora de caranguejo, atualmente não desempenha mais a profissão devido à idade e à dureza do trabalho. Ranzi começou a trabalhar cedo com o pai e aprendeu a pescar em alto-mar, assumindo precocemente a posição de mestre em outra embarcação.

Para ele, tal profissão acarreta uma vida sem privilégios e de trabalho duro. Sua rotina começa às 4h30 da madrugada; para e vai dormir às 10 horas da noite, acordando várias vezes de madrugada, revezando com seus companheiros de navegação, de modo a manter o controle do barco e da atividade pesqueira.

A primeira vez que usou crack

“(…) foi em Macaé, os nossos barcos aqui às vezes vão daqui pra Macaé pescar, Macaé é muito bom, às vezes, pra vender o peixe, aí, lá foi que um cara me deu uma vez que pesquei lá, com ele lá. Foi uma sensação legal, aquela dor no corpo que nós sente, o cansaço vai embora por alguns minutos quando estamos na onda, sabe? Dá mais força pra trabalhar também, ah!, sei lá, eu sei que não é legal, mas eu gostei de usar e ainda uso. Mas só uso no mar. Já usei até umas vezes na terra, mas só uso mesmo no mar; usar em terra pode dar problema, os filhos saber, a família saber, os vizinhos, aí fica todo mundo fofocando, aqui é pequeno, é difícil de esconder as coisas”.

Nessa passagem observamos que o crack cumpre uma dupla função: a) ele alivia a dor física decorrente do trabalho fisicamente extenuante; b) logra proporcionar mais energia, tendo como objetivo o próprio trabalho. Não obstante, os dois contextos de uso se ligam à atividade laboral, que, por sua vez, também expressa suas peculiaridades.

Ou seja: há uma afinidade eletiva entre o tipo de trabalho desempenhado e a finalidade do uso de crack.

Primeiramente, não partimos de uma separação simplista entre trabalho intelectual e braçal, já que toda forma de trabalho reúne forças motoras, intelectuais (cognitivas) e psicossociais. Todavia, o jogo de forças entre esses fatores é alterado de acordo com o tipo de trabalho desempenhado.

No caso de Ranzi, trata-se de um trabalho que envolve a exploração direta da força física, na medida em que sua dimensão intelectual permanece imediatamente subordinada à sua capacidade de exequibilidade corporal em meio à natureza.

Com efeito, a ausência de competências intelectuais complexas, envolvendo não apenas diferentes ramos do conhecimento, mas igualmente um tempo de preparo prévio, associa-se com formas de trabalho nos quais os encadeamentos psíquicos e cognitivos são mais curtos.

Em contraste, nos tipos de atividade laboral nos quais a exploração do corpo se dá de modo indireto (como os trabalhos de escritório), ou seja, no sentido da contenção corporal num raio restrito de ação, o domínio da linguagem escrita, de línguas estrangeiras, da matemática, de padrões culturais legítimos etc.

Consequentemente, o crack cumpre uma função tanto relaxante quanto estimulante, dado que o poder produtivo direto de seu corpo é um quesito fundamental em sua ocupação, e acaba por ser exposto a condições extremas. Isso posto, tais categorias ocupacionais expressam forte correlação entre decadência e envelhecimento, tendo maior incidência em meio às classes populares.

Ranzi conta que, apesar da comunidade estar ciente da existência de usuários de crack, há total reprovação pela maior parte dela. Segundo ele, se ficassem sabendo de seu uso, haveria imensa crise de confiança por parte de todos os moradores da vila, de maneira que o açougueiro e o vendedor da mercearia não lhe venderiam mais fiado, em caso de necessidade, a comunidade religiosa o rejeitaria e o colégio o proibiria de participar de reuniões escolares.

Por conseguinte, esse estigma só é capaz de gerar constrangimento, isto é, seguido de uma reorientação social do comportamento individual, quando o agente encontra reconhecimento nas interações e

nos vínculos nos quais está inserido. Em suma, só há coerção via constrangimento, se o alvo do mesmo intui que “há algo a perder”, caso não abra mão da prática condenada pela comunidade, pelo menos em certos contextos. Eis, então, uma das fontes de seu medo.

Curiosamente, o sentimento de medo surge num contexto bastante distinto em usuários entrevistados no Rio de Janeiro. Tendo sofrido desde a infância com o abandono ou violência doméstica, para alguns deles, o crack surtia efeito no medo diante da incerteza da vida nas ruas. Assim, a droga age como estimulante e inibidor do medo.

Em contraste com Ranzi, para quem, o medo fortalece perante a possível descoberta de sua família e comunidade, para os entrevistados dos grandes centros urbanos, como Manoel – 25 anos, morador de rua –, tal sensação irrompe em função da ausência de laços de confiança e intimidade constituídas no seio familiar que, de igual maneira, não se constitui como fonte de “segurança ontológica” e de vínculo afetivo constantes.

Abandonado pela mãe, ele conta que jamais conheceu o pai, um importante traficante expulso do morro em que vivia. Sobre sua mãe, ele afirma: “Eu não ‘conheço’ ela... Não tenho intimidade, assim. Às vezes, ela chegava em casa, ia me visitar, falava que ia trazer comida, saía na rua pra comprar e voltava só daqui a dois anos”. Após uma fase no orfanato, onde sofrera maus-tratos, Manoel é recolhido por sua tia.

Num ambiente familiar conturbado com os tios, chama atenção para a constante presença da violência doméstica: “Aí, meu tio e minha tia ficou me criando, sendo que eu apanhava muito em casa, sem motivos. Aí, aos 12, eu entrei pro tráfico, pra não ficar apanhando, e lá eu fiquei até os 23”.

Ao entrar para o tráfico de drogas, Manoel perde a mão por causa da explosão de uma granada a despeito de sua vontade. A contraparte dessa ocorrência foi o seu mergulho nas drogas, especialmente o crack. Atualmente, ele relata, saiu do tráfico e, por isso, tornou-se morador de rua, além de não fumar mais a pedra.

Muitas vezes, a “negligência” ou o “abandono” portam consigo marcas ainda piores, de uma violência silenciosa, o desprezo. Por outro lado, a violência doméstica funda igualmente uma forma de intercâmbio familiar marcada pela agressividade arbitrária, moldando o con-

teúdo próprio das interações sociais. Ela envolve, em seus casos mais típicos, uma socialização familiar sadomasoquista, marcando também a forma de se relacionar com o mundo “extrafamiliar”.

Ainda que existam reprovações, o bairro e a comunidade local não têm força para impor restrições diretas. Com uma comunidade doméstica destruída, suas relações de amizade são a única fonte de reconhecimento da qual dispõe. Todavia, ela não oferece resistência ao uso do crack; ao contrário, ela é um ambiente de sociabilidade com a droga. Nesse sentido não se constata a diferenciação temporal de uso/ não uso como em Ranzi:

“Por exemplo, você tem os seus amigos que usam, aí só você que não usa, aí você segue. Você quer entrar e ser igual a eles, entendeu? Você quer se igualar. Aí nessa você vai indo, vai indo, com todas as drogas foi assim. Maconha no início, todo mundo usava, então, eu vou fumar pra até andar do lado dos caras, aí começou. Aí eu vi que eles cheiravam, aí eu: ‘Pô, vou ver’, não dormia muito; na hora de trabalho, no caso. Aí eu: ‘Já que eles tão usando pra ficar acordados, eu vou usar pra também ficar acordado’. Aí você vai indo, vai entrando e vai virando uma ‘bola de neve’. Você mora naquele meio, vive naquele meio, aí você quer se tornar igual a ‘mim’, você quer se tornar aceitável naquele bonde, assim. Todo mundo igual...”

Nessa passagem compreendemos como – num primeiro momento – a combinação entre desorganização da unidade doméstica, a incapacidade de estabelecer vínculos de filiação institucional de segunda ordem (por exemplo, através da escola ou experiência religiosa) e a iniciação nas drogas junto com os amigos constrói um contexto de consumo específico das grandes cidades. Doravante surge a diluição da partição temporal do uso conforme o consumo de drogas vai preenchendo paulatinamente a inteireza de seu cotidiano.

Conclusão

Na apreciação dos perfis, apontamos como o uso controlado do crack não se caracteriza de antemão, mas pressupõe tanto um con-

junto de socializações quanto a inserção mais ou menos estável em esferas de reconhecimento absolutamente centrais nas sociedades modernas: família, religião e trabalho. Nosso esforço argumentativo se concentra em afirmar que na vila de pescadores, por exibir maior proximidade na relação interpessoal, de coesão e de pertencimento direto, há a tendência de maior durabilidade e constância nas interações sociais.

Além disso, a ideia de anonimato urbano se relaciona justamente com o fato de que, nas grandes cidades, essas relações face a face se tornam, à medida que o indivíduo vai seguindo na sua trajetória, profundamente entrepostas por instituições e campos sociais impessoais. Estes obedecem a regras impessoais: a lei, a prova, os horários, o dinheiro, contratos etc., anestesiando relativamente o poder estruturante das relações intersubjetivas face a face. Mesmo que alguém se condoa, a racionalização burocrática dos grandes centros trata de neutralizar o efeito da personalidade.

Não se quer, porém, afirmar que nas pequenas cidades prevaleçam relações sociais pré-modernas, mas que o tamanho da composição urbana, da densidade social, o nível de diferenciação social inter/intra-classes e o estágio de especialização da divisão do trabalho nos grandes centros destroem por completo essa proximidade interpessoal que tentamos aqui tematizar.

Nos grandes centros urbanos, o efeito de resistência de uma comunidade previamente constituída se vê radicalmente relativizado e enfraquecido, o que, na pequena vila de pescadores, ainda é passível de alguma preservação.

No capitalismo moderno, trabalho e família se constituem enquanto esferas centrais na reprodução de destinos sociais de classe. Nesses dois registros básicos da ação, o indivíduo incorpora as disposições (conforme as realiza) e códigos práticos de ação, conferindo-o ou não a sensação de “autoestima”, “confiança em si”, “respeito abstrato” e “dignidade”. Todavia, quando chamamos a atenção, sobretudo, para a categoria de “família”, é-nos exigido cuidado. Não consideramos nem uma visão idílica, já que há relações de autoridade e poder, nem uma concepção baseada na definição dominante e legítima de família, consagrada pelo Estado e pelo mercado (pela estatística oficial, pelo sistema escolar, pela publicidade etc.).

Nesse sentido, esta definição “normal” pode se tornar normalizadora.

Por outro lado, recair sobre um argumento relativista sobre a família, seria errôneo. O caso de Ranzi ilustra como uma socialização familiar, talvez mais próxima do batalhador, exige uma socialização disciplinar prática e cotidiana do trabalho. Isso o conduz à inserção mais ou menos duradoura nesses registros de ação. Não à toa, uma socialização familiar bem-sucedida, na qual esta se estabelece relacionalmente como unidade social, sedimenta a formação de uma economia psicossocial primária. Ela também se contrapõe relativamente à delinquência, embora não exiba uma descontinuidade funcional, enquanto “protege” os “filhos” desse destino trágico.

Assim, torna-se possível que Ranzi transforme anseios gerais com o futuro dos filhos em preocupações práticas efetivas no cotidiano, isto é, num compromisso moral realizado, seja em evitar o destino da delinquência, seja em meio às instituições escolares, criando, então, um vínculo positivo com elas. Conquanto a construção desse vínculo positivo não carregue consigo uma promessa de ascensão escolar, ela pelo menos evita que os filhos de Ranzi se tornem vítimas de uma má-fé escolar mais brutal e primária.

CAPÍTULO 6 – O crack e a rua

Marcelo Mayora

A pesquisa realizada em Porto Alegre teve como foco um *millieu* específico, “os mais pobres entre os pobres”, fundamentalmente os desclassificados sociais que moram na rua. Também foram realizadas entrevistas com usuários da classe média e da classe trabalhadora, e pretendemos utilizar esse material empírico como recurso heurístico, de modo a levar a cabo uma análise comparativa.

Na primeira parte do texto trataremos do consumo de crack da “ralé”, especificamente dos moradores de rua. Trataremos da relação dessa prática tóxica com a reprodução da vida precária no ambiente urbano, abordando os desafios e os meios de subsistência desses agentes, que se situam nas fronteiras da (i)legalidade.

Na segunda parte, abordaremos uma história de vida no contexto de uma socialização de classe, buscando elementos para a compreensão sobre as disposições protetoras do consumo problemático de crack na “ralé”.

A casa, a rua e as instituições

O primeiro ponto a ser discutido, inclusive para a delimitação dos *millieus* hipotéticos, refere-se à especificidade desse sujeito que não tem onde morar. Nesse caso, a pergunta acerca das razões da “escolha pré-escolhida” de ir morar na rua deve ser permanentemente recolocada, de maneira a indagar as razões da permanência na rua, sobretudo porque tal permanência “atualiza disposições” que, ao mesmo tempo em que auxiliam a sobrevivência nesse contexto, parecem dificultar o retorno à vida sob um teto.

Iniciaremos por esse tema, pois entendemos ser fundamental analisar de maneira separada os sentidos do consumo de crack dos moradores de rua e os sentidos do consumo daqueles que ainda moram numa casa, mesmo que precária. Parecem ser fenômenos relativamente distintos.

Alguns dos informantes relataram terem nascido na rua, são filhos de moradores de rua. Outros são de famílias extremamente pobres, com histórias de privação e violência e que mesmo quando ainda resi-

diam numa casa, seu cotidiano era na rua. Nessa hipótese, saíram de casa após algum conflito familiar, como a separação dos pais, a morte de alguma pessoa querida, a chegada de um padrasto ou madrasta, uma gravidez etc. Outros estão na rua exilados, foram expulsos dos locais em que viviam por terem cometido algum ato desaprovado, nem sempre relacionado ao uso de drogas, embora esse motivo apareça com frequência.

Na trajetória de vida na rua existem períodos de institucionalização, em serviços de assistência social (abrigos e clínicas) e no cárcere. Os moradores de rua também contratam aluguéis precários, em quartos de hotel e em peças, locadas, geralmente, em espaços próximos aos depósitos de lixo reciclável no qual guardam seus “carrinhos” (para os quais servem de tração), muitas vezes também alugados. Além disso, os sujeitos que ainda possuem algum contato familiar por vezes voltam para casa, para curtas temporadas regenerativas, que não raro terminam com algum tipo de desavença.

Essas temporadas são encaradas pela ideia de “dar um tempo” e não deslocam a centralidade da rua na organização da existência. É possível perceber que há uma relação de continuidade entre a rua, o abrigo, a prisão, os aluguéis precários e a casa na qual habita algum familiar ou conhecido. Grande parte dos sujeitos entrevistados caminha de um lugar para o outro, conforme os problemas imediatos que precisam enfrentar.

Encontramos Pedrinho em pleno expediente, aguardando o lixo reciclável que o porteiro de um tradicional prédio na região central de Porto Alegre lhe entrega todos os dias. Apesar de estar trabalhando (e tomando cachaça), nos cedeu seu tempo para uma entrevista – com inúmeras pausas, para que pudesse cumprir a tarefa de recolher o lixo alcançado pelo porteiro. Tem 25 anos e contou que não vê sua mãe, “que é usuária e bebe cachaça todo dia”, há 18 anos, porque ela lhe deu uma facada: “Eu não tinha o dinheiro pra dar pra ela e ela me deu uma facada”. Disse que, daí, também perdeu o contato com seus 18 irmãos, exceto uma irmã, com quem convive nas ruas de Porto Alegre e que também tentou esfaqueá-lo em certa ocasião, num conflito gerado pela pedra: “Eu falei pra gente dividir a pedra no meio. Ela não quis, queria a pedra só pra ela. Eu dividi a pedra e ela me deu uma facada no coração, eu botei a mão na frente e pegou no meu dedo”. Pedrinho também con-

tou que “roubava da família, dos meus irmãos, dos meus tios, tias”, e que ainda convive com o pai: “Ele é cadeirante, tomou 48 tiros e tá vivo até hoje. Eu ajudo ele. Esses pontos de reciclagem é dele, mas como eu ajudo ele, pago a peça dele, eu que pego”.

Robson tem 35 anos e mora na rua há sete, dormindo em abrigo, trabalhando esporadicamente como gari, consumindo crack, caindo e levantando. Seu pai é eletricitista, sua mãe empregada doméstica. Teve problemas com álcool, cocaína e crack; casou-se, teve uma filha, separou-se; trabalhou como frentista e numa lavagem de carros. Saiu de casa após a separação dos pais, o novo casamento da mãe e a briga com o padrasto.

Lourdes, 50 anos, é filha de um ferroviário e de uma faxineira e possui mais 12 irmãos. Passou a infância na casa dos pais, numa vila da região metropolitana de Porto Alegre, mas diz que em razão de sua rebeldia ia a “muitas festas”, fazia “muita zoeira”, o que gerava conflitos familiares. Quando ficou grávida, aos 19 anos, foi expulsa de casa pelo seu rígido pai. Na sequência, foi trabalhar como doméstica, mas logo saiu porque a patroa estava de “olho em sua filha”. Deu a menina para uma prima e foi lutar na rua, onde se casou, teve mais filhos, separou-se, consumiu crack e outras drogas, prostituiu-se etc.

A história de José parece ser exemplificativa:

“Depois que meu pai morreu, foi que daí eu saí de casa, com 11 anos. Meu pai morreu... ele morreu da maconha e café. A maconha prejudicou o pulmão dele e o café entupiu as ‘aveia’. Ele era cambista, era carroceiro, gostava de bater carteira, essas coisa assim... então, onde que ele tava... ele tava com umas duas bomba de maconha na orelha fechada, uma na boca e uma garrafa térmica de café. E o café dele era bem pouquinho de açúcar. Onde ele tava, ele acendia uma vela de maconha e tomava um café. Ai ele foi pro Conceição [hospital], ficou, voltou pra casa, foi de novo, mas da última vez não voltou mais. Daí minha mãe caiu nas drogas, ela começou a usar cocaína, naquela época não tinha simulação, misturação, era cocaína pura, uma tal de ‘escama de peixe’ e era boa, pois cheirava de dava no coco [...] Até hoje eu fico perguntando onde ‘cabeu’ tanta droga. E foi pra onde eu me desgostei e saí de casa, arrumei uma mochila de noite, coloquei

nas costa, pulei a janela, e me larguei embora. Fiquei na rua. Comecei a pedir no sinal do Mc'Donald da Protásio Alves. Ficava fazendo malabarismo, vendia calota pra um cara, ele mandava eu vender a 15 eu vendia a 20 e pegava cinco pra mim (risos). Ai depois vim pra cá, conheci o crack e me atirei... Imundície”.

No início da adolescência, a mãe de Raul queimou sua mão no fogão quando ele lhe furtou cinquenta reais: “Ela falou que era melhor ela fazer isso comigo do que outros virem e colocarem fogo em mim todo. Pra mim foi uma lição porque eu tava roubando mesmo. Eu tinha uns 13, 14 anos”. Algum tempo depois, fugiu da vila porque roubou de uma senhora que o ajudava, exilou-se na rua. Conta que “não gosta nem de lembrar” do último retorno para casa: “Eu tô com 21, faz sete anos que não sei o que é ver minha mãe. A última vez que vi minha mãe, tá louco, não gosto nem de lembrar, dá uma dó assim, veio com um pote de pipoca doce e um copão de café e disse: ‘Meu filho, pega e sai daqui que os caras vão te matar, tu tá demais’”. O pai de Raul também vive na rua, mas já tinha sido “chefe do morro”, perdendo tal posto, na narrativa do entrevistado, por culpa da mãe, que fez o pai “se jogar na cachaça”. O pai era “trabalhador, não deixava faltar nada em casa. Por isso, quando encontrou seu pai pela primeira vez após o rompimento dos laços, “foi um choque”: “Eu vi ele que nem mendigo. E eu também tava nessa situação. Pensei... se meu pai tá assim, que que vai ser de mim, em quem eu vou me espelhar?”. Raul tem 12 irmãos: alguns presos, outros mortos, outros morando na rua.

No caso dos usuários de crack que estavam a morar na rua, colocamo-nos diversas vezes a questão do “ovo e da galinha”: o crack leva à rua? Ou a rua leva ao crack? Por que a rua? Será que a casa era pior que a rua? Ou será que a casa de uma peça, com mais de dez, 12, 15 irmãos, era parecida com a rua?

Como vimos, há uma relação de continuidade entre “a casa e a rua” (e as instituições) na classe em que estamos examinando. As pré-condições da economia moral burguesa relativas à intimidade – quartos próprios, que proporcionem isolamento, concentração e atividades lúdicas, por exemplo – não existem nos lares dos “mais pobres entre os pobres”, acanhados e não raro superlotadas, de maneira que a socialização de qualquer modo já ocorre na rua.

Esses sujeitos, além disso, geralmente não desenvolvem as disposições de autocontrole e planejamento que permitam suportar e resolver da maneira menos inadequada possível os problemas que regularmente aparecem na vida, como a separação dos pais, a chegada de um padrasto ou de uma madrasta, um deslize da criança ou do jovem, uma gravidez etc.

Por fim, também não possuem capital social, não têm a quem recorrer em situações de emergência na qual se coloca a exigência de um retiro temporário, por exemplo.

O crack e a rua

A primeira tarefa daquele que pretende analisar o consumo de drogas e especificamente de crack, é relativizar a importância da própria substância. A pesquisa forneceu elementos que indicam que não há simplesmente uma relação de sujeição entre a pessoa e a substância, mas trajetórias sinuosas, por vezes circulares, com períodos de consumo compulsivo, seguidos de tentativas de diminuição da dose, de autogestão (consumo apenas em determinados horários) e de abstinência. Tudo isso em meio à infinidade de desafios enfrentados por aqueles que moram na rua, sendo o consumo problemático de crack mais um deles.

Nesse sentido, cabe colocar em perspectiva a própria tentativa inicial da pesquisa, de compreender as razões profundas do comportamento autodestrutivo da parcela de desclassificados sociais relacionado ao crack, porque nos parece que o próprio cotidiano da rua é autodestrutivo, sendo o consumo de crack um fator que pode intensificar problemas previamente existentes, mas também pode auxiliar a reprodução da vida precária, ponto que ainda abordaremos.

Para nossa análise, é muito mais importante a dimensão simbólica do crack do que os seus efeitos químicos, pois os próprios efeitos do uso de determinada droga dependem consideravelmente do contexto no qual ocorre. No caso, tal situação intensifica-se, já que não existe propriamente o crack como existe a Aspirina produzida pela Bayer e comercializada em farmácias. Há enorme variação das pedras vendidas, decorrente das diversas misturas de substâncias, e muitas delas possuem baixa ou inexistente quantidade de cocaína. Nossos entrevistados estavam conscientes disso, sabiam onde comprar a pedra mais pura e onde havia apenas “simulação”.

O crack, portanto, é consumido em grande medida como um objeto carregado de sentido, construído pelo senso comum: uma droga-lixo, a “cocaína dos pobres”, consumida por desclassificados sociais que mantêm seu sustento catando lixo, sobretudo latas, que também podem servir de instrumento para o consumo. Além disso, em praticamente nenhum caso encontramos uma fidelidade do consumidor apenas ao crack.

O que encontramos foram policonsumidores que, de forma mais ou menos compulsiva, utilizavam a substância que estivesse à disposição, como cocaína, inalantes (cola, loló), maconha, álcool, cigarro, em busca do estado alterado de consciência adequado ao contexto.

O álcool parece ser a substância que nossos entrevistados mais temem, enquanto a maconha parece ser consumida por quase todos, inclusive para aliviar os efeitos do crack. A maconha também é consumida com o crack, em um baseado que, em Porto Alegre, é chamado “pitico”, que é fumado como estratégia de redução de danos, quando o usuário de crack quer diminuir gradativamente o consumo ou controlar a fissura, bem como na busca de um efeito mais sereno.

É fundamental deixar claro que esses policonsumos são simultâneos, ou seja, não estamos a referendar o mito da porta de entrada, de que um sujeito começa usando “drogas leves”, como a maconha, e termina utilizando “drogas pesadas”, como o crack. Muitos de nossos entrevistados já começaram pela pedra, que é a substância reservada atualmente para a classe a que pertencem. Não encontramos nenhum relato de consumo de LSD, *ecstasy* ou lança-perfume, que são drogas das classes dominantes, usadas na segurança dos camarotes e das áreas VIP. Amanda, moradora de rua, que nos auxiliou significativamente na construção da rede de informantes, disse: “Nunca usei essas drogas mais forte, que é *ecstasy*, esses lança-perfume”.

Outro ponto importante refere-se aos efeitos sociais decorrentes do fato de o crack ser uma substância proibida. A proibição de algumas drogas não elimina os consumos, mas gera efeitos sociais, transforma seus sentidos. Dois efeitos plenamente perceptíveis são a demonização e a glamorização. Por um lado, a proibição cria pânico moral e estigmas. Por outro, acaba por oferecer uma aura transgressiva ao uso de drogas, *marketing* invertido que dá enorme resultado, sobretudo em relação a jovens, que visualizam no consumo de drogas uma chance para a rebeldia.

Indo mais fundo e ouvindo os consumidores, geralmente silenciados, encontramos também um saber prático sobre os consumos, que é o que possibilita a manutenção relativamente segura do uso, a partir da autogestão. As visões de nossos informantes sobre o crack são ambíguas e reproduzem a ambiguidade do senso comum.

Nas entrevistas, encontramos tanto o discurso mistificador acerca do uso de crack – no qual os usuários “representam-se como são representados”, contribuindo para a construção do próprio estigma (violência simbólica) – quanto o discurso desmistificador – caracterizado pelo saber prático acerca dos efeitos, dos prazeres, dos perigos e dos cuidados que a substância demanda.

Conforme já dissemos, a construção social da droga influencia decisivamente os sentidos atribuídos aos consumos. No caso do crack, os entrevistados reproduzem o discurso demonizador do senso comum, montado fundamentalmente pelo saber médico-psiquiátrico dominante e difundido pela mídia.

No Rio Grande do Sul, houve uma campanha da emissora afiliada da Rede Globo intitulada “Crack nem pensar”, que estampou em anúncios publicitários modelos maquiados transformados em caricaturas decrépitas, que representariam o destino do usuário e que contribuiu fortemente na construção social do crack como uma substância diabólica, que mata rapidamente, vicia de imediato e transforma o sujeito num zumbi capaz de tudo. Ouvimos algumas vezes os informantes repetindo o *slogan* e o discurso da campanha.

Claiton, o nono de 12 irmãos, após fugir da Fundação de Atendimento Socioeducativo (onde menores de idade que cometem delitos são encarcerados) não voltou mais para casa, disse que o crack está na bíblia: “Como diz na bíblia: vai ter na Terra o demônio em forma de fumaça. Pode ler na bíblia, que tem. O que é o demônio em forma de fumaça? É a pedra”. Uma substância perigosa e, como tal, consumida pelos desclassificados sociais que amedrontam o imaginário da classe média.

O estigma de usuário de crack potencializa o efeito dos estigmas que o sujeito da “ralé” já carrega. E como nossa informante Amanda lembrou, “mais que tu chama a pessoa de demônio, mais a pessoa fica endemoniada”. Ou seja, a atitude de uma sociedade perante determinada droga influencia sensivelmente o destino do consumidor, de modo

que a estigmatização de que o usuário é alvo contribui para a radicalização de sua prática.

O usuário também reproduz o senso comum que o estigmatiza quando está a tratar das razões de seu consumo e das dificuldades em parar. Os entrevistados culpavam a si mesmos por não conseguirem interromper ou diminuir o consumo, imaginando que o que precisam é apenas “força de vontade”, “controle da mente”, reproduzindo a cisão entre mente e corpo que funda a dominação social moderna. Por isso mesmo, ouvimos muitas vezes depreciarem a si mesmos: “Eu tenho vergonha de fumar crack”.

Entretanto, seguindo as indicações de Lahire, de que “respeitar realmente o entrevistado é levar em conta todas as suas palavras e não apenas aquelas que ele acentua para seu interlocutor”, o que é importante para captar sutilezas que se “evidenciam através do estudo de resposta aparentemente banais”, encontramos também a desmistificação do crack.

Apesar de vários usuários repetirem a ideia do senso comum, de que a pedra vicia na primeira vez que é consumida, ouvimos também o contrário, ou seja, relatos de autocontrole e de iniciações nos quais o usuário nada sentiu. “Se tu fuma tua pedra, fuma tua pedra, não deixa a pedra te fumar”, disse Pedrinho.

Wilson, logo após afirmar que o “bagulho é do diabo”, também relatou: “Fumo e me controlo, eu tenho controle sobre o crack”. Quando fizemos uma pergunta impregnada pelo senso comum sobre o assunto, imaginando que o consumo de crack colonizava todos os aspectos de uma existência que se tornaria completamente dominada pela compulsão, Wilson foi claro: “Eu acordei, tenho que me alimentar, comer, beber e trabalhar. Eu só fumo de noite”.

O mesmo disse Amanda, ao relatar que só consome nos fins de semana: “Sempre consegui administrar o uso”.

É claro que essa espécie de disciplina não é a mesma da classe média, projetada para o futuro, mas a minimamente necessária para a reprodução da vida na rua, quer dizer, para a sobrevivência.

A rua, o crack e a reprodução da vida precária

Seus amigos são
um cachimbo e um cão
casa de papelão
Criolo

Em *A ralé brasileira*, Jessé Souza e os demais colaboradores estudaram as especificidades de “toda uma classe de indivíduos precarizados que se reproduz há gerações enquanto tal”. Contudo, a “ralé” brasileira, apesar de possuir características que permitem unificá-la como uma classe, possui também divisões, frações, o que torna necessário o estudo mais aproximado das ações dos indivíduos pertencentes a tais frações.

Conforme já abordamos, a grande maioria dos entrevistados pertencia a famílias de pessoas extremamente pobres, que, por razões semelhantes, foram morar na rua. A permanência na rua – a perda de qualquer “porto seguro”, mesmo que precário – parece colocar obstáculos adicionais àqueles já enfrentados por todos os sujeitos da “ralé”.

Com o passar do tempo, os dramas inerentes à existência nas ruas da cidade criam um cotidiano próprio, uma temporalidade específica, correspondente aos desafios da vida sem um teto. Esse cotidiano é sensivelmente diferente inclusive do vivenciado pelos sujeitos da “ralé” brasileira que, após o trabalho braçal nas atividades desqualificadas que lhe são reservadas, perdem horas no ônibus lotado, mas que depois disso chegam às suas precárias residências, onde podem ao menos tomar um banho, jantar e ver a novela.

Isso em razão de um fato óbvio, mas que deve ser lembrado: morar na rua não significa apenas não possuir um comprovante de residência; significa não ter um banheiro para tomar banho e para fazer as necessidades fisiológicas; não ter um fogão para preparar a comida; não ter uma geladeira para armazenar alimentos; significa não ter quase nada, senão alguns objetos que podem carregar em sacolas ou nos carrinhos que empurram; a cama de couro com que tanto sonhava Sinhá Vitória segue sendo sonhada pelas calçadas onde dorme a “ralé da ralé”.

“Tô a nada”, disse-nos José. Não se trata de uma metáfora. José não tem nada mesmo, a não ser as roupas do corpo, insuficientes para o frio do inverno gaúcho. Aliás, tem também uma dor de dente e um cachimbo para fumar crack, na verdade um pedaço de antena de automóvel. Duas semanas antes de nossa entrevista até tinha um fogareiro improvisado, cobertores e papelões que simulavam uma barraca embaixo de um viaduto da região central de Porto Alegre. Mas a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em ação conjunta com a Polícia Militar, levou tudo embora:

“Chegaram de manhã, deram em mim, chutaram a minha esposa, a gente tava fazendo café, derramaram nosso café e mandaram a gente sair senão íamos apanhar. Mas a gente já tava apanhando. Aí eu disse: ‘Pra que dar, seu, é só pedir que a gente sai’. Chegaram baixando a lenha. Eu tava dormindo, acordei preparei o café e eles chegaram chutando tudo. Não explicam nada, pararam o caminhão da SMAM, enquanto eles te batem e te dão uma pressão os outros carregam tudo”.

Daí que uma das principais preocupações do usuário de crack morador de rua seja a reprodução material de sua vida. Como conseguir dinheiro? Como comer? Onde tomar banho? Como dormir em segurança? Como comprar pedra? O principal conceito articulado por nossos informantes acerca da luta por sobrevivência nas ruas é o de caminhada.

Se em *A ralé brasileira* foi possível verificar que os subcidadãos só podem ser explorados enquanto corpo em atividades desqualificadas, aqui essa questão chega a limites extremos. Os usuários de crack moradores de rua não podem mais sequer submeter-se à exploração nos trabalhos desqualificados tradicionalmente exercidos pela “ralé”, por motivos que passam pela dificuldade em manter uma rotina de trabalho e descanso, pela impossibilidade de manter a higiene pessoal, por não ter nenhum documento e por estarem marcados por antecedentes criminais.

No texto “O trabalho que (in)dignifica o homem”, André Grillo e Fabrício Maciel argumentam que diante da completa ausência das capacidades exigidas pelo mercado formal competitivo, restam como “alternativas” ao sujeito da “ralé” submeter-se a trabalhos desqualifica-

dos ou tornar-se um delinquente. “Optando” pela segunda via, o sujeito pode ainda “escolher” a forma passiva (ser vagabundo) ou a ativa (ser bandido). As categorias podem ser usadas na pesquisa que realizamos desde que de maneira dinâmica, pois exercer trabalhos desqualificados, mendigar ou praticar ilegalidades na maioria dos casos constituíram momentos na trajetória de vida da mesma pessoa.

O usuário de crack morador de rua é um peregrino, um retirante urbano, e o seu cotidiano é a caminhada. Geralmente narram ter trabalhado, na melhor fase da vida, como frentista, lavador de carros, padeiro, doméstica, faxineira, ajudante de pedreiro. “Sei fazer de tudo”, disse Ezequiel, que começou a trabalhar aos 7 anos, ajudando o pai na construção. Mas o filho do pedreiro torna-se pedreiro. O filho do pedreiro e da doméstica vai morar na rua e o retorno ao trabalho desqualificado, que aprendeu desde criança e que lhe serviria como “colete à prova de humilhações”, é já um sonho distante, difícil de ser alcançado.

Jonathan também está “disposto a fazer tudo por não saber fazer nada” e após uma temporada praticando roubo a mansões e outra no cárcere, sonha com uma “casinha com uns vira-latas” e em ser lixeiro: “Espero que quando você me ver semana que vem me veja no caminhão de lixo correndo, nem que seja mancando”. Ele tinha acabado de levar um tiro no pé, não sabe se da polícia ou dos traficantes, disse que estava na boca na hora da troca de tiros.

Morando na rua, contudo, percebe fragmentariamente o que lhe falta. Precisa fazer os documentos, que lhe foram furtados enquanto dormia. Mas como fazer a carteira de identidade sem ter a certidão de nascimento? E como entrar na repartição pública, sujo, esfarrapado e cheirando mal? Falta também cortar o cabelo, tomar um banho e “arrumar os dentes”. Mas acha que o que precisa mesmo é de “força na mente”: “Quando tu é um cara da rua, sozinho e tem força na mente, tu tem capacidade de crescer e ter o que os outros tem”.

Robson mora na rua há sete anos. Quando saiu de casa era “um passarinho saindo do ninho”. Nos primeiros meses não conseguia dormir direito nos albergues, ficava com medo e sonhava que estava “na própria cama”. Hoje chega ao albergue e é “respeitado pra caramba”, pois não é “novinho lá”. Nesses sete anos, mendigou, vendeu crack, roubou e foi preso quatro vezes. Na ocasião da entrevista, estava exercendo a atividade de gari. Esse serviço é prestado em regime de coo-

perativa e é adequado aos moradores de rua, por não exigir certidão negativa de antecedentes criminais. Durante algum tempo, o salário recebido por Robson era gasto em alimentação e em crack, pois ele dormia nos abrigos ou na rua.

Meses antes de o conhecermos, decidiu que alugaria uma “peça”. Pagaria adiantado o mês com o seu salário, o que contribuiria também para a diminuição do consumo da droga. Encontrou o local numa vila da zona norte de Porto Alegre próxima da onde nasceu, ajustou o valor com o dono do imóvel.

Entretanto, quando foi ingressar na peça, o proprietário disse que teria de esperar mais uma semana, em razão de uma reforma. Robson sentiu-se frustrado, pois até “já tinha pego umas cobertas com sua mãe” para o ingresso no novo lar, mas não foi possível esperar: o salário na mão e a vergonha em ter de “voltar” por não ter conseguido a peça o arrastaram para uma noite inteira de uso.

A caminhada é a rotina do retirante urbano. Conseguir um local adequado para dormir, protegido do frio, da chuva e com certa segurança. Mudar-se constantemente, após a expulsão que a polícia executa em nome da prefeitura ou dos comerciantes. Catar lixo reciclável e vendê-lo, comprar algum alimento. Ou tentar dormir em albergues, que não gozam de boa reputação: “Muita briga, muito cachaceiro”.

Na maioria dos albergues podem ficar apenas quinze dias seguidos, pois diante da inexistência de vagas para todos é estabelecido um rodízio. Roubar, furtar, traficar, ser preso. Sair do cárcere, voltar para a rua, voltar para onde? É nesse contexto que podemos compreender o uso do crack na “ralé”.

A classe média tem recorrido contemporaneamente às drogas para dar conta de suas tarefas do cotidiano. Nesse sentido, houve uma transformação no significado dos consumos de drogas. Se na época da “contracultura” a busca por estados alterados de consciência estava ancorada na dimensão da expressividade, da procura por experiências existenciais, hoje, o consumo de drogas está vinculado ao próprio princípio disciplinar.

Atualmente, as drogas – salvo exceções – são utilizadas de maneira pragmática, na busca de desempenho, da produção farmacológica de si, da montagem de um corpo-perito, como tem analisado David Le

Breton. “Ritalina” para estudar, para a criança se concentrar e para o adolescente passar no vestibular; cocaína para o *workaholic* trabalhar; ansiolítico para dormir etc. Nossa hipótese é a de que o consumo de crack por moradores de rua exerce função semelhante e corresponde à precariedade da vida da “ralé da ralé”.

José tem 28 anos e mora na rua desde os 11, mesma idade em que começou a consumir pedra. Era um dia de chuva, estava todo molhado e os policiais o tinham expulsado do local em que trabalhava como flanelinha. Quando estava voltando para perto do viaduto no qual morava, encontrou outro morador de rua, que estava com uma sacola de roupas e um cachimbo de crack. Pediu roupas secas e o sujeito o “apoiou” com uma camiseta, uma calça e um tênis bem maior que o seu pé: “Azar, pelo menos me esquentá”. Por algumas moedas, também lhe vendeu uma cachimbada.

No dia seguinte José quis fumar novamente, conseguiu trinta reais com uma senhora que já o ajudava e foi a um ponto de venda comprar. Nessa ocasião, foi expulso pelo vendedor, conforme já contamos. Mas nem todo vendedor respeita essa regra tácita, de modo que em outra boca comprou a pedra. Desde então, consome com frequência, juntamente com a esposa, com quem vive desde os 12.

O consumo de crack é a prática tóxica correspondente à precariedade das vidas secas da “ralé da ralé”. As únicas atividades que estão disponíveis para os retirantes urbanos são aquelas extremamente desqualificadas, que exigem enorme dispêndio de energia e não garantem a mínima certeza quanto ao próximo prato de comida. O crack parece se moldar ao cotidiano da caminhada, em busca do lixo reciclável, de sobras, de lata, que ao mesmo tempo pode ser o ganha pão e o instrumento para o consumo. Segundo vários relatos, o sujeito que consome crack tem vontade de caminhar. Por vezes vira dias caminhando, sem dormir, até cair sem forças em qualquer lugar.

O próprio tempo do crack, cinco minutos intensos, e a vontade imediata de mais uma paulada, corresponde à temporalidade da “ralé da ralé”: o amanhã como repetição do hoje, uma relação com o tempo pautada pela imediatez, conforme pensaram Emerson Rocha e Roberto Dutra no texto “O crente e o delinquente” de *A ralé brasileira*.

José sobrevive como pode, vendendo calota na sinaleira, cuidando do carro, pedindo em frente ao supermercado, catando lixo etc. Segun-

do ele – que na ocasião da entrevista relatou que estava com dor de dente há duas semanas, não tendo sido atendido no SUS em razão de sua sujeira – o crack ajuda a passar a dor: “Se tu tiver com algum machucado doendo, tu fuma, passa tudo na hora. Adormece tudo. Tipo analgésico”. Ajuda também a passar o frio, que também dói no morador de rua que dorme no chão duro. Além da dor e do frio, também “passa a fome e passa o sono”. É o próprio José quem não se ilude: depois tudo volta, “no outro dia tu te acorda todo dolorido”.

Wilson tem muitos inimigos, “os contra”, conceito que escutamos bastante, que chama atenção para a fratura de classe. Explicou-nos que para o morador de rua é mais seguro dormir de dia. De noite é mais perigoso, “pode se levar uma pedrada na cabeça”. O crack, então, o ajuda a ficar acordado de noite: “Preciso me prevenir do perigo. Eu fico mais atento”. Por isso mesmo, a cachaça é considerada a droga mais perigosa de todas. O bêbado pode acabar inconsciente, com sérios riscos a sua vida, integridade física e “patrimônio”. “Tinha um deitado ali, não sei se tu viu, cachaceiro. Só cachaça. Pior droga do mundo”, disse Miguel. Já o crack auxilia a caminhada.

A caminhada é sofrida, sob o sol escaldante, o frio cortante, a chuva, a fumaça de veículos, os olhares de desprezo, a fome e o medo. As feridas psíquicas também são brevemente esquecidas nos segundos que sucedem a tragada. “Sabe por que a pessoa usa crack na rua? Porque não tem pra onde ir, a gente fica naquela solidão”, explicou José. *“Faz sete anos que eu estou longe da minha mãe, e às vezes eu fumo por causa disso sabe, bate um remorso. A minha família, os meus irmão, se separemo tudo, entendeu? Não ajuda, mas dá uma amenizada daí, entendeu? Na real, eu uso porque dá uma amenizada. Daí eu me deito nos braço da nega e começo a chorar, e já começo a chamar a minha mãe, aquela coisa toda, sabe?”*, contou Raul.

A dimensão do prazer também não pode ser desconsiderada. Lourdes nos pediu desculpa antes de dizer que a sensação do crack é muito boa. Contou que quando consumia, geralmente se “internava” num quarto de hotel, e nessas ocasiões pensava: “Agora eu sou mais eu, eu sou a fulana e tudo posso”. Disse que quando fumava tinha mais autoconfiança, imaginava que conseguiria, a partir dali, resgatar e cuidar dos filhos que foi doando ao longo de sua jornada. Também ouvimos muitas vezes o relato que o crack gera sensação de poder, o que parece

sedutor para aqueles que objetivamente não podem nada, estão presos no eterno presente e confinados no espaço social que lhes restou.

Os múltiplos e polissêmicos consumos de drogas podem ser não problemáticos ou problemáticos. Os primeiros são aqueles que ocupam um mero espaço no âmbito das demais preocupações afetivas do sujeito, mas que não se tornam os protagonistas da sua existência. Os segundos são aqueles que acabam por gerar o rompimento dos laços do consumidor com sua rede interpessoal e desintegrar os seus laços afetivos.

A maior parte das pesquisas em ciências sociais sobre drogas no Brasil buscou demonstrar que nem todo consumo de drogas é problemático, quer dizer, que existem consumos socialmente regulados que não podem ser analisados em termos de patologia. As práticas tóxicas podem ter inúmeros significados na vida das pessoas: religiosos, místicos, mágicos, médicos, facilitadores da interação e da comunicação, recreativos, disciplinares etc., e nem todo indivíduo que consome drogas torna-se um viciado, expressão que na realidade serve como um estigma.

Esse tipo de pesquisa possui o mérito de desconstruir o pano de fundo moralista, o tabu que paira sobre as drogas, que é sem dúvida prejudicial tanto à compreensão quanto à adoção de políticas de controle mais inteligentes do que a proibição de algumas drogas.

No caso do consumo de crack pelos extremamente pobres, a questão se torna mais complexa. O que seria um consumo problemático ou não problemático na vida de quem não tem nada, de quem passa fome, frio e dorme no chão? É claro que o estigma de usuário de crack o torna ainda mais indigno, sobretudo perante a “ralé” minimamente estabelecida e as demais classes sociais. Contudo, a reflexão metódica permite questionar a visão do senso comum, que representa o usuário de crack como alguém que não pensa em mais nada a não ser na pedra.

Os usuários adotam estratégias variadas, cujo objetivo central é manter o corpo minimamente capaz de reproduzir a vida precária. Pedrinho narrou que estava dando um tempo, não estava mais fumando no cachimbo, só pitico, que, ao contrário do crack puro, dá “fome, sono e tesão”. Assim, já tinha conseguido até mesmo engordar.

É claro que o consumo cotidiano de crack coloca mais um produto a ser adquirido num orçamento já escasso. Mas Pedrinho disse que

não gastava tudo em pedra: “Cinco pila pra cachaça e cinco pila pra pedra. É dez pila. Cinquenta reais dou na mão da minha mulher”.

O casal recém tivera um filho e ela estava a cuidá-lo na peça que alugavam, no mesmo local em que fica o depósito no qual guarda o carinho e vende o lixo reciclável que recolhe. “Eu tenho aqui ó: quarenta reais no meu bolso. Se eu quisesse já tinha ido fumar. Mas tô pensando em comprar um pacote de noventa fraldas pro meu filho aqui no centro”.

Não há dúvida de que estamos a falar de sujeitos “indisciplinados e indisciplináveis”, com escassa capacidade de autocontrole. Por vezes, fumam crack sem parar, trocam a comida pela pedra e caminham por uma semana, até que “as pernas afrouxam” e o usuário cai na contramão atrapalhando o tráfego, onde dorme por alguns dias seguidos. Depois se levanta, vai atrás de algum alimento e segue a caminhada.

As relações entre os usuários de crack alternam momentos de ajuda mútua e de violência. Na caminhada, constroem amizades efêmeras, que podem começar com algum tipo de “apoio”, uma roupa, um cobertor ou uma pedra, e terminar com alguma desavença na divisão da própria pedra, nas quais é comum a violência física, principalmente por meio do uso de facas.

A pesquisa empírica confirmou as hipóteses de *A ralé brasileira*, no sentido de afastar a ideia de que nas classes populares a solidariedade é maior. O que encontramos é a reprodução da lógica do “cada um por si”.

Claiton fazia parte de um grupo de companheiros que guardava carros na rua de trás de um hospital municipal de Porto Alegre. O grupo se organizava de maneira cooperativa, pois enquanto alguns iam buscar alimento numa casa de convivência próxima (Casa Pop) ou saíam para fumar crack ou maconha, outros permaneciam cuidando os carros e ao fim do dia o valor arrecadado era dividido por todos. Mesmo assim, narrou que “na rua rola um estresse sempre”, que “rola briga até por farelo de crack” e “quem não anda com faca tá arriscando a apanhar”.

Ouvimos, de fato, muitos relatos sobre brigas e facadas em razão de desentendimentos causados pelo crack, comprovados pelas cicatrizes que eram sempre mostradas: “No caso, tem uns quinze fumando sentado. Aí sempre tem um que acha que sumiu algum farelo, e sempre tem o que pega pedra a mais. Aí começa a briga”.

A violência exercida pelos sujeitos do *milieus* em análise é principalmente contra seus próprios companheiros de classe. Agredidos pelos pais e pela polícia, desprezados por todos, revidam em seus colegas de infortúnio. Não tendo incorporado as formas legítimas de resolução de conflitos, não tendo sequer acesso às instituições em que tais soluções podem ocorrer, resolvem-nos na faca. Acoissados, amedrontados, sem ter para onde fugir nem onde se esconder, reagem agressivamente. A classe fraturada, os “amigos e os contra”, todos subcidadãos oprimidos.

Conforme afirmamos, as condições de trabalhador desqualificado e delinquente se alternam na vida dos desclassificados sociais. Claiton, antes de sair da vila na qual nasceu, disse que trabalhava em construção e lavagem de carro, mas que também traficava e roubava. Após ter fugido da FASE, tem guardado carro e se “tiver com fome, cata rango do lixo”.

Boa parte de nossos entrevistados cometeu crimes e foi encarcerado. Os delitos cometidos pelos abandonados sociais são correspondentes à sua condição desqualificada, são obras toscas, delitos de subsistência, que não lhes geram nenhum lucro significativo e logo são descobertos. Não é preciso muito para que sejam abordados pela polícia. Estigmatizados, estão sempre em “atitude suspeita”. Além de o próprio consumo de droga habilitar a abordagem policial, outras atividades que exercem (lavar ou cuidar de carros na rua, por exemplo) situam-se na fronteira daquilo que é considerado lícito ou ilícito, e, não raro, a classe média protesta contra o abuso dos miseráveis que lhes demandam algumas moedas.

Raul foi preso enquanto vendia maconha no Parque Harmonia. Em junho do ano passado teve mais sorte. Enquanto os estudantes marchavam pela Avenida Borges de Medeiros, reivindicando o passe livre, ele e seu irmão estavam no viaduto em que costumavam dormir desde pequenos e tinham outros interesses, travavam outra luta. O passe livre não lhes importava tanto, não tinham mesmo para onde ir. “Quando o cara tá aqui a nada, de bobeira, o que vai restar pro cara? Tem um monte de gente, de bobeira, olha, que que dá pra ti fazer?” Então roubaram dois celulares Galaxy. Na sequência venderam os celulares, trezentos reais cada um. E depois? “Daí, fomos numa boate, onde passa o viaduto, torrar o dinheiro, fumar um crack, pegamos duas gurias, cada uma cem pila e o resto na pedra.”

O tráfico também é sempre uma atividade possível. São, na verdade, “meros serviços do narcotráfico”, a ponta mais fraca da economia clandestina das drogas. Seu lucro é baixo e os riscos grandes. A boca ficava ao lado da casa da infância de Claiton, que traficava por dois ou três meses, parava, voltava, e assim por diante: “O foco é o tráfico, não adianta. O cara pensa que ganha dinheiro fácil, mas tem prejuízo, grande”.

Robson também traficou e sua narrativa nos permite perceber que, não raro, o vendedor trabalha apenas para sustentar o próprio consumo. Também contou que na época tinha muito medo, pois tinha de passar o valor certinho para o intermediário que lhe fornecia a droga e também porque “quando tu tem um pacote de quarenta pedras, por exemplo, é como se tu tivesse com diamante, ou passando pelo centro [da cidade] com uma barra de ouro”.

O crack é a droga do capitalismo selvagem. Em torno da pedra estabelece-se um mercado paralelo, no qual objetos-símbolo – celular, roupa de marca, tênis etc. – viram fumaça, trocados por um preço correspondente ao valor social de quem os vende.

Mesmo que a prática de pequenos delitos seja uma realidade muito presente, há constantemente a afirmação do respeito pela propriedade. José, que desde que nasceu nunca teve nada, garante o respeito pela propriedade alheia: “Aí comecei cuidar carro, mas nunca roubei, graças a Deus. Nunca precisei roubar, chegar na parada e dizer ‘Me dá a bolsa!’”.

Pedrinho, que relatou já ter cometido alguns assassinatos, também afirma o respeito pela propriedade: “Não digo que sou ex-usuário, eu sou usuário, tô puxando carrinho de papelão, sempre correndo, nunca roubei nada de ninguém, nunca tirei uma agulha de ninguém”. Interessante perceber a força ideológica da propriedade. Na sua visão, a propriedade vale mais que a vida: não qualquer vida, mas a de seus inimigos.

Os entrevistados preocupavam-se muito em dizer que “nunca tinham roubado nada em casa”, ou, ao contrário, em “confessar” que não foram bons filhos, pois roubaram em casa. Se a “ralé” educa seus filhos de maneira negativa, ensinando-os acerca do que não devem ser, um filho que se torna não apenas delinquente, mas que delinque contra a própria família, trocando por crack o pouco que possuem, é realmente

um grande problema. Ana, uma informante, acabou chamando a polícia para dar “um susto” no filho. A gota d’água: o micro-ondas foi fumado.

O crack, a polícia e o cárcere

A maioria das análises realizadas no Brasil sobre a polícia e sobre o cárcere padece do que Jessé Souza chamou de “limites do politicamente correto”. Muito bem intencionados e, sem dúvida, preocupados com a enorme violência praticada por agentes do estado brasileiro, os autores manejam usualmente o conceito de estado de exceção, realidade trans-histórica que explicaria a violência de qualquer estado fundado na soberania moderna.

Esse tipo de leitura é influenciado pelo que Pierre Bourdieu (2014) chama “humor anti-institucional” e reproduz a “demonização do estado”, que acaba sendo considerado fonte de todos os males, extinguindo, no mesmo processo, a sociedade. A culpa é jogada nas costas do policial, sujeito que seria intrinsecamente mau, capaz de cometer todo tipo de atrocidades. Essa visão está ainda mais reforçada conforme a violência do Estado passou a recair sobre a classe média, principalmente por ocasião das chamadas “jornadas de junho”.

Contudo, por que razão a classe média é reprimida com balas de borracha, enquanto a “ralé” é esculachada com balas de verdade? Por que razão a polícia só pratica torturas contra desclassificados sociais que cometem delitos famélicos? Por que a polícia não age com a mesma violência contra empresários que faturam milhões em esquemas criminosos público-privados? E por que a quase totalidade dos presos no Brasil pertencem à “ralé”?

Não é pela ponta do Estado que a análise deve iniciar-se, pois o estado apenas reproduz os consensos sociais opacos que legitimam a construção de cidadãos de primeira e segunda classe, de gente e de subgente. Por trás de toda a violência praticada por agentes do Estado está a construção social da subcidadania, de pessoas que não possuem nenhum valor e por isso podem ser violentadas.

Ainda que não fosse esse o foco de pesquisa, grande parte dos entrevistados fez questão de contar as violências praticadas pela polícia. Vera já iniciou sua fala denunciando a violência policial: *“Cansei de ver a violência dos policiais com os moradores de rua, já chegaram*

em mim também, já falaram: limpa tudinho isso aí, cadela. Eu disse: cadela não! Eu tenho nome. E ele: cala essa tua boca ô vagabunda. Tu é uma moradora de rua. Tu é mendiga”.

Claiton gostou de ter sido questionado sobre a polícia: “Boa essa questão. É um abuso total de autoridade. Abuso feio. É o serviço deles, são obrigados. Mas muitos abusam do serviço. Abusam da farda que têm. Gostam de dar paulada, soco, de chamar ‘nego filho da puta”.

José contou sobre um policial apelidado “Veio da borracha” que costumava fumar o crack dos usuários que abordava: *“Aquele ali era mais pior. Ele colocava tuas mão no cordão e dava só de cassetete em cima. Já levei também. Ele fuma crack também... ele dizia assim pra nós: ‘Não bota o cachimbo fora, se tu bota o cachimbo fora tu vai apañhar mais ainda... me alcança aqui direitinho e me dá o isqueiro e fica aí... te senta no chão e não corre, porque se tu correr eu vou te dar um tiro...’ sempre com uma arma na mão e um cassetete embaixo do braço. Aí fumava e largava o cachimbo no chão e mandava nós largar... aí nós largava...”*

Os usuários de crack que moram na rua estão totalmente expostos à violência policial, não porque o policial é mau, mas porque age legitimado pelo senso comum que considera a “ralé” brasileira subgente. Apesar de serem constantemente vítimas de delitos, praticados tanto por seus companheiros de classe quanto por policiais, é apenas quando os usuários cometem seus pequenos delitos que as autoridades públicas lhes prestam atenção.

Vera, em certa ocasião, já cansada de tanto abuso policial, resolveu discutir: “Eu sei dos meus direitos”. O policial lhe respondeu: “Mas tu acha que eles vão fazer alguma coisa por ti? Vocês são uns drogados, são uns chinelos”.

Os usuários de crack da “ralé da ralé” são constantemente encarcerados, por cometerem delitos de subsistência, principalmente furto, roubo e tráfico. Os informantes foram unânimes em afirmar que havia venda e consumo de drogas, incluindo crack, dentro da cadeia. Existe um consumo massivo de drogas nos cárceres brasileiros, que ocorre com a conivência do poder público.

Todos os agentes do sistema penal (agentes penitenciários, policiais, promotores de justiça e juizes) sabem que os presos consomem

drogas nas galerias superlotadas dos presídios e toleram essas práticas tóxicas como estratégia de manutenção da ordem carcerária. Daí porque o cárcere pode ser considerado uma zona livre de interferência, um território no qual o consumo de substâncias psicoativas é tacitamente legalizado.

A revista íntima, principal instrumento de repressão, é muito mais uma forma de humilhação das mães e esposas dos desclassificados sociais encarcerados, um simulacro que serve apenas para agradar a opinião pública e conferir a aparência de que tudo está “sob controle”. A liberação do consumo de drogas no cárcere pode ser considerada uma das principais estratégias de política carcerária adotadas atualmente, um exemplo da “má-fé institucional”.

Para pensar sobre a questão carcerária na periferia do capitalismo, as análises clássicas de Foucault e Goffman, por exemplo, devem ser matizadas. Foucault pensou no cárcere como o modelo radicalizado da sociedade disciplinar, montada ao longo da modernidade com o objetivo de produzir o “cidadão”. Entretanto, numa sociedade que nunca universalizou as pré-condições subjetivas para a aquisição da cidadania, do que deriva a “ralé” estrutural, o cárcere tem de ser abordado de outra perspectiva, pois por aqui nunca cumpriu qualquer função propriamente disciplinar. É, ao contrário, o espaço por excelência dos “indisciplinados e indisciplináveis”, do subcidadão, que como tal deve continuar.

Já em Goffman, encontramos a ideia do cárcere como instituição total, na qual haveria um controle irrestrito da vida do preso, do que decorreria a perda da identidade do sujeito, substituída no mesmo processo por outra. Por aqui, estamos longe disso. Os presos é que comandam a galeria e são vigiados apenas pelos próprios companheiros – como nas favelas são vigiados pelos vizinhos – e mantêm atrás das grades um estilo de vida semelhante ao dos tempos de “liberdade”.

Robson já vivia na rua há alguns anos quando foi preso. Ao chegar ao presídio, foi logo mandado para o espaço destinado para o novato (sem dinheiro), numa cela com quarenta pessoas e seis camas, o canto do rato, que fica ao lado do boi, um buraco onde os quarenta presos defecam e urinam. Disse que não consumia crack dentro do presídio, porque é “muito barulho, o espaço é pequeno”. Também porque o usuário de crack é muito desrespeitado dentro da cadeia: “Qualquer coisa que sumir, é culpa do usuário”.

A mesma lógica da rua repete-se na cela. A dívida de droga – e quem a vende é o plantão, o chefe da galeria – tem de ser paga, sob pena de morte ou de descer a galeria, o que significa ir para uma galeria controlada por outra facção. Mas também é possível trocar uma ou meia pedra por serviços, principalmente pela limpeza do boi e das celas. Ezequiel, que em distintas temporadas ficou encarcerado por aproximadamente três anos, contou que “tinha uma cela só dos caras que fumavam crack, tu não podia fumar em outra cela. Só naquela cela ali”, mas que de qualquer modo “o cara que usa não tem confiança do preso que não usa, fica visado”. Disse que só fumou duas vezes na prisão: “Comecei a ver bichinho, achei que os caras iam me matar”.

Mesmo a possibilidade de “salvação” do usuário de crack encarcerado repete a lógica da rua.

Charles começou e parou de usar pedra dentro da prisão. Era chefe da boca, tinha “conceito” e “patrão não consome crack”. Preso, condenado por homicídio, começou o consumo e chegou ao fundo do poço: emagreceu trinta quilos, vendeu as próprias roupas e contraiu dívidas na cadeia. Sua “salvação” aconteceu juntamente com a de seu irmão mais novo, César, cuja história contaremos adiante.

César converteu-se e conseguiu convencer Charles a pedir transferência para a “galeria dos crentes”, que é um espaço que existe na maior parte dos presídios brasileiros e que possui regras estritas, dentre elas a abstinência de drogas. Na sua visão, o irmão precisava se “redisciplinar” e a galeria dos crentes era o local adequado, pois “tinha regra pra dormir, pra comer, horário, limpeza e higiene”.

No início Charles recusou: “Sou do crime, não vou me esconder atrás da bíblia”. Depois aceitou a transferência apenas porque não tinha escolha, já que estava ameaçado em razão de dívida contraída: “Só vou tirar umas férias”, disse. Após um processo relativamente longo, com algumas recaídas, converteu-se de fato, inclusive tornando-se missionário, de modo que passou a fazer incursões nas outras galerias para converter presos.

Em *O crente e o delinquente*, Emerson Rocha e Roberto Torres afirmam que “os rituais e as crenças dessa religião são feitos para viabilizar um comportamento disciplinado para pessoas que não incorporaram (não tornaram tendências pré-reflexivas) as disposições da disciplina”. No espaço carcerário, a “galeria dos crentes” cumpre exatamente essa função.

Portanto, ao contrário da ideia de instituição total, espaço de vigilância e disciplina destinado a produzir sujeitos dóceis e “úteis”, o cárcere no Brasil significa muito mais a continuidade do ambiente social no qual o subcidadão está acostumado a viver. Há uma relação de continuidade entre vila/favela, rua, abrigos e prisão. Nesse ambiente, o usuário de crack possui o mesmo estatuto social que carregava em “liberdade”.

“Tu não, César!”

César tem 25 anos, nasceu na periferia de Porto Alegre, numa vila com intenso tráfico de drogas. Seu pai era caminhoneiro, sua mãe, costureira. É o mais novo de quatro irmãos, um homem e duas mulheres. Seus pais, Geraldo e Valéria, eram usuários de cocaína. Geraldo, contudo, tornou-se um consumidor problemático e perdeu o emprego.

Na sequência da carreira de consumo, vendeu a máquina de costura da esposa, que era o único meio de sustento da família. Valéria, em razão desse e de outros episódios semelhantes, o expulsou de casa. Geraldo acabou como “mendigo do Centro”, contraiu doenças e morreu. Na última vez que viu seu pai, aos 6 anos, César fugiu: “Foi a última vez que vi ele. Tava com meus irmãos no Centro e nós vimos ele, mendigo. Mas a gente fugiu dele. Essa é a última imagem”.

César tem um irmão, Charles, sete anos mais velho, que desde os 14 anos “se envolveu com o mundo das drogas”; foi para a Febem por pequenos furtos, “voltou pior”, envolveu-se com o tráfico, virou chefe da boca, entrou em “guerras” com grupos rivais e, com 18 anos, foi preso por homicídio. Na sequência, ele mesmo começou a usar álcool, maconha, cocaína e depois se envolveu na venda de crack, já morando em outro bairro muito pobre e violento. No cotidiano da periferia e da venda de drogas, César também se envolveu em “guerras” e viu amigos e parentes próximos assassinados.

Mesmo trabalhando como vendedor de drogas, parou de estudar apenas no último ano do ensino médio. Pouco antes, tornou-se líder de uma gangue dentro da escola e presidente do grêmio estudantil, tendo transformado a instituição numa boca. Também fez assaltos e teve negócios ilícitos, como a compra e venda de bens roubados (comprava dos usuários de crack e revendia por um preço mais alto) e uma “indústria de DVD pirata”. “Sempre fui empreendedor”, esclareceu.

Por que não desenvolveu um consumo problemático de crack, mesmo tendo experimentado algumas vezes a substância? Em sua trajetória de vida alguns aspectos são importantes para a compreensão desse ponto. Em sua socialização primária, acompanhou o destino do pai, expulso de casa e transformado em “mendigo do Centro”. César, literalmente, buscou fugir do destino de Geraldo.

Sua mãe deu um basta à trajetória descendente no episódio da máquina de costura, de modo que acabou criando os filhos sozinha. Além disso, Valéria o estimulava a ir à escola, “acreditava em mim, me dava confiança, comprava o melhor tênis, um tênis de setecentos reais, um Nike”. César parece ter sido o irmão escolhido para ser “salvo”, no sentido da análise de *O crente e o delinquente*. Valéria lhe deu confiança, condições materiais e também lhe inculcou a “ética do trabalho duro”.

Outro aspecto paradoxalmente importante para não ter desenvolvido um consumo problemático de crack é sua posição de liderança no negócio da venda de drogas. A identidade de “líder” (ganguê, grêmio estudantil) e também de “empreendedor” (produtos piratas, receptação) o protegeu de um consumo problemático. Ao trabalhar na venda de crack, observava a perdição dos usuários, dos pedreiros.

Segundo César, “o chefe da boca não usa crack, pois pode perder todo respeito dos seus capangas”. Os traumas das guerras entre grupos rivais que lutaram pelo controle do tráfico em sua região também parecem ter contribuído. Já havia visto muito de seus amigos assassinados e seu primo também foi morto por engano por traficantes rivais com vinte tiros, quando tinha ido à vila para o enterro do pai (tio muito querido por César), que morreu com HIV contraído pelo uso de cocaína injetável.

Em certa ocasião, após viagem de férias, sua mãe o deixou no litoral sem dinheiro para voltar: “Teve uma guerra muito grande entre gangues rivais e minha mãe muito esperta me tirou de cena, a gente foi pra praia e fomos pra Santa Catarina e ela me deixou lá sem dinheiro pra voltar. Quando eu voltei, uns três amigos meus já tinham morrido”. César reconhece a “esperteza” de sua mãe e considera que essa atitude salvou sua vida.

A escola pública na qual estudou ficava num bairro de classe média da cidade, em frente a um colégio particular da alta burguesia. César diferenciou-se de algum modo de seus amigos da vila, passando então a ser cuidado, a ser considerado uma promessa, alguém que poderia as-

cender socialmente. Um episódio é marcante nesse sentido. Estava com os amigos preparando-se para fazer um assalto. Como não queria fazer o assalto “careta” e como não havia cocaína disponível, resolveu fumar crack. Seu amigo, Betão, não permitiu e com os “olhos arregalados do crack” falou: “Tu não César, isso não é pra ti, tu tem futuro”.

César também sempre foi *rapper*, “queria ver mudança da nossa realidade, nunca gostei de TV, não gosto da Rede Globo, tinha um sentimento de querer mudar o sistema”. A essa disposição somou-se a conversão evangélica, que ocorreu com a mediação da mãe de um amigo, que o aconselhou num período que considera particularmente difícil. Além da morte de seu primo, recém havia visitado o seu irmão no presídio, quando constatou que Charles tinha se tornado um pedreiro: “Vi meu irmão velho, tava com a aparência dos caras que usam crack na vila, eu tinha uma lembrança dele forte, robusto e quando eu vi ele tava com quarenta quilos, um cara que tem hoje cem quilos, os dentes amarelos, os dedos amarelos”.

Então foi ao culto e o pastor “falou como se tivesse falando da minha vida; aquilo queimou meu coração”. Desse ponto, buscou mudar de vida, o que não foi fácil, sobretudo porque achava que devia satisfação à sua gangue. Empenhou-se nesse processo, ajudando ao mesmo tempo o seu irmão, visitando-o regularmente no presídio: “A gente começou a juntar força. Eu ia visitar ele uma quarta sim e outra não, mas todo domingo. A gente falava da bíblia, se fortalecendo, eu levava gravata pra ele. Dentro da igreja ele começou a reconstruir valores que ele não tinha mais, uma visita, ele dava valor, uma gravata, um sapato, era um sonho. Um livro, coisas assim”.

Com esses elementos talvez seja possível compreender a razão pela qual a trajetória de César, nascido numa família da “ralé”, tem sido ascendente. César escapou da “segunda divisão da ralé”, de um possível destino de classe, e está a batalhar por inclusão. As disposições de empreendedorismo, aprendidas no contexto de trabalhos ilícitos, hoje o auxiliam a administrar a sua pequena loja, onde vende roupas confeccionadas pela mãe e pela irmã. As disposições de liderança, adquiridas na chefia da gangue, o auxiliam em suas atividades políticas de gestor de projetos sociais e conselheiro do orçamento participativo de Porto Alegre. O gosto pelo *rap* e a crença religiosa, transformam-se em *rap gospel*, nos quais almeja transmitir à “gurizada da vila” seu testemunho.

CAPÍTULO 7 – Por uma psicopatossociologia das experiências dos usuários de drogas nas cracolândias/cenas de uso do Brasil

Guilherme Messas

Laura Vitucci

Leon Garcia

Roberto Dutra

Jessé Souza

Introdução

Embora o abuso do crack não se restrinja às classes desfavorecidas, há uma nítida sobre-representação, entre os frequentadores de cenas de uso da droga, de marcadores de exclusão social, se comparados com a população geral brasileira (BASTOS; BERTONI, 2014)²². Dentre os marcadores de exclusão social, aferidos por investigações epidemiológicas, destaca-se a baixa escolaridade e a cor da pele parda ou negra autorreferida, sugerindo uma trajetória de marginalização social que precede o uso de drogas. Somam-se à escolaridade e cor da pele outros marcadores de exclusão social presentes, esses já passíveis de influência pelo uso problemático de droga, como a falta de moradia e o desemprego ou trabalho precário.

A investigação epidemiológica, de valor insuperável para o conhecimento das características de uma população, não permite, no entanto, um aprofundamento qualitativo sobre o fenômeno investigado. No caso dos usuários de crack, ainda se faz necessária uma investigação científica acerca dos motivos pelos quais cada indivíduo dessa população usa e abusa da substância.

A procura pelos sentidos individuais da intoxicação por drogas (MESSAS, 2016) e de seu uso descontrolado é uma das perspectivas científicas que pode auxiliar no desvendamento dessa teia complexa que é a adicção do crack. A ciência psicopatológica é um campo do co-

²² O crack aparece como uma droga de preferência ou de abuso, mas, no limite, não podemos chamar essa população puramente de abusadores de crack. Investigações epidemiológicas mostram que a maioria de seus participantes são poli-usuários de drogas.

nhecimento dedicado ao estudo desses sentidos e pode contribuir para ampliar a base compreensiva desse sofrimento sociológico. No entanto, nenhuma ciência, humana ou biológica, consegue dar conta de todas as particularidades de um comportamento tão complexo como o uso de substâncias psicoativas.

Assim, uma aproximação psicopatológica do fenômeno “uso abusivo de crack” pode receber grandes aportes de conhecimento se for realizada com base em uma análise dialógica com outras ciências. Neste capítulo, esboçaremos uma relação da psicopatologia com a sociologia, mostrando em que pontos o diálogo entre as duas leva a ganhos recíprocos.

Do ponto de vista psicopatológico, categorias tão abrangentes quanto as de abuso ou dependência de substâncias são indefinidas demais para captar as complexidades da questão, já que, por exemplo, valorizam de maneira semelhante um jovem negro de baixa escolaridade que vive em uma cena de uso e um profissional liberal branco que usa o crack depois do trabalho em sua casa. Para que se atinja um apuramento das experiências psicopatológicas, deve-se construir uma estratégia que leve em conta a dimensão sociológica.

Toda experiência psicológica, patológica ou não, apoia-se de formas diversas no corpo social. Por sua vez, do ponto de vista sociológico, um entendimento estrito das cracolândias como apenas uma das variantes da marginalização social dos brasileiros pobres e negros não contemplaria completamente os significados das experiências individuais patológicas daqueles que, intoxicando-se ininterruptamente, agravam sua exclusão da cidadania. A aproximação da psicopatologia com a sociologia pode contribuir para iluminar elementos estruturais desse complexo fenômeno contemporâneo da sociedade brasileira.

Entretanto, para que essa aproximação entre campos científicos diversos não seja um mero ecletismo leviano, incapaz de estabelecer um diálogo profícuo e investigar as origens profundas de um fenômeno, é necessário que ambos tenham pressupostos epistemológicos comuns.

A confluência da psicopatologia fenomenológica com a sociologia disposicionalista

A psicopatologia fenomenológica investiga as condições de possibilidade das vivências patológicas (CHARBONNEAU, 2010). Seu

campo de interesse ultrapassa a descrição das experiências subjetivas, penetrando em sua estrutura pré-reflexiva intersubjetiva de significação, ou seja, explorando as condições, inadvertidas pela consciência, que determinam comportamentos, valores e expectativas na vida (TATTOSSIAN; MOREIRA, 2012).

Essa estrutura pré-reflexiva engloba tanto os fenômenos conscientes quanto inconscientes. A estrutura existencial, assim compreendida, delimita o campo de atuação das disponibilidades individuais e da vontade livre, caracterizando as personalidades e também as patologias. Por exemplo, em uma estrutura existencial na qual a polaridade eu-mundo seja acentuada, a tendência do sujeito será a de ser mais voltado a si mesmo, tendo seu conteúdo imaginário povoado mais por temas de seu interesse do que do interesse médio das demais pessoas. Um uso de drogas em uma pessoa com tal estrutura existencial pode servir para retirá-la ainda mais do mundo e fazê-la acentuar esse retorno a si mesma, elevando, por exemplo, sua capacidade imaginativa ou, em casos patológicos, levando a uma esquizofrenia (caso da *cannabis*).

No caso oposto, de uma estrutura na qual o polo do eu e o polo do mundo estão muito aproximados, o uso favoreceria mais essa aproximação, tornando-a mais sociável ou, em suas consequências negativas, mais irritada com os outros. Voltaremos a isso.

Essas considerações nos levam à proposição de que, para a compreensão antropológica das patologias, mais do que uma investigação sindrômica sintomatológica, deve-se investigar a estrutura existencial em suas dimensões mais profundas, anteriores à expressão subjetiva. Os fundamentos que possibilitam a existência são a temporalidade, espacialidade, corporeidade, interpessoalidade e identidade, sempre subjacente às experiências. Estas se dão, em sua dimensão mais profunda, não como alterações da subjetividade, em primeira pessoa, mas como modificação das relações da existência com o próprio eu, com a alteridade interpessoal e com o mundo (MOREIRA; BLOC, 2015).

De modo análogo, a sociologia disposicionalista, busca investigar as condições tacitamente pressupostas nas quais se fundamenta a realidade social (BERGER; LUCKMANN, 1973). Criticamente, pretende ir além da falácia da intencionalidade autotransparente para esclarecer o comportamento social individual ou coletivo (BOURDIEU, 1979).

Nessa perspectiva, Souza postulou que a condição social das

crianças pobres brasileiras produz padrões de temporalização psíquica diferentes no geral daqueles das crianças de classe média. Esses padrões pré-reflexivos dificultam as possibilidades de acesso dos pobres às “oportunidades” oferecidas pela sociedade.

A igualdade de oportunidades transforma-se em falácia quando essas oportunidades, de ascensão no sistema educacional ou no mercado de trabalho, por exemplo, são organizadas com base em valores e da realidade existencial da classe média, que não necessariamente servem aos pobres.

Dessa maneira, a diferenciação social por mecanismos pré-reflexivos contribui para a perpetuação transgeracional da desigualdade e, por sua opacidade, permite que a meritocracia seja usada para justificar privilégios.

O interesse pela formação pré-reflexiva da vivência temporal nos indivíduos e grupos sociais, portanto, é a raiz comum que iremos explorar no diálogo da psicopatologia com a sociologia para a compreensão das condições que favorecem o uso imoderado do crack nas cenas de uso no Brasil.

Temporalidade e identidade

A temporalidade vincula-se diretamente com a **identidade** (RI-COEUR, 1990). Esta será entendida aqui como o núcleo subjetivo histórico de todas as vivências unitárias parciais nas quais se desdobra a existência de um indivíduo. As vivências unitárias parciais são os **papéis sociais da identidade**. Os papéis são uma unidade em si – por exemplo, o papel de irmão, de pai, de professor(a) –, mas ao mesmo tempo são apenas parcializações da unidade identitária. As parcialidades da identidade compreendem um amplo espectro que vai desde a identidade de filho até unidades mais amplas como classe social ou nacionalidade.

A capacidade da personalidade singular de se pluralizar em identidades parciais requer uma condição de possibilidade para sua atualização, a ipseidade. A ipseidade é a condição de possibilidade estrutural responsável pela instauração, consolidação e transformação da identidade. Assim, há uma relação inversamente proporcional entre as duas. Uma existência com grande capacidade de ipseidade apresenta menor

valor relativo de cada identidade parcial (papel) e, conseqüentemente, maior capacidade de multiplicação da identidade existencial total.

A ipseidade é, de modo simplificado, a capacidade potencial de transformação das identidades parciais adquiridas. Quando a capacidade de pluralização da identidade for grande, ou seja, quando o indivíduo for capaz de assumir simultaneamente ou ao longo de sua vida um leque de papéis, os trajetos biográficos podem abarcar diversas identidades parciais, abrindo-se ao horizonte existencial renovador da vida.

Mas não apenas a multiplicidade de papéis sustenta o vigor existencial, como também a temporalidade parcial de cada papel social. Por exemplo, um papel profissional estável, com um plano de carreira definido, é capaz de apoiar a identidade como um todo, mantendo sua temporalidade saudável mesmo na ocorrência de crises em outros papéis, como o conjugal.

Em síntese, pode-se dizer que a saúde da temporalidade biográfica depende da capacidade de pluralização de papéis e da capacidade deles de oferecer temporalidade à existência como um todo. A presença excessiva ou insuficiente dos papéis identitários na totalidade da existência favorece fenômenos psicopatológicos.

O núcleo conceitual deste capítulo se dedica a investigar o papel da temporalidade nas relações identidade-ipseidade. Para isso utilizaremos a noção de classe social como uma das parcialidades da identidade, seguindo a concepção de Ballerini, segundo a qual “... a identidade do indivíduo remete a uma construção eminentemente social, com uma variável proporção de originalidade individual (2008, p. 60).

Bourdieu (1979) e Souza (2009) demonstraram que as condições de existência das classes sociais desfavorecidas em estruturas sociais desiguais favorecem que, na média, essas pessoas tenham uma tendência de vivência da temporalidade mais ancorada ao presente. Para quem sobrevive no fio da navalha da miséria, qualquer acidente de percurso (desemprego, separação conjugal) ameaça a própria sobrevivência. Uma vida sobressaltada e sem perspectivas aprisiona no presente.

Estudos de psicopatologia fenomenológica com pessoas que abusam de substâncias também encontraram, independentemente da classe social, uma vivência da temporalidade ancorada no presente, vinculada ao abuso de substâncias (KIMURA, 2005; MESSAS, 2015). A hipóte-

se que este capítulo levanta é a de que as condições de existência das classes desfavorecidas em uma estrutura social desigual interajam com estruturas de personalidade com tendência de ancoragem no presente, potencializando os riscos e danos consequentes ao uso de drogas, especialmente do crack.

Somam-se a esses elementos as características concretas da pobreza, que aumentam os riscos e danos do uso de drogas, como a falta de recursos materiais e também o estigma de ser, além de “drogado”, pobre e, com frequência, negro.

A estrutura existencial da psicopatologia do crack

As descrições subjetivas dos usuários a respeito dos efeitos da substância revelam grande variabilidade, indo da euforia e disposição para o trabalho até a irritabilidade e agressividade. No entanto, todas têm um fator em comum: a rapidez da redução da temporalidade da vida ao instante. É consistente entre os depoimentos que a rapidez com que o crack altera suas consciências é fator fundamental, achado que sugere uma especificidade da droga (STEWART et al., 2014).

Já foi levantado que o campo múltiplo das adições como um todo pode ser reduzido, inicialmente, a um elemento essencial comum: o estreitamento da temporalidade da consciência ao instante (MESSAS, 2014). A existência, subjugada ao instante, perderia sua capacidade de individualizar-se no tempo. A vida torna-se uma sequência de instantes que não compõe uma biografia fértil.

Apesar da grande variabilidade subjetiva nos relatos dos efeitos do crack, as expressões psicopatológicas associadas à droga se assemelham. É habitual a experiência de desconforto interpessoal. Em sua maioria, esse desconforto relaciona-se com personagens do entorno imediato, com perfis sociais nítidos. Alguns relatos expressam o medo de que os parceiros do crack ou a polícia virão violentá-los; outros, referem-se a visões de vultos ou audição de vozes, que os próprios usuários atribuem ao efeito do crack. Essas experiências psicopatológicas sofridas com o crack possuem, em sua essência, três condições de possibilidades, que examinamos a seguir.

A primeira delas é a **elevação da materialidade vivida**.

Reduzida a temporalidade, a espacialidade primária das vivências

tende a elevar-se (MESSAS, 2014). Essa elevação é tal que promove conjuntamente a compressão da materialidade. A expressão psicopatológica disso são as alucinações auditivas ou visuais, desacompanhadas de delírios (com exceção dos delírios transitórios de perseguição, discutidos a seguir).

A materialidade elevada, reveladora de aumento da solidez do real perceptual, estende-se igualmente à identidade, provocando um **estreitamento identitário**, ou seja, a redução da potência de modificação da identidade. A expressão psicopatológica do estreitamento identitário é visível nas experiências persecutórias, já que essas nascem da redução do leque das alternativas da presença inter-humana a seu papel – real e frequente – de perseguidor.

Aqueles que objetivamente assediam a consciência individual em seu cotidiano – a família, a polícia, os parceiros da rua – passam agora a sitiá-la também na ausência física do perseguidor. As identidades pessoais e interpessoais possíveis dentro do corpo familiar ou social ficam restritas àquelas que não apenas lhe cercam de todos os lados, como também enfatizam os valores da sociedade, em sua condenação do uso da substância.

É constante a queixa dos usuários de serem sentidos como lixo social. Assim, a redução de temporalidade, via estreitamento da identidade, compromete a capacidade ipseica, agrilhoando a identidade no nicho social de excluído. O estreitamento identitário, ao gerar a incapacidade de renovação existencial, favorece a presença frequente de depressão e de intenções suicidas nos relatos.

O acréscimo de materialidade e o estreitamento identitário, contudo, não retratam ainda integralmente a inserção da existência nas cenas de uso. É necessária a investigação das suas projeções estruturais na interpessoalidade, para além das experiências de persecutoriedade.

A atitude básica dos usuários entrevistados em suas relações com os entrevistadores foi a de sintonia integral com as significações sociais pré-reflexivas, deixando, na maioria das vezes, a impressão de que o usuário relata aquilo que imagina que dele se espera. Adorno et al. (2013) identificaram fenômeno semelhante, chamando-o de “fala pronta”.

A identidade de usuário de crack é assumida integralmente pelo entrevistado, enrijecendo reflexamente a identidade do entrevistador. A

esse movimento chamamos de **submissão ao social**. A excessiva aproximação do social reduz os usuários à obediência e à prescrição rígida e definitiva de condutas e identidades, deixando à existência duas alternativas: aderir a ele incondicionalmente ou permanecer em dívida com relação a suas prescrições. Há assim uma direta vinculação entre as frequentes experiências de culpa dos usuários e sua submissão ao social, mesmo naqueles que não se sentem deprimidos e até exaltam a vivência da marginalidade.

Os entrevistados se condicionam pré-reflexivamente por deveres sociais definidos, cujo valor não conseguem relativizar. Estão demasiadamente expostos àquilo que lhes é prescrito, ficando privados da capacidade de se distanciar de sua situação e permitir-se uma reflexão sobre essa condição. Dentre esses deveres, destaca-se o respeito incondicional pela família, que se expressa na grande influência desta como fator de risco ou proteção para o uso de crack (HORTA et al., 2014). Esse gênero de experiências foi também observado em um estudo etnográfico no Uruguai com usuários de crack (SUÁREZ et al., 2014).

A adesão incondicional a um corpo social rígido com identidades fixas determina uma hierarquia implacável nas relações interpessoais, qualificando a submissão ao social como **hiper-hierárquica**.

Em relação direta com a experiência de culpa há sempre a presença ativa de seu polo oposto, a convicção. A culpa é o reverso do dever. Assim, entende-se por que do conjunto dos papéis sociais envolvidos no auxílio aos usuários desvalidos destacam-se, por uma necessidade essencial pré-reflexiva, aqueles que recebem proeminência por sua coesão identitária, expressa em segurança persuasiva e convicção.

A identidade social dos convictos e dos autoritários é decorrência natural da estruturação interpessoal destemporalizante. Quanto mais uma identidade for cancelada por uma temporalidade saturada, de baixa ipseidade, mais se adequará a essa condição pré-reflexiva.

É nessa seara que florescem os temas e papéis sociais religiosos. Isso não quer dizer que as instituições que os veiculem não possam exercer um papel social fecundo e, mais importante ainda, que elas substituam uma dependência por outra. Pelo contrário, como desenvolvido por Souza (2012), elas dão vazão a necessidades temporais íntimas de classe, não exercidas, ou mal exercidas, por outras instituições da sociedade, como veremos abaixo.

Ainda que, em termos de conteúdo, o usuário possa experimentar a religiosidade como exterior a si mesmo, a coesão convicta estampada nos indivíduos que realizam esse tipo social ajusta-se perfeitamente às suas possibilidades (dos usuários) pré-reflexivas de captação do mundo e às suas premências existenciais. Há um diálogo de necessidades entre a temporalidade do usuário e de seu redentor.

Temos, portanto, de modo sintético, que a psicopatologia do usuário das cracolândias reflete a transformação da existência em um aprisionamento imutável e rígido **dentro** de um corpo social saturado, prescritivo e inclemente.

As palavras de um usuário entrevistado dentro da cracolândia paulistana, descrevendo seus pares e a si mesmo, resumem a homogeneidade dessa queda existencial: “[...] se estagnaram aqui dentro, não saem nem pra tomar um porre, nem pra arrumar um dinheiro”. Restaria acrescentar que estagnaram em uma cidadela sitiada, assediada por olhos vigilantes e suspeitos.

Estreitamento identitário e vulnerabilidade de classe social

A coesão causada pela intoxicação aguda, no entanto, é insuficiente para produzir dependência, como observado nos casos de uso controlado do crack. O ponto fundamental para a compreensão antropológica do usuário imoderado de crack passa pela observação de que a coesão repetida, proporcionada pela droga, leva a um estreitamento identitário que paralisa a existência.

Deve-se, portanto, indagar sobre: 1) os motivos pelos quais certas estruturas de personalidade tornam-se tão vulneráveis à necessidade de coesão, terminando por se deixarem dominar por ela; e 2) a razão pela qual o estreitamento identitário determina, nessa população, as formas sociais encontradas nas cracolândias.

É para essa investigação que a confluência da psicopatologia fenomenológica com a sociologia disposicionalista apresenta seu valor elucidativo. Seja pelo momento da vida – especialmente adolescência, quando as identidades parciais são mais frágeis –, seja pelas características da história de vida, da personalidade ou do meio social, certo contingente de pessoas é mais vulnerável à instabilidade existencial e, portanto, buscam mais coesão, como fica claro no depoimento a seguir:

“(...) a única coisa que eu tenho medo, se for pra mim falar assim, é de ter uma pessoa na minha vida que não tem controle emocional. Porque eu, já que eu tenho problema com as emoções, que eu acho que o que libera a nossa compulsão, de pessoas como eu, que essa predisposição, é as oscilações do sentimental, das emoções, então eu tenho que tá com uma pessoa que é forte emocionalmente”.

A vulnerabilidade à instabilidade existencial requer um contraponto capaz de lhe oferecer a mínima coesão para a manutenção da existência na forma temporal biográfica. Essa coesão se dá, preferencialmente, pela presença, maior ou menor ao longo da vida, de uma alteridade interpessoal íntegra e estável.

Historicamente, as relações familiares são as primeiras e mais importantes fontes de coesão. São elas que mantêm a existência calcada em um passado contínuo que permite a transformação do presente rumo ao futuro.

Em nossa população estudada, é frequente a ausência ou fragilidade dessas relações primeiras. Violência familiar e abandono precoce são achados frequentes dos usuários de crack brasileiros. A ausência de um anteparo humano de coesão favorece a busca supletiva pela coesão oferecida pelo crack. A alteração súbita de consciência causada pela droga, reduzindo a ipseidade, estabiliza a estrutura da existência, protegendo-a, inicialmente, de uma intolerável indeterminação.

Esse fenômeno ocorre independentemente da posição social do usuário. Trata-se de uma condição antropológica geral. No entanto, as cenas de uso de crack a céu aberto revelam majoritariamente a presença de grupos socialmente vulneráveis. Possivelmente, por que esses grupos apresentam, além da dissolução dos vínculos familiares, a insuficiência de duas outras condições de possibilidade imprescindíveis para a oferta da coesão necessária para a existência.

Ao lado da estabilidade familiar, o papel profissional é importante fator de orientação da existência. Embora haja papéis sociais que permitam maior ou menor criatividade, todo papel constitui-se por uma prescrição de condutas definidas pelas suas relações recíprocas com os demais papéis da sociedade.

Souza (2009) demonstrou como a assunção de papéis profissionais entre os excluídos brasileiros é instável e efêmera. A maior parte da po-

pulação desse estudo não apresenta profissão definida, vivendo de bicos precários e de mínimo valor na hierarquia social. Sua identidade profissional não é capaz de oferecer estabilidade, ampliando assim a ipseidade da existência e potencializando a necessidade de busca de coesão.

O terceiro elemento gerador de estabilidade, ausente ou frágil na população das cracolândias é a escola. Dos usuários regulares de crack das cenas de uso brasileiras, 80% não chegaram ao Ensino Médio. A trajetória de classe que vai da família ao papel profissional tem a vida escolar como intermediária. É típico das instituições escolares brasileiras um descasamento entre as necessidades e predisposições de classe dos mais pobres e os programas oferecidos, dificultando a identificação entre estudante e escola. Não raro, é pela identidade de oposição à escola que esses estudantes conseguem alguma estabilidade (ROCHA; DUTRA, 2009).

Assim, a imensa maioria dos frequentadores das cenas de uso de crack não pôde, na transição para a vida adulta, encontrar na identidade estudantil apoio para a estabilidade de sua identidade.

Quanto menores forem os recursos individuais para a multiplicação de parcialidades identitárias, maior a chance de um elemento exógeno produtor de forte coesão (como o crack) encontrar apenas a identidade de classe como estrutura a ser reforçada.

A identidade de classe excluída é especialmente exaltada pelo efeito do crack porque ambos operam na temporalidade do presente absoluto. Assim, o estreitamento identitário subordinado ao social e hiper-hierárquico, provocado pela substância, encontra consolidação na classe social, última instância da identidade a ser perdida. Se o passado pessoal se dissolve pelas alterações da intoxicação e o futuro não se apresenta, resta à existência cristalizar-se na instância temporal mais resistente do movimento biográfico, a classe social.

A classe social, como parcialidade da identidade, apresenta particularidades que a diferenciam, por exemplo, do papel profissional ou mesmo do familiar. O papel profissional pode ser exercido com maior ou menor rigidez; o familiar permite ao menos uma modificação parcial veloz, ainda que seja pelo mero abandono físico da família (caso típico das cracolândias). Há, enfim, como deles tomar alguma distância. As condições encarnadas na classe social são de difícil mudança, já que não dependem apenas do indivíduo.

A estrutura social brasileira determina destinos de classe rígidos. Um indivíduo pertence ou não a uma classe e não pode dela escapar rapidamente por um ato de fuga ou criatividade. Em síntese, a subordinação ao social assim produzida não se dá por um reforço de papéis profissionais ou de afinidade ideológica, mas pela cristalização da tipicidade da classe social. Como mostrou Binswanger em estudo clássico (1977), a inautenticidade existencial substitui o indivíduo pelo tipo, em sua tentativa de alcançar estabilidade para viver. Esses usuários perdem seus perfis idiossincráticos homogeneizando-se em sua identidade de classe, cristalizada no presente absoluto.

Mas, se toda experiência humana se constitui pelo diálogo com a alteridade, e as classes sociais não fogem a isso, o estreitamento identitário subordinado ao social e hiper-hierárquico da classe dos excluídos usuários de crack se expressa pela elevação de seu contraste com relação às classes média e alta. Constitui-se, assim, como que uma sub-classe dentro da classe excluída, que enfatiza ao máximo as diferenças pré-existentes de classe.

Essa elevação do contraste entre as classes tem um poder de atração tão forte que faz com que mesmo aqueles usuários moradores de rua que não tenham a classe excluída como origem sejam visualizados, pelos representantes das demais classes, como banidos sociais. O exemplo que segue ilustra com clareza essa afirmação.

Um usuário, com tipo físico característico de classe média (loiro e de olhos azuis), assim relata sua experiência com a polícia: “Apanhei mesmo da polícia muitas vezes por ser loiro, de olhos azuis e por saber falar direito. Chegaram a quebrar meus dentes. Falavam que eu era muito bonitinho e que iriam me deixar como os outros”. Incomoda ao agente público de classe média a incompatibilidade entre a identidade visual biológica do usuário e sua identidade de excluído.

Para suplantar essa incompatibilidade e manter a hierarquia dos tipos sociais, o agente – seguramente despreparado para a tarefa – lança mão da destruição dos sinais exteriores que aproximariam esse usuário do *status* de cidadão. A desfiguração da cidadania se faz pelo nivelamento das diferenças existentes entre os usuários, tornando-os todos semelhantes. De dentes quebrados, o usuário de suposta classe média passa a caber no perfil esperado.

Assim, podemos dizer que a formação das cracolândias revela ao máximo um isolamento por oposição da classe dos excluídos, constituindo uma caricatura da sociedade brasileira. A criação de cracolândias não é, portanto, casual, ou provocada apenas pela pobreza (países pobres podem não ter cracolândias), mas determinada pela dominação da existência por uma coesão artificial, atuante sobre indivíduos que não puderam ao longo de suas vidas, pelos motivos que forem, encontrar a coesão necessária para se temporalizar por meio das relações e instituições humanas.

Trata-se de uma subjugação da existência individual que se reforça ainda mais pelo modo como se dão as relações sociais. Inexiste, assim, no fenômeno das cracolândias, uma decomposição existencial neutra, na qual a rua seria meramente a ausência de um local íntimo e pessoal para se viver.

Como relata um dos usuários entrevistados, “...dormir na rua é comparecer na sociedade”. A frase revela como a sociedade, mesmo nessas cenas de flagrante abandono e ausência, segue presente para os usuários que nelas vivem. A compreensão das condições de possibilidade do fenômeno social mostra que as cenas de uso nas ruas estão por necessidade situadas diante dos olhos dos demais membros das classes sociais brasileiras.

Esse achado pré-reflexivo não é negado pela existência de usuários de crack que fazem uso da droga solitariamente. O uso solitário ou coletivo em locais isolados apenas atesta que o efeito de coesão subordinada ao social procurado com ou provocado pela intoxicação encontrou outros anteparos para sua atualização, prescindindo da absorção completa do indivíduo em sua classe social.

As variantes de um fenômeno antropológico geral são determinadas pelas alternativas que uma sociedade oferece para a concretização de uma forma típica de existência. Uma sociedade como a brasileira, na qual as fronteiras entre as classes sociais são fortemente demarcadas, favorece que indivíduos excluídos encontrem coesão existencial pela hiperacentuação de sua classe perenemente excluída. Coesão que em outras populações pode ser oferecida por uma identidade étnica positiva (MARSIGLIA et al., 2004).

Constrói-se assim, um círculo vicioso, no qual a busca extrema da por coesão, não encontrando anteparo interpessoal seguro que dê à

personalidade a capacidade de amadurecer e se transformar, acarreta um irrefreável anseio por mais coesão, terminando por mineralizar o indivíduo num afunilamento existencial hiperssocial, hipermaterial e anônimo.

No ponto em que se visualiza esse afunilamento, a existência já foi capturada pela paralisação em relação a si mesma e ao mundo, transformando-se, de livre, expansiva e voltada para o futuro, em uma existência fusional (MESSAS, 2015). Nela, o indivíduo já é parte de uma totalidade exterior que o domina e massacra por inteiro.

A intuição espontânea de quem vive nas ruas e sente em sua carne essa ruína humana também identifica o mesmo fenômeno. Um usuário pinta esse quadro com inaudita precisão e magistral profundidade, ao ser indagado porque foi para as ruas:

“ (...) [sobre sua vida, por causa do crack] Foi afunilando. Não dando valor, não indo trabalhar, porque tava na loucura da droga, eu já pedia emprestado e não pagava, e foi afunilando”.

A investigação desse afunilamento, no entanto, merece uma seção à parte, pois revela trajetórias biográficas diferentes, baseadas em significados diferentes para o uso abusivo da substância, determinados por processos temporais igualmente diversas.

Trajетórias biográficas básicas dos usuários de crackolândias

A psicopatossociologia aqui esboçada identifica um estado existencial final ao qual os efeitos reiterados do uso da substância conduziram. No entanto, como toda biografia é um movimento para o melhor entendimento das condições acima descritas, é de muito valor o registro das trajetórias que levaram a esse desfecho. Afinal, nenhum cidadão inicia o uso de substâncias desde seu nascimento e tampouco nenhuma biografia é destinada desde o berço ao uso imoderado de crack ou de qualquer outra substância.

Devemos perseguir as linhas típicas pelas quais a pessoa perde gradualmente sua capacidade criativa e cristaliza-se na obscura restrição da temporalidade ao instante. Devemos, assim, investigar o afunilamento da biografia, procurando delimitá-lo, em sua gênese, a partir de tipos ideais de progressão existencial. O estabelecimento de tipos ideais permite que se esclareçam distintos sentidos psicológicos gerais de uso

de substância, cujo reconhecimento pode auxiliar na construção de intervenções psicossociais que impeçam a derrocada que observamos em muitos dos usuários.

Detectamos três trajetórias típicas.

1. Trajetórias psicóticas

A primeira delas está intimamente ligada à evolução de pessoas que apresentam transtornos psicóticos não tratados e que não possuem qualquer apoio social. Esses usuários, embora tenham sido entrevistados por nós, não fornecem material suficiente para análise. Encontravam-se em estado de desorganização mental e seus relatos são esparsos e nada elucidativos. A identificação mais precisa dessa população exige maior esforço científico (procura pelas famílias, por registros em serviços de saúde) e é uma necessidade premente para o enfrentamento do problema do crack no Brasil. É de se supor que essa parcela de usuários moradores de rua não tenha as mínimas condições para acessar os programas oferecidos pelo poder público e pela sociedade civil.

2. Trajetórias com preservação do passado

Esse tipo se distingue pela manutenção do passado biográfico como ponto de referência para a vida, mesmo na vigência da dependência de crack e outras drogas e da vida nas ruas. O caminho que o levou à ruína pessoal pode ser entendido como uma sucessão de inadequações entre as necessidades do amadurecimento psicológico e os apoios oferecidos pela família ou pelas demais instituições da infância e da adolescência. Em geral, há uma dificuldade do manejo, por parte da família, de um temperamento irrequieto ou muito extrovertido. A vida de Joana é ilustrativa dessa trajetória.

Joana, 27 anos, foi criada praticamente só pela mãe. Seu pai, também dependente de drogas, deixou a família quando ela tinha 4 anos e, desde então, teve pouco contato com ela. Joana descreve-se como alguém de temperamento difícil. “Sempre fui bem brigona e bem mandona também”. Dois atributos que acima vinculamos à rigidez identitária.

Seu estilo controverso e, segundo suas palavras, corajoso de ser correlacionou-se com a procura precoce por independência. Desde cedo, não sentiu que sua mãe conseguia compreender seus anseios mais

profundos, embora considere que tenha tido uma infância feliz e uma boa relação com a mãe. Queixa-se de que a atitude principal da mãe era de exagerada proteção: “Fui criada numa bolha porque sou filha única da minha mãe, minha família é muito conservadora”.

O seu afã audacioso de conhecer o mundo provocava temores na mãe, que tinha como único recurso psicológico para enfrentar o problema a doação de proteção integral. A vida de Joana desenrolou-se no impasse entre a procura pessoal pelos atrativos do mundo e a segurança completa da relação familiar, que vedava qualquer assunção de perigos.

Aprisionada ao dilema de ser controlada pela mãe ou buscar um caminho próprio, excitante, mas perigoso, Joana não pôde encontrar um ponto intermediário que equilibrasse as duas alternativas. Sentindo-se perdida, sem apoio, casualmente foi apresentada ao crack por amigos.

O uso de crack, prazeroso no início (“Eu penso que era uma sensação boa, porque eu gostava né?”), foi se tornando atormentador aos poucos, a ponto de fazê-la intoxicar-se o dia todo e morar nas ruas. Nesse momento, não trabalhava, pouco encontrava a família e tampouco usava a droga com amigos. Conta que o pior ponto de sua trajetória no crack foi quando começou a usar sozinha.

O movimento existencial de base de Joana rumo ao crack teve como origem uma redução do enraizamento biográfico na família, dentro dos padrões normais de desenvolvimento para a idade. Na sua adolescência, ao experimentar menor necessidade de permanecer sob o estado de equilíbrio psicológico anterior, passou a viver uma condição de desequilíbrio das suas disponibilidades psicológicas.

A procura pela fundamentação da vida em novas bases se deu pela construção de relações de amizades, que sempre têm menor poder de estabilização da identidade do que a família. Para se proteger, ainda que transitoriamente, de um excessivo desequilíbrio psicológico, sua consciência encontrou a solidez supletiva fornecida pela intoxicação. É ilusório afirmar que apenas se tornou dependente ou que tenha terminado por viver na rua “por causa” do crack. Embora o crack, com a continuidade do uso, tenha a levado, cada vez mais, para as ruas, é fundamental reconhecer que o uso de crack surgiu em sua vida em um momento de especial vulnerabilidade.

Essa vulnerabilidade não é experimentada claramente como tal, ou seja, o indivíduo raramente sente-se vulnerável. No mais das vezes, como no caso de Joana, sente-se como intrépido e implicado numa aventura de desbravamento dos segredos do mundo. A vulnerabilidade se dá na perda do poder de estabilização anterior da identidade, sem que ainda se tenha estabelecido uma nova identidade suficientemente sólida para a instauração de novas raízes no mundo.

É no vácuo de identidades, mais típico da juventude, que se insere o uso de drogas como um risco existencial, que pode culminar, se não manejado com prudência, num malogro completo da vida. A busca pelo crack surge como compensador natural de um desequilíbrio intolerável das proporções estruturais da existência.

Mas a ruína completa não foi o destino de Joana. Gradualmente, conseguiu retomar seus estudos, encontrar um trabalho e voltar a viver com sua mãe, ainda que em algumas ocasiões recaia no uso da droga e passe uma ou duas noites nas ruas. A questão fundamental para sua retomada da linha biográfica não deve ser entendida como uma simples “cura” da dependência química.

Essa simplificação explicativa nos cegaria para aquilo que é o mais relevante para o entendimento tanto da vulnerabilidade quanto da recuperação. Importa-nos entender as condições de possibilidade temporais nas quais Joana se encontrava mesmo durante o uso mais nocivo de crack, ou seja, quais estruturas temporais davam fundamento para sua consciência, revelando seus sonhos e seus pontos de apoio mais estáveis.

Essa temporalidade aparece com clareza nos desafios contidos em seu imaginário: “Eu sonho construir minha família, ter a minha casa, conseguir ter minhas coisas independente da minha mãe”.

As ambições de Joana, ainda não realizadas, reproduzem aquilo que viveu no passado e que reconhece como parte constituinte de uma vida normal. Em que pese o fato da mãe não ter sido competente em se ajustar às suas necessidades existenciais, sua concepção de família mantém-se inalterada. Aquilo que recebeu como herança histórica é assumido como alvo para sua vida, um objetivo a ser cumprido que lhe doa sentido para a vida.

A ambiguidade constituinte de sua vida permanece operante, como se vê em seu desejo de se tornar mais independente da mãe. En-

tretanto, o desejo de se afastar da mãe não tem a dimensão de um afastamento completo de todo seu passado. Pelo contrário, depreende-se de suas declarações que, de certo modo, continua vinculada de modo forte ao passado, por meio da figura central de sua vida. A sua saída para o mundo não alijou seu enraizamento no passado. Antes, ela apenas reforça que uma reconstrução do passado é o que baliza seu horizonte de vida.

O movimento realizado por Joana que culminou na identidade de usuária de crack, assim, preserva a identidade estabilizada e rígida de filha. Essa preservação do passado por debaixo da anulação da temporalidade produzida pela ruína com o crack aparece em inúmeras entrevistas, nas quais a ambição do entrevistado é recompor a família. Ainda que não tenha uma clara noção de como pode constituir uma família, a noção de família subjaz intacta.

Quase podemos dizer que o movimento existencial de curiosidade é apenas uma ambição de retorno ao conhecido, agora em uma nova configuração, mais tolerável. Raramente se vê um projeto pessoal diferenciado, efetivamente independente.

Esse desequilíbrio biográfico transitório, que exige um ponto de apoio e coesão psicológicos não tem, no entanto, o crack como único polo de sustentação. Ele pode ser conquistado por relações pessoais – ou institucionais – que contemplem as necessidades, por vezes gigantes, do amadurecimento pessoal. A capacidade de identificar essas carências é o núcleo da diferença que uma política progressista deve possuir em relação à miríade de ações conservadoras oferecidas no campo.

O progressista deve reconhecer que, em determinados momentos da vida do usuário, uma presença firme, sólida e mesmo intransigente pode ser necessária para amparar os desequilíbrios existenciais de determinadas pessoas. No entanto, ele jamais deve perder de vista que essa firmeza deva ser transitória e que deve ter como perspectiva o florescimento das potências individuais daquele que está sendo cuidado.

Algum rigor nas relações interpessoais com abusadores e dependentes de drogas pode ser necessário e imprescindível apenas quando servir para a consolidação de uma faceta de sua identidade pessoal ainda imatura ou em transição existencial. Porém, o rigor e a proteção absolutos e em todas as situações antes é instrumento de incompreensão, como vimos na história de Joana. A meu ver, a desatenção a essa regra

da **firmeza pontual**, transitória por parte dos setores progressistas, pavimentando o caminho para a supremacia das ações conservadoras, que se movem pelo caminho seguro da recusa total de qualquer risco.

A progressão típica com passado preservado, enfim, apresenta uma vulnerabilidade mais determinada pelo estilo constitucional; tem pressupostas e intactas pré-reflexivamente as estruturas de estabilização de sua identidade na temporalidade, como enuncia um usuário entrevistado, ao explicar a função, do seu ponto de vista, de uma internação para dependentes. “Ela deve ajudar [a pessoa] a sentir saudade de novo.” Ora, o que seria voltar a sentir saudades, além da retomada do direito à propriedade do próprio passado?

3. Trajetórias de presente absoluto

Desanimado com o resultado de seu trabalho, um dos psicólogos das equipes de assistência aos usuários de crack descreveu o seguinte quadro, que se repete em seu árduo cotidiano: “Eles não conseguem construir uma perspectiva mais consistente... a gente não consegue construir muitas coisas que deem uma continuidade muito longa porque eles buscam um lugar para dormir, vão lá, dormem e vão embora, voltam para a rua [...]”.

A descontinuidade dos projetos terapêuticos é uma fragilidade bastante comum a todo serviço de saúde mental dedicado a abusadores de substâncias, evidenciando um descompasso originário entre as necessidades do dependente e as concepções técnicas. É um fenômeno internacionalmente conhecido o alto índice de abandono do tratamento de dependência química, assim como o elevado percentual de recaídas.

De tudo o que apresentamos ao longo deste capítulo, pode-se depreender que é natural que seja assim, já que o comportamento descrito como dependência química resulta de um estado psicológico no qual a temporalidade da consciência foi restrita ao instante imediato. Para que se elabore um projeto terapêutico – que na realidade concreta da vida é sempre um projeto existencial, pois não existe uma terapia exitosa que não reverbere por toda a existência – é necessário que as condições pré-reflexivas existenciais tenham uma temporalidade preservada.

Em outras palavras, para que possamos imaginar um futuro, é indispensável que tenhamos a capacidade de nos enxergar em um tempo

que ainda não existe, de possuímos a fresta de uma esperança renovadora para nossas vidas.

Vimos acima como Joana foi capaz de recuperar-se, representando-se no futuro como possuidora de uma família diferente daquela na qual nasceu e cresceu. Há casos, no entanto, nos quais essa aparentemente simples capacidade de experimentar o futuro está aniquilada.

É imprescindível que tenhamos isso em mente, se quisermos auxiliar uma boa parte das pessoas cujas vidas mingam sob o uso irrefreável de substâncias. Nas linhas que seguem, apresentaremos um radical exemplo dessa mutilação existencial que passa com frequência despercebida até mesmo pelos técnicos da área de saúde mental (passa despercebida, seguramente, pela população em geral e pelos formadores leigos de opinião).

Andreia tem 22 anos e vive entre a rua e a casa do que denomina “alguns parentes”, desde os 6 anos de idade. Mal conheceu sua mãe. Disseram-lhe que sua mãe a abandonou e a outros irmãos seus quando tinha 2 anos. Foi criada com desleixo pelo pai e pela madrasta, de quem retém como principal lembrança o fato de apanhar toda vez que a chamava de mãe. Sobre a relação com o pai, diz que por vezes chegavam à violência física; ela mesma bateu no pai várias vezes.

Dentro da crueza de sua vida, experimenta a avó como alguém que lhe ama. No entanto, o gênero de amor que a avó lhe dedica não inclui cuidá-la na infância (o pai não permitiu) ou atualmente (não há lugar para ela na casa da avó). Com esse histórico familiar, não é de se espantar que tenha saído de casa ainda na infância.

Nas andanças da vida pela rua, conheceu a maconha já com 6 anos e, sem nunca ter parado de usar drogas, acabou por enveredar pelo uso de crack, o que a apartou ainda mais dos parentes com os quais residia esporadicamente. O uso de drogas, de certo modo, fez com que Andreia tivesse outra moradia temporária, as clínicas de recuperação para dependentes.

Em 22 anos de vida, Andreia passou por cerca de incríveis quarenta internações psiquiátricas, em diversos serviços, públicos e privados, hospitalares ou comunitários. Tem más lembranças das clínicas, pois não gosta de “ficar num bagulho, trancado”. O seu desgosto por ambientes comunitários faz com que dê preferência à rua em relação

aos albergues, que também lhe lembram clínicas. Prefere viver na rua.

Da terra arrasada que é sua biografia, pouco se pode esperar que brotassem representações brilhantes de futuro. Sua existência alicerça-se principalmente na temporalidade do imediato, da sobrevivência, sem que nenhuma relação ou instituição do mundo lhe surja no imaginário como alternativa a uma vida na rua preenchida apenas pelo efeito do crack.

Perguntada sobre o casamento, diz que “pra mim não existe casamento, a vida é só de momento”; indagada sobre a religião, retruca que “parece que quanto mais tu reza mais assombração te aparece”; interrogada sobre família, objeta que é “melhor ter cachorro, planta e gato, do que casar e ter filho. Assim não se sente sozinha. Porque teu filho tem os mesmos problemas que tu, já quer sair pra rua. Prefiro mil vezes tá sozinha. Não precisa ter uma família. Até um cão pode ser tua família. Não precisa ter filho”.

Mas não é apenas o brilho do imaginário que se perde com a aniquilação do leito temporal da vida. Também a coerência do imaginário e sua adequação com as possibilidades do momento atual e das disponibilidades materiais para sua execução distorcem-se quando se restringe a temporalidade existencial ao presente absoluto. Quando perguntada diretamente sobre o que deseja para sua vida, Andreia dispara: cantora. Porém, não há nenhum indício de que esteja se movimentando para desenvolver essa habilidade.

A concepção de tornar-se cantora não surge como a consequência de uma habilidade inata que experimenta em si e que vai, de modo insistente, tentando aprimorar ou adaptar ao tipo social pré-existente. Em outras palavras, não estamos diante de alguém que gosta do canto, planeja apresentar seu talento ao público e com ele constituir uma identidade.

A enunciação do sonho de ser cantora vem como uma ideia saída do nada, disparada como que para dar alguma resposta fortuita para o entrevistador. O valor da resposta é também o valor de um instante passado e sem sentido profundo.

Mais informativa ainda das consequências adversas para sua vida mental da separação do tempo presente das outras dimensões da temporalidade é a concepção de Andreia acerca um futuro melhor. Em meio

a um devaneio de como seria no papel de presidente da República, diz que “mudaria o universo. Colocaria as pessoas todas do bem. Queria mudar o planeta, com coisas boas na cabeça das pessoas, mais esportes, sem brigas, todos na paz”. Verdade seja dita, não podemos esperar de uma moça em seu estamento social que saiba com rigor quais os atributos e poderes do primeiro mandatário do Estado. Porém, a abrangência e indeterminação de sua fantasia para uma atividade eminentemente política mostra-nos como seu campo imaginário trafega por esferas muito distantes de qualquer possibilidade eficaz de atualização.

Extremando aquilo que vimos em seu suposto sonho de ser cantora, nem se cogita uma conexão racionalmente articulada entre o tema que é evocado na mente e a condição real de sua vida. A anulação da temporalidade pré-reflexiva devasta também o imaginário em sua poderosa função de conduzir a vida para diante. Entalhamos a escultura de nossa vida a partir das reais possibilidades de introduzir na realidade social aquilo que imaginamos para nós.

O resultado de uma vida é sempre incerto e passa pela habilidade pessoal de identificar no presente as características do campo no qual podemos semear o futuro. Para Andreia, o futuro é tão inatingível que nem sequer uma análise do próprio campo do presente se torna possível. Como se estivesse em uma prisão temporal perpétua, Andreia só consegue produzir alguma confabulação a respeito do mundo lá fora. O presente é tudo o que há e, portanto, tudo o que pode ser idealizado está a ele circunscrito. As imaginações que pretendem sair do presente assumem a forma de uma quimera, uma emissão de fumaça que se evapora no instante seguinte, como uma intoxicação de crack.

A principal consequência dessa constelação temporal é o acréscimo de valor das experiências produzidas na estreiteza temporal. O uso do crack, com sua aguda e intensa redução da temporalidade, adequa-se naturalmente a esse “estilo de vida”, se pudermos assim nos expressar.

A vulnerabilidade ao uso imoderado de drogas, consequente à presentificação estrutural da existência, amplia-se por um círculo vicioso. A exaltação do presente convoca a intoxicação e essa exalta ainda mais o presente. O resultado longitudinal da sucessão de presentes absolutos está retratado na queixa do psicólogo de que não há continuidade no contato, de que as relações estabelecidas são fortuitas, ligadas à satisfação de necessidades mínimas, como o encontro de um local para dormir.

As relações pessoais de Andreia são determinadas, como não poderia deixar de ser, pelo mesmo enquadramento. A segurança identitária que poderia esperar obter da família, da avó ou dos ditos parentes, aparece, em forma diluída, nos companheiros de uso de drogas. Ela afirma, em relação a seu padrão de uso: “De galera é melhor, que tem alguém pra te cuidar”. Ora, parece utópico crer que a experiência de cuidado que recebe dos pares de infortúnio na rua mimetize a estabilidade promovida por um laço familiar profundo. Laço que jamais teve.

A frágil sustentação psicológica que vemos aparecer em Joana na presença da mãe como alguém de quem ainda depende, vemos se manifestar, em Andreia, como uma quase deliroide descrição dos pares como protetores. No caso de Joana, a proteção que a sufoca e da qual quer se libertar é proveniente do passado; sua vida tem como eixo de gravitação um passado a partir do qual quer se reconstituir.

Em Andreia, a proteção é uma rede imaginária, tecida e destecida ao redor de parceiros anônimos e contingentes, habitantes de seu cenário de vida solapado. O imaginário de constituir família surge aqui, em Andreia, na realidade, como a nulidade de qualquer construção. A sua progressão biográfica psicológica não dialoga com a própria história, mas com o imediato, que é a antessala do nada. Esse é o estado de máxima vulnerabilidade de um indivíduo, diante do qual o crack desponha um escudo diante da realidade crua e, talvez, intolerável.

A depressão como denominador comum

Joana e Andreia são semelhantes em muitos pontos. Ambas vivem nas ruas; as duas foram privadas ao longo de seus desenvolvimentos pessoais de figuras humanas íntimas imprescindíveis; ambas decepcionaram-se com tratamentos, instituições e cuidados que não serviam a suas exigências mais profundas. Porém, há um último ponto no qual gostaríamos de nos deter. Ponto no qual as duas se equiparam e se distanciam ao mesmo tempo. Joana e Andreia tiveram quadros graves de depressão. Joana chegou ao extremo de tentar se suicidar, ingerindo 28 comprimidos de paroxetina.

Mas nosso interesse aqui é mostrar a diversidade da experiência depressiva em cada uma, enfatizando como essa diferença retrata trajetórias existenciais distintas. Joana conta que sua tentativa de suicídio

foi feita em um momento de grande depressão, que surgiu quando ela abruptamente mudou seu estilo de vida. Parou de sair à noite, de usar drogas e de se encontrar com seu grupo.

Nesse período, a exaltação do presente hiper-hierárquico, que caracteriza a psicopatossociologia do abuso de crack, foi abandonada. É um achado frequente na clínica que um paciente apresente sintomas depressivos quando pare de usar substâncias. Para além da usual explicação de síndrome de abstinência – que é verdadeira, mas não cobre a amplitude do fenômeno – gostaríamos de introduzir uma compreensão estrutural que leve em consideração a temporalidade.

Tendo vivido por muito tempo apenas na imediatez do presente, Joana, ao abandonar o uso de drogas e o circuito que o acompanha, ganha por um lado, mas perde pelo outro. Ganha, por não mais sucumbir à queda livre da existência desfigurada em um presente desprezado diuturnamente pela sociedade. Porém, perde, porque, diminuindo a ênfase no presente, a dimensão do passado necessariamente ganha valor.

A ausência da intoxicação a faz rever sua situação atual exaurida e, sobretudo, traz ao centro do palco a figura central de sua vida, a mãe. Era da mãe que procurava fugir, mas era em relação à mãe que se sentia dependente. A mudança brusca do estilo de vida novamente transforma a mãe em figura de grande importância em sua consciência e a faz retroceder a seu dilema biográfico anterior. É a partir do retorno à cena de seu impasse de base que se pode entender seu ato suicida:

“...eu tava de saco cheio, briguei com minha mãe, tava mal, era novinha, tava chamando atenção e tomei 28 comprimidos de paroxetina. E aí fui pro hospital. Minha mãe tava em casa. A gente tinha acabado de brigar. Hoje eu vejo que queria chamar a atenção, na época eu dizia que queria morrer, que não aguentava mais. Eu queria morrer, eu fiquei muito mal. Com a vida sem sentido. Eu não fazia nada de bom nem pra mim nem pra ninguém, me sentia muito verme”.

Nada mais claro. Tendo perdido o sentido que leva a vida para adiante, aumenta a proximidade com a mãe. O conflito com a mãe novamente passa a ganhar valor, tornando cristalina sua significação de perda do último pilar de sustentação existencial. Em um nível profundo, a perda da mãe torna-se o preâmbulo da dissolução e da morte.

A tentativa de suicídio é, nesse sentido, um fato que procura recuperar a vida, efetuado em consideração direta à figura que representa a manutenção da existência. Mesmo seu ato máximo de desvalor como sujeito, o suicídio, teve pressuposto um objeto de grande valor, a mãe. Na sua madura avaliação de que tenha tentado chamar a atenção se deslinda com nitidez o fato de Joana sentir, mesmo que fugazmente, que ainda tinha alguém que se importaria com ela.

Chamar a atenção é uma ação da qual a esperança não foi banida, pois presume um olhar caloroso que se mobilizará diante do precipício que o outro bordeja.

É diferente no caso de Andreia, para quem esse outro supostamente interessado faltou desde sempre. Ou, se houve, como no caso da avó, mais pareceu a expressão de uma fantasia urdida para tolerar a agrura existencial crônica. Sua experiência depressiva aparece sob duas formas, que são variantes do mesmo estado básico. A primeira delas é a solidão: “... está me dando uma depressão, sei lá, ficar isolada”.

A perda de sentido do mundo, compreensível em uma existência para a qual o mundo já é equilibrar-se sobre a tênue linha de sobrevivência, não repõe o mundo como história a ser recuperada. Pelo contrário, faz do mundo apenas hostilidade bruta, da qual resta à consciência evadir-se, ineficazmente, sem destino. Resta sair do nada para ir ao nada. É a essa solidão fundamental, de calabouço, que se refere Andreia.

Outro usuário entrevistado descreve essa situação limite de modo atormentador: “ Eu queria me esconder, porque não aceitava essa pessoa que me tornei, queria ir embora. Mudava de lugar a todo momento, queria achar algum lugar onde ninguém soubesse minha história. Queria desaparecer. Mas depois voltava ao ponto inicial, acabava recaindo e mostrando quem era novamente”.

Mas a hostilidade bruta contra a qual se debate sua vida também dá um tom mais ativo à sua manifestação depressiva. Como não consegue, no modelo de Joana, retornar a um passado, o esvaziamento de sentido de sua vida junto a um mundo hostil se manifesta como agressividade. “Hoje me deu um surto... Eu sou uma pessoa que não tenho capacidade de se avançar pra cima de ninguém. Eu penso duas vezes antes de me avançar. Só que, o seguinte: aquela pessoa me tirou do sério. Então fui obrigada a tomar a minha com ela” ou “Eles me excluindo, eu

nunca fiz maldade pra eles. Eles tinham que entender que era um surto e que eu sou a família deles.”

Tanto para amigos quanto para a família, a impossibilidade de sair do entorno imediato, por meio espacial ou pela temporalidade, faz com que todo sentimento de dissabor ou desvalor não possa ser processado por meio de um retiro, no qual o eu se recolha a si mesmo na forma da reflexão. A reflexão pressupõe uma flexibilidade existencial que as contingências da vida não ofereceram para Andreia.

Machucada e oprimida, acorrentada ao mundo, restou à moça desabar para dentro do mundo e de suas relações. Esse desabamento exageradamente próximo aos demais é a raiz pré-reflexiva da irritabilidade e da agressividade na depressão. É um erro psicopatológico considerar a irritação apenas como um sintoma inespecífico de depressão. É necessário que se compreenda a totalidade da existência para que se atinja o significado existencial da irritação e da agressividade.

No caso de Andreia, a agressividade é apenas o modo exageradamente mundano e aprisionado de experimentar a humilhação crônica e o desterro existencial.

Conclusões

Este capítulo procurou compreender o fenômeno das cracolândias por meio da aproximação de duas ciências correlacionadas, a psicopatologia fenomenológica e a sociologia disposicionalista. Levantamos a hipótese que a origem de classe dos marginalizados brasileiros pode contribuir para sua maior vulnerabilidade ao efeito destemporalizador do crack. Essa vulnerabilidade decorre das dificuldades destes de obter suficiente coesão para suas identidades.

A privação de elementos familiares, escolares e profissionais, responsáveis últimos pela oferta de coesão identitária suficiente para a temporalização da biografia, é característica dessa classe social brasileira. Sem os apoios que a identidade necessita para se temporalizar, os frequentadores das cracolândias utilizam-se do crack, e de outras drogas, como fator de coesão. A desproporção causada pelo uso imoderado da droga, sem a presença de componentes interpessoais, institucionais ou identitários capazes de oferecer anteparo a essa condição, desfaz os perfis individuais pessoais, igualando a todos em um perfil de classe.

Esse perfil de classe de excluídos, por sua vez, determina-se pela oposição às demais classes sociais do país, acentuando as diferenças sociais e impossibilitando a renovação das identidades de seus membros. Essa oposição pré-reflexiva provoca uma reação especular autoritária, que reforça a exclusão dos frequentadores das cracolândias.

Para modificar essa realidade, entretanto, não basta a defesa pura e simples da ampliação do acesso dos frequentadores das cenas de uso de crack às políticas sociais. É necessário um conhecimento mais profundo de suas reais carências existenciais.

Este capítulo concentrou-se na escavação dos fatores pré-reflexivos da vulnerabilidade dos mais pobres ao uso regular do crack e o significado social da formação das cracolândias. Pretendemos com isso ter ido além da simples descrição dos comportamentos observados, conduza científica que em geral leva à moralização do tema e à insuficiência das técnicas e políticas que procuram transformar essa realidade.

Parte 2 Instituições sociais e trajetórias de vida

CAPÍTULO 8 – A construção social da condição de pessoa: premissas para romper o círculo vicioso de exclusão e uso problemático do crack

Brand Arenari
Roberto Dutra

Introdução

O presente texto é o resultado de algumas implicações teóricas a respeito do desafio da construção de uma investigação sociológica do consumo do crack, mais especificamente a respeito dos indivíduos que se encontram nas posições mais vulneráveis no uso, *i.e.*, aqueles que perderam grande parte dos seus vínculos formais e informais com a sociedade, desenvolvendo um comportamento à margem da sociedade, conduzindo-os em alguns casos a uma tendência autodestrutiva.

São o alvo da histeria social e da construção de estigmas. Formam a parte visível para a sociedade (há um imenso mundo oculto invisível) do consumo das drogas, justamente a parte deste comportamento geral que não é tolerado pela sociedade. A compreensão desse fenômeno com os recursos do saber sociológico tem como objetivo tematizar e desenvolver algumas premissas sociológicas para auxiliar na construção de políticas públicas direcionadas a romper o círculo vicioso entre exclusão social e uso problemático do crack.

Tal empreitada nos empurra de forma incontornável para as questões mais densas que a sociologia pode produzir desde seu início, com destaque para aquelas relativas à formação do campo sociológico. A principal delas é a questão da construção social da identidade pessoal, ou seja, a questão de como atributos, capacidades, incapacidades, estigmas são socialmente atribuídos e incorporados pelos indivíduos em seus percursos biográficos em diferentes esferas, organizações e relações sociais.

Retomar essa questão é indispensável para desnaturalizar a condição identitária que marca os estados de exclusão social associados ao uso problemático do crack. Aspectos como o encarceramento no horizonte temporal do presente imediato, reforçado pelo uso imoderado da substância, e o afunilamento da identidade pessoal aos papéis sociais criados nas cenas de uso não são características naturais dos usuários.

São características da identidade pessoal que foram e são construídas em processos de socialização (atribuição, incorporação). Por mais que tenham a tendência de serem reforçadas e reproduzidas pela dinâmica psíquica, especialmente pela busca de coesão identitária que agrava o afunilamento da existência aos tipos e papéis associados à exclusão social e ao uso imoderado do crack, tais características da identidade pessoal podem ser transformadas por meio da transformação das relações sociais responsáveis por reforçá-las e reproduzi-las.

Queremos articular premissas sociológicas para orientar políticas que visem este duplo processo de transformação: das relações e das identidades.

Nesse sentido, a pesquisa sobre o consumo do crack e suas consequências reedita o debate a respeito das fronteiras do campo da sociologia e mais uma vez tenciona essas fronteiras com outros campos científicos, bem ao modo do caminho trilhado por Durkheim.

Tal fenômeno ocorre mais claramente nesse tema em virtude de o consumo das drogas estar atrelado a algo supostamente proveniente do indivíduo, desafiando o saber sociológico e, muitas vezes, excluindo-o previamente do debate. Nessa lógica, o problema do consumo de drogas é lançando à análise do campo religioso-moral, psicológico e biológico. E suas explicações se orientam respectivamente com a noção de desvio moral, traumas pessoais e predisposições genéticas, individualizando de forma absoluta a compreensão da prática do consumo.

Em outras palavras, a questão fundamental é a respeito dos limites e fronteiras das escolhas individuais que são tecidas ocultamente pelos fios quase invisíveis das relações sociais (sociedade). Que mecanismos ainda pouco desvendados regem a relação desses dois sistemas (indivíduo e sociedade)? Quais são as relações entre a sociedade e indivíduo típicas de contextos de uso problemático do crack? Quais mecanismos operam essa relação? Como eles podem ser pensados para transformar a condição dos usuários?

O crack, a “ralé” e a “pessoa social”

O “uso problemático do crack” parece ser um fenômeno intrinsecamente ligado à produção e à reprodução da “ralé estrutural” (SOUZA, 2011). O argumento central deste texto é precisamente o de que os problemas sociais mais frequentes (e em certa medida, mais frequentemente destacados pela mídia) associados ao uso do crack, tanto no Brasil como em outros países, são problemas de exclusão social que, em geral, levam à formação de um tipo de identidade marcada pela participação precária na maioria das esferas sociais e, no limite, à negação do *status* de pessoa aos indivíduos.

Estudos representativos (SUÁREZ et al., 2014) têm demonstrado que a maioria dos usuários problemáticos apresenta uma trajetória de enfraquecimento (ou mesmo rompimento) dos laços com esferas sociais decisivas para o valor social global dos indivíduos: desagregação das relações de reciprocidade e afeto na esfera da família, desistência escolar, inserção precária no mercado de trabalho.

Confirmando a teoria da “ralé estrutural”, tais trajetórias de exclusão geralmente começam pela formação de um “habitus precário” no contexto da socialização familiar, marcado pela ausência de disposições fundamentais para a conduta bem-sucedida na vida social futura e para a apropriação de recursos nas esferas do ensino formal e do trabalho: ausência de autodomínio, disciplina e pensamento prospectivo.

Do mesmo modo, também parece se confirmar que a reprodução dessa condição de vida marcada pela negação do *status* de pessoa de valor e pela acumulação de exclusões em diferentes âmbitos da vida social passa pela reprodução intergeracional de ambientes de socialização primária precários, sem os recursos sociais necessários para estabilizar relações baseados da *philia* e no investimento incondicional no outro, os quais vão novamente produzir indivíduos destituídos de disposições e recursos indispensáveis para participar como pessoa no conjunto da vida social.

No entanto, o estudo do “uso problemático do crack” nos oferece uma oportunidade de corrigir um certo “determinismo implícito” que liga diretamente a produção da ralé à formação do “habitus precário” na socialização primária, negligenciando o papel decisivo de mediações institucionais na confirmação ou reversão de trajetórias de exclusão cumulativa e irrelevância social.

Ainda que as análises sobre a “ralé estrutural” (2011) tenham contemplado uma série de instituições sociais (como a escola, o sistema de saúde e o sistema jurídico) que atuam na produção da ralé com base em um “habitus precário” já formado, a ênfase foi unilateral, recaindo apenas sobre o fenômeno da confirmação de trajetórias de exclusão. Mesmo não havendo dúvidas de que a maioria dos indivíduos com “habitus precário” segue uma trajetória que confirma seu “destino de ralé”, é preciso não apenas explicar sociologicamente os “casos desviantes” como também atentar para o fato de que os casos de confirmação do “destino de ralé” não estão dados pela socialização familiar (ainda que faça todo sentido buscar diferenças individuais na socialização primária), mas, assim como os desvios, são construídos pela operação de instituições sociais.

A tese fundamental aqui, que buscaremos demonstrar ao longo de todo o texto, é a de que a condição social de “ralé” não resulta necessariamente da formação de um “habitus precário”, sendo produto de uma variedade de instituições que interpretam o habitus individual, atribuindo-lhe expectativas de conduta específicas e confirmando ou revertendo (em medida significativa) o sentido de exclusão que acompanha as trajetórias individuais.

Dito de outro modo: a tese é que “habitus sozinho não faz ralé”; o que um determinado tipo de habitus permite ou impede depende também do modo como esse habitus é percebido por instituições. O “destino de ralé” – como qualquer destino de classe em uma sociedade complexa – é produto da interrelação entre o habitus e as instituições.

Os limites do habitus primário na construção da pessoa social

Antes de analisar o modo como a inter-relação entre habitus e instituições é capaz de confirmar ou reverter trajetórias de exclusão social, é necessário fazer algumas considerações teóricas sobre como a pessoa social dos indivíduos é construída nessa inter-relação. Nosso fio condutor é a tentativa de explorar as consequências que a teoria da diferenciação dos campos sociais traz para o poder explicativo e a definição do conceito de habitus.

Como destaca Lahire (2002), Bourdieu define um conceito de habitus para uma sociedade que não conhece a diferenciação dos campos

sociais (a Argélia rural dos anos 1950) e o aplica, inadvertidamente, a uma sociedade marcada por essa diferenciação.

Em uma sociedade como a argelina de outrora, as habilidades culturais incorporadas na socialização primária são precisamente aquelas exigidas para que o indivíduo participe, como uma pessoa, das relações sociais mais importantes de seu universo social (basicamente restrito ao sistema de parentesco).

Isso só é possível porque a vida social não é diferenciada em campos sociais autônomos, ou seja, porque a lógica que comanda a socialização primária perpassa o conjunto das atividades que o indivíduo vai desempenhar ao longo da vida.

Nesse contexto, a relação de continuidade e unidade entre a socialização primária e a vida social futura torna as habilidades culturais aprendidas na infância (ao lado das relações explícitas de pertencimento) praticamente uma garantia da relevância social dos indivíduos na fase adulta, de modo que ser uma pessoa social no futuro (com todas as transições biográficas que marcam as trajetórias individuais) é o resultado das relações de pertencimento que, no passado, engendraram o *habitus* primário.

Considerando que a condição de pessoa social é produto da atribuição de expectativas de conduta feita pelas instituições e pelas interações face a face com base em uma interpretação seletiva do passado social dos indivíduos, podemos dizer que o *habitus* primário de um indivíduo educado nas relações de parentesco da Argélia dos anos 1950 é um elemento decisivo que praticamente garante uma interpretação de seu passado que confirme seu valor como pessoa nas relações sociais adultas.

O *habitus* primário não deve, porém, ser confundido com a pessoa social dos indivíduos; o *habitus* primário é o conjunto de disposições para a conduta que podem adquirir relevância social de acordo com o contexto que atualiza algumas dessas disposições e ignora outras.

Enquanto estoque dessas disposições, o *habitus* sempre representa um leque de possibilidades de ação e participação na vida social que é realizado sempre de modo seletivo. E são as instituições que controlam essa seletividade, definindo quais disposições importam e quais não importam para a participação do indivíduo nas práticas

sociais específicas dessas instituições e para a própria formação de um novo habitus, específico da instituição e resultado e condição do envolvimento com elas.

Nesse quadro, o habitus primário atua como “matéria-prima” para a construção posterior de um habitus específico da instituição, mas ele não comanda o resultado dessa construção institucional, não podendo, por si mesmo, determinar (no sentido preciso de produzir com segurança absoluta e contingência nula) nem o sucesso nem o fracasso do indivíduo em sua busca por ser reconhecido como pessoa nas diferentes esferas da sociedade.

A tese central que aqui deve ficar clara é a de que, em uma sociedade diferenciada em instituições com lógica e dinâmica próprias, estas possuem – ainda que em grau variado – variante também própria daquela força misteriosa que Durkheim nos ensina a chamar de “social”, e que é capaz de produzir, recriar, fazer renascer, desconstruir e destruir a pessoa social dos indivíduos, ou seja, as formas pelas quais estes adquirem relevância na vida social.

Em sociedades nas quais o sistema de parentesco impede a autonomização dos campos, o estoque das disposições incorporadas na socialização primária tende a ser quase idêntico às disposições selecionadas nas situações sociais da vida adulta. A continuidade e a unidade entre o contexto da socialização primária e a vida social futura fazem parecer que o habitus primário (o passado) determina o “ser pessoa” no presente.

Na realidade, o “ser pessoa” é uma construção social do presente, pois mesmo o habitus primário trazendo um elevado nível de segurança quanto à confirmação do *status* de pessoa, é no presente que a questão se decide. Devemos observar a confirmação como uma seleção contingente, ou seja, sob o pano de fundo de uma possível não confirmação. Como lembra Bourdieu, mesmo nas mais tradicionalistas relações de reciprocidade, nas quais a disposição que comanda a construção da pessoa social é aprendida desde a tenra infância (dar, receber e retribuir), é possível uma ingratidão capaz de afetar negativamente o *status* de pessoa social dos indivíduos.

Em uma sociedade marcada pela autonomização dos campos sociais, com sua lógica e valores próprios, seus conflitos, desigualdades, oposições e alianças internas, o estoque de disposições incorporadas na

socialização primária raramente será idêntico às habilidades culturais exigidas como critério de inclusão nos diferentes campos sociais.

A seletividade das instituições em relação ao patrimônio de disposições aumenta consideravelmente, de modo que “ser pessoa” em um desses campos dificilmente pode ser garantido pela formação de um determinado tipo de habitus primário. No entanto, Bourdieu não tira as consequências últimas desse fato para a definição do conceito de habitus adequando à sociedade diferenciada em campos.

Supõe uma unidade entre o habitus formado na socialização primária e àquele que permite a participação como pessoa nas relações sociais constitutivas dos mais diversos campos sociais. Sua ênfase nos aspectos da “coerência” e “transferibilidade transcontextual” de disposições leva a crer que o habitus formado no seio da educação familiar é o mesmo responsável por garantir maiores e melhores chances de inclusão a indivíduos nascidos em melhor situação de classe nos campos sociais de maior relevância para a desigualdade social.

O poder dos campos em produzir seu habitus específico em indivíduos com uma origem social diversa daquela que leva à formação de um habitus primário mais afinado com as exigências do campo é negligenciado nessa concepção unitária do habitus e do ator social.

Nesse contexto, a dinâmica interna dos campos sociais diferenciados é praticamente reduzida à sua contribuição para a reprodução da hierarquia de classes. A noção de “homologia estrutural” serve justamente para designar a lógica de reprodução social que se estabelece entre as desigualdades internas de cada campo social e a hierarquia de classes.

Com isso, as situações em que os campos não confirmam as desigualdades extracampo e a própria contingência da reprodução social acabam caindo no esquecimento. No entanto, é o próprio Bourdieu que nos fornece um caminho alternativo a esse.

Em reflexões tardias sobre a relação entre os conceitos de habitus e campo, ele esboça uma declinação da noção de habitus de acordo com os imperativos da diferenciação da sociedade. O ponto de partida é justamente a descontinuidade e a não unidade entre o contexto da socialização primária e a vida social futura nos campos sociais diferenciados.

Nesse contexto, participar como “pessoa” nos diferentes campos sociais exige a incorporação da perspectiva de mundo do referido cam-

po, ou seja, do princípio de construção de mundo que gera o valor consensual sobre as coisas que estão em disputa no campo.

Como a eficácia da construção de mundo do campo depende de que a arbitrariedade da emergência histórica de sua perspectiva (ou de seu “código”, como diria Luhmann) seja esquecida, o indivíduo precisa estar disposto a se submeter de modo pré-reflexivo ao Nomos constitutivo do campo social diferenciado (“negócios são negócios”, “arte pela arte” etc.), ou seja, a se identificar de forma não problemática com a perspectiva arbitrária característica do campo, reproduzindo-a como um “ponto cego” das práticas sociais, de forma que os objetos em disputa, assim como o interesse social neles, não sejam desconstruídos enquanto produtos artificiais de uma visão de mundo contingente.

Quando a incorporação do Nomos é bem-sucedida, o resultado é a formação de um habitus específico do campo, que Bourdieu define como “habitus secundário”, fazendo um contraste com o “habitus primário” formado na socialização familiar. A novidade nessas reflexões é que a descontinuidade e a não unidade entre os campos sociais e a socialização primária impedem a transferibilidade de disposições entre os dois contextos.

No lugar da unidade entre o habitus formado na família e aquele exigido na vida social futura, entra uma descrição mais complexa que aponta para a necessidade de conversão do “habitus primário” no “habitus secundário” de cada campo:

“Na verdade, o que os iniciantes precisam apresentar não é o habitus implícito ou explicitamente exigido, mas sim um habitus na prática compatível ou suficientemente próximo, e sobretudo um habitus flexível e conversível em um habitus conformado ao campo, ou seja: um habitus congruente e maleável e com isso acessível a possíveis transformações” (BOURDIEU, 2001, p. 126).

Como condição necessária para participar do jogo social e acumular capital simbólico nos respectivos campos sociais, a incorporação de um “habitus secundário” deve ser vista como algo contingente na trajetória de vida dos indivíduos, por mais que “homologias estruturais” possam reduzir consideravelmente a insegurança que marca o caminho

entre a posição de classe inicial e a conquista de uma posição legítima em um campo específico.

Nesse sentido, o reconhecimento social como “pessoa” (como consumidor ou trabalhador na economia, como parceiro legítimo na esfera erótica, como ator político na política etc.) nos diferentes campos sociais não depende apenas do “habitus primário” formado na socialização familiar de classe; ainda que esse reconhecimento social seja mais provável quando se incorpora um “habitus primário” conversível para o “habitus secundário” de cada campo, a conversão em si é uma operação controlada por campos (ou instituições, seguindo a terminologia mais comum adotada aqui) diferenciados, podendo confirmar ou reverter trajetórias de acumulação de vantagens ou desvantagens.

Assim, ser pessoa é uma construção de cada campo social que consiste na atribuição de habilidades culturais específicas do campo com base em uma interpretação presente sobre o passado dos indivíduos (de seu “habitus primário”).

A construção social da pessoa e as instituições

A ideia da construção social do sujeito enquanto ator social, especialmente naquilo que chamariamos de resultado de sucesso nessa construção, isto é, a noção de “pessoa”, é, como já mencionamos, condicionada por um processo que transcende o não menos decisivo e importante “habitus primário”. Nesse sentido, a noção de pessoa seria o resultado do acúmulo intersubjetivo de valor social por parte do indivíduo em sua trajetória, sem a redução desse processo à primeira infância.

Nesse esforço de avanço teórico, somos inspirados sobretudo pelas noções de Niklas Luhmann (1995) sobre a construção social da pessoa. Para Luhmann, a noção de pessoa consiste no acoplamento estrutural dinâmico entre sistema psíquico e sistemas sociais. Esse acoplamento é estrutural porque as características atribuídas aos indivíduos, ou seja, as possibilidades estruturais de comportamento, tornam-se expectativas sobre sua conduta: tanto expectativas dos outros projetadas sobre ele como expectativas que ele projeta sobre si mesmo.

Os indivíduos, enquanto sistemas psíquicos singulares, não são a pessoa social a eles atribuídas; mas tomam essa pessoa social atribuí-

da como referência para sua existência e conduta. Os sistemas sociais, para os quais os sistemas psíquicos são sempre intransparentes em sua dinâmica própria, tomam as possibilidades de ação atribuídas aos indivíduos (sua pessoa social) como referência para suas práticas. Ou seja, a pessoa social, enquanto um feixe de expectativa e possibilidades estruturadas e limitadas de conduta atribuída a indivíduos, serve tanto para orientar a existência psíquica dos indivíduos como a organização das práticas sociais.

Na medida em que sistemas psíquicos e sociais compartilham essa orientação, eles se acoplam estruturalmente. A dinâmica desse acoplamento entre o social e o psíquico decorre do caráter temporalizado de toda atribuição de expectativas de conduta, ou seja, do fato da construção social da pessoa resultar de um conjunto de práticas situadas no tempo que podem ocorrer ou não e que são, portanto, contingentes e modificáveis.

O que Bourdieu chama de “habitus” seria o resultado da habituação dos indivíduos às possibilidades de ação e vivência social que lhes são atribuídas. Ao colocar em foco a construção da pessoa como prática social situada no tempo e exposta às contingências do tempo, queremos dizer que a atribuição de possibilidades limitadas e estruturadas de ação e vivência varia ao longo do percurso biográfico, variando também o resultado da habituação do indivíduo ao social e portanto o próprio “habitus”.

Tais ideias nos levam a uma lógica que pode ser representada como uma “economia institucional” relativa à construção do sujeito, em que cada contato de sucesso com determinadas instituições gera “passaportes” cognitivos e simbólicos necessários para uma integração e participação mais ampla na vida social. Assim, a limitação e acesso precário, ou mesmo impedimento de acesso a certas instituições, geram os mecanismos de subintegração ou mesmo exclusão social.

A ideia aqui, que transcende em parte a perspectiva de Bourdieu, sem em nenhum momento refutá-la ou posicionar-se contrariamente a ela, relaciona-se as supostas unidades de acúmulo passíveis de ocorrer na formação do indivíduo. Se Bourdieu se refere (adotada essa linguagem) ao acúmulo de “capitais” como unidades básicas de poder social mediante um conflito político (de classe) inerente à vida social, a noção

proposta aqui, inspirada em Luhmann, diz mais respeito a algo que poderíamos chamar de acúmulo de “ganhos” sociocognitivos que teriam como objetivo uma maior confiança nas relações sociais.

Essa confiança recíproca que se dá em virtude da estabilização cognitiva gera, por sua vez, a confiança baseada no grau de expectativas em relação à ação do outro, ou seja, baseada na previsão mínima de sua conduta, reduzindo a contingência na relação face a face.

Logo, o processo de socialização, seja ele operado por instituições informais de modo face a face ou em instituições formais na sociedade, encontra seu *telos* numa crescente redução de contingência em relação à percepção sobre como o outro pode agir. Fazer parte desse processo de redução da contingência das possibilidades comportamentais é *conditio sine qua non* para que um indivíduo seja transformado em “pessoa social”.

Ser “pessoa social” é tornar-se ou ser tornado pela incorporação da “sociedade” (estabilização cognitiva) em um ser que inspire um grau de confiança mínima (básica) nas relações sociais, é ser digno de depósito de “bens” caros a vida social, é ser digno de crédito no sentido social mais amplo, não redutível à variante econômica do crédito. Em última instância, numa situação extrema de subintegração na vida social é o fato de tornar-se digno de receber “investimentos” afetivos.

Essa dinâmica se revelou a nós muitas vezes nas entrevistas em profundidade com usuários de crack, que tinham perdido quase todos os seus vínculos com a sociedade, vivendo no que poderíamos chamar de extrema “pobreza social”²³. Muitos usuários em tratamento e, principalmente, ex-usuários que experimentaram situações extremas de desvinculação social, contaram-nos que a maior, e, às vezes, a única motivação para sua recuperação era voltar ou tornar a ser digno de afeto de familiares próximos. Como nos contou Renato, ex-usuário de crack, ex-morador de rua, hoje missionário religioso, coordenador numa instituição de cunho religioso de recuperação de usuários:

“Eu era um lixo, eu vivia no meio do lixo. A única diferença entre eu e o lixo é que para as pessoas o lixo é reciclável, e eu não era...”

²³ O termo “pobreza social” se refere às fontes de possível enriquecimento da subjetividade individual, pobreza social aqui é ter acesso negado ou precário a essas fontes.

Os meus irmãos e parentes quando me viam atravessavam a rua, se escondiam de mim. Quando eu via minhas filhas, eu me escondia, tinha vergonha que elas me vissem assim... Eu queria morrer, mas não tinha coragem para me matar; eu rezava para Deus me levar; eu não queria acordar vivo... não tinha nada no mundo, eu queria me recuperar para poder me apresentar de novo para minhas filhas...”.

O processo de desvinculação gradativa e crescente com os laços sociais em virtude do desmoronamento da possibilidade de relações face a face de confiança, ou o que poderíamos chamar de “contratualidade”, afastou Renato da possibilidade de acesso a qualquer forma de reconhecimento social como pessoa, seja ela nas relações face a face ou institucionais (formais), excetuando a religião, tema que trataremos em outro momento.

Um desdobramento desse não acesso a instituições é o esfacelamento ou enfraquecimento da categoria cognitiva do “tempo”, seja relativo ao “passado” enquanto uma percepção procedural dos eventos da vida numa linha temporal, em que se pode reconstruir o passado racionalmente numa linha de causas e efeitos, como também, e consequentemente, projetar um “futuro”, seja eu curto ou alongado. A frase de uma usuária em uma de nossas entrevistas parece bastante emblemática quanto a isso:

“Você quer saber porque cheguei nessa situação? Nem eu sei. Acho que foi ao acaso”.

Depois completa:

“Não sei, é uma fase que eu tô passando, eu não sei se é provação, não sei, só Deus que sabe, eu não sei, é o acaso que tá acontecendo comigo, eu não tenho tanta inteligência. É só Ele que sabe das coisas. Ele sabe as peças colocadas em cada... a vida é um tabuleiro de xadrez, Ele sabe qual peça colocar ali dentro. Ele vai mexer nas peças”.

Nesse relato, há o que poderíamos chamar de uma hipertrofia da categoria do “presente”, próprio dos indivíduos que experimentam um acentuado grau de descolamento e subintegração na sociedade. A vida é

tomada como uma sucessão de “presentes”, completamente deslocados um do outro²⁴.

Um dos pontos centrais na explicação da dinâmica social no pensamento de Pierre Bourdieu tem como ponto nuclear a categoria cognitiva do tempo, especialmente a capacidade prospectiva da categoria de futuro. Assim, a visão bourdieusiana e perspectiva do papel institucional voltam a se encontrar.

De uma maneira geral podemos dizer que as instituições operam como máquinas produtoras de futuro, enquanto projetoras e delineadoras do horizonte da ação do sujeito no que se refere à criação de trajetórias. Elas funcionam como estruturas valiosas para garantir a estabilidade da psique individual. Assim, cada contato do sujeito com novas instituições em sua trajetória social, um horizonte novo para a ação aliado a promessas futuras é inaugurado.

Em outras palavras, a possibilidade de reconstrução, recriação, ao menos parcial do habitus primário sempre é uma possibilidade. O acesso a um habitus primário de sucesso garante a possibilidade de futuro (enquanto conjunto de disposições incorporadas), porém, não garantem qual futuro vai ser realizado.

As instituições têm o poder de construir ou reconstruir a possibilidade de trajetória de futuro, mesmo com a “matéria-prima” fornecida por um habitus primário que, em outros contextos, seria percebido com destituído de qualquer possibilidade de futuro. Isso se dá porque as instituições sociais já trazem em si, mesmo que de forma opaca, uma noção de trajetória de futuro, a qual é delegada ao sujeito.

Nessa perspectiva, as instituições, como aqui interpretamos, respondem pelo nosso desenvolvimento ao menos em três instâncias distintas e fundamentais no processo de transformação de seres em aquilo que poderíamos chamar de “pessoa”. Uma dimensão (1) **social**, outra (2) **cognitiva** e uma outra (3) **afetiva**. Esses três aspectos, aqui separados apenas a título de entendimento, operam de forma concomitante e integrada, sem uma causalidade linear temporal.

²⁴ Vale ressaltar que o ritmo da prática do consumo do crack é, sem dúvida, um potencializador desse processo. O fato de se consumir “pequenas doses” de efeito forte e curto, contribui no processo de fragmentação do tempo, radicalizando a “ditadura cognitiva do presente”.

Resumidamente, é **social** porque nos insere num sistema de relações sociais mediado por regras e expectativas de comportamento implícitos em uma instituição social específica, e secundariamente porque, ao ser inserido, portamos a chancela dessa instituição como passaporte de entrada em outras instituições da vida social.

Essa relação envolve uma economia (acúmulo) para “fora” e outra para “dentro”. Para “fora” por que nos oferece “títulos”, no sentido weberiano de incorporação de “carisma” institucional, (usado aqui como metáfora), e o segredo da magia carismática é o conjunto de expectativas que a sociedade projeta sobre um indivíduo que passou por certa instituição. E é para “dentro” porque normalmente uma parte considerável dessas expectativas é real, ou seja, foram incorporadas pelo sujeito.

É **cognitivo** porque cada instituição cumpre primeiramente um papel de estabilização da subjetividade do sujeito a qual permite possibilidades mínimas de interação social em sistemas com mecanismos similares, e secundariamente porque cada instituição traz em si, mesmo que rudimentar e opacamente uma noção de trajetória da ação que, por seu lado, constrói uma noção de linha temporal (categoria de tempo), e o mais importante de tudo, uma noção de futuro.

Como veremos posteriormente, é uma noção de futuro bem estruturada, com cursos de ação definidos que criam no sujeito uma considerável segurança sobre o que vem depois de cada ação ou decisão no processo de recriação da pessoa social.

É **afetivo** porque os afetos respondem pelos alicerces da possibilidade da ação, e as noções básicas para a construção de “pequenos futuros” para a ação do sujeito. Em outras palavras podemos dizer ao ser inserido numa rede de trocas afetivas, nos moldes de uma economia das emoções, o sujeito começa a se integrar num sistema de recompensas afetivo-morais em que essas recompensas e obrigações morais são criadas na relação face a face, gerando por seu lado, “pequenos futuros”.

Na realidade prática, o que descrevemos pode ser resumido na capacidade de um indivíduo em operar e deixar ser operado (construído, no que se refere à incorporação da “sociedade”) por subsistemas sociais complexos (instituições sociais), e para isso é preciso ter acesso a esses subsistemas. O relativo sucesso nesse acúmulo e processamento intersubjetivo no contato com instituições torna os indivíduos entida-

des ativas na sociedade, dignos de reconhecimento social nas diversas esferas da vida. Enfim, digno de confiança para ocupar um posto no mercado de trabalho, ou ingressar em determinada atividade ou mesmo para formar uma família.

Nas entrevistas em profundidade com os ex-usuários e usuários em tratamento mostrou-se com muita força e clareza o sonho de formar uma família, atestando a importância dessa instituição, tão valorizada por aqueles que não a tem.

No entanto, a pergunta construída ao longo dessa análise é: como é possível a reconstrução ou mesmo construção da “pessoa” numa fase tardia da vida? O que, de alguma maneira, nos direciona para pergunta: como é possível fugir do destino da “ralé estrutural”?

Bancos de créditos cognitivos afetivos e a reconstrução da pessoa

Uma parte considerável das ideias aqui expostas e desenvolvidas tem como inspiração empírica os casos de relativo sucesso de programas de recuperação para usuários do crack: sejam programas laicos como o “De Braços Abertos”, da Prefeitura de São Paulo, sejam iniciativas religiosas como as da organização “Cristolândia”²⁵.

Observamos que esses relativos sucessos estavam relacionados à eficácia na reconstrução da relação do sujeito com o “tempo” enquanto uma estratégia para a ação, mesmo que em passos “curtos”. E que o mais singular nesse processo é que nem sempre essas instituições oferecem grandes trajetórias narrativas, valendo-se de uma considerável abstração diante dos dramas do cotidiano, mas, ao contrário, agem oferecendo pequenas abstrações diante das ações cotidianas, construindo, primeiramente, o que chamamos aqui de “pequenos futuros”.

A concretude da construção face a face de um sistema de pequenas recompensas afetivo-morais gerando expectativas e reconstruindo uma noção procedural dos eventos numa linha temporal, parece ser a chave indicativa para algumas soluções. Num primeiro momento, a adesão a esses modelos de programa de recuperação também atingiu diretamente a dilaceração da noção de temporalidade, remediando a ausência dela, construindo um sistema de recompensas (morais/reconhecimento so-

²⁵ A Cristolândia é um braço missionário da igreja batista voltado para a recuperação de usuários do crack e outras substâncias.

cial) que engendra uma noção de futuro que substituiu paulatinamente o sistema de recompensas físico-químico (altamente fragmentado) oferecido pelo crack.

A diminuição do uso e mesmo a suspensão do uso ocorreu sem a aplicação de medicamentos, utilizando o que aqui chamamos de uma terapia psicocognitivassocial, cujo núcleo, no entanto, está baseado no enfrentamento da “patologia social” mais importante, agravada, em muitos casos, pelo uso problemático do crack, a “patologia social” da destruição cumulativa da condição de pessoal social, levando os indivíduos a uma condição de irrelevância para as principais instituições da sociedade.

Esse quadro reforçou a visão contida na hipótese de que os casos extremos de abuso de crack eram resultado, na maioria das vezes, de um longo processo de desfiliação social, em virtude do acesso precário as instituições formadoras da “pessoa”, com destaque para a família. É exatamente ao contribuir para o agravamento desse processo de desfiliação social que o consumo do crack reforça a reprodução da “ralé estrutural”, gerando um círculo vicioso entre exclusão, abuso do crack e exclusão difícil (mais não impossível) de ser rompido. Mas se o crack potencializa as características da vida da “ralé”, ele também pode, ainda que em menor frequência, levar membros de outros estratos sociais a vivenciar formas de vida parecida com as da “ralé”.

O principal esforço desses programas de recuperação mencionados acima, e que pode ser entendido também como inovação institucional na política pública, pode ser resumido na ideia de “banco” que oferece “créditos sociais” a credores com nenhuma garantia de pagamento, o que pode ser entendido como um investimento “às escuras”.

Em geral, os indivíduos atendidos por esses programas têm “crédito social” negado (talvez sempre tiveram em maior ou menor grau) em todas as outras instituições da sociedade. A ausência de autocontrole, o que implica num alto grau de desconfiança e imprevisibilidade sobre seu comportamento, minaram a possibilidade de inclusão em outras esferas da vida, especialmente as esferas do trabalho e da família. Essa lógica de exclusão os prende a um ciclo fechado para o qual esses “bancos” de créditos sociais aparecem como uma das raríssimas saídas.

Nos casos de sucesso, o que ocorre é que, ao ofertar um crédito sem garantia, essas instituições abrem as portas para uma possível rup-

tura com a espiral que suga esses indivíduos para baixo, numa escala crescente de exclusão. Ao atribuir funções de responsabilidade, mesmo que com baixa expectativa de retorno, estabelece-se uma relação de “obrigações” afetivas e morais. Esse reconhecimento social ofertado por uma instituição social (laica ou religiosa) estimula, no indivíduo, a construção de metas obrigatórias viáveis de curto prazo. A noção de responsabilidade quebra a ditadura do “presente”, criando o que estamos chamando de “pequenos futuros”.

No caso específico das organizações religiosas, as chances de ascensão na estrutura interna de posições desempenham um papel decisivo tanto na produção de identificação e cooperação entre assistidos e agentes institucionais (especialmente os de nível mais baixo) como na possibilidade de um distanciamento crescente da condição de rebaixamento social que o assistido dispõe à medida que sobe na hierarquia de posições organizacionais.

O agente institucional estabelece mais facilmente a identificação com o recém-chegado, em razão de sua vivência passada. Desse modo, a confiança depositada no usuário que quer se recuperar ganha não apenas um “exemplo” concreto, mas também alguém que consiga entender de modo mais completo aquela vivência.

A identificação é mútua, o que pode gerar cooperação. Além disso, a subida na hierarquia institucional incute o distanciamento gradativo da dor emocional ligada à experiência traumática. Isso também tem a ver com uma reconstrução narrativo-discursiva que se refere a um “passado” diretamente relacionado a uma situação presente de busca por reconstrução.

Em resumo, por mais dramaticamente improvável que seja, a trajetória de desfiliação social gerada pela dialética entre formas de habitus primário incompatíveis com as exigências comportamentais das instituições e os processos de acumulação de descrédito social (“capital simbólico negativo”, estigma) pode ser revertida pela força social de instituições. Elas podem, dependendo das exigências e do tipo de atividade que as caracteriza, produzir a condição de pessoa em indivíduos destituídos dessa condição em outros contextos institucionais.

Isso é possível porque as instituições, em uma sociedade diferenciada, não apenas confirmam e reproduzem o habitus primário que caracteriza o indivíduo, mas podem também reconstruir um novo habitus,

um habitus específico da instituição que, por sua vez, serve de ponto de partida para novas reconstruções, capazes de rebater positivamente nas chances de vida dos indivíduos em outras esferas sociais.

CAPÍTULO 9 – A religião e sua vocação na recuperação de usuários do crack: “os longos futuros”

Brand Arenari

Roberto Dutra

O presente capítulo consiste numa continuação dos argumentos e das análises realizadas no capítulo anterior. Pretendemos aqui aprofundar a análise do papel das instituições religiosas no tratamento de usuários abusadores de crack, demonstrando a necessidade de se criar, para além dos “pequenos futuros”, também “longos futuros”.

Tal tarefa se monta em três etapas distintas: a primeira delas se concentra em breves apontamentos a respeito do conceito e interpretação da religião para além dos principais pressupostos e preconceitos a elas atribuídos, isto é, a herança iluminista de sua interpretação; o segundo, uma construção teórica sobre o papel social fundamental da instituição religiosa, ou seja, sua vocação social específica na incorporação de sujeitos em condições avançadas de desvinculação social; e por último uma análise empírica a respeito das inovações institucionais numa organização de recuperação de usuários de crack, avaliando suas possíveis vantagens e desvantagens potenciais em relação às instituições laicas.

A religião e sua percepção contemporânea: a cegueira da herança iluminista

Existe um dado referente à construção moderna da análise a respeito do fenômeno religioso, que, por causa de sua opacidade, passa despercebido à grande maioria dos estudiosos sobre religião. Quanto a isso, refiro-me ao fato de a análise moderna sobre religião ser, na maioria das vezes, o produto de uma disputa política pelo controle da produção do conhecimento, que por seu lado envolve uma disputa política geral sobre a sociedade.

Assim, como quase nunca é lembrado, a construção moderna da imagem da religião é formada num contexto político específico, no qual a religião desempenhava um papel político de sustentação de um mo-

delo de mundo em conflito direto com o mundo chamado moderno, ou seja, a religião era o pilar de sustentação do *Ancien Regime* e, logo, sem sua destruição ou enfraquecimento, o mundo moderno, tal como o conhecemos, jamais se apresentaria a nós.

A ascensão de um poder, ou melhor, de um campo da ação específico relacionado à produção de conhecimento apartado e independente do Estado e, sobretudo, da Igreja, produziu contornos de um conflito inevitável, *i.e.*, saber laico *versus* religião. Tal característica se materializou de forma mais perceptível no anticlericalismo do movimento iluminista. E como todos sabemos, no fim dessa disputa, a religião saiu derrotada.

A herança dessa disputa, de forma extemporânea, ainda orienta em grande parte nosso olhar sobre a religião, representando o pano de fundo do olhar de quase todos, cientistas, políticos, agentes da saúde etc. A religião hoje não ocupa nem desempenha papéis parecidos com a religião no tempo do surgimento da era moderna.

Nem de longe a religião controla o fluxo de informação na sociedade; foi substituída pela mídia. Também não detêm o controle da produção do conhecimento no mundo, isso hoje é domínio das ciências. O desenvolvimento e intensificação da autonomização das esferas da vida ou subsistemas sociais destronou a religião de seu papel de instituição total.

A grande imagem a nós legada por essa disputa, porém, que visava alçar às novas crenças modernas o título de absolutas configurou-se mais fortemente em nossos olhos sob a forma do conflito razão *versus* fé. Nesse caso, a razão que representava a era moderna como a clareza nova do mundo moderno e a fé representava a Igreja como o obscurantismo, a ignorância, o falseamento da realidade, como também o passado, o atraso na caminhada humana a ser superado. Essa imagem se encontra em muita distanciada da realidade contemporânea, empurrando alguns a se chafurdarem numa luta quixotesca contra moinhos de vento velhos e carcomidos, e vendo neles dragões pujantes a cuspir labaredas incendiárias de obscurantismo e ignorância.

Essa imagem de religião construída pelos seus “inimigos”, a despeito de conter possíveis verdades, nos limita a percepção de uma série de características relacionadas aos papéis e as funções sociais da religião que estão distantes dessa imagem caricatural, em que a religião se deteria tão somente a fantasias ilusórias descoladas do mundo real,

capaz de seduzir os pobres e ignorantes sofredores que não tiveram acesso ao sistema escolar.

O pragmatismo radicalizado e um “ultracolamento” com a realidade presente em alguns seguimentos religiosos contemporâneos nada têm a ver com uma vida em um mundo espiritual, um céu ou um inferno, mas tem todas as suas atenções voltadas para a eficácia prática da ação e da fé “neste mundo”.

Romper com a visão iluminista que impera no senso comum, sobretudo no senso comum das classes médias, é um passo fundamental para enxergar determinadas facetas da atividade religiosa contemporânea. Sem esse rompimento, nos tornamos cegos à percepção da criatividade popular que, através da quase única linguagem mais abstrata para representar e ressignificar o mundo que tem acesso, isto é, a linguagem religiosa, inventa ou revela mundos novos com a tentativa de solucionar, ou ao menos driblar, desafios práticos da existência que são lançados a enfrentar.

Tais desafios, que na maioria das vezes se refletem um lugar de classe, como no caso explícito do pentecostalismo, se concentram nos dramas gerados pela intensificação do processo de desvinculação social, gerando uma participação precária em esferas sociais como família, trabalho, consumo etc.

Em vista desses dramas específicos de classe, essas instituições religiosas passam a acumular experiência na tarefa de reintegração da massa de indivíduos subintegrados à dinâmica social, cenário em que o crack ocupa lugar de destaque. Desvendar, ao menos parcialmente, os mecanismos da produção social desse processo ocupa o centro de nosso esforço neste capítulo.

A religião enquanto instituição social e a sua vocação

As reflexões precedentes sobre a construção social da pessoa nos diferentes campos sociais nos permite agora reconstruir como a inter-relação entre o habitus do “usuário problemático de crack” e as instituições podem levar à confirmação ou à reversão de trajetórias de acumulação de exclusões constitutivas da “ralé estrutural”.

O caráter multidimensional da formação da “ralé” refere-se a um processo de acumulação de exclusões em diferentes esferas institucio-

nais. Para os envolvidos, esse processo resulta na negação do *status* de pessoa em quase todas as instituições e contextos.

Em que pese as diferentes escolhas teóricas, autores como Jessé Souza, Roberto Castel e Niklas Luhmann parecem estar, já há algum tempo, de acordo quanto a esse ponto fundamental: a “questão social” mais gritante da modernidade contemporânea é a formação de uma população de indivíduos irrelevantes e descartáveis para a quase totalidade das instituições sociais (da família à política, passando pela escola, pelo mercado de trabalho e pela justiça), o que resulta em um processo cumulativo de desvantagens em diferentes esferas sociais.

A nosso ver, o grande desafio hoje é aperfeiçoar a descrição (ou reconstrução) do processo de acumulação de desvantagens em seu caráter contingente, ou seja, identificar os mecanismos que podem conferir alguma reversibilidade ao “destino de ralé”. Ressaltar o papel ativo das instituições na construção da pessoa social dos indivíduos parece ser um caminho promissor nessa direção.

O primeiro passo é identificar as instituições que, em geral, confirmam e reforçam as trajetórias de exclusão, diferenciando-as daquelas que tendem a reverter em alguma medida a direção dessas trajetórias. Nesse ponto, vale recordar Luhmann (2002) em suas impressões sobre o problema da exclusão no Brasil. Para o sociólogo alemão, economia, direito, relações íntimas, o sistema de ensino e o sistema político compõem o “círculo demoníaco” (Teufelkreis) que faz com que uma exclusão acarrete outra.

Cada um desses subsistemas sociais, ao se defrontar com indivíduos excluídos ou marginalizados em outros subsistemas, adiciona mais uma experiência de exclusão e marginalização, reforçando, desse modo, o processo de acumulação de exclusões.

O único sistema social que não reforça esse processo de acumulação de desvantagens seria a religião. Embora suas considerações sobre o processo de socialização e de formação da pessoa social no contexto da exclusão sejam muito pouco sofisticadas, Luhmann destaca que a religião, ao contrário dos sistemas sociais que confirmam as trajetórias de exclusão, pode reverter esse processo, por causa de sua vocação específica para integrar indivíduos com alto grau de desvinculação social.

Isso ocorre porque a religião, em especial as religiões populares, praticamente não exige pré-condições para a inclusão dos indivíduos em suas práticas institucionais. Isto é, quase todo tipo de habitus formado na socialização primária pode ser adequado para a construção social da pessoa no contexto da religião. Daí que ela possa funcionar como um “banco” de “créditos sociais” que oferece “créditos de fundo perdido”, com baixa expectativa de retorno, no qual se faz um “investimento” às cegas.

As pesquisas sobre o tema parecem confirmar a impressão de Luhmann. Nas camadas populares, as organizações religiosas, sobretudo as de corte pentecostal e neopentecostal, não apenas se isentam de impor pré-condições para a inserção dos indivíduos em termos de habilidades culturais incorporadas, como também deixam de reforçar o círculo vicioso provocado pela estigmatização, como no caso da aceitação de ex-detentos e “delinquentes” de todo tipo.

Nesse sentido, a prática social da religião funciona efetivamente como uma experiência de ruptura com o processo de acumulação de exclusões nos demais sistemas e instituições da sociedade. Aqui não se trata de um artifício ideológico para mascarar as mazelas sociais.

Trata-se de uma ocorrência social real, por meio da qual indivíduos que nunca foram endereço de expectativas sociais positivas, e que em geral também nunca puderam incorporar um senso de autovalor, são tratados como pessoa social de valor, como endereço de expectativas sociais fundadas na capacidade de transcendência da religião em relação ao abandono social vivido pelos indivíduos na realidade social imanente.

Isso se manifesta no emblema “Deus tem um projeto pra sua vida”, ou como nos narrou um líder de uma unidade religiosa de recuperação de usuários de crack: “Dizer que alguém não tem jeito é duvidar do poder de Deus”.

Além disso, “ser pessoa” na religião, como veremos mais à frente em detalhes, pode tornar-se o ponto de partida para o aumento das chances de inclusão em outras esferas sociais, como o trabalho e a família. Dois fatores parecem ser de especial relevância para que isso aconteça.

Em primeiro lugar, a sociabilidade religiosa mostra-se capaz de reconstruir o habitus dos indivíduos. Não se trata aqui de anular o pas-

sado, mas sim de transcender socialmente o acúmulo de expectativas sociais negativas, incorporadas sob a forma de expectativas negativas sobre si mesmo, por meio da atribuição de expectativas positivas, em um demorado e árduo trabalho que visa levar à incorporação de novas expectativas e à gênese ou ativação de disposições para o agir condizentes com o novo olhar social lançado sobre o indivíduo.

Na medida em que o indivíduo incorpora esse novo olhar social, ele se torna outra pessoa para a sociedade. O poder da profecia religiosa – enquanto prática social-discursiva capaz de manipular e inventar novos futuros – não deve ser subestimado em sua capacidade de refundar o valor do indivíduo (sua pessoa social) no mundo social.

Em segundo lugar, esse processo de reconstrução da pessoa social dos indivíduos facilita sua inclusão em redes de relações pessoais (aumentando o que Bourdieu chama de “capital social”), as quais, por sua vez, funcionam como mediadoras de inclusão para sistemas sociais decisivos na reversão do “destino de ralé”: relações íntimas e trabalho. Ou seja, por meio de redes de relações e favorecimentos recíprocos, a religião se acopla de forma relativamente estável e regular a outros sistemas sociais, estruturando chances de inclusão social para seus membros que ultrapassam as fronteiras da vida religiosa e produzindo, com isso, uma perspectiva de futuro que abarca, além da carreira em instituições especificamente religiosas, vinculações com outras instituições fundamentais da vida social.

Isso fica muito claro na trajetória de “usuários problemáticos de crack” que conseguiram reverter o “destino de ralé”. Depois de perderem “tudo” (família, trabalho, amigos, o sentimento de valor próprio), seja em razão de uma trajetória inicial de desvantagem na socialização primária, seja por causa de eventos tardios que levaram ao círculo vicioso da exclusão cumulativa, indivíduos conseguiram reconstruir sua vida com base na nova pessoa social que a religião lhes atribuiu.

O “nascer de novo” na religião refere-se muito destacadamente a duas instituições decisivas na produção, reprodução e reversão de trajetórias de exclusão social: família e economia. Longe de ser ao acaso, a referência a essas instituições está orientada precisamente pelo peso que possuem na trajetória social dos indivíduos que buscam as religiões pentecostais e neopentecostais, denominações que comandam as práticas e o imaginário religioso das classes populares no Brasil.

A exclusão do mercado de trabalho anda de mãos dadas com o enfraquecimento e rompimento das relações de solidariedade primária (a *philia* de que fala Bourdieu) no seio da família. E o rompimento dessas relações, por sua vez, é fator decisivo na produção de enormes desvantagens como ponto de partida das trajetórias individuais no mundo econômico: sem relações de solidariedade primária não ocorre o investimento na formação de capital cultural para os filhos, que assim entram com um déficit decisivo no sistema de ensino e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

Assim, se há uma vocação específica geral da instituição religiosa como um todo para a tarefa de integração dos sujeitos excluídos da sociedade, tal vocação potencial se intensifica em religiosidades específicas, como é o caso do pentecostalismo. Isso se torna mais claro ainda quando observamos a trajetória de surgimento e desenvolvimento das religiões pentecostais.

O pentecostalismo tomou para si como principal promessa religiosa a integração do grupo de indivíduos subintegrados na vida moderna. O discurso da então nova religião surgida nos EUA. no fim do século XIX direcionou-se para atender as carências e dramas sociais específicos dos recém-chegados ao mundo urbano das grandes cidades norte-americanas, àqueles que habitavam a periferia dessas cidades, excluídos social, econômica e etnicamente do núcleo daquela sociedade.

Esse mesmo drama social serviu de base para o desenvolvimento do pentecostalismo na América Latina, e, sobretudo, no Brasil. Para além de confortos psicológicos oferecidos por quase todas as religiões, as noções de inclusão (o valor moderno de igualdade), ascensão social (mobilidade) e modelos de vida individual (individualismo) aparecem como o pano de fundo das promessas salvíficas do pentecostalismo.

Desenvolve-se aí um modelo de salvação intramundana em que a força de Deus se confirma na vida cotidiana e na promoção das promessas modernas para uma gente que a modernidade não integrou plenamente. Os subintegrados na vida social, econômica e nos padrões étnicos das primeiras expansões da sociedade moderna encontraram no pentecostalismo um discurso que atendessem seus dramas e ansiedades coletivas.

Nisso, o pentecostalismo se tornou o cristianismo dos negros e mestiços, dos pobres e todos os outros que se sentiam deslocados na-

quele mundo em que viviam, mas sabiam que não faziam parte. Nesses seus pouco mais de 100 anos de existência o pentecostalismo especializou-se em lidar com o fenômeno moderno da exclusão, criando uma linguagem religiosa para a suposta solução para esses dramas, onde pode encontrar sua massa de fiéis.

“Os longos futuros”: a construção de caminhos duradouros de reintegração social

No capítulo anterior tratamos como certos programas de redução de danos (estatais e religiosos) baseados num sistema de bancos de créditos afetivos-morais e sociais oferecidos a “fundo perdido” a usuários de crack em estágios avançados de desvinculação social surtem efeitos positivos na reconstrução histórica cognitiva a curto prazo, isto é, são geradores de estados cognitivos que chamamos de “pequenos futuros”.

Esses “pequenos futuros” teriam a capacidade de romper, ao menos parcialmente, o ciclo destrutivo de encarceramento no tempo presente que a exclusão extremada aliada ao consumo do crack pode gerar. Assim, mesmo sem o abandono do uso, esses indivíduos aumentavam o intervalo de tempo entre o consumo de uma “pedra” e outra, variando entre horas, dias e até mesmo semanas. As obrigações afetivas-morais engendravam a possibilidade do cálculo de ações num tempo futuro, mesmo que bastante curto.

No entanto, a suposta eficácia desse modelo de tratamento em alguns casos, enfrenta por seu lado, os dramas estruturais do processo de desvinculação social extremado aliado ao consumo do crack, isto é: vivemos numa sociedade que exige como pré-condição para ser integrado a capacidade de prospecção em “longos futuros”.

Desse modo, por mais que os “pequenos futuros” gerem estados de alívio e melhoras físico-psíquicas circunstanciais, são incapazes de promover a reintegração desses indivíduos à vida social de forma mais sólida, o que implica participação em esferas sociais centrais na vida moderna.

A maioria deles não tem à sua espera uma família, um trabalho e outras perspectivas de integração a outros sistemas sociais que possam oferecer modelos de trajetórias da ação com expectativas (prospecção) em longo prazo, enquanto modelos dados de longos futuros.

Com esse quadro, o dilema está posto: se a capacidade de projetar “longos futuros” é significativamente gerada por um longo aprendizado da experiência concreta na participação de instituições como família, escola, trabalho etc., como esperar que indivíduos que vivenciaram durante toda vida uma participação precária ou inexistente em instituições, em alto grau de desvinculação social, possam, por si mesmos, sem nenhum ou quase nenhum apoio institucional, reintegrar-se plenamente à vida social?

Em outras palavras: depois de “curado” (afastamento momentâneo do consumo), para onde vai o sujeito? Como construir relações de confiança interpessoal e institucional (não há uma separação prática entre elas) sem a posse dos pressupostos que garantem a possibilidade dessas relações?

Nesse caso, o dado oculto, invisível a olho nu, é o papel das instituições para além da constituição cognitiva do sujeito (como tratamos no outro capítulo), mas também como fornecedora de garantia fiduciária para as relações interpessoais. Nos indivíduos plenamente integrados à dinâmica social da vida moderna, tal função pode passar facilmente despercebida, ocultada pelos supostos atributos individuais, e pela incorporação lenta e invisível das instituições, o que não é possível de ocorrer com um indivíduo em processo de reintegração à vida social.

Sobretudo na vida moderna, recorremos a sistemas abstratos de avaliação do sujeito no que se refere à sua entrada e participação em subsistemas sociais, logo, o sujeito é formado (e analisado) por um conjunto de unidades abstratas oferecido pelas instituições, essas que operam como garantia ou promessas (indícios) de garantia fiduciária. Em especial, no mundo do trabalho, tal dinâmica aparece com clareza; títulos de instituições funcionam como fontes de confiança, intermediando relações.

No caso em questão, o de indivíduos com extrema desvinculação social, sua reintegração à vida social não pode obter sucesso, a despeito das crenças liberais, sem a participação intensa de uma instituição que opere como intermediária, oferecendo os “créditos sociais” que o indivíduo não possui.

Assim, revela-se a nós que esferas da vida supostamente autônomas da intervenção do Estado e da Igreja, como família, trabalho

e relações sociais (lazer) não são capazes isoladamente de incorporar indivíduos em fase avançada de desvinculação social.

Do mesmo modo que no mundo financeiro, quem não possui uma reserva de capitais financeiros não pode abrir uma nova empresa precisará de uma instituição que avalize tal empreitada, na vida social em geral, o ingresso em outros subsistemas sociais requer a posse de determinados “créditos sociais”, logo, indivíduos despossuídos desses créditos, incapazes de gerar estados de confiança em outros indivíduos e instituições, precisarão de instituições especializadas em oferecer esse crédito, não só em momentos emergenciais, mas também em atividades mais duradouras. Como instituições (Estado e Igreja) podem operar na criação de possibilidades de incorporação e elaboração de “longos futuros” é o que trataremos a seguir.

Do ponto de vista da “cura plena”, ou o que poderíamos chamar de recuperação do sujeito para a vida social, algumas diferenças parecem significativas entre as instituições religiosas e não religiosas.

A primeira delas é que a estrutura religiosa tem um “programa de cura” para a vida inteira, que possa acompanhá-lo até a morte (ou além), a “terapia” proposta vai até os “últimos dias”. Um segundo ponto é que a reintegração do sujeito à sociedade é sempre mediada pela igreja, com um projeto integrado. A Igreja pretende funcionar como uma organização que intervêm diretamente em todas as esferas da vida do sujeito, da família ao trabalho.

Paradoxalmente, esse modelo de terapia baseado na inclusão em práticas e organizações religiosas, que, à primeira vista, violam a diferenciação entre as esferas sociais (ao invadir a esfera privada) e a própria autonomia individual, parece se constituir, quando se olha a realidade das classes populares, como um contexto que fomenta a diferenciação das esferas e a própria autonomia do indivíduo: ao contrário do pensamento atomista, a religião tematiza e interfere nos pressupostos sociais e psicossociais tanto da autonomia do indivíduo como da construção da privacidade enquanto esfera diferenciada do restante do mundo social.

O modelo institucional da igreja evangélica contemporânea integra pontos anteriormente tidos como antagônicos na tradição moderna liberal: integra utopia e pragmatismo, política e carreira pessoal, assim também como garante um bem-estar social amparado numa carreira segura dentro da igreja, numa grande empresa-partido de Deus.

Essa inovação institucional que, normalmente passa despercebida aos olhos dos analistas presos aos rígidos modelos de ação e instituição da modernidade, representa o grande desafio da investigação.

A noção moderna clássica de autonomização das esferas aliada à noção de autonomia pessoal diante do mundo, *i.e.*, a ideia do ser individual e racional que toma suas decisões e faz escolhas mediadas por sua capacidade racional e separa esferas supostamente distintas da vida como religião, política, família, trabalho perdem força nesse novo quadro.

O “Programa de Deus” para o sujeito é total.

Esse quadro fica claro quando analisamos a instituição de recuperação de usuários de crack, a Cristolândia, um braço da igreja batista. A Cristolândia funciona como uma rede nacional de “postos de socorro” destinados a usuários de crack, o que acaba por atender também usuários de outras drogas que também se encontram em posição de extrema vulnerabilidade, e uma parte considerável desses é formada por população de rua. A esses são oferecidos alimentos, roupas, acesso a higiene, primeiros cuidados, como também assistência religiosa e “psicológica”, por meio de cultos, palestras (“testemunhos”) e conversas.

Nesse sentido, a Cristolândia funciona aos moldes de um programa de redução de danos, no qual não há internação, mas busca-se aliviar os efeitos mais degradantes gerados por esse estado de vida, e abrir possibilidades para uma terapia mais intensiva.

Em um segundo momento, caso o indivíduo aceite tentar um programa mais intensivo de tratamento, o sujeito é encaminhado para a internação nas fazendas de tratamento, também gerenciadas pela igreja. Em uma rotina regida por uma forte estrutura disciplinar, baseada em horários preestabelecidos, intercalando cultos religiosos, trabalho, refeições e palestras (“testemunhos”) desenrola-se a cena da terapia.

Há aí uma revolução na vida do sujeito no que se refere à categoria tempo, essa faceta da terapia é crucial no que diz respeito à reconstrução do sujeito como pessoa. Muitos dos que estão em tratamento proveem da vida nas ruas, mais o fato do consumo do crack, quadro este que tende a esfacelar a relação do sujeito com o tempo, engendrando uma baixa capacidade de organização racional do tempo, condição básica para inserção na vida moderna.

Sem a construção de rotinas, horários e compromissos, o sujeito é lançado em uma hipertrofia do presente em relação à categoria de “futuro”, como tratamos no capítulo anterior. Vale ressaltar que outros aspectos da vida ordinária, supostamente relacionados à autonomia da esfera pessoal do sujeito, recebem intervenções dos “terapeutas religiosos”, tais como vestimenta, formas de expressão oral e corporal etc., enfim, a constituição de um “novo corpo” também é almejada.

As etapas seguintes da cura apresentam diferenças ainda mais significativas com os modelos laicos, cuidando não só da vida individual do sujeito, mas também de sua vida social. Isso ocorre quando o sujeito é incorporado à rede de planejamento e inserção à vida social oferecidos pela igreja.

Nesse ponto, a constituição da família, carreira escolar-intelectual e profissional passam a também fazer parte da responsabilidade da igreja, e não simplesmente da escolha individual de um sujeito supostamente autônomo no mundo, assim a possibilidade de “longos futuros” começa a se materializar.

Após o tratamento ter ocorrido com sucesso, é oferecido ao ex-usuário a carreira de “missionário”, isto é, um agente da igreja, podendo operar em uma das muitas frentes de atividade que a igreja oferece. Tal carreira envolve uma formação intelectual (escolar), na qual se deve frequentar cursos de capacitação, e envolve também uma carreira profissional, em que haverá remuneração para as atividades exercidas.

Tudo isso se desenha com etapas a serem seguidas, nos moldes de um plano de cargos e salários de uma grande empresa ou do Estado. Assim, passadas as etapas 1 e 2, o “pronto-socorro” da Cristolândia e a internação nas fazendas de tratamento, o sujeito está apto a ingressar nos chamados “cursos dos radicais”.

Esses cursos oferecidos pela igreja têm duração de três meses. O participante recebe moradia e alimentação durante o curso. O conteúdo de aprendizagem, como nos foi relatado, diz respeito majoritariamente a conselhos práticos que facilitem o convívio entre os missionários, pragmaticamente, evitando problemas de convivência; também são oferecidos treinamentos para atuar como missionários nas instituições, enfim, manuais práticos para a vida de missionário. Terminado esse curso o missionário pode ser encaminhado para as áreas de trabalho da igreja, inclusive para a Cristolândia, recebendo moradia (normal-

mente um apartamento ou uma casa em que morará numa “república” de missionários dividida por gênero) e uma ajuda de custo para gastos pessoais. Os “radicais” são a base da mão de obra das “missões”.

Um outro passo adiante é a entrada no Centro Integrado de Educação e Missões, CIEM. Cursos, “graduações” e “pós-graduações” são oferecidos em “missiologia” e outras atividades “missionárias” ligadas ao trabalho dentro da Igreja.

É oferecida a possibilidade de recebimento de salário enquanto se está nesse período de formação avançada, salário este que aumenta depois da conclusão dos cursos. Uma outra possibilidade é o ingresso no seminário para estudar teologia e seguir a carreira de pastor.

Essa estrutura adotada pela igreja batista encontra variação em outras igrejas, muitas delas com estruturas menos rígidas e com menor peso para a formação intelectual-escolar, porém, em todas elas uma característica central permanece, a saber, uma rede de interações sociais envolvendo uma nova vida cotidiana criada e gerenciada pela igreja, e nisso uma outra esfera da vida ainda não mencionada aparece sob a sombra do “guarda-chuva da religião”: a família e as relações pessoais.

Uma rede de relações interpessoais montada pela igreja e suas atividades rodeiam o indivíduo, o que favorece a constituição de casamentos entre missionários e entre missionários e sujeitos em terapia.

Nas entrevistas, ouvimos relatos da participação direta de pastores no casamento de missionários, intermediando e ajudando a concretização destes. Muitos deles passam a dividir o espaço da família com a vida missionária, morando em casas nas fazendas de internação e trabalhando juntos, quando é possível, em alguma “missão”.

Em muitos desses casos a família não é uma esfera da vida totalmente autônoma em relação à religião, é quase um apêndice da vida e da instituição religiosa, reforçando a pretensão da religião em funcionar como uma instituição total.

Considerações finais

Na verdade, a Igreja integra as diferentes esferas da vida e as diferencia ao mesmo tempo. Integração e diferenciação se pressupõem mutuamente. Os indivíduos são conseguem caminhar pelas instituições

diferenciadas se não houver um caminho previamente traçado, ou seja, se não houver alguma integração entre as instituições.

Ao criar uma integração entre diferentes esferas (o plano dos “longos futuros”) ajustada com situação social dos usuários problemáticos do crack, o que a Igreja faz é funcionar como uma equivalente funcional em relação a outras formas de integração social típicas de outras classes, como o Estado.

Com isso, ela não anula a diferenciação entre as esferas. Ao contrário, se olharmos da perspectiva dos frequentadores e assistidos, a religião vai lhes permitir uma vivência dessa diferenciação que eles nunca tiveram ou teriam sem a mediação fiduciária da religião.

Paradoxalmente, a empreitada de integração e a coesão identitária que a religião oferece tende a favorecer processos de desenvolvimento individual que tendem à pluralização dos papéis sociais – o indivíduo que se casa e que consegue um trabalho pelas redes de contato criadas na vida religiosa.

CAPÍTULO 10 – Crack: doença e família na lógica da ajuda mútua²⁶

Rosa Virgínia Melo

Introdução

O texto a seguir é resultado de pesquisa realizada em um espaço social formado por salas de ajuda mútua e comunidade terapêutica para sujeitos designados como “dependentes químicos”, portadores de uma “doença incurável, progressiva e fatal”.

O objetivo é discutir o modo como esse regime de verdade que constitui a “doença da dependência química” atualiza-se nos espaços de ressocialização etnografados, que nomeio de complexo terapêutico, formado por salas de ajuda mútua e a comunidade terapêutica Fazenda do Senhor Jesus.

Desse modo, apresento e analiso os discursos dos atores sociais coesos em torno da categoria de “doença” e “adicto”, e o que esses termos comunicam e produzem.

Entre os usuários do serviço terapêutico é predominante a presença dos batalhadores (SOUZA, 2010), sendo alguns poucos provenientes da ralé. Enquanto o primeiro grupo detém habilidades técnicas e profissionais conducentes a um ofício, o segundo é desprovido de meios eficazes de reprodução social, e mais distanciados que o primeiro das condições pré-reflexivas conducentes à aquisição de capital social que, como veremos, é crucial às elaborações pedagógicas do método de recuperação.

De acordo com Levine (1978), o conceito de adicção é resultado de um longo processo no desenvolvimento do pensamento social, e que nos séculos XIX e XX passa a ser visto como um tipo de desordem da vontade. A dependência, tida como desvio ou doença mental, vincula-se a uma transformação do pensamento social decorrente de mudanças estruturais (LEVINE op. cit.) e, mais especificamente, como uma catego-

²⁶ Agradeço à diretoria da Fazenda do Senhor Jesus e ao seu presidente pela abertura à pesquisa, certamente devido à confiança com que esses atores sociais empreendem o cuidado daqueles que sofrem.

ria social atribuída ao sujeito que escapa aos requerimentos estruturais do empreendedorismo pessoal, e se cristaliza pela chancela científica, mas não só, conferindo ao sujeito uma identidade fixa e deteriorada.

Se o sentido da “dependência química” concorda com o princípio da falta de controle sobre a vontade de usar a substância, no universo pesquisado, e de acordo com os princípios do Alcoólicos Anônimos, as razões da adicção estão depositadas no sujeito, interiorizando a doença, localizada naqueles que têm uma “tendência”. O método do cuidado empreendido foge à racionalidade biomédica e expressa sua especificidade por meio da aposta central, mas não exclusiva, na conexão com “o poder superior”, imprescindível ao programa de recuperação de condutas desviantes da moralidade sancionada pelo código social dominante.

Dessa maneira, o complexo terapêutico difere da medicina contemporânea, porque extrapola a teoria de um malfuncionamento do cérebro, já que a adicção opera também aspectos metafísicos e morais. Assim, a teoria nativa expressa uma coalisão de explicações científicas e religiosas.

Contemporaneamente, o financiamento federal de comunidades terapêuticas religiosas e a regulamentação em 2015 suscita polêmicas, advindas sobretudo do Conselho Federal de Psicologia e da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal. Esse cenário de antagonismo remete à psicologização no Brasil e suas tensões com o habitus religioso tradicionalmente ativo no tratamento dos transtornos físico morais (DUARTE, 2000).

Se um aspecto crucial da modernidade é justamente o suposto da separação entre Estado e religião, essa relação surgiria como impura e tensionaria a disputa por espaços de legitimidade de discursos que dizem respeito à vida privada e à orientação no mundo (BOURDIEU, 1990). Nesse sentido, a religião atualiza-se agindo no campo da saúde, considerada pelo autor francês como exterior à esfera tradicional da atuação da igreja. Contudo, no Brasil, a pretensão de uma separação saúde e religião data de 1881, quando o sanatório sai da gerência religiosa e passa à administração médica (MONTERO, 1985). Ou seja, tradicionalmente, o que temos é a união dos dois universos de conhecimento que se reconfigura conforme, na modernidade, a religiosidade tem de negociar com o Estado a sua participação no tratamento de saúde. No Brasil, práticas populares relativas à saúde sempre estive-

ram atreladas às práticas de cura religiosa. O problema passa a existir quando o Estado reconhece tais práticas em contexto de trocas de bens simbólicos, econômicos e jurídicos, o que questiona a separação Estado e religião. A leitura dos dados parece apresentar um cenário no qual a relação Estado e religiosidade no campo da saúde é uma relação que ganha espaço, sem jamais ter sido novidade.

A metodologia central do programa das ações aqui analisadas baseia-se nos 12 Passos do Alcoólicos Anônimos, cujo princípio é o reconhecimento da impotência perante o álcool e as outras drogas e a imprescindibilidade da abstinência. Compõem a tríade metodológica local a Oração da Serenidade e os princípios do Amor Exigente.

Os três princípios metodológicos são aqui percebidos como instrumentos de regulação físico-moral que dispõe de simbologia espiritual convergente acerca dos valores do trabalho e da família e que veiculam a preeminência das relações sobre as partes constitutivas, conformando, portanto, um modelo de individualidade nutrida no seio de relações sociais positivamente sancionadas.

No contexto em pauta, a nitidez da fronteira suposta no estado laico é móvel, se considerarmos o uso da metodologia dos 12 Passos do Alcoólicos Anônimos que, não obstante as contundentes críticas que recebe por sua identificação religiosa, também é utilizado em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, Comunidades Terapêuticas laicas, clínicas públicas e particulares de reabilitação e abrigos públicos e privados.

Por outro lado, as comunidades terapêuticas (CT) contratadas pelo Estado e a Fazenda do Senhor Jesus, especificamente, cultivam sinergias morais com supostos modernos, como o autoconhecimento e o estatuto da ciência, mesmo que sob leituras específicas, como veremos adiante.

Metodologia de pesquisa

Os dados coletados são fruto de etnografia e entrevistas gravadas com participantes das salas de ajuda mútua e da comunidade terapêutica contratada pela Senad, a Fazenda do Senhor Jesus. Entre os entrevistados há um predomínio da classe trabalhadora. No momento da pesquisa não havia nenhum residente de classe média, casos aparen-

temente raros, mas constantemente mencionados para atestar um dizer comum ao campo da dependência química, cega à classe social.

Os nove usuários entrevistados trazem biografias relativas ao trabalho informal, formal em empresas públicas e privadas, desemprego, turbulência emocional, rupturas familiares, venda de drogas, roubos, passagens pela delegacia e longo histórico de uso de substâncias psicoativas ilegais e legais.

As quatro mulheres, três “residentes” e uma frequentadora da sala, estavam desempregadas e tinham cursado o Ensino Fundamental; um “residente” e um “perseverante” (abstêmio) cursavam o Ensino Superior em pequenas faculdades privadas, sendo um funcionário de uma empresa de serviços de venda e outro desempregado; os outros três tinham concluído o Ensino Fundamental e tinham trabalhado, antes da internação na CT, como motorista de ônibus, cortador de carne em frigorífico e jardineiro.

Nenhum dos usuários do complexo terapêutico com quem travei conhecimento esteve detido em presídio.

Os sujeitos da pesquisa geralmente narram eventos dramáticos conducentes ao “fundo do poço”, caracterizado desde um relaxamento de compromissos sociais e familiares até a ruptura destes. Contração de dívidas, processos judiciais, roubo de objetos da residência familiar e assaltos em vias públicas foram lembrados por muitos como exemplo de seu comportamento inaceitável.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de janeiro e agosto de 2014, inicialmente nas salas de ajuda mútua nomeadas Nata (Núcleo de apoio à toxicômanos e alcoólicos) e Nafta (Núcleo de apoio aos familiares de toxicômanos e alcoólicos), na paróquia da Igreja Santa Cruz e Santa Edviges, em Brasília, às segundas-feiras, no horário de 19h30 às 21h30.

Assim como os parentes do residente da CT, eu, se quisesse conhecer a Fazenda, teria de ter uma frequência regular no grupo de ajuda mútua, que se revelou fundamental para a compreensão do método terapêutico. Os núcleos de apoio inspiram-se no AA e o NA, que possuem grupos de ajuda mútua também para os familiares dos “dependentes químicos, chamados codependentes, o Al Anon e o Nar Anon (CALÁBRIA, 2007).

Dentre as cinco modalidades de salas visitadas, detive-me nas salas de triagem (usuários), família dos residentes na CT e perseverança (“limpos”). As demais salas atendem os familiares que chegam pela primeira vez, os familiares dos usuários e os familiares dos “perseverantes”. Parte do material de análise advém de conversas informais não gravadas, registradas em diário de campo antes e após as reuniões nas salas e às visitas à CT, bem como em dois almoços, sendo um na fazenda masculina e outro em evento beneficente.

Conheci a Fazenda do Senhor Jesus masculina em almoço de domingo e em abril comecei a visitá-la semanalmente, às quintas, pois um grupo de mulheres que participa da diretoria aceitou minha presença em suas práticas voluntárias de rezas, cantos e leituras da Bíblia.

As visitas à fazenda feminina aconteceram em três ocasiões, todas para realizar entrevistas. Foram cinco encontros com familiares, sendo todas do sexo feminino. Dessas, duas não possuíam vínculos formais com a CT e frequentavam a sala dos familiares dos residentes: a namorada de um recém-interno e a mãe de um residente em fase de conclusão da internação.

Perspectivas e categorias internas dos interlocutores da pesquisa são pensados como material para o debate acerca da ênfase atribuída ao conceito de doença, à noção de pessoa moderna e às implicações disso diante das relações familiares de sujeitos cujas biografias são marcadas pelo abuso de crack e outras substâncias psicoativas, notadamente o álcool. Fala-se de “droga de preferência”, mas, como se sabe, essa é acompanhada de várias outras (BASTOS, 2014).

O debate proposto está fundamentado por noções valorativas da interioridade e da vontade individual, centrais à visão de mundo moderna ocidental, mas desigualmente distribuídas no todo da sociedade. A hipótese investigada interrogou os determinantes sociais para a eficácia do modelo de tratamento, seja de classe ou de trajetória pessoal. Se as tecnologias de si, que visam a organização do comportamento estão implicadas numa moral adequada, a quais ethos e visões de mundo relacionam-se a construção dos caminhos de relação a si no modelo de tratamento do complexo terapêutico?

O discurso de produção da noção de dependência química veiculado pelos atores sociais do complexo terapêutico são aqui analisados levando em conta o caráter ritualístico de difusão, por meio das

“partilhas”, das narrativas de sofrimento dos envolvidos, “palavras de força, fé e esperança” com as quais constroem e divulgam os sentidos da doença e da saúde.

Nas salas e na fazenda

A Synanon, entre outras organizações de ajuda mútua, foi um dos grupos responsáveis pela disseminação do programa das chamadas comunidades terapêuticas. Fundada em 1958, na Califórnia, é inspirada no Grupo de Oxford, ou Moral Re-Armament (MRA), e pelo Alcoólicos Anônimos. Os entusiastas da partilha do êxito em não beber, consideram a experiência quase carismática e terapêutica. Aplicam o conceito de ajuda entre pares, reduzem ao máximo o uso de medicação e praticam terapias individuais e de grupo, assim como atividades propostas.

Clínica inovadora na época, o método das CTs, segundo De Leon (2003), abole medicamentos e investe fundamentalmente na transformação de um estilo de vida indesejado. O poder que incide no método visa a correção do sujeito como um todo.

A Fazenda do Senhor Jesus no Distrito Federal é um exemplo de uma outra modalidade, não clínica de CT. Existe há 28 anos e baseia-se na tríade metodológica dos 12 Passos de AA, a Oração da Serenidade e os princípios do Amor Exigente. Segue o modelo da Fazenda de Campinas/SP, fundada em 1978 pelo padre Haroldo Rahm, que iniciou no Brasil o movimento “Amor Exigente”, versão do livro *Tough Love*, publicado em 1968, nos EUA. Possui uma diretoria composta em sua maioria por familiares de classe média cujas vidas foram atingidas pela “doença do ente querido” e voluntários “em recuperação”.

A constituição da Fazenda do Senhor Jesus em Brasília é uma obra que mobilizou recursos simbólicos, políticos e econômicos, inicialmente de três casais da classe média afluenta do DF, pais de filhos com problemas graves com drogas. A instituição, na sua formação, usufruiu do capital social acionado por seus fundadores, exemplificado em eventos colhidos em entrevista com duas lideranças.

No início era tudo muito simples, com instalações de “chão batido”, em terreno emprestado por um empresário. Após um empréstimo no Banco Regional de Brasília, compraram uma área na cidade satélite

de Samambaia, mas o documento de venda foi invalidado, pois fora vendido por invasores.

Quando a fazenda se viu obrigada a trocar de terreno, deslocando-se para uma área sem benfeitorias (onde hoje funciona a fazenda feminina), lançou mão de recursos de um dos fundadores (general do Exército), que emprestou barracas e banheiro para o abrigo de residentes, cedidos pelo Exército, evitando a dissolução do grupo ou a alternativa complicada de levar, cada família fundadora, três ou quatro residentes para as próprias casas. Posteriormente, um padre de uma paróquia do Lago Sul, junto a uma autoridade do governo, angariou o terreno onde hoje funciona a fazenda masculina, no Recanto das Emas. A primeira sala do escritório foi doada por um pai de residente não recuperado, localizada em área central de Brasília.

O capital social dos fundadores e da diretoria é relevante no período de formação e consolidação do complexo terapêutico, evidenciado também em consultas a autoridades, seja para a efetivação dos colaboradores da “obra”, seja para o melhor método de interceptação da correspondência dos residentes, cujas cartas seguem em envelope próprio, aberto, tática para evitar “violação de correspondência”, também utilizada em presídios.

Os três casais que deram início à comunidade terapêutica, segundo uma das mães, que segue na diretoria, uniram-se por causa da “necessidade”, pois ela, como os demais, havia tentado todos os recursos na época especializados em “drogadicção”, como internação, psicólogo, psiquiatra, muitos remédios, na tentativa de recuperar o filho que, expulso dos colégios, “havia se tornado um delinquente... ele roubava, assaltava”. Essa mãe afirma ter conhecido o “poder de Deus” com a drogadicção de seu filho. Segundo ela,

“... depois, só com a ajuda de Deus, sabe por quê? Porque não tinha ninguém, não é que ninguém quisesse me ajudar... Ninguém entendia, diziam que sabiam, eu fazia, dava errado. Um dia eu conheci o padre Haroldo... aí eu fui fazendo o tratamento uma vez por semana pelo telefone. E ele fazia sugestão... foi assim que eu fui, por acerto e erro. ‘Mas segura bem na mão do poder superior’... e aí eu comecei a aplicar o que se chama hoje de ‘Amor Exigente’... É simples: colocação ou recolocação de limites. Eu ia rezando e

Deus me ajudando... foi ele quem me deu força para eu aplicar o AE... o padre Haroldo falou 'mãezinha, tem que ter autoridade porque eles são frágeis... eles têm que ter algo firme para olhar e dizer 'essa pessoa é minha segurança'... aí eu comecei a aplicar, colocar os limites, cortei tudo: não dar dinheiro, não dar roupa, não dar comida... Nesse dia me deu um ânimo extra-humano, que eu era tão fraca, tão chorosa 'acho que hoje eu vou entregar meu filho na mão de Deus, Jesus toma conta!' Eu me arrumei, ele chegou, gritando e coisa. Eu disse 'meu filho'... e nesse dia eu não tive medo dele. Eu falei 'meu filho, eu te amo e tudo, mas o que eu quero te dizer, tudo o que eu posso te dar de ajuda é a Fazenda do Senhor Jesus, em Goiânia'. Ele se enfureceu, quebrou aqui tudo!''

Nessa ocasião, o filho tinha 12 anos de idade, e após uma série de procedimentos de segurança, ela manteve o filho longe de casa, ocasionalmente dando-lhe dinheiro e roupas que, segundo ela, ele trocava por drogas, até que, aos 19 anos de idade, ele se rendeu, e, num telefonema em que dizia não querer morrer, aceitou a internação. Isso foi há 29 anos e, apesar de três recaídas, ele não recorreu à família, pois, “na fazenda, ele aprendeu os instrumentos para poder lidar com a recaída”.

É um exemplo bem-sucedido. Estudou, fez mestrado em jornalismo, pratica técnicas corporais orientais, é concursado de nível superior, mora no Plano Piloto de Brasília e seus filhos se formaram na Universidade de Brasília.

A Sociedade de Empenho na Recuperação de Vidas (Servos) possui uma diretoria formada por 18 pessoas, nove na diretoria executiva (presidente da obra e mais oito pessoas), nove nos conselhos, sendo três membros do conselho deliberativo (presidente, vice e secretário) e seis do conselho fiscal, todos voluntários, que se envolveram pela “necessidade”. De acordo com uma ex-diretora, que exerceu o mandato de presidente por duas vezes consecutivas:

“... a diretoria vai se formando por pessoas que chegam assim, com muita vontade de manter o trabalho porque receberam benefícios, então, acabam frequentando lá, os nove meses, a reunião da família dos residentes. Aos poucos vão se engajando”.

A Servos tem outros departamentos, nos quais atuam o apoio voluntário dos que fazem trabalho dentro da fazenda, porém, de modo intermitente: psicólogo, médico, grupo de franciscanos, de culinária, violão, HI de NA (Hospital de Instituição de Narcóticos Anônimos).

Os únicos remunerados na obra são o motorista, a assistente administrativa do escritório e os monitores, que trabalham em regime de plantão na fazenda.

Há, de acordo com a ex-diretora, uma “demanda de trabalho” que provoca a escassez de candidatos para o mandato de dois anos de presidente, em 2014 exercido pela primeira vez por um ex-residente da fazenda, dono de uma oficina mecânica em Ceilândia, cidade satélite do DF. Segundo ela, também o tesoureiro é responsável por uma carga de atividades que, para alguns, requereria uma revisão do estatuto, pois hoje não se encontra quem possa dedicar-se a um trabalho constante, não remunerado. A interlocutora supracitada trabalha como revisora de textos, é casada, moradora do Lago Norte (uma das áreas mais caras de Brasília). Ela explica seu caso:

“Eu tive a graça de, naquele período da minha vida... pude me dar o luxo de não trabalhar por quatro anos e ficar por conta da obra... e não é todo mundo, a gente tem projetos. Mas foi uma coisa que eu fiz, uma paixão louca, que me deu e passou”.

A Fazenda do Senhor Jesus oferece, pela Senad, 23 vagas, nomeadas por contrato de prestação de serviços, 15 na masculina e oito na feminina, e recebe R\$ 1.000,00 mensais por residente, pagos proporcionalmente aos dias de residência. Do total de vagas, no momento da entrevista, estavam 12 ocupadas, e o número oscila de acordo com as desistências. Outras vagas são financiadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest) do DF.

Enfatiza o valor comunitário ao mesmo tempo que o individual no tratamento, ou seja, não se trata de um culto ao particular, mas ao que é compartilhado. O grupo de residentes é para ser vivido como um único grupo. “Ou o grupo se une ou quem não tá unido ao grupo tem que sair”. (ex-presidente supracitada).

A “doença da dependência química”, nos termos locais, atinge a pessoa inteira, “e mata desmoralizando”. A “adicação ativa” é a expressão cabal da “insanidade”. Há um claro rechaço ao uso de psicofármacos em favor de uma transformação do “estilo de vida”, uma correção moral de pensamentos e atitudes, estabelecida na norma de “evitar hábitos, lugares e pessoas”, como sanção contra as “coisas da ativa”, e o esforço é “só por hoje”, termo que modula o enfrentamento diário para a conquista da “sobriedade”. Na fazenda é vetado o uso de óculos escuros, boné e camisetas com referências a artistas da música, tidos como “lembranças do tempo de ativa”.

A atração por HLP do “tempo da ativa” faz parte da “doença”. Em entrevista com um residente eu questionei essa máxima, e ele me respondeu: “Se não é uma doença, é o que então... eu vou num lugar sem querer ir?” O tratamento recomenda fortemente a companhia dos pares “em recuperação”, além da adoção de um padrinho com quem se aconselhar na “necessidade”, quando se deve evitar a solidão, pois, de acordo com um monitor: “Sozinho eu tô mal acompanhado, porque sozinho você tá com a última pessoa com quem você usou... com o outro, aí é mais difícil eu fazer alguma coisa que eu possa querer”.

Na comunidade terapêutica, as hierarquias presentes no valor central da abstinência de qualquer substância psicoativa devem-se à correlação entre “vício” e “perda de controle” decorrente da personalidade do adicto. A abstinência surge então como via para o alcance da “sobriedade” como um lugar da afirmação de uma identidade positiva.

As técnicas disciplinares que visam inculcar no sujeito elementos para uma base moral e religiosa, oferecem padrões positivos de conduta social ao sujeito percebido como “em recuperação”, cuja introjeção legítima a saída temporária da sociedade na qual o sujeito aprendeu padrões negativos de conduta e entrada em regime de residência na comunidade, em que novos valores “espirituais” serão praticados, “só por hoje”, em parceria com iguais.

A busca por substituição de uma identidade negativa por uma positiva faz um contraste entre ampliar o espaço existencial e reduzir o espaço de trânsito social, pois o tratamento prescreve a evitação de lugares e pessoas não só “da ativa”, mas relativos à venda e consumo de álcool e outras drogas. O adicto em recuperação teria, na companhia de seus pares e familiares solidários, um refúgio de um mundo ameaçador.

De acordo com a já referida ex-presidente da obra, “a gente não entra no dogma porque a gente não tá fazendo catequese, que é o enquadramento... É cristão o nosso trabalho... Para mim Deus é amor e Jesus veio para falar disso”. Em diversas falas o termo “espiritual” é usado mais amiúde que “religião” e percebido como desvincilhado desta, o que se tornou possível com a categoria de “espiritualidade”, cujo sentido recorre à interioridade do sujeito, desvincilhado de dogmas institucionais.

O depoimento dessa católica praticante que frequenta a missa diariamente e diz sentir o preconceito da sociedade sobre sua prática segue e expressa a arrematada fé católica do amor incondicional acerca do caso de um suposto residente que

“... matou, estuprou, foi preso cinco vezes. Tá, mas o que você fez lá trás é só não repetir, não querer mais isso pra tua vida... o que a gente quer é que eles vivam o amor de Deus e que eles consigam entender que tudo o que eles fizeram lá para trás não prejudicou em nada a vida deles, que Deus ama do mesmo jeito...”

Questionei sua lógica calcada num mundo pautado pela graça de Deus e ela seguiu dizendo que:

“... ela pode ser má, mas ela precisa de atenção, ela precisa de carinho, ela precisa ser vista... a gente é tão carente, com família estruturada, casa, tudo, ainda vou fazer terapia. Imagina essas pessoas que viveram uma realidade tão louca e diferente da nossa”.

Não obstante ser frequente o dito que “dependência química não vê classe social”, a fala acima sugere haver uma percepção de diferença de classe por parte de alguns agentes institucionais e os frequentadores do complexo que partilham a mesma comunidade de valor, mas não comunidade de vida (MARIZ, 2006).

Nas salas é exercitado uma disposição para a introjeção dos conceitos ordenadores, a começar pela verdade da doença do adicto: “Aqui é para quem quer... para quem aceita a doença” (perseverante). Em con-

tinuidade, uma idealização da CT é fomentada antes da internação e continuamente desenvolvida pelos agentes envolvidos.

A dinâmica das salas está orientada para uma construção de caráter positivo da eficácia do tratamento mediante sua adequada vivência, ou seja, a introjeção de três valores básicos: a graça divina, a ação individual divinamente imantada, a aceitação de papéis familiares. Acrescento que ouvi, diversas vezes, que nem todo adicto precisa de internação, por vezes a frequência “aos grupos” é suficiente para a conquista da “sobriedade”, o que sublinha a eficácia atribuída à dinâmica das salas baseada na “partilha” (DULLO, 2014).

O modelo residencial de base religiosa valoriza a transmissão oral do método, a oração, a família, a modificação do comportamento, a honestidade, o trabalho, o compartilhar. O residente não deve apenas “passar” pela comunidade, mas “vivenciá-la”, considerado um desafio poucas vezes vencido pelo residente, mesmo quando conclui o tratamento.

O reconhecimento da perda de controle perante a substância é o primeiro código dos 12 Passos de A.A. O passo seguinte é “... acreditar que um poder superior a nós mesmos poderia devolver-nos a sanidade”. É comum ouvir nas salas o que declarou um “perseverante”, durante partilha, quando meditava sobre seus “defeitos de caráter”: “A droga, eu respeito ela, ela é maior do que eu... porque é um dragão adormecido, você coloca uma droga para dentro, ele acorda”.

Nota-se entre residentes e perseverantes um temor da recaída. No cronograma do residente, na fazenda, há uma atividade específica para tratar do esforço de recuperação, na qual se trabalha a mudança do “estilo de vida” e os cuidados necessários na recaída:

“... eles vão identificar quais são os passos da recaída, 1o, 2o, 3o. Um dos passos da recaída é quando a pessoa diz: ‘Ah, eu não preciso de grupo, eu não preciso de fulano’. Quer dizer, a humildade já recaiu.... Quando ele chegar aqui nesse último é que ele vai usar o álcool e a droga. Aqui já foi embora a humildade, a espiritualidade, família, emprego” (secretária).

A categoria da “recaída” expressa um conjunto de desvios morais cujo passo final é o “uso”, a derrota diante do apelo da substância, en-

trega que sela um encadeamento de recaídas, iniciado no pensamento e nas atitudes diárias. Presenciei na sala da perseverança algumas “partilhas” pós- recaída e, numa ocasião, um perseverante referiu-se à recaída nos seguintes termos: “... eu permiti que a doença aflorasse dentro de mim mais uma vez”. Foi apoiado pelo grupo a continuar perseverando, “só por hoje”, medida de tempo voltada para o presente, para a introjeção de uma mudança operada “um dia de cada vez”.

A principal preocupação dos voluntários é quando o “recaído” abandona o grupo, seja por vergonha ou desistência. Ao fim da pesquisa, um voluntário havia recaído, suas atividades na obra foram mantidas, a saber, ler as cartas trocadas entre residentes e familiares. Foi nesse período constantemente abraçado por todos que vislumbravam, por sua aparência, os sinais de seu estado de “recaído”.

Um monitor, a quem farei outras referências adiante, num atrito familiar com as irmãs em razão do seu apoio ao pai viúvo, que passou a viver com a ex-empregada doméstica, conta os efeitos de humilhação promovido pelas irmãs para quem ele, assim como o pai, “não vale nada”. Ele diz ter-se sentido muito mal nessa ocasião, mas diferentemente das outras vezes, não acreditou no que diziam, “mas deu muita vontade de usar”, e completou: “pensei no pessoal aqui, que eles iam ficar sabendo, pensei ‘vale a pena não’. Vou voltar pro final da fila?... Hoje eu tenho escolha”.

É unânime a dificuldade em manter “lá fora”, e frequentemente diante de agressões de familiares, o desafio da abstinência que exige fidelidade à categoria de “sobriedade”, não restrita ao não “uso”. Carregada de pressupostos morais de firmeza e ascetismo, a “sobriedade” incide primordialmente no corpo e na recusa de certos hábitos como dispor de substâncias para evadir-se das metas do tratamento, constituindo um “entranhamento físico-moral” (DUARTE, 2006).

A metáfora do nascimento nos nove meses de internação inicia uma “consciência” de si que não tem fim, é constante, traduzida na interiorização da experiência familiar e do trabalho, alicerçadas por hábitos disciplinares cotidianos, que figuram como um desafio a ser vencido a cada dia.

Quando perguntei ao acima citado monitor sobre a importância de Deus na sua recuperação, sua resposta foi:

“Eu creio que ele me deu boa parte da ajuda, mas se eu não faço algo, ele não ia fazer sozinho, porque muitas coisas que ele me mostrou eu nunca abri o olho... Hoje eu sei da minha parte a ser feita.... Ele não quer que eu use, mas se eu quiser usar ele não pode fazer nada”.

Na organização religiosa, os desígnios da doença divergem daqueles da organização científica uma vez que, para a biomedicina, hoje hegemônica no discurso da saúde mental (AZIZE, 2012), a dependência é uma doença do cérebro, mesmo que não haja marcadores biológicos capazes de localizar, no órgão, a entidade nosológica.

Vale ressaltar que, se o quadro médico faz supor uma desresponsabilização do sujeito mediante um defeito no cérebro que lhe subtrai a razão, ao menos no que se refere ao uso de drogas, a metodologia do tratamento em estudo identifica no sujeito um “poder de transformar a situação, mas não a condição”, por isso o “perseverante” é um eterno “adicto em recuperação”. Ao mesmo tempo, o poder em questão não é autocontido, é inspirado pela metafísica do deus cristão como algo que é exterior e interior.

A família – Entre a conversão e o autoconhecimento

Nas salas de ajuda mútua, para aqueles que sofrem de uma reputada conduta social errônea, o “tratamento” resplandece como horizonte de transformação de uma existência ameaçada por deficiências biológicas, espirituais e morais. Nesse meio, a família orbita como último recurso de apoio, e poucas são as esperanças depositadas no sistema público de saúde, a não ser quanto ao diagnóstico e prescrição de medicação, quando se fizerem necessários à saúde física do “residente”. A família, ávida por auxílio em circunstâncias de conflito, coloca-se como aprendiz e tradutora dos saberes especialistas amalgamados nos ambientes de ressocialização do complexo terapêutico.

A noção de família formada pelos pares na experiência de adicção é um recurso central à metodologia do tratamento. Há duas acepções do termo família: aquela por afinidade no tratamento, a família das salas, e aquela relativa ao núcleo original, seja biológico ou por adoção.

A saudação nas salas de ajuda mútua é “Boa noite, família!”, na apresentação e na “partilha”, seguido pela ênfase no nome e na afirmação de sua condição de adicto. O sentido familista ritualizado no grupo é assim sintetizado: “Só você pode, mas você não pode sozinha... nada muda se você não mudar”. A fala ritual da partilha muitas vezes é concluída com um “tamo junto”, “24 horas” ou “só por hoje”.

Não só a centralidade do valor da família, mas também um certo modelo de família é construído nas salas. O lema em prol da recuperação, nas salas dos familiares, percebidos como codependentes, é atuar conforme uma “aceitação” associada a um “desligamento amoroso” no qual o familiar deve “abster-se de interferir naquilo que extrapole os limites de nossa autoridade” (CALÁBRIA, 2007, p. 70).

O que é “performedo”, nesse contexto, é uma racionalização dos papéis familiares de esposas afetuosas e mães racionais (GIDDENS, 1991; LASH, 1991), e, de modo pálido, a participação paterna. No entanto, se a figura feminina tem potencial redentor, seu potencial facilitador da dependência é igualmente ressaltado na medida em que, como mulher supercuidadora, é uma codependente, acusada de contribuir para a doença, por excesso de amor:

“Tem que dar um tempo, porque só se ele quiser é que ele vai sair, não adianta pensar que cuidando vai adiantar alguma coisa. E tem que aprender que mulher fala demais, e fica no ouvido do filho. Eu fazia assim: ‘eu te amo muito, como é que você faz isso comigo?!’” (fundadora supracitada).

Para uma mãe, secretária no escritório da mantenedora, a relação de codependência ocorre quando

“... a pessoa tem esse dom de manipular e a outra pessoa, fraca, que tá sendo manipulada, quando vê, ela já cedeu. Por isso a dependência e a codependência tem que trabalhar junto porque se não, vai ficar capenga”.

Outro aspecto dessa premissa metodológica é de que diante de uma “predisposição involuntária” (CALÁBRIA, 2007, p. 77-78) os en-

volvidos devem desenvolver uma “tomada de consciência da liberdade individual” (ibid, p. 72) exercitada na responsabilização dos envolvidos no drama da adicção. A liberdade de escolha é “situada essencialmente no domínio individual” (ibid, p. 74). Sendo assim, o apoio do grupo se refere a fazer algo anteriormente escolhido, o que enfatiza o valor da autodeterminação na conquista dos valores positivamente sancionados.

Nas salas de “triagem”, de “adictos na ativa”, de “na perseverança”, daqueles “em recuperação”, cerca de 80% da frequência é masculina. Nas salas dos familiares das três categorias de adicto (“ativa”, “residente”, “perseverante”), a porcentagem inverte-se. Como em outros níveis de frequência religiosa, bem como na visita aos presídios, a participação nas salas da família é majoritariamente feminina.

Assim, a figura feminina é ressaltada no método de cuidado que tem um gênero como protagonista. Quando a mulher requer cuidado, surge provavelmente um dos maiores limites do método de culto à domesticidade.

O tratamento das mulheres “dependentes químicas”, de acordo com dois monitores do sexo masculino, três mulheres entrevistadas que participaram da diretoria em algum momento e para o presidente da obra, é mais difícil e exige muitas adaptações, uma vez que as mulheres sofreriam, mais que os homens, de autocomiseração, e num método cuja visão prospectiva é central, elas não se adaptariam bem. Para a secretária da obra: “O homem é mais fácil de achar nesse campo aí, de receber ajuda. A mulher é muito resistente de receber ajuda”.

Quando iniciei a pesquisa havia duas mulheres residentes na fazenda feminina, que funciona há 21 anos. O número chegou a seis e logo caiu para cinco. Uma residente, já advertida, agrediu fisicamente outra, e foi expulsa. O número de residentes na fazenda masculina manteve-se entre 28 e 30 homens, houve desistência, mas não foi registrada expulsão.

Um voluntário da sala da família dos residentes comentou em entrevista: “Na feminina, o marido não vai buscar a mulher porque ele dá logo um pontapé nela e larga para trás. Na masculina, a esposa vai”. Para a secretária, não obstante as dificuldades encontradas no trabalho com as mulheres, “... o trabalho não é quantitativo, a finalidade não é essa... se uma mulher sai recuperada, ela não vai multiplicar isso mais lá na frente?”.

Na simbolização da CT os nove meses de internação são uma metáfora do renascimento constante na partilha de mães de residentes, diante de algum sinal de esmorecimento dos filhos em tratamento. “Meu filho, fé em Deus. São nove meses, ainda não deu tempo de você nascer. Só por hoje.” Uma delas, entrevistada dois meses antes da saída do filho, situava-se entre a esperança e a apreensão. Relatou sua preocupação com o baixo desempenho do filho na empresa de máquinas de café espresso, na qual a irmã trabalha como secretária.

Antes da internação, segundo ela, ele já não ia mais trabalhar todos os dias e muitas vezes ia “virado”, sem condições mínimas e envergonhando a ele e à irmã. Eu o conheci na fazenda. Estive na sala da “perseverança”, na ocasião de sua “saída terapêutica”, tendo estado com ele anteriormente na fazenda. No horário do lanche, ele me mostrou sua pintura, um São Jorge matando o dragão, e o violão que aprendeu a tocar na fazenda.

A mãe não aceita que o filho não tenha crescido na empresa e diz que “queria muito que ele tivesse essa personalidade, fosse firme... ele gosta de piadinha, de brincar”. Quando pergunto sobre o que ela acha que ele encontrou na droga, ela responde que nunca tocaram no assunto, pois ele sempre negou o uso, mas ficava “retraído”, “nervoso”, “agitado”, “queria ficar isolado” e agora ela não quer mais saber: “Quero saber da hora que ele sair para frente”, e prossegue, “... se ele teve força para usar, vai ter para sair e trabalhar”.

Para um voluntário acima referido, a parte mais difícil do seu trabalho nas salas “é a família não mudar... eles não se conscientizam que eles têm que mudar, eles jogam todas as frustrações em cima do residente; a apontam para ele”.

A secretária da instituição, voluntária na sala da família dos residentes, declara-se a cada encontro ser uma “codependente”. Para ela:

“... aplicando o Amor Exigente (você) está estendendo esse estilo de vida para o dependente, o ente querido. O AE não é só para dependente químico, é para toda a família. É fazer aquilo que a gente nunca fez, ter determinada atitude, não deu certo, vamos mudar. É uma ação. Os 12 Passos e a Oração da Serenidade trabalham no espiritual, o AE trabalha na ação”.

Para seu colega, facilitador da reunião, na mesma sala:

“Todo mundo que chega naquela sala chega com um sentimento de culpa lá em cima. ‘Eu fiz isso, eu não fiz aquilo.’ Uma mãe, uma esposa, uma namorada... O Amor Exigente exige que a gente faça uma introspecção da nossa vida. Foi quando eu passei a fazer um inventário moral meu: ‘O que eu preciso mudar?’... Eu tô vivendo bem com o outro?”

O sentimento de culpa é indesejável ao método. Deve-se a um comportamento inadequado, referido às mulheres, particularmente às mães. O mesmo interlocutor me explica os personagens do drama familiar segundo o AE:

“... algoz, apaziguador e vítima e os residentes eram as vítimas, eram aqueles que a mãe não cortou o cordão umbilical... é muito comum uma mãe descobrir que o filho é drogado, ela vai e aluga um apartamento para ele. Resolveu o problema de dentro de casa e o dela, mas aí favorece o dele...”

Na internet, a página do Amor Exigente traz um depoimento que atesta o caminho a ser seguido para o viver bem com o outro:

“Isso, porém, você conseguirá através da conscientização das suas limitações, e da vigilância ao seu comportamento, quando aprenderá a: sentir; exprimir emoções; valorizar o que deseja e necessita; deixar de punir a si mesmo pelos problemas, bobagens e insanidade de outros; deixar de exigir perfeição de si mesmo e de outrem; deixar de reagir aos poderosos sistemas disfuncionais que tanto lhe afetam; parar de se envolver em loucuras; deixar de tomar conta compulsivamente de outras pessoas, para tomar conta de si mesmo; lidar com qualquer assunto, ou comportamentos compulsivos; deixar de se concentrar no que está errado, passando a observar o que está certo; ser bom para si mesmo; se divertir e sentir prazer em viver; se sentir bem com o que consegue; se relacionar; amar a si mesmo, para amar melhor o outro; não se

permitir ser usado e magoado; estabelecer limites; deixar de lado a preocupação e a negação; resolver os problemas construtivamente; em vez de apenas reagir, aprender a relaxar e agir; deixar de ser vítima; não tolerar apenas a vida, mas começar a vivê-la”.

O formato da reunião da família dos residentes, bem como na família dos perseverantes, assemelha-se a uma aula. Após a Oração da Serenidade os integrantes dão-se as mãos em círculo e, em seguida, uma folha de papel é distribuída, lida por um voluntário e debatida, interpretada sob a batuta do “facilitador”. Esse, em entrevista, lamentou a baixa participação da audiência: “Tem gente que fica lá e não diz um ai, depois de quatro, cinco meses”. Se o limite imposto ao “ente querido dependente químico” é, em tese, apreciado pelos participantes, o mesmo não acontece com o formato da reunião. Há uma minoria de analfabetos no grupo, mas, de fato, o engajamento dos participantes, segundo minhas observações, é limitado. As solicitações do facilitador são respondidas por poucos, geralmente pessoas mais desinibidas, como uma mãe, avó, esposa, irmã falante e principalmente por aqueles que, na expressão oral, evidenciam familiaridade com o modelo intelectualizado da transmissão pedagógica. O facilitador mostrou-se, certa vez, numa conversa comigo, ambivalente quanto à aplicabilidade das lições do AE:

“Você acha que o cara vai chegar em casa e ler o papel? ‘Hoje é tomada de atitude’, e nós não temos cultura de ler, nem sentar numa mesa e puxar um papo... eu acho que todos deveríamos ir para aquela sala com o livro do AE na mão. Tu acredita que tem gente que termina a reunião e deixa o papel para lá?”.

A senhora supracitada, cujo filho estava concluindo a residência ao fim da pesquisa, trabalhava “em casa de família” até virem os netos. Hoje faz faxina ocasionalmente, cuida da mãe e dos netos. Seu temperamento ativo e falante tornava-a uma entusiasta nas reuniões, apesar da pouca intimidade com a leitura. Segundo ela, “a família é muito rígida, religiosa. Às vezes a gente falha em outra parte. Tem que fazer tratamento sim, todo mundo”. Elogia a “exigência e a cobrança” da CT

e assume colocar em prática 50% do que aprende do AE, o que lhe parece razoável. O problema é a nora, a quem ela admoesta: “Você não põe em prática todos os dias; você pega, você lê, relê. Assim que as coisas funcionam...”. Ao mesmo tempo ela diz: “... eu me sinto culpada, não recuperei. Quando ele sair eu vou continuar frequentando as reuniões, eu quero ele juntinho de mim, eu não aceito a recaída. A recaída vai ser uma derrota minha, não dele, mas minha”.

O formato da reunião da família, com lições a serem lidas e interpretadas para fixação do conhecimento, são instrumentos naturalizados na prática do grupo, bem como o suposto moderno do “estilo de vida”, da mudança pessoal capaz de combater um modo de amar errado, aquele contido na noção de codependência. Os atributos culturais tradicionais da maternagem e do casamento tornam-se, no olhar do AE, um facilitador da “dependência”. Críticas são dirigidas a esse aspecto do método que, seja na identificação do problema, seja na elaboração dos instrumentos para uma recuperação, tem contornos de classe média moderna e individualizante, ao mesmo tempo que sobrecarrega de responsabilidades o papel da mãe e da esposa nas possibilidades de recuperação daquele que figura como, quase sempre, do sexo masculino (GIDDENS, 1991).

“O caminho do adicto é instituição, cadeia ou caixão.” Nesse vaticínio, a instituição é a salvação e ela aponta para a família. O trabalho a ser feito com a família é torná-la reflexiva, apta a “trabalhar” os conteúdos morais e afetivos desorganizados. Assim, o esforço de reforma do indivíduo passa por uma transformação da família e suas relações afetivas que se tornam valoradas sobre o epíteto de um “distanciamento amoroso”, onde cuidar do outro não significa carregar no ombro o vício do outro, o que passa por uma possibilidade de amor confluyente (GIDDENS op. cit: p. 105), entres seres independentes.

No espaço doméstico, informados pelo valor terapêutico da contenção dos impulsos no tratamento da “família adoecida”, incidem de modo intrincado, e com consequências mais ou menos dramáticas, experiências de solidariedade, controle e submissão, como legítimos modos de cuidado.

Os valores dessa terapêutica prática implicam um culto à domesticidade, um centramento no indivíduo e, na família, dos condicionantes da saúde. Se na família identificamos mapas contraditórios detonadores

de crises, no interior de suas relações idealizadas também estariam as afirmações terapêuticas sobre a “doença”. Nesse cenário, o habitus religioso mantém padrões de associação com a família, cooperando com seus interesses também no campo da saúde (DUARTE et. al., 2006).

A identidade do “adicto em recuperação” como superação da identidade prévia “na ativa” é instaurada dentro de uma unidade significativa, a família, percebida pela doutrina do Amor Exigente como uma unidade de cooperação, e que engloba, de forma complementar, o “ente querido”. É a família, desse modo, expressão da totalidade do sujeito em tratamento. Localizado na família, o sujeito auto identificado como “adicto” tem em si melhores condições de conter o mal que nele habita, e sua potência interior que o torna capaz de aderir ao tratamento realiza-se sob o calço de deus e da família, não configurando a categoria relacionada à ideologia do individualismo moderno (Dumont, 2000), que ressalta o valor de um sujeito contido em si mesmo.

Na comunidade terapêutica: entre o céu e a terra.

A invisibilização das desigualdades sociais e suas consequências simbólicas no discurso hegemônico, ou na performance dos usuários, atualiza-se quando esses são instados a manterem o foco no tratamento, sem permitir que as atribuições do mundo externo atrapalhem a vivência na fazenda.

Isso não significa ausência de ansiedades dos sujeitos empíricos. Nas entrevistas, ou seja, fora do espaço ritualizado, surgem recorrentes preocupações quanto ao trabalho e moradia, não sem ressalvas quanto a saberem ser essas um obstáculo ao tratamento.

Nas salas, quando o tema da moradia e do trabalho foi aventado, recorreu-se a construções metafísicas socialmente orientadas como a confiança em deus, em seu tempo e propósitos, e à devida reciprocidade do sujeito em se dedicar aos desígnios do “poder superior”.

Há, no seio da instituição, sensibilidades mais preocupadas com os determinantes materiais da hierarquia social, mas essa não é a fala hegemônica. As discussões remetem-se à ênfase na “rezação”. Para alguns membros, o treinamento profissionalizante seria mais produtivo à recuperação do “dependente”. A redução do tempo de oração e os empecilhos ao desenvolvimento de oficinas intensivas de trabalho pon-

tuam um debate interno quanto às condições objetivas de reprodução social, como preocupações quanto à empregabilidade e provimento das necessidades próprias e/ou da família.

A ex-presidente já citada, sobre o assunto da ênfase do método nas rezas, declarou que:

“Quando eu comecei o meu mandato, uma coisa que eu fui pressionada foi para diminuir. ‘Não, muita rezação, tira o terço, tem muito voluntário que vai lá rezar.’ Não tiro. Para mim isso faz parte, se for para tirar, vamos mudar o programa, o nome. Eu acho que em geral existe muito preconceito das pessoas em relação à religião”.

A terapia laboral nas CT não prevê um treinamento específico de habilidades profissionais e é acusado por agentes externos por servir-se de trabalho escravo, pois não remunerado. O que observei na CT aqui abordada foram atividades rotativas que visavam a manutenção do espaço, disciplina e ocupação do tempo livre. A oficina culinária e a horta orgânica foram o que mais se aproximou de um treinamento que instrumentalize o sujeito para ingressar no mercado de trabalho, mas ainda de modo rudimentar.

As implicações do baixo capital cultural dos residentes, ou seja, da posição vulnerável do residente na estrutura social como fonte de impacto na introjeção do programa e chances de reinserção social é uma ambivalência constitutiva do método. Como afirma a secretária,

“... tem dependente químico que nunca roubou, tem uma família estruturada, um provedor. Ele leva uma vida, vamos dizer, “normal”, mas ele tá afundando, ele vai afundar igualzinho ao outro que tá lá na rua... ele pode até ter que sair desse estado de comodismo, de ter custeado seu vício, e que uma hora essa porta vai fechar e ele tá lá. Quantos e quantos estão na rua e a família mora no Lago Sul?”.

Duas afirmações no trecho acima merecem considerações quanto ao tema da suposta irrelevância da classe social do residente: uma é que o “dependente químico” irá roubar caso não possua condições para suprir seu consumo; e outra é que é comum encontrarmos moradores de rua cuja família mora na área mais cara da capital federal.

Enquanto o primeiro caso ocorre, o segundo não foi observado durante a pesquisa. Mais adiante, a mesma pessoa retoma o assunto, à propósito dos valores e arremata, sublinhando consequências da diferença de poder econômico: “A pessoa para sustentar o vício, se ela não tem dinheiro, o que ela vai fazer? Ou vai se prostituir, ou vai traficar ou vai roubar”.

As falas no contexto pesquisado afirmam que “um adicto é um adicto”, “desde o intelectual até o analfabeto, e lá (na CT) eles estão falando a mesma linguagem, estão passando o mesmo sofrimento... porque, quando chegou na comunidade, já perdeu tudo” (secretária).

O presidente da obra ao responder minha pergunta sobre o reduzido número de moradores de rua internados, afirmou não ser esse o foco da fazenda, uma vez que o método é residencial e requer referenciais básicos de convivência social. A secretária, por sua vez, afirma:

“... no nosso modelo, nós não recebemos sem uma referência... tem que ter uma referência, um irmão mais velho, um amigo... sempre tem essa pessoa.... Pode até ser uma assistente social. É muito difícil, a pessoa sozinha não consegue”.

Atributos decorrentes de vínculos familiares surgem de modo expressivo em conversa com um atual monitor na fazenda, há quatro anos “limpo”, que antes de internar-se viveu por um ano e alguns meses na rua, como mendigo, quando, ocasionalmente, roubava pessoas e bicicletas. Sua recuperação deve-se, segundo ele:

“... mais ao psicológico, por tudo isso, isso também faz parte, mas era mais a lembrança de uma família, de um lar, do que os meus pais me ensinaram... aí o que me fez parar de usar foi o fato de uma senhora, né?”

O relato do que se passou é longo e de muita densidade humana. Logo após as duas circunstâncias de quase morte no ápice de sua “ativa”, episódios que ele avalia terem sido seu “despertar”, numa certa manhã ele, de modo violento, rouba uma senhora velha acompanhada de uma criança. Um dia, pedindo comida de casa em casa,

a única que o atende é essa senhora. Eles não se reconhecem, mas a criança o aponta e a avó pede para que ela o deixe comer em paz e dirige-se a ele: “Meu filho, não é a primeira vez que Deus tá falando isso pra você. Ele tem um propósito na sua vida... você já fez muita coisa ruim, mas você não é uma pessoa ruim”. Relata que, emocionado sai da casa e, após um pranto intenso, lembra-se da irmã, de quem não aceitava ajuda, bem como de toda a família. Foi essa irmã quem o encaminhou para as reuniões da sala de triagem do complexo terapêutico.

A importância da família não é, para os atores sociais envolvidos no programa, destituída de ambivalência, como expressas abaixo:

“Mas voltando à questão dos valores, grande parte dos dependentes químicos é de família desestruturada, quando ele tem a falta ou do pai ou da mãe ou dos dois... da atuação! Falta pode ser literal ou que a mãe não é presente” (secretária).

“Grande parte levou tapa, foi cuspidado, trancafiado, em casa. Eu vi como a realidade deles é diferente da nossa... não com todos, tem quem diga que os pais foram amorosos... você vê como é uma doença esquisita essa, não tem uma causa, não tem um tratamento, não tem nada definido. Ela tem milhões de faces... eu não vejo como uma doença, vejo como vários males, várias ausências... A CT tá lá, daqueles trinta, se dez ficarem de pé pro resto da vida, é muito, a gente sabe disso. Aquele tratamento não é para todos eles e a gente não tem condições de avaliar quem é o candidato para aquele tratamento” (Ex-presidente).

Alguns conflitos interpessoais evidenciam os reveses da categoria e do método, sempre presentes no mundo empírico. Para essa ex-presidente, os dois maiores conflitos enfrentados referem-se aos monitores e aos familiares em sua relação com o dependente.

“O residente é a parte mais fácil, porque ele já se deu conta de que ele precisa daquilo ali, ele tá ali por ele mesmo... Os monitores já foram residentes, então quando eles chegam a monitores,

eles acham que eles são melhores que os residentes e eles são iguais, eles estão em tratamento tanto quanto, então essa coisa que cresce dentro deles atrapalha demais... A gente tem as normas, tem o estatuto, tem o regulamento interno, tem o regimento interno, são três coisas, e eles querem seguir aquilo à risca, isso é bom, mas tem que ter uma maleabilidade, que é difícil atingir. Ou é preto ou é branco, não tem cinza, e com gente não é assim.... Depois dos monitores, os mais complicados são os familiares, porque eles têm essa visão: o doente é ele. 'Eu tô ótimo... eu não preciso disso aqui'... sendo que o grupo da família é para tratar a codependência do familiar que tá às vezes muito mais doente que o residente. Você mostrar isso pro familiar é muito difícil, pouquíssimos caem a ficha...".

Os usuários das salas contaram, em suas partilhas, que, ao adentrarem o espaço de tratamento, não se viam como adictos. Participar das salas e internar-se em CT supõe uma exposição da vida e problemas a um grupo desconhecido, o qual constrói uma forte identidade baseada na aceitação e identificação com o rótulo de adicto, disposição para um “inventário moral” e abertura para “renascer”, semelhante a uma conversão religiosa na medida em que propõe uma reformulação da identidade de adicto, cristalizada na identidade de “doente” e oferece os instrumentos de controle da “doença”.

Se ele não escolhe ser um adicto, pode escolher ser um “adicto em recuperação”, com a força do “poder superior”, dos pares e da família. Para tanto, “para ele começar a fazer o tratamento, ele tem que deixar isso para trás (a falta de humildade), tem que zerar. Aí vai resgatar os valores” (secretária).

A identidade de “dependente químico”, formula um sujeito incapaz de, sozinho, formular os próprios fins. O inarredável estigma de uma tal identidade é parte das partilhas, como na de um perseverante, “fazendeiro” que por várias vezes falou sobre o “estigma do adicto”, afirmando-o como opcional: “É preciso lembrar que eu sou um dependente químico... Nós somos doentes... é incurável, mas pode ser estacionada, onde? Dentro de mim”.

Outros dizeres ritualizados na partilha são: “A mente do dependente mente”; “Cada um tem seu fundo de poço”. O fundo do poço

como algo subjetivo justifica-se porque nem todos os residentes são típicos, as fronteiras sociais da dependência são móveis. Há uma variedade no perfil identificado como incapaz de gerir a própria vida. Alguns não roubaram, não perderam o emprego, não foram para a delegacia. Tais ordens graduais de descontrole são enquadradas na “doença do ainda”, pois “você ainda não fez isso”, em referência a um ato ainda mais degradante, oriundo da progressão da “doença”.

Convencido de sua “doença”, o “adicto” adere ao contexto das “salas” ou “grupos de ajuda” e “pega as “ferramentas” oferecidas para a continuidade da “recuperação”, posta como vitalícia, que faz surgir uma identidade de adicto capaz de adequação ao mundo. A transmissão do conhecimento adquirido nas salas e na CT é feito pelo monitor, um “adicto em recuperação”. Diz-se que “só um adicto entende outro adicto”. Essa ajuda ao outro que busca recuperar-se é também autoajuda. Ao desempenhar sua função, o monitor tem o dever de refletir sobre a dificuldade de manter-se limpo após a residência e assim fazendo, ele se mantém “na linha”.

O monitor acima citado, após três meses do término da internação, empregou-se num frigorífico cortando carne, no qual ficou dois anos e oito meses e saiu após um acidente de trabalho que não o invalidou, mas criou dificuldades para o manuseio dos instrumentos de corte. Recebeu seus direitos trabalhistas após tê-los reivindicado, conforme orientação da CT com a qual mantinha contato e aceitou o convite para trabalhar como monitor na fazenda, que ele considera temporário, enquanto termina o Ensino Médio.

Hoje com 36 anos, ele jamais havia passado mais de um ano nos empregos anteriores. Conta que sua volta à fazenda como monitor o fez retomar a “perspectiva de vida... porque quase quatro anos depois eu já tava meio que perdendo a disciplina. Aí, aqui dentro, cobrando deles a gente passa a fazer também”.

Conclusão

Compreendo as linhas mestras de funcionamento do programa do complexo terapêutico em questão a partir de uma demanda ambivalente e produtiva entre autonomia e preceptoria por parte dos que aderem ao programa.

A ética que conduz a ação do novo estilo de vida do “adicto em recuperação” depende da escolha individual de um conjunto de valores e práticas derivadas da regulação moral, ou seja, de um sistema especialista gerador de micropolíticas do comportamento.

Desse modo, trata-se de um discurso identificado com a noção de projeto (VELHO, 1999), ou seja, axiado pela atribuição de uma agência individual competente no campo das escolhas e que solicita proximidade das vias letradas de conhecimento, bem como submissão a etiquetas sociais. O programa terapêutico implica um sujeito portador de condições pré-reflexivas mínimas conducentes ao “autocuidado” ou técnicas de si, o que dificulta sua introjeção por parte daqueles localizados na camada socialmente inferiorizada, a ralé brasileira, pouco afeita ao pensamento prospectivo e excluídas das novas formas de organização do trabalho e da produção (SOUZA, 2009).

O “adicto na ativa” configura uma identidade anterior deteriorada, alçada à condição de impedimento da realização dos objetivos fundamentais da vida. Tal identidade é revertida graças, primeiramente ao empenho pessoal e fortalecido em sua ancoragem em deus, nos pares e na família. Portanto, a potência simbólica do método religioso familista é refazer identidades, refazer o mundo.

Os resultados de pesquisa demonstram como nessa operação de transformação da identidade deteriorada por parte dos sujeitos de pesquisa, em sua maioria sujeitos da classe trabalhadora brasileira, é construída uma relação de proximidade com certos valores dos estratos médios da sociedade. Tal identificação configura uma estratégia de ascensão (FERREIRA, 2013) que potencializa a introjeção da ética do método de “recuperação”.

Nesse sentido, a recuperação do “dependente químico” naturaliza classificações sociais e, através da categoria central de “doença”, produz analogias naturalizantes que ratificam convenções sociais. A honestidade daqueles que creem na teoria da dependência não deve ser vista destituída de interesses quanto à manutenção do poder relativo às normas sociais.

O principal capital simbólico ofertado é o autocontrole de emoções e ações disruptivas ao engajamento na ordem social. A configuração do problema estabelece a incorporação de uma disposição interna equilibrada como via de desenvolvimento privilegiada para o ser no

mundo, refletida nos pares que permanecem no tratamento. A constituição das verdades do tratamento relaciona-se a um discurso apto a governar cidadãos num mundo de desigualdades que ultrapassam o campo da autodisciplina.

O programa disciplinar para alteração do “estilo de vida” investe no comportamento individual, na reforma sentimental e comportamental e expressa uma tônica cristã, pois a mudança proposta não está nas estruturas, mas na mentalidade. A solução está no comportamento do sujeito, assim, a doença da adicção é do sujeito, seja do “dependente” ou do “codependente”.

A transformação do estilo de vida cuja promessa é a superação das supostas falhas de caráter, dá ao “dependente químico” uma face de convertido cristão, um asceta que deposita na arte do bem viver, ou de uma vida moralmente saudável, suas chances de evitar a queda na miséria vislumbrada nos tempos de sua “adicção ativa”.

O programa do complexo terapêutico reproduz modos de pensar a saúde que não são exatamente tradicionais, mas ambivalentes, aí onde jaz sua complexidade e possibilidade de comunicação com uma parcela da população.

Para deixar de ser visto como alguém que solapa as leis da sociedade contratual, descumpra as expectativas familiares, e se desfaz da natureza profunda do seu ser, o sujeito em tratamento adere às verdades de uma política do comportamento que atende aos funcionamentos dos enunciados do nosso tempo.

A construção do conceito de doença da dependência química é um saber que considera, a seu modo, relações entre estruturas sociais e práticas cotidianas que se encontram implicadas na transformação do “adicto na ativa” em “adicto em recuperação”. Tal mudança, vista como um estilo de vida, articula uma reflexão acerca da normatividade e da autodeterminação presentes no método em questão. As práticas de tratamento da adicção química interpelam as ciências sociais quanto à relevância das relações compreendidas entre condições de classe do usuário de drogas e os métodos eficazes de atenção e cuidado.

CAPÍTULO 11 – Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de S. Paulo

Maria Eduarda da Mota Rocha

José Augusto da Silva

Introdução

O fio que tece este capítulo é composto por três linhas que se entrelaçam do começo ao fim.

A primeira delas é a constatação de um pânico social difuso que encontra na Cracolândia um objeto que lhe dê forma, já que esse lugar, tão imaginário quanto real, se impõe ao olhar das classes altas e médias altas, exigindo ser nomeado, em algum esforço de racionalização.

Diferentemente de outras manifestações da miséria, a Cracolândia paulistana está encravada no Centro da cidade que se queria europeizada, com seus aparelhos culturais recém-renovados, de modo que a sua *visibilidade e proximidade* incontornáveis são um ponto crucial na definição das formas de tratamento midiático do tema que nos ocupa.

Por isso, na Folha de S.Paulo, muito mais do que o crack, é a Cracolândia que aparece demandando alguma intervenção enérgica do poder público, ao mesmo tempo em que sua persistência é tratada como sintoma de inoperância e incompetência desse poder, o que termina alcançando todas as três principais forças partidárias em disputa em São Paulo, nas figuras de Kassab, Alckmin e Haddad, embora de maneiras diferentes.

Com a cobertura, cria-se a sensação de que as autoridades estariam “enxugando gelo” quando se trata de “resolver o problema do crack”.

A segunda linha da análise reconstruiu as diferentes perspectivas que foram ganhando contornos mais claros entre 2012 e 2014, diante da incapacidade de governadores e prefeitos eliminarem de uma vez por todas a Cracolândia, em uma espécie de complexificação do tratamento midiático do problema, que foi deixando de ser visto, simplesmente, como uma questão de polícia, para contemplar também uma questão de saúde e, muito eventualmente, alcançar a forma de uma questão social.

Mas, como a visibilidade da miséria que a Cracolândia impõe é um cisma na representação de cidade global que se pretende para São Paulo, o elemento coercitivo nunca esteve fora de questão, na cobertura. Testemunhamos uma ambiguidade da Folha no tratamento do tema, em que a constatação da resiliência da Cracolândia tende a clamar por intervenção policial enérgica, ao mesmo tempo em que as insuficiências dessa intervenção pressionam o jornal a ampliar o enfoque em direção às dimensões sanitária e, em muito menor grau, também social do problema.

A terceira linha a compor a análise é a mais estruturante, porque tenta reconstruir os graus e as formas como, em cada uma daquelas três maneiras de abordar o tema, estiveram presentes as categorias fundamentais dos discursos sobre o crack na Folha: a animalização do usuário e a sua responsabilização moral pelo problema.

Parece haver uma tendência a ampliar o tratamento do crack para além da dimensão policial, abrindo espaço para diferentes perspectivas do ponto de vista da política pública, mas a força da visão animalizada acerca do usuário acaba atraindo os demais discursos, sanitário e social, para a sua órbita, porque tal visão decorre de uma lógica profundamente arraigada na sociedade brasileira, que dificulta a apreciação da “ralé” (SOUZA, 2012), e tanto mais da sua parcela usuária de crack, como gente.

A pesquisa

A coleta foi feita utilizando dois filtros no mecanismo de busca da versão digital do jornal Folha de S.Paulo (FSP): “crack” e “cracolândia”, e abarcou tanto reportagens quanto artigos assinados, notas das colunas “Painel” e “Painel do Leitor”, além dos editoriais.

Dito de outro modo, o que a própria Folha associou a essas duas palavras na categorização de seu material digitalizado foi objeto de uma pesquisa exploratória com a qual foram selecionados alguns episódios em que se tornaram mais explícitas as diferentes posições discursivas sobre o crack, tal como retratadas pelo jornal em função das próprias inclinações.

O resultado foi a seleção de um corpus de 246 itens publicados em versão impressa e disponíveis em versão digital, entre janeiro de

1990 e outubro de 2014, com ênfase maior nos textos posteriores a 2012, quando a polarização ideológica em torno do tema ganhou uma forma mais definitiva.

Partindo daqueles dois filtros, o objetivo principal da pesquisa foi o de identificar as categorias fundamentais que estruturam os discursos mais recorrentes sobre o crack, as diferentes tomadas de posição ideológicas no tratamento do problema, tais como apresentadas na cobertura, e a forma específica de articulação entre aquelas categorias e essas posições.

Tendencialmente, na Folha, a cobertura foi se ampliando para além de matérias sobre crimes e ações policiais, que parecem predominar nos anos 1990 e começo dos anos 2000, para conceder ao crack o estatuto de um tema político, sobretudo a partir de 2012, marco inicial do período que constitui o foco principal da pesquisa.

Tal mudança esteve associada ao campo político em nível federal, porque o tema virou uma espécie de divisor de águas ideológico entre o PT e o PSDB em São Paulo. De um lado, o crack como questão de polícia, como nos casos das intervenções violentas de Kassab e Alckmin na Cracolândia, especialmente aquelas realizadas no mês de janeiro, em 2012 e 2014, que provocaram algumas reações registradas pelo jornal.

Nesse contexto, passou a ser tomado também como questão de saúde (e aí, o desejo de “limpeza” da cidade se manifestou no debate sobre as internações compulsórias), até alcançar alguns lampejos em que se percebe o crack como expressão de um problema social mais amplo. Entretanto, para além das diferenças ideológicas subjacentes a tais disputas, em um nível mais estrutural, o discurso parece se organizar em torno da sobreposição entre a animalização do usuário e a chamada à sua responsabilidade moral, categorias que se fazem presentes nas diversas posições do espectro ideológico, apesar de diferenças importantes de forma e de grau em que aparecem em cada uma delas, como veremos.

A mudança de eixo no tratamento do crack na Folha, de um tema mais estritamente policial e secundário, para um tema político importante, conduziu a análise à identificação dos “momentos fortes” da cobertura e à seleção dos episódios que são o foco preferencial do jornal durante esses momentos, especialmente no período mais recente, entre 2012 e 2014.

O ano de 2012 ofereceu vasto material para a análise, estruturada em torno de três temas.

O primeiro foi uma operação policial especialmente violenta, realizada na Cracolândia em janeiro, após um acordo entre a Prefeitura de Kassab (PSD) e o governo de Alckmin (PSDB), no contexto do lançamento do programa do governo federal (PT) “Crack, é possível vencer”. Intensificava-se, ali, as disputas pelos dividendos políticos potencialmente advindos de um enfretamento mais bem-sucedido do problema.

O segundo foi a “procissão do crack” resultante da proibição de que os usuários permanecessem parados nas calçadas, medida depois considerada ilegal, o que sinalizou a necessidade de complexificar a abordagem midiática e política do problema.

O terceiro foi justamente o tema da “internação compulsória”, que provocou um deslocamento de perspectiva ao enfatizar o crack mais como questão de saúde do que de polícia, embora permanecesse preso a uma suposta necessidade de “limpeza” da cidade, alcançada através da coerção.

Já no ano de 2013, a análise identificou o lançamento do programa “Recomeço”, do governo do Estado, como tema principal da cobertura sobre o crack. Na passagem entre 2013 e 2014, foi a relação entre o programa “De Braços Abertos”, do prefeito Haddad, e a “favelinha” encravada no meio da Cracolândia que mais atraiu a atenção da Folha.

Em meados de 2014, um “cercadinho” que a Prefeitura tentou instalar nas calçadas em que funcionavam as tendas de atendimento dos “Braços Abertos” causou forte reação dos usuários e foi amplamente usado pela Folha no sentido de diluir as diferenças ideológicas entre a gestão do PT e a de outros partidos, tentando atrair a administração Haddad para uma posição mais conservadora de assunção da necessidade de “limpeza” do Centro.

Antes de apresentar mais detalhadamente os resultados, convém problematizar a relação entre a Folha de S.Paulo e as classes sociais no Brasil para entender o enunciatório preferencial de seu discurso sobre o crack.

A Folha de S.Paulo e seu público

O principal referencial teórico para a análise aqui proposta é Pierre Bourdieu, notadamente a sua interpretação do estatuto dos jornais no que chamou de campo da produção ideológica²⁷ (2007, p. 372). Nesse sentido, é muito importante situar a Folha de S.Paulo naquele campo, a partir da forma como ela mesma entende ser o seu público: “A maioria é branca, católica, casada, tem filhos e um bicho de estimação”. (FSP, matéria sobre a pesquisa “Perfil do Leitor”, 11/11/2007).

Em pesquisa mais recente, a composição do público da Folha permaneceu concentrada nas faixas superiores de renda e escolaridade: 78% fariam parte dos segmentos que o mercado nomeia de “A” e “B” e 20%, da faixa “C”, o que significa que, no máximo, 2% dos leitores poderiam pertencer às faixas “D” e “E”. Ter isso em mente é fundamental para entender de que maneira uma certa representação de um leitor branco de classe alta ou média alta conduz o fio das narrativas sobre o crack, no jornal.

Em certos casos, é possível ver mais claramente como ele é internalizado pelo discurso na figura do paulistano indignado, o “pagador de impostos” que perdeu o direito de trafegar com segurança pela cidade e é obrigado a testemunhar a “procissão do crack” na Cracolândia.

A leitura de jornais no Brasil apresenta, de modo geral, um nítido recorte de classe, como mostra a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015: “A escolaridade e a renda dos entrevistados são os fatores que mais aumentam a exposição aos jornais: 15% dos leitores com Ensino Superior e renda acima de cinco salários mínimos (R\$ 3.620 ou mais)

²⁷ Vários autores criticam as análises mais pontuais que Bourdieu teceu da televisão e do campo jornalístico. (LEMIEUX, Cyril, p. 205; OLIVESI, p. 31). De fato, seus trabalhos que tratam desses assuntos não se baseiam em pesquisa empírica extensa e de primeira mão e, portanto, não têm a mesma densidade que suas interpretações acerca dos campos científico ou literário, por exemplo. Mas esse é apenas um dos níveis em que opera a análise bourdieusiana dos meios de comunicação, o de seu funcionamento endógeno. Aqui propomos um caminho alternativo para ressituar os meios de comunicação de massa na teoria bourdieusiana: aquele que os vincula mais diretamente à reprodução das hierarquias sociais, em sua dimensão especificamente cultural. A partir do último capítulo de *A distinção*, é possível reconstruir um aparato conceitual que permite analisar a produção jornalística como parte crucial do campo da oferta de opiniões político-ideológicas. (Cf. ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O estatuto dos meios de comunicação de massa na teoria bourdieusiana da dominação simbólica. Mimeo.)

leem jornal todos os dias. Entre os leitores com até a 4ª série do Ensino Fundamental e renda menor que um salário mínimo (igual a R\$ 740 no momento da pesquisa), os números são 4% e 3%” (PBM, 2015, p. 8).

Esses dados reforçam a interpretação de Bourdieu, segundo a qual certos jornais tendem a se contrapor ao que chamou de produtos “omnibus”, ou seja, “para todos”, tais como a maior parte das emissões da televisão aberta. A Folha de S.Paulo é um veículo de alcance nacional, tendo sido, em 2013, o segundo maior jornal em circulação no Brasil, com pouco menos de 300 mil exemplares impressos vendidos diariamente (Pesquisa do IVC, disponível em <http://www.anj.org.br/moiores-jornais-do-brasil-2/#>).

Mas isso não faz dela um produto “para todos”, já que a segmentação persiste, na medida em que são as elites econômicas e culturais das maiores cidades do país que formam a maioria de seu público. A segmentação faz dos diferentes tipos de jornal uma forma que os indivíduos de diferentes classes sociais encontram para “estar entre os seus” (BOURDIEU, 2007, p. 416).

Esse ponto é crucial para entender o parâmetro geral de construção das notícias e artigos publicados pela Folha: a adesão naturalizada à perspectiva das classes altas, para as quais o problema do crack aparece sobretudo sob a forma da Cracolândia, a “ferida aberta” no Centro da cidade lembrando aos bem-nascidos que vivem em uma sociedade profundamente desigual, justo no contexto de revitalização de aparelhos culturais que os tem como público preferencial.

A leitura da Folha é uma forma das elites econômicas e culturais brasileiras e, especialmente, paulistanas “estarem entre os seus”. Certamente não é um jornal “para todos”, mas, do ponto de vista da oferta de opiniões político-ideológicas, apresenta certa heterogeneidade devida à necessidade de agradar parcelas com inclinações políticas diferentes, a começar pelo fato de que suas matérias tendem a ser lidas tanto por membros da fração dominante da classe dominante, rica em capital econômico, quanto pela fração dominada da classe dominante, rica em capital cultural.

Sendo assim, a julgar pela cobertura do tema do crack, a Folha também faz uso da “gestão racional da concorrência no interior da unidade de produção” – leia-se – entre jornalistas com diferentes posições (BOURDIEU, 2007, p. 414). Tal concorrência e coexistência de pro-

fissionais com inclinações políticas diversas no interior de um mesmo veículo pode ser o meio de oferecer às diversas categorias de leitores, produtos ajustados às suas expectativas opostas.

Quando a polarização ideológica entre PSDB e PT tomou o crack como tema importante, tanto a posição “higienista-conservadora” quanto a “humanitária-progressista” encontraram eco no jornal, como veremos. Mas talvez a conclusão mais importante é que tal polarização articula-se por sobre um pano de fundo comum que cada uma das posições é levada a atualizar de modos e intensidades diferentes: a visão animalizada do usuário combinada à sua responsabilização moral

A (bem) relativa heterogeneidade de opiniões político-ideológicas ofertadas pelo jornal cria, na cobertura analisada, a impressão de que a Folha não poupa nenhuma força ou liderança partidária, em um contexto de forte descrédito da política representativa. Ao longo do tempo, o jornal construiu a forte sensação de incompetência e inoperância do poder público, de modo que as políticas de Kassab, Alckmin e Haddad voltadas para o combate do consumo abusivo do crack receberam, cada uma, a sua cota diferencial de desmoralização.

Desde 2007, a pesquisa sobre o “Perfil do Leitor” já apontava quanto tal estratégia contribuía para reforçar o capital simbólico do jornal: “O leitor está satisfeito com a Folha: considera o jornal crítico com os governantes, pluralista, equilibrado e imparcial” (FSP, 11/11/2007). Na mesma pesquisa, comparando os dados aos obtidos em 1997, ela identificou que “Cresceu a desilusão com os partidos – a maioria, 57%, declara não ter simpatia por nenhum deles (em 2000, eram 45%), houve um aumento dos tucanos (são 18% dos leitores) e uma perda de 21 pontos percentuais dos petistas (caíram de 34% para 13%)”.

A queda abrupta do número de leitores petistas deve estar ligada a um movimento mais geral de mudança da base eleitoral do partido (SINGER, 2012), das classes médias mais escolarizadas leitoras do jornal para as classes populares praticamente excluídas de seu público. Ela pode se dever também à percepção por parte dos simpatizantes do PT de que a Folha estava se deslocando para uma posição mais à direita no espectro.

Dito de outro modo, provavelmente, tanto uma parcela de leitores deixou de apoiar o PT, quanto simpatizantes do partido deixaram de ser leitores da Folha, o que só poderia ser verificado em pesquisa especí-

fica. O certo é que essa tendência ajuda a explicar a forte inclinação à direita verificada na pesquisa sobretudo sob a forma de um clamor por intervenção enérgica na Cracolândia e de uma tentativa mais explícita de atração do prefeito Haddad, do PT, para a vala comum das políticas conservadoras de tratamento do problema, principalmente nos episódios do “cercadinho” e da “favelinha”, em 2014.

Bem antes disso, na virada do milênio, a Folha lançou um material comemorativo dos seus 80 anos, no qual a sua visão acerca do público ganhou contornos ideológicos mais claros quando ela concluía que “visão liberal predomina” com base nas respostas a “temas polêmicos” como a “descriminação do aborto e do uso da maconha” e a “adoção da pena de morte”:

“Na pesquisa de 1997, havia praticamente um equilíbrio, no universo dos leitores do jornal de todo o país, entre os que eram a favor (45%) e os contrários à adoção da pena de morte (51%). Agora a maioria que discorda desse tipo de punição é ampla: 61%, contra 36% que a defendem. Cresceu de 26% para 33% a proporção dos que apoiam a discriminação (sic!) do uso da maconha, embora a opinião francamente majoritária (de 63% dos leitores, contra 69% em 1997) ainda seja refratária a essa mudança”. (<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/>>).

O último dado ajuda a entender por que o tema da descriminalização do consumo de drogas apareceu tão pouco na cobertura sobre o crack. Mas o que interessa é ressaltar de que maneira a Folha compreende a “visão liberal”, como uma maior tolerância no âmbito dos costumes, completamente dissociada do debate sobre o maior ou menor controle do Estado sobre as forças econômicas, ponto do qual depende a capacidade deste último intervir no sentido da diminuição das desigualdades sociais.

Nesse sentido, o “liberalismo” do público da Folha aparece desfigurado segundo a mesma lógica que tenta traduzir o neoliberalismo econômico do PSDB em uma visão mais tolerante no âmbito dos costumes, tal como na cruzada de FHC em defesa da “liberalização” das normas que criminalizam o consumo das drogas no Brasil. Mesmo nessa versão mais inofensiva para o *status quo*, a posição progressista do público “liberal” da Folha não se reflete em uma defesa da descriminalização do uso de drogas pela cobertura.

A animalização do usuário de crack

Como antecipamos, as categorias estruturantes do material analisado são a animalização do usuário e a sua responsabilização moral pelo problema do crack. Para reconstruí-las conceitualmente, o principal fundamento teórico foi a articulação entre a perspectiva bourdieusiana sobre a distinção e a hierarquia valorativa subjacente à cultura moderna tal como analisada por Charles Taylor.

Essa articulação foi proposta por Jessé Souza para entender os impasses de uma modernização periférica como a brasileira e as noções que ele construiu com esse propósito, especialmente as de “ralé estrutural” e “habitus precário” (2012) permaneceram todo o tempo no horizonte da análise.

As duas instituições modernas fundamentais, o mercado e o Estado, demandam uma forma de domínio de si para a adoção de horários, posturas, linguagem, padrões de comportamento que separam o trabalhador fordista do que Jessé Souza chamou de ralé, parcela da população que não tem o habitus primário exigido pelo trabalho formal e que tem que sobreviver às custas de um uso ainda mais direto do próprio corpo, no trabalho braçal, na prostituição etc. (SOUZA, 2012, p. 122).

Ela não é exclusiva do Brasil ou dos países pobres, mas aqui assume um caráter mais estrutural do que no centro do capitalismo, alcançando um terço da população (idem).

Os juízos morais que pesam sobre a ralé se baseiam em um quadro normativo subjacente à moderna cultura ocidental, reconstruído por Charles Taylor (1997). Ele descreve a “ontologia do humano” inerente àquela cultura, ou seja, a concepção que define a condição humana moralmente aceitável, fundada em uma “disciplina pessoal” (TAYLOR, 1997, p. 295) de indivíduos capazes de controlar a si mesmos e de assumir responsabilidade pela própria vida, sendo a família e o trabalho os âmbitos preferenciais em que tal disciplina pessoal precisa se manifestar (TAYLOR, 1997, p. 273) para que o indivíduo seja visto como um ser humano pleno.

O habitus precário é constitutivo da “ralé” uma vez que é justamente a ausência das disposições exigidas pelo mercado e pelo Estado, tais como a visão prospectiva e a disciplina pessoal, que confinam um grande contingente de indivíduos em uma condição subcidadã, no Bra-

sil. Mostrando como, historicamente, esse contingente se formou das figuras do escravo e do agregado, Jessé Souza nos habilita a romper com a visão naturalizada de que tais indivíduos são os responsáveis pelo próprio destino. A sociologia, assim, se predispõe a cumprir seu papel de apontar a opacidade da hierarquia valorativa que subjaz aos juízos morais imputados a esses indivíduos e revelar as condições sociais que reproduzem sistematicamente uma sociedade dividida entre os que são e os que não são “gente” na plena acepção da palavra.

A cobertura midiática do crack em um jornal voltado a um público de alta extração social oferece um material riquíssimo para pensar essas questões em um plano empírico. Tentamos mostrar de que maneira a Folha tece um mosaico de vozes diferentes – às vezes até dissonantes – sobre o crack sem, entretanto, abandonar a perspectiva da animalização do usuário, que o faz ser tomado como uma ameaça a ser banida do Centro da cidade.

Tal ponto de vista, partindo das diferentes frações da classe dominante, dotadas das disposições necessárias a serem avaliadas positivamente nos termos daquela hierarquia valorativa, acaba se impondo aos que, segundo essa mesma hierarquia, não têm direito ao reconhecimento social e à autoestima.

Na base do sistema de classificação prevalecente nas sociedades modernas, o controle sobre o próprio corpo é a principal linha divisória entre as diversas “categorias” de indivíduos, tal como pressuposto no conceito de “estilização da vida” e do que podemos ver como seu avesso, a “animalização”.

Segundo Bourdieu, a estilização é definida como a “intenção de submeter as pulsões primárias ao requinte e à sublimação” (2007, p. 13). É ela que se manifesta como uma disposição estética capaz de distinguir os seus possuidores como seres “sensíveis” prontos para se apropriarem de objetos e práticas segundo o “olhar puro”, que estabelece o primado da forma sobre a função nas práticas de consumo. Tal olhar implica em “recusa de tudo o que reduz o animal estético à pura animalidade, ao prazer sensível e ao desejo sensual” (BOURDIEU, 2007, p. 35).

A animalização permanece mais pressuposta em *A distinção*, mas aqui propomos utilizá-la como o avesso da estilização da vida, que é central na fatura da obra. Tanto que, na conclusão, Bourdieu resume: “Dominados em relação aos dominantes se atribuem a força entendida

no sentido de força de trabalho e de combate, moral, física, viril. Mas isso não impede os dominantes de pensar também essa relação em termos de fortes e fracos, reduzindo a força que os dominados se atribuem à força bruta, de paixão cega, pulsão da natureza (jovens e mulheres) e de se atribuir a força intelectual, autodomínio que predispõe ao controle dos outros, que autoriza a pensar a relação com os dominados (jovens, mulheres, povo) como se se tratasse da relação da alma com o corpo, da cultura com a natureza” (Bourdieu, 2007, p. 443).

A denegação do corpo é fundamental para a articulação entre Bourdieu e Taylor proposta por Souza, na medida em que “o processo de sublimação dos sentidos marcada pela distância em relação à nossa natureza animal e às nossas necessidades primárias” é “a pedra de toque de toda noção de beleza estética e de superioridade moral”, no ocidente moderno (SOUZA, 2012, p. 86).

O controle sobre o corpo caracteriza profundamente o habitus das classes dominantes, de modo a marcar a oposição ao “bárbaro”. As distinções sociais operadas a partir das práticas que demonstram o autocontrole funcionam de modo diferente nas sociedades centrais e nas sociedades periféricas, como mostrou Souza (Cf. SOUZA, 2012).

Mas aqui, cabe apenas apontar de que maneira o quadro normativo que hierarquiza os indivíduos pelo domínio sobre o próprio corpo resulta na animalização do usuário de crack na cobertura da Folha, ainda que se manifeste em graus e formas diferentes em cada uma das posições discursivas identificadas na análise. É o que tentaremos mostrar adiante.

O crack na Folha de S.Paulo

O tratamento do crack como marcador de posições político-ideológicas a partir de 2012

Desde meados dos anos 1990, a Cracolândia se enraizou definitivamente no imaginário coletivo de São Paulo (RAUPP *et al.*, 2011). Não por acaso, no mesmo período, ela se foi impondo como chave principal na abordagem midiática do problema do crack, enquanto a cobertura construía um sentido de inoperância e incompetência do poder público em extirpá-la.

A suspeita é a de que a concentração de usuários no Centro da cidade é uma das razões para a importância do tema do crack na mídia brasileira, em contraste, por exemplo, com a situação do álcool, problema de alcance social muito maior.

Analisando manchetes de matérias publicadas em revistas e jornais brasileiros do ano de 1998, Noto et al. mostram, por exemplo, a desproporção entre o destaque dado aos derivados de coca (9,2% das manchetes), que ocupavam o segundo lugar entre as drogas mais citadas, e o álcool, que aparecia em quarto lugar, com 8,6% (NOTO et al., 2003, p. 12).

Tratando da construção midiática da ideia de uma “epidemia do crack” em 2012, Solange Nappo *et al.* apresenta dados de pesquisa própria realizada entre estudantes, que não indicavam um crescimento do consumo proporcional ao destaque que o tema estava recebendo na mídia (NAPPO *et al.*, 2012). A visibilidade e a proximidade da Cracolândia contribuem decisivamente para torná-la um tema jornalístico da maior importância em São Paulo, a ponto de ter alcançado a pauta política e se tornado um marcador de posições ideológicas decisivo.

Já na década de 1990, o crack foi deixando de ser um tema exclusivamente associado às pautas do jornalismo policial para se tornar um assunto político da maior importância. Nesse movimento, cresceu também a pressão por um tratamento mais complexo do problema, para além da intervenção policial. A pesquisa focalizou, entretanto, a consolidação definitiva do crack como demarcador fundamental de posições no espectro político paulista, no cenário das disputas visando a eleição para prefeito de São Paulo, em 2012.

Ainda em 2011, um artigo de Fernando de Barros e Silva ironizava o lançamento de um plano de revitalização do Centro de São Paulo pela gestão do prefeito Gilberto Kassab (PSD): “Nova Luz, velho crack” (*FSP*, 15/6/2011).

O texto reatualizava a sensação de incompetência do poder público para tratar o problema, que vinha sendo construído desde os anos 1990. Dizia ele: “Chamar a Cracolândia de Nova Luz é uma dessas piadas de humor negro que só São Paulo parece capaz de produzir. Nova Luz é o nome que se dá ao projeto de reurbanização daquela parte especialmente degradada do Centro da cidade. A Cracolândia é a síntese dessa degradação”.

Lembrando que o nome do projeto é o mesmo utilizado pelo então prefeito José Serra (PSDB) em 2005, o autor pergunta: “Estamos em 2011. E o que aconteceu? A Nova Luz é mais Cracolândia do que era seis anos atrás. O projeto patinou em busca da sua viabilidade – refém da letargia do poder público, do cálculo do mercado imobiliário, do despreço das elites pela própria cidade. (...) Enquanto a Nova Luz não vem, o crack se alastra. De tão assombroso, o espetáculo dos *zumbis*²⁸ que orbitam em torno do mercado livre de drogas já se tornou uma espécie de ponto (anti)turístico da cidade. A Cracolândia – a cidade do crack – tem fama internacional”.

O tom irônico reforça a sensação de impaciência diante da inoperância do poder público, mas é sobretudo o reconhecimento da insuficiência da ação policial que torna o texto representativo desse momento da cobertura: “Pode-se criticar pontualmente a inação de policiais, mas é evidente que este não é mais (e nunca foi só) um problema da polícia. Na melhor hipótese, a *PM ali enxugará gelo*. Os moradores da região, *acuados* pela presença dos ‘noias’, têm razões de sobra para reclamar. Mas é bom ter claro que estamos diante de um *fenômeno extremo e complexo, diante do qual o poder público oscila entre ser omissivo e inepto*. A Cracolândia não é um problema a ser enfrentado em dez ou 15 anos por uma espécie de faxina conduzida pelas mãos, ritmos e interesses do mercado imobiliário. Pensar isso é uma forma de crueldade social. Trata-se de uma tragédia que solicita atenção um pouco menos negligente por parte de Gilberto Kassab e Geraldo Alckmin”.

O interesse demonstrado pela situação dos usuários não impede a adesão a uma visão animalizada sobre eles, tal como expressa nas palavras “zumbis” e “noias”. E foi assim em muitos outros casos, nos quais eles foram retratados como “rebotalhos humanos” (FSP, 5/1/2012), “lixo humano” (FSP, 7/1/2012), “mortos-vivos” (FSP, 7/1/2012), “farrapos humanos” (FSP, 7/1/2012) e a Cracolândia apareceu como “aquário de podridão humana” (FSP, 15/5/2014), por exemplo.

Mas, a essa altura, interessa mostrar a crescente grita por uma intervenção do poder público que, sem prescindir da polícia, pudesse am-

²⁸ Todos os trechos de matérias grifados foram destacados para realçar elementos importantes na análise.

pliar a abordagem do problema e encontrar um destino mais definitivo para os usuários, evitando seus sucessivos retornos ao Centro da cidade.

Uma manchete de janeiro de 2012 não poderia ser mais explícita: “Poder público bate cabeça em operação na Cracolândia” (FSP, 7/1/2012). Em seguida: “Órgãos de assistência social foram avisados apenas às vésperas de a PM agir. Oficialmente, Estado e Prefeitura negam precipitação e dizem que estava tudo acertado previamente”.

A reportagem mostra uma tentativa malsucedida de articular a ação policial, sob responsabilidade do governo do Estado, e a ação assistencial, com equipes de saúde a cargo da Prefeitura. O governo do PSDB agiu antes que um centro assistencial da Prefeitura de Kassab estivesse pronto, de modo que os usuários recolhidos pela polícia não tinham para onde ser encaminhados. A falta de comunicação entre os órgãos envolvidos é destacada, e tanto o governador Alckmin quanto o prefeito Kassab saem muito mal no episódio.

A operação casada entre governo do Estado e Prefeitura, em janeiro de 2012, deflagrou um intenso debate sobre a condição dos usuários, seus direitos ou a ausência deles, e abriu caminho para a explicitação de posições discursivas por parte dos envolvidos.

A importância desse fato para a eleição para prefeito de 2012 não passou despercebida pelos analistas políticos do jornal. Em texto de 11 de janeiro, Igor Gielow afirmava: “Por previsível, quase causa enfado a disputa política sobre a ação na Cracolândia paulistana, de resto um imperativo da cidade contaminado desde a saída pelos interesses do combalido governo Kassab. Quem sabia do quê, planos mirabolantes. Ah, as eleições. Agora é a vez do governo federal, que busca estabelecer um roteiro adequado às pretensões eleitorais do pré-candidato a prefeito Fernando Haddad (PT): o de que São Paulo meteu os pés pelas mãos e não participou de um esforço coordenado (pelo Planalto, claro) contra o crack” (FSP, 11/1/2012).

O artigo traça o desenho das disputas em torno do tema, acirradas pelo lançamento do plano do governo federal, “Crack, é possível vencer”, em um contexto de crescente pressão midiática pelo enfrentamento do problema. Àquela altura, as peças já haviam ocupado suas posições no tabuleiro em disputa pelos dividendos políticos potenciais advindos da minimização do problema, no caso, a Cracolândia. Uma nota em “Painel”, do mesmo dia, anunciava que “Na esteira das de-

núncias de abuso da PM na Cracolândia, o PT levará padres e desembargadores hoje à Câmara paulistana em sessão especial da Comissão de Direitos Humanos” (FSP, 11/1/2012). De um lado, a ação abusiva da PM orquestrada por Alckmin (PSDB) e Kassab (PSD). De outro, o PT de Fernando Haddad traçando uma posição diferenciada em relação àquela ação. De um lado, a opção pela força, quer em sua versão policial, quer em sua versão sanitária. De outro, os primeiros sinais de que o crack devia ser tratado como questão social.

Em editorial do mesmo dia, a Folha pareceu pender para um dos lados dessa disputa ideológica, mas apenas porque atacava Kassab e Alckmin como autoridades constituídas. “Começou mal” é o título, fazendo referência à distância entre os objetivos e os resultados da “operação conduzida pelo governo do Estado e pela Prefeitura de São Paulo com vistas a uma solução duradoura para os problemas que se acumulam na Cracolândia – *área degradada*, que reúne viciados em crack, na *região central da cidade*.”

“O que deveria ser uma ação coordenada, na qual a repressão ao tráfico estaria associada a *medidas de caráter social e sanitário*, voltadas para o tratamento de usuários, revelou-se, até aqui, um espetáculo de descoordenação, que tem prejudicado a imagem do poder público e da Polícia Militar.

A impressão de que as autoridades estaduais e municipais articulavam-se para lançar uma ação planejada, com previsão de etapas e estreita sintonia entre forças policiais e equipes de assistência, desfz-se logo nos primeiros dias, quando se noticiou que a ocupação fora decidida pela PM, sem a participação dos órgãos da área social (...).

Em que pesem as dezenas de prisões, a *limpeza física* das ruas e calçadas e a repercussão midiática, o saldo nesses primeiros dias foi a dispersão de usuários e traficantes, muitos dos quais se transferiram para bairros vizinhos. Quem andar pelas ruas da Cracolândia não terá dificuldade em constatar que, mesmo ali, o consumo e a venda de crack prosseguem à luz do dia” (FSP, 11/1/2012).

Veja-se que, mesmo a tentativa de tratamento menos policial do tema esbarrava na adesão à ideia naturalizada de “limpeza” da cidade, que precisou ser adjetivada como “física” para tentar prevenir justamente essa interpretação. A ideia de varrer os usuários para longe impõe-se como um dos limites do dizível estabelecido pelo discurso cor-

rente sobre o crack, inclusive aos que tentam conscientemente se afastar dela, através de uma abordagem mais social do problema. Para entender as nuances da abordagem do crack pelos diversos partidos alinhados, costumeiramente, a diferentes posições discursivas, é preciso apontar o pano de fundo comum com o qual essas diferenças são construídas.

A visão do crack como questão social que o PT tentou construir é minoritária, e a principal razão para isso é que ela se choca com a ideologia liberal corrente que responsabiliza o usuário por sua condição. Ou seja, apesar de ser julgado por não corresponder às exigências postas pela “ontologia do humano” subjacente à cultura ocidental, ao usuário é atribuída a responsabilidade moral por seu problema, ao contrário dos animais, dispensados dessas obrigações.

O primeiro a sentir os efeitos da sobreposição entre animalização e responsabilização moral foi o governador Geraldo Alckmin, ao lançar o “Programa Recomeço”, em maio de 2013, rapidamente apelidado de “Bolsa Anticrack” pela mídia. Antes mesmo de seu anúncio oficial, a Folha informava que “Governo de SP pagará ‘bolsa’ para tratar viciado em crack” (FSP, 8/5/2013). Somente na sequência, se esclarecia que “Estado dará R\$ 1.350 por mês para cada paciente tratado em entidade credenciada”. Ou seja, a questão fundamental, segundo a matéria, era a de saber se o usuário não seria “premiado” com uma bolsa pública em função de seu vício. Tanto que, mais adiante, o leitor era informado de que *“O paciente não receberá a quantia diretamente, mas ganhará um cartão magnético correspondente ao benefício. O cartão será usado para comprovar que os viciados passaram pelo atendimento nas comunidades terapêuticas (centros privados ou de ONGs que acolhem dependentes químicos) que serão pagas pelo governo estadual”*. Em segundo plano, estava a informação de que “Nas comunidades, os pacientes tratarão da abstinência, receberão qualificação profissional e vão se reaproximar de familiares e amigos”. A ordem de prioridades é muito clara: a destinação do dinheiro público para o tratamento do usuário não poderia representar nenhum tipo de recompensa por seu vício, configurando aquela forma de responsabilização moral a que nos referíamos. O reconhecimento das causas sociais do problema, que poderia matizar tal responsabilização, entra em segundo plano e sem esse significado particular, mas apenas como mais uma medida necessária à retirada do usuário das ruas.

Poucos dias depois, em artigo na Folha, o coordenador do Programa reagiu à associação semântica entre o termo “bolsa” e os recursos pagos às entidades responsáveis pelo tratamento dos usuários. Segundo ele, “A expressão ‘bolsa crack’ é, além de abominável, um desserviço à população e um desrespeito aos próprios dependentes e familiares (FSP, 20/5/2013)”. A Folha reconhecia que “Vai no sentido correto o programa do governo do Estado de São Paulo que prevê remunerar instituições privadas especializadas no tratamento de dependentes de crack” (FSP, 26/5/2013). Além disso, lamentava que “Rapidamente o cartão ganhou a injusta pecha de ‘bolsa crack’”. Não convinha lembrar, àquela altura, que o próprio jornal havia utilizado a mesma expressão e que voltaria a usá-la em outras matérias, devido à centralidade da questão do (de)mérito do usuário enquanto objeto de investimento de dinheiro público, que se manteve na perspectiva adotada pelo jornal.

Mais tarde, em janeiro de 2014, seria a vez de o prefeito Fernando Haddad, do PT, sentir as cobranças devidas à responsabilização moral do usuário de crack por causa de sua inadequação à visão moderna de ser humano disciplinado, por ocasião do lançamento do Programa “De Braços Abertos”. A política da Prefeitura contemplava o pagamento de diárias em troca de serviços de varrição e de jardinagem realizados pelos usuários da Cracolândia.

Ao reproduzir perguntas de leitores sobre o controle destes serviços, a Folha aderiu ao seu temor de que os “viciados” fossem “premiados” por seu vício. E, ao fazê-lo, pressionava, com sucesso, a Prefeitura a reconhecer a validade dos juízos morais fundados naquele quadro normativo: “São Paulo vai ‘demitir’ usuário de crack que não trabalhar. Prefeitura planeja excluir 30 beneficiários de programa para Cracolândia. Desligamento, nas próximas semanas, não afetará dependentes que estão fazendo tratamento médico”.

A Folha havia apurado que “mais da metade dos beneficiários não cumpre a jornada diária de tarefas como varrição e jardinagem”. (FSP, 17/5/2015). Mais adiante, lembrava que “Não serão afetadas pessoas com baixa frequência no trabalho, mas em tratamento médico ou acompanhadas por assistente social. Quem for desligado terá de deixar o quarto onde se hospeda”. Como em tantas outras peças, o jornal matizava sua posição tentando impor uma diferença entre “vagabundo” e “doente”, o que era reforçado com a fala de uma psiquiatra

que lembrava que “é um erro esperar que todos os usuários trabalhem. ‘Alguns não dão conta, porque vão ter recaídas, vão passar mal e não conseguem’”.

Assim aparecia uma linha divisória entre os que podem e os que não podem trabalhar, mas de uma forma tão ambígua que não podemos saber ao certo o limite dessa imputabilidade, já que o jornal desliza entre uma concepção do usuário como doente e uma visão dele como moralmente fraco, esta última francamente dominante na cobertura.

O que gostaríamos de sublinhar é a oscilação entre uma visão desse indivíduo como “animal que precisa trabalhar pra virar gente”, mas que não deixa de responder por si, e outra que o vê como “incapaz” que precisa ser conduzido à força para o mundo do trabalho, através da intervenção médica ou policial.

Crack: questão de polícia, questão de saúde ou questão social?

Por sobre o pano de fundo comum da animalização e da responsabilização moral, estabeleceram-se as diferentes posições ideológicas em relação ao problema do crack, tomado prioritariamente como questão de polícia, de saúde ou como questão social em cada uma delas. A apresentação dessas posições e do próprio jornal em relação às forças políticas que as ocupam precisa levar em conta os entrecruzamentos das disputas eleitorais nos três níveis da administração pública.

De fato, o que está em jogo desde então é a tentativa de captura do tema diante da “opinião pública”, porque ele havia conquistado um espaço importante na mídia e poderia servir como marca distintiva entre os diferentes partidos de São Paulo, os mesmos que iriam disputar a presidência dois anos depois e que representam os polos principais do campo político brasileiro ainda hoje.

Nesse cenário, o crack poderia servir para coroar o PT com o signo de “progressista” e confinar o PSDB na sua identidade “conservadora”, de que ainda parecia tentar se desfazer naquele momento. Ao mesmo tempo, a cobertura da Folha parecia forçar uma aproximação entre os dois partidos, uma vez que tendencialmente levava os seus porta-vozes a reconhecerem tanto a necessidade de intervenção pela força quanto a sua insuficiência.

É a persistência da categoria fundamental do discurso, a animalização do usuário, que legitima a sua coerção, sua expulsão do Centro da cidade. A universalidade dessa categoria, sua presença em discursos provenientes das diferentes posições ideológicas identificadas, indica que ela delimita o campo dos possíveis das tomadas de posição discursivas em relação ao crack.

A cobertura do jornal evidencia também uma pressão para a convergência de opiniões acerca da melhor forma de enfrentamento do problema, de modo que o PSDB é instado a admitir a insuficiência da intervenção pela força e o PT a reconhecer que tal intervenção, em algum nível, é imprescindível. Mesmo a grita de profissionais de diferentes campos do saber como o médico, o jurídico e o social, parece produzir discursos mais autovigilantes, tendencialmente em consonância com a parcela mais progressista do público do jornal, sem, no entanto, conseguir romper com aquele limite, na forma como é apropriada pelo jornal.

Em 2012, no momento da ação policial autorizada por Alckmin no Centro de São Paulo, o governo federal havia lançado um novo plano de enfrentamento do crack, e sinalizava a ampliação das verbas federais dos R\$ 127,6 milhões utilizados nas gestões Lula para o patamar de R\$ 4 bilhões disponíveis em 2014, no primeiro governo Dilma (FSP, 12/1/2012), o que nos dá a dimensão da força do agendamento do tema no âmbito das políticas públicas, naquele momento. Àquela altura, havia um total descompasso entre as ações do governo de São Paulo e da União no combate ao crack, uma vez que ainda não haviam discutido como operacionalizar o plano do governo federal no estado.

No dia 13 de janeiro de 2012, o problema voltou à tona, em nota de “Painel”, do colunista interino Fábio Zambeli, intitulada “A fila anda” (FSP, 13/1/2012). Ela dizia que “Mesmo preocupado em colaborar na Cracolândia, o governo de Dilma Rousseff já admite que São Paulo terá ritmo mais lento de integração ao plano federal de combate ao crack”. Mais adiante, ganhava corpo a tentativa da Folha de amenizar as diferenças ideológicas entre o PT e o PSDB/PSD: *“Reunido ontem com Geraldo Alckmin e Gilberto Kassab, o ministro Alexandre Padilha (Saúde) desviou da polêmica acerca dos métodos da PM para expulsar viciados do Centro paulistano e ofereceu apoio ao encaminhamento de dependentes à rede do SUS”*.

As opiniões dos leitores registradas pelo jornal, apesar de heterogêneas, tendem a uma posição discursiva de demanda por intervenção baseada na força. Na verdade, eles servem ao propósito da Folha de explicitar prioritariamente a perspectiva da parcela conservadora das classes altas sem se despir de sua pretensa objetividade.

Em anúncio exibido na TV durante o ano de 2014, a Folha dizia ter uma opinião favorável à descriminalização das drogas, mas insistia no fato de que publica opiniões discordantes da sua. O tema da descriminalização do uso de drogas, porém, pouco apareceu na cobertura. Em uma dessas raras aparições, um leitor discordava de um articulista, defendia a descriminalização e lamentava “o grande número de vítimas do tráfico de drogas; o índice de mortalidade, especialmente entre jovens negros, pobres, de sexo masculino, nas metrópoles brasileiras é assustador e vergonhoso. Entretanto, a grande maioria deles não são vítimas das drogas, mas do tráfico e, por consequência, da ilegalidade das drogas”. (FSP, 2/6/2009).

Muitas das opiniões de leitores selecionadas pelo jornal, porém, reverberavam a perspectiva conservadora de “limpeza” da cidade que é dominante: “O editorial ‘Resolver a Cracolândia’ (‘Opinião’, ontem) segue a norma de colocar o bem-estar dos *viciados* acima do de seus *vizinhos pagadores de impostos, aptos à cidadania* e sujeitos à lei. É ingênuo e nocivo acreditar que ‘laços de confiança’ possam ser formados com *quem já abandonou qualquer razão, valor moral e traço de personalidade*. O jornal cede a ideais e jargões sociológicos de especialistas orientados ideologicamente. Como morador da Nova Luz, faço votos de que a Prefeitura ignore os críticos habituais e, após liberar a área tomada pela droga, recolha seus usuários à revelia. Trata-se do bem-estar geral da *cidade e do seu povo*” (FSP, 7/1/2012).

Reproduzindo uma opinião contrária ao editorial, a Folha tenta se colocar acima da disputa ideológica que ela própria alimenta, e dentro da qual tende a tomadas de posição entre conservadoras e ambíguas, como é possível perceber ao longo de toda a análise. E ao dar voz a um morador da Luz indignado com a proximidade dos usuários de crack, a Folha autentica as próprias tomadas de posição, uma vez que a figura do habitante do Centro tende a aparecer como a projeção do seu público no interior do discurso, em uma operação discursiva que expulsa os usuários para fora dos limites da “cidade e de seu povo”. Em última

instância, é a oposição entre o “viciado” e o “pagador de impostos” que legitima a perspectiva dominante de “limpeza da cidade”, dentro daquele quadro normativo identificado por Taylor como típico da cultura ocidental.

Como veículo voltado para as frações dominantes e dominadas da classe dominante, a Folha precisa dar eco a posições discursivas divergentes, tanto as que se alinham sem hesitações à perspectiva da “limpeza” da cidade quanto as que se opõem explicitamente a ela, além de todas as posições intermediárias dentro do espectro ideológico formado em torno da questão do crack no interior das classes a que se destina.

Mas, mesmo quando os leitores tentam ampliar o escopo da discussão sobre o crack para além da ideia de “limpeza” da cidade, a visão animalizada dos usuários também pode se manifestar, como no exemplo a seguir: “Na cracolândia, as autoridades preferem ‘soluções mágicas’, como dispersar os viciados, em vez de mobilizar a sociedade para uma solução humana e integradora daqueles indivíduos. A preocupação é geralmente patrimonialista, conforme evidenciam os protestos dos comerciantes ‘incomodados’ com a visão decadente do *lixo humano* produzido por nós mesmos”. (FSP, 7/1/2012).

Tal visão animalizada, entretanto, é mais franca do outro lado do espectro ideológico, como deixa ver a seguinte opinião: “Os ‘mortos-vivos’ da Cracolândia – que, segundo uma leitora, ‘saem da invisibilidade e expõem nossas mazelas e nos acusam de incompetência em lidar com essa vergonha moral’ – tiveram a *opção calcada em seu livre-arbítrio*, em seu passado, de não se drogarem. Se o fizeram, a culpa não é minha ou da sociedade, que, aliás, em sua maioria, é contra as drogas e não deseja ver liberada nem mesmo a maconha, como rezam alguns ‘descolados’!” (FSP, 24/10/2012).

A peça é particularmente explícita na sua articulação entre uma concepção animalizada dos usuários que, entretanto, não os isenta das obrigações morais concernentes aos seres humanos.

Entre o final de 2012 e o começo de 2013, foi o tema da “internação compulsória” proposta pelo governo do PSDB que provocou as maiores reações dos leitores, especialmente depois de um texto de Drauzio Varella favorável àquela medida, intitulado “As Mães do Crack” (FSP, 1/12/2012). Uma concepção de ser humano pleno aparece em negativo na descrição que um leitor faz dos usuários: “Em relação ao

artigo ‘Não à internação involuntária e compulsória’, de Marcos Valdir Silva (‘Tendências/Debates’, ontem), é lamentável o articulista afirmar o seguinte: ‘A condição dos usuários de drogas não retira dessas pessoas o direito à autonomia e a uma vida plena de realizações’. *Que realizações um usuário de crack que chega ao ponto de deixar a vida e a família para trás pode ter; além de usar mais crack? Que autonomia uma pessoa que já perdeu completamente a dignidade pode ter?’* (FSP, 22/1/2013).

Mais significativo ainda era o temor de que a Cracolândia, em vez de um “câncer localizado”, se espalhasse pela cidade toda, mesmo entre leitores que discordavam da intervenção violenta: “Parabéns à Folha pelo editorial ‘Resolver a Cracolândia’, que tratou com tanta sensibilidade o tema. Concordo que não é de forma higienista que resolveremos esse problema tão grave. A dispersão dos usuários, sem o apoio necessário, *fará apenas com que eles mudem de endereço, persistindo o problema*”. (FSP, 7/1/2012).

Na seção “A semana em 16 frases” (FSP, 8/1/2012), temos uma seleção interessante. A respeito da ação de “limpeza” da Cracolândia, um policial indagava: “Você prefere tratar um *câncer localizado*? Ou com ele *espalhado por todo o corpo*? É isso o que estamos fazendo: espalhando o câncer”, enquanto o ponto de vista dos usuários era supostamente representado na frase: “Não temos para onde ir (viciado expulso da Cracolândia)”.

De fato, a celebração da ação policial na Cracolândia foi se tornando cada vez mais rara conforme passavam os dias, e o episódio foi decisivo para uma tentativa de correção de rumos na política estadual em direção à abordagem do crack como questão de saúde, bem como para a clareza quanto à posição do PT de Haddad a respeito de seu lugar no espectro ideológico. Uma oposição entre “higienistas” e “humanitários” foi ganhando forma, até o seu ápice quando do lançamento do programa “Braços Abertos” em janeiro de 2014. Por exemplo, matéria de 15 de janeiro de 2012 abria a manchete com uma frase do então candidato a prefeito pelo PT: “Operação na Cracolândia é ‘desastrada’, diz Haddad. Pré-candidatos do PSDB, Covas e Matarazzo saem em defesa de prisões. Atuação da polícia no Centro de SP divide os principais concorrentes à Prefeitura e esquenta a sucessão municipal”.

Naquele momento, o PSDB ainda firmava posição em defesa da ação policial: “‘A ação é muito acertada. A população esperava que o Estado tomasse essa iniciativa na Cracolândia’, afirmou o secretário estadual de Meio Ambiente, Bruno Covas. ‘Não é fácil mexer nesse *vespeiro*, mas a PM tem que ser firme e enérgica’”, complementou o pré-candidato. Aos poucos, o PSDB terminaria assimilando o golpe e propondo uma abordagem do crack mais fundada em tratamentos de saúde. Mas aí, o móbil da “limpeza” da cidade conduziu a discussão para a “internação compulsória”.

No episódio da intervenção desastrada de janeiro de 2012, a cobertura midiática caminhou no sentido de ecoar os discursos deslegitimadores das ações violentas, principalmente porque não impediam o retorno dos usuários e, em menor medida, porque tampouco respeitavam os direitos humanos. Na verdade, um dos impasses representados pela Cracolândia na Folha diz respeito justamente a essa dubiedade no discurso.

Por um lado, ao adotar um tom denunciante em relação à persistência do problema e à inoperância dos governos, de certa forma, o jornal clama por uma intervenção forte e rápida, geralmente associada à polícia. De outro lado, ao repercutir a grita de profissionais da área do direito, da saúde e da assistência social contra esse tipo de ação, o jornal tende a corroer a legitimidade das intervenções pela força. O caso de 2012 mostra o pêndulo tendendo a uma demanda pela complexificação das políticas públicas voltadas à Cracolândia e, nesse sentido, por uma postura menos aderente à visão de que a polícia era a solução.

Como o debate explicitava o caráter conservador da ação casada entre Alckmin e Kassab, o PSDB também foi sendo empurrado na mesma direção. Um primeiro passo foi o reconhecimento do abuso policial na ação da Cracolândia. Matéria de 16 de janeiro já tratava o acordo entre Alckmin e Kassab nos termos de uma cumplicidade: “Reunião de Alckmin e Kassab selou uso ostensivo da PM na Cracolândia. Encontro ocorrido em 1º de dezembro pôs fim à hesitação entre priorizar intervenção policial ou políticas sociais. Começo da operação também foi motivado pelo temor de que a gestão Dilma e o PT se apropriassem do tema”.

A manchete e o subtítulo explicitam a polarização ideológica que se formou em torno do crack, bem como as forças políticas que se alinharam em cada um dos polos.

A cobertura é interessante também para mostrar como, na perspectiva da Folha, operava-se um deslocamento do PSDB à direita e do PT ao centro do espectro político. Até aquele momento, o sucesso eleitoral das políticas sociais dos governos Lula tinha levado à formação de um consenso em torno delas (André Singer, 2012) e a uma tentativa retórica, por parte dos outros partidos, de redução da diferença percebida em relação ao PT. Isso explica a hesitação do PSDB entre o “higienismo” e as “políticas sociais” registrada pela matéria.

Por outro lado, o conservadorismo político de uma parte importante do eleitorado, representado por um segmento do público da Folha que ela mesma entende ser crescente, alimenta uma pressão mais geral à convergência dos discursos na direção de colocar o combate à Cracolândia como prioridade no tratamento do problema do crack, pressão da qual o PT não escapa.

Mas, devido à crítica dos especialistas ao caráter “higienista” da ação tucana e à própria heterogeneidade de seu público, a Folha foi se confinando em uma posição discursiva ambígua, de clamor por alguma intervenção e de descrença na eficácia e, eventualmente, até na legitimidade de uma ação policial violenta.

Tal tendência também funciona no sentido contrário, a da minimização da diferença entre os partidos pela adesão parcial do PT à visão da Cracolândia como ferida aberta na cidade e, conseqüentemente, à ideia de que alguma intervenção forte é necessária, mesmo que seja este partido o que adota a posição mais à esquerda no espectro, principalmente depois do Programa “Braços Abertos”, lançado em janeiro de 2014 pela gestão do prefeito Fernando Haddad.

Em síntese: sobre o patamar comum do pânico social representado pela Cracolândia e do reconhecimento da necessidade de ação por parte do poder público, estabelecem-se as diferenças discursivas que levam os partidos a priorizarem a “intervenção policial e sanitária” ou as “políticas sociais” na abordagem do problema, apesar de suas divisões internas, como mostrava a matéria de janeiro de 2012 (FSP, 16/1/2012). Ela também concluía que, “após críticas da Promotoria, do Judiciário e da Defensoria Pública, o governo proibiu o uso de bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar usuários”.

Três dias depois, já estávamos em outro nível de maturação nessa tendência de converter o crack em problema de saúde, em vez de redu-

zi-lo a uma questão de polícia. A manchete dizia “Tucano promete rigor contra abuso policial” (FSP, 19/1/2012). E mais: “Governador Geraldo Alckmin diz que haverá ‘tolerância zero’ se ocorrerem arbitrariedades na operação na Cracolândia. De acordo com ele, ação prendeu traficantes e criminosos que estavam entre os usuários de drogas na região central”.

Mas era necessário costurar a ação passada com a nova posição discursiva e, nesse sentido, a matéria fazia Alckmin balançar: “O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), voltou a defender a ação da polícia na Cracolândia, apesar das críticas pelo uso de balas de borracha e bombas de efeito moral nos primeiros dias da operação”.

O fundamento moral dessa justificação era o caráter criminoso de boa parte dos penalizados pela ação: “Segundo ele, não havia apenas *doentes* (viciados) no local, mas *criminosos*. ‘Nós prendemos ali 43 *fugitivos* da polícia – *homicidas, traficantes, estupradores*. Foram também estourados dois laboratórios que fabricavam o crack’, afirmou em entrevista à TV Folha”. Mas, de novo, a oscilação: “Mesmo assim, o governador prometeu que haverá ‘tolerância zero’ contra a violência policial e todo tipo de arbitrariedade cometida por agentes públicos”.

As imagens que circularam na época, de usuários sendo alvejados por balas de borracha, contribuíram para a reação que levou a polícia vetasse seu uso na Cracolândia.

O PSDB, a “internação compulsória” e a “procissão do crack”

A “internação compulsória” apresentou-se, para a gestão Alckmin, como uma solução intermediária entre a “limpeza” da cidade e a repressão policial que havia gerado tanto ruído. Com ela, o tratamento do crack como questão de saúde parecia compatível com a intervenção pela força para o expurgo da Cracolândia. Na mesma matéria de 19 de janeiro de 2012, Alckmin ainda se dizia contra essa medida, mas a internação já se colocava como objetivo maior da ação do governo. “Vamos internar o maior número de pessoas possível. Estamos internando em média de seis a sete pessoas por dia”, disse. De novo, o efeito de inoperância do poder público se estabeleceu quando a Folha arrematou: “O governo comemora, mas o número é baixo diante do total de viciados.

Segundo a Polícia Civil, cerca de 2.000 frequentavam a Cracolândia em busca de drogas, com um giro diário de 600 consumidores”.

De fato, o problema parecia à Folha estar “Sem solução à vista”, como dizia o título do editorial do dia seguinte (FSP, 20/1/2012). Na sequência, vemos a demanda pela complexificação da abordagem a que temos nos referido: “Maior empecilho para enfrentar a questão do crack é a ilusão de que haja saída fácil ou simples para o drama da dependência química”. Junto com ela, a deslegitimação relativa da intervenção policial: “A operação iniciada há 17 dias pecou pela ênfase na repressão. *A Polícia Militar é mais fácil de mobilizar que de controlar*, pois se pauta pela lógica do confronto. Com a reação negativa do público diante da violência e da *gratuidade das medidas repressivas* – como forçar os ‘noias’ a dar voltas no quarteirão –, o governo estadual recuou”. Em seu lugar, uma proposta: “a ação precipitada deixou em segundo plano o componente da assistência social e sanitária, crucial para que a operação não resulte apenas cosmética”.

Mesmo clamando por uma abordagem mais complexa do problema por parte do poder público, o jornal aderiu ao elemento mais estruturante dos discursos em circulação, quando elencou o objetivo principal de todas as ações, policiais, sanitárias e sociais necessárias: “Acima de tudo, é preciso ter clareza de que o *flagelo do crack pode ser contido em uma área específica como a Cracolândia*, e talvez até eliminado, mas também de que isso não é trabalho para dias nem semanas, e sim meses ou anos”.

O debate se estendeu, alimentando a mesma tendência já identificada. No mês de agosto, uma decisão judicial trouxe à tona outra vez a polêmica em torno da ação policial de 3 de janeiro. A manchete dizia que: “Juiz proíbe expulsar usuário da Cracolândia. Pela decisão provisória, PMs só podem abordar quem for flagrado consumindo ou traficando drogas na região. Objetivo é evitar ‘situação vexatória, degradante ou desrespeitosa’ nas operações policiais” (1/8/2012).

A Folha registrava que, durante as ações policiais na Cracolândia, os usuários eram impedidos de ficar parados nas calçadas e eram obrigados a circular. E acrescentava: “A ação ficou conhecida como ‘*procissão do crack*’ e, segundo o governo, tinha o objetivo de prender traficantes, restringir a chegada da droga e dispersar os dependentes para facilitar a atuação de agentes de saúde. O Ministério Público, que

entrou com pedido de liminar, afirmou que a ação foi *ineficaz*. E que a operação da polícia de expulsar usuários *fere o direito constitucional*. A liminar foi concedida ontem pelo juiz Emílio Migliano Neto, da 7ª Vara de Fazenda Pública”.

A “procissão do crack” é uma das imagens mais fortes produzidas ao longo da cobertura. Apesar de poucas vezes ser nomeada dessa forma, ela permanece subjacente à visão da Cracolândia como lugar de um desfile de “zumbis”, de “mortos-vivos” vagando sem rumo e sem propósito, sempre que dispersos por alguma intervenção do poder público.

Tanto que, no começo de 2014, quando do lançamento do Programa “Braços Abertos” pela gestão do prefeito Fernando Haddad do PT, ela foi outra vez usada para demonstrar o suposto fracasso daquela política pública. Manchete de 18 de janeiro de 2014 dizia: “Cracolândia volta a ter ‘procissão’ de viciados após ação da Prefeitura. *Limpeza* de rua que concentrava consumo de crack leva usuários a procurar novo local”. Explicando o cenário, a Folha lembrava que “a dispersão começou na manhã de ontem, quando assistentes sociais e funcionários de limpeza da Prefeitura retiraram os usuários de drogas e limparam a rua”.

Nessa frase, é importante destacar a aproximação discursiva entre a limpeza da rua e a retirada dos usuários pelos assistentes sociais. E a perspectiva de classe que fundamenta toda a cobertura tornou-se mais explícita: “Surpreendidos, motoristas que passavam pela região chegaram a dar marcha à ré quando viram os usuários circulando pela área”.

A visibilidade do problema do crack sob a forma da Cracolândia aparece como marca principal na cobertura. Por isso sua remoção pela força nunca está completamente ausente do horizonte do discurso de maior circulação.

O tema da “internação compulsória” é particularmente importante por funcionar como um gatilho para a explicitação das visões sobre o usuário em cada uma das posições discursivas. Em artigo de 8 de janeiro de 2013, a então secretária estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa Arruda, deixou claro seu ponto de vista desde o título: “Internação compulsória com amparo da lei. Quando usuários de droga colocam a vida em risco, submetê-los à força a tratamento não viola, mas resguarda direitos humanos”.

A interdiscursividade em relação aos discursos centrados na categoria de “direitos humanos” tornou-se ainda mais manifesta: “É importante esclarecer que essas internações não violam os direitos fundamentais de ir e vir de uma pessoa. Ao contrário, elas podem acontecer para assegurar e garantir os direitos fundamentais à vida, à integridade física do dependente químico e à segurança de todos os cidadãos”.

Note-se a mudança sutil de foco na apresentação dos objetivos da política pública, da integridade física do dependente para “a segurança de todos os cidadãos”. A visão animalizada do usuário aqui é necessária para justificar a subordinação de sua vontade às autoridades médicas e jurídicas, diante do fracasso dele próprio e de sua família na condução de sua vida.

Tratando de casos extremos, a autora manifesta o quanto a negação do estatuto de “gente” prepara o terreno para a justificação da internação involuntária: “Há também as situações em que as pessoas romperam os laços familiares e estão *jogadas nas ruas, sem a possibilidade de decidir com consciência* sobre a sua condição de sobrevivência com dignidade. Essa realidade tem sido muito comum na Cracolândia”.

Na outra ponta do espectro ideológico, um artigo de Marcos Valdir da Silva, vice-presidente do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo, dizia “Não à internação involuntária e compulsória” (*FSP*, 21/1/2013), acrescentando que “Não aceitamos a higienização como medida de combate ao uso de drogas, sem que antes se invista em saúde, assistência social e moradia”. Traçando uma linha de continuidade entre a ação policial de janeiro de 2012 e o anúncio da adoção da internação compulsória no início de 2013, o autor é taxativo: “Higienização é a forma mais clara e objetiva de denominar tal medida. O Estado ‘despoluirá’ o Centro, realizando a internação, sem garantir de fato um atendimento digno dentro dos preceitos do SUS”. Aqui se manifesta a pressão para tratar o crack como questão social, e não somente como questão de saúde ou de polícia.

Mas os limites do dizível em relação às medidas do governo parecem circunscrever o texto, de modo que “Não é possível aceitar a internação involuntária ou compulsória como a *principal* estratégia para o enfrentamento do uso de drogas nas ruas da capital”. Situando-se na linha dos que defenderam a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial, o autor vê a política Tucana para o crack como um retrocesso.

Mesmo que em alguns momentos tenha se posicionado contra a internação compulsória, a Folha fez questão de construir uma proximidade ideológica entre o PT e o PSDB a partir da visão de que o “viciado” deve estar sujeito à intervenção do poder público contra sua vontade. A seção “Painel” de 14 de janeiro de 2013, dizia que “Apesar das restrições de Fernando Haddad à internação compulsória de dependentes de crack, dois aliados do petista declararam apoio ao procedimento, adotado pelo governo paulista no Centro da capital. (...) A secretária Luciana Temer (Assistência Social) disse, em entrevista recente, que há casos em que a medida é ‘medicamento necessária’. O ministro Alexandre Padilha (Saúde) afirmou, em dezembro, que os consultórios de rua do governo estarão aptos a orientar o recolhimento involuntário”.

Os casos em que, por razões psiquiátricas, o indivíduo “perde a capacidade de decidir” aparecem como justificativa para uma intervenção pela força que, ao fim e ao cabo, dificilmente é descartada do horizonte de possibilidades das políticas públicas voltadas ao crack, já que, de fato, o que está em jogo é sobretudo o pânico social provocado por sua visibilidade sob a forma da Cracolândia.

A ausência de critérios claros que permitissem estabelecer quem deveria ou não ser objeto de uma internação compulsória é indício de que, na abordagem midiática da Cracolândia, esta parece ser uma “zona cinza” em que se misturam diferentes tipos sociais, mas na qual aqueles que são vistos como uma ameaça para os outros e para si mesmos acabam contaminando a visão do todo, e assim justificando a intervenção pela força, em suas diferentes modalidades, a da “internação compulsória” para os “viciados” e a da ação policial para os “traficantes”.

PT, a “favelinha” e o “cercadinho”

Com o lançamento do Programa Braços Abertos pelo prefeito Haddad, o PT ensaiava a mudança de eixo na abordagem do problema que, de questão de polícia e de saúde, poderia ser tratada também como questão social. Já em outubro de 2013, o leitor da Folha ficava sabendo que “Gestão Haddad reduz leitos para internação de viciados. Contratos com clínicas não foram renovados, levando ao corte de 100 vagas”.

O que era destacado na manchete como uma lacuna, somente na sequência era reconhecido como uma mudança de enfoque: “Contrária a isolamento, Prefeitura diz que vagas foram repostas em casas em que paciente pode sair para trabalhar (...) A administração municipal chama essa política de ‘redução de danos’”.

Realçando a oposição ideológica em torno do tema, a Folha destacava que “o novo modelo se confronta com o programa do governo paulista, iniciado em janeiro deste ano, que prevê internação involuntária – contra a vontade do dependente – em hospitais e clínicas da rede estadual” (FSP, 21/10/2013).

Apesar da “novidade do modelo”, na cobertura, ele apareceu como uma resposta para a velha grita pela “limpeza” da Cracolândia. Tal efeito discursivo foi produzido pela associação tecida pelo jornal entre o lançamento do “Braços Abertos” e o episódio que ficou conhecido como “favelinha”. Matéria de 4 de dezembro de 2013 alertava que “‘Favelinha’ surge em calçada na Cracolândia”. O próprio secretário municipal de saúde aparecia em manchete admitindo que “Situação é constrangedora” (FSP, 17/12/2013).

No corpo da matéria, a Folha informava que *“Desde julho, depois que o governo do Estado demoliu prédios do entorno que eram usados como moradia, os usuários de crack voltaram a erguer barracos pelas ruas da região. Hoje, estima-se que cerca de 500 pessoas vivam em barracos e outras 300 circulem diariamente pelo local. Os números são similares àqueles de antes da operação policial do Estado em 2012”*.

No mesmo dia, outra matéria anunciava o que entendia como mais importante a respeito do Programa Braços Abertos, da Prefeitura: “A ‘frente de trabalho’, como o projeto é chamado, é uma tentativa de *convencer os moradores a deixar o local*. A ação será articulada com oferta de vagas de internação para viciados, auxílio aluguel e reforço na limpeza, para *evitar a construção de novos barracos*” (FSP, 17/12/2013).

Deste modo, a estreia do Programa na cobertura se dá como contraponto à “favelinha” e, portanto, mais uma vez desliza do foco no problema do usuário para o usuário como problema do público leitor preferencial, das classes altas, ressentidas por ver uma “ferida aberta” no coração de uma cidade que pensam ser sua, tanto mais depois que equipamentos culturais de seu interesse foram recuperados, naquela re-

gião. Em vez de um Centro europeizado, a dura realidade da desigualdade brasileira insistindo em se fazer notar.

De novo, nos deparamos com os limites do dizível postos pelo discurso dominante pois, apesar de diferenças ideológicas importantes, os atores políticos situados nas diferentes posições do espectro, segundo a cobertura, tendem a tomar como seu o objetivo de “limpeza” da cidade, uma vez que suas políticas não podem ignorar o pânico social dirigido à imagem da Cracolândia, alimentado pelo jornal.

Por exemplo, no começo de 2014, às vésperas do anúncio oficial do Programa Braços Abertos, a Folha registrava que “Moradores do Centro se unem para exigir o fim da Cracolândia, e cogitam ir à justiça contra a Prefeitura e o governo do Estado para acabar com a ‘favelinha’” (FSP, 3/1/2014).

Na outra ponta da pressão pela “limpeza” da cidade, o ideário ligado ao conceito de direitos humanos e ao movimento antimanicomial, mais presente nas tomadas de posição política à esquerda do espectro, tendia a esvaziar a legitimidade de uma intervenção pela força por parte do PT, quer sob a forma da polícia, quer sob a forma da internação compulsória. Embora francamente minoritário na cobertura da Folha, ele se manifestava na fala de especialistas e instituições que se esforçavam para fazer do crack mais uma questão social do que uma questão de polícia, ou mesmo, de saúde, entendida naqueles termos.

Nesse sentido, é exemplar uma matéria que tratava de uma pesquisa da Fiocruz que, segundo a jornalista, contrariava algumas “premissas do atual PLC 37/2013, projeto de lei de autoria do deputado Osmar Terra (PMDB-RS) que altera a lei de drogas no país. A primeira diz respeito ao número de usuários no país: os autores estimam em pouco mais de 700 mil, contra estimativas anteriores de mais de 1 milhão, o que justificaria medidas urgentes. O segundo toca a proposta de internação compulsória: pelo estudo, 78,9% dos usuários já desejam o tratamento” (FSP, 20/9/2013).

Os dados batem de frente com a posição ideológica mais conservadora porque mostram que, nela, os contornos imaginários do problema do crack estão inflados e a capacidade de decisão dos usuários que, em última instância, justificaria a sua submissão pela força, é minimizada.

A abordagem política e midiática do crack como questão social nunca deixou de enfrentar a barreira posta pela visão de mundo calcada na exclusiva responsabilidade moral do usuário sobre seu problema.

Ainda em vias de maturação, a aposta na “redução de danos” já se via diante desse tipo de resistência. Um exemplo significativo pode ser encontrado em artigo de Reinaldo Azevedo publicado no final de 2013: “A Cracolândia voltou a seus dias de esplendor, estimulada pela mal digerida política de redução de danos. Voltou, mas num estágio superior. Agora já há uma ‘civilização do crack’, com seus teóricos, seus artistas, sua arquitetura... Logo os veremos no Esquenta, da Regina Casé. Se viciados em clarineta, Chicabon ou cigarros Hollywood decidissem privatizar uma área da cidade, cassando direitos de terceiros, impondo-lhes uma disciplina ao arrepio da lei, não duvidem de que seriam reprimidos. Clarineta, Chicabon e Hollywood não alcançaram ainda o estatuto de uma cultura da resistência. O desgraçado que mora no Centro da cidade que pague o ‘Imposto Michel Foucault’ – refiro-me ao filósofo que está na raiz desse pensamento torto que advoga, no fim das contas, que o direito à autodestruição supõe a supressão de direitos alheios” (FSP, 20/12/2013).

O tom de ironia ferina permite ver sem atenuantes a responsabilização moral do usuário, representada no seu direito à autodestruição, desde que não incomode os outros. Ela vem como corolário da animalização dessas pessoas, tal como na afirmação irônica acerca da existência de uma “civilização do crack”.

O efeito supostamente risível provocado por essa expressão decorre da aproximação de termos que parecem se excluir, no caso, “crack” e “civilização”. Preenchendo as entrelinhas, isso equivale a dizer que os usuários são o avesso da civilização. O alinhamento discursivo com a posição do morador do Centro é outra marca forte dessa tendência, já que este aparece como o pretexto para a reivindicação de “limpeza da cidade” ao servir de figura cujos direitos estariam sendo defendidos. Mas convém não esquecer que tal figura representa, no interior da cobertura, o leitor das classes altas e médias altas, público preferencial da Folha. É sobretudo em nome deste último que o jornal tende a reivindicar a eliminação da Cracolândia.

O episódio do “cercadinho” foi o ponto de máxima pressão da Folha para tragar Haddad para uma posição conservadora e de con-

cessão do PT à necessidade de “limpeza” da cidade. Em 14 de maio de 2014, o leitor era informado de que “São Paulo faz ‘cercadinho’ para usuário de crack. Prefeitura tenta colocar dependentes de drogas que circulam nas ruas da Cracolândia dentro de área gradeada” (FSP, 14/5/2014).

Não por acaso, a matéria é um dos poucos exemplos em que os usuários aparecem como sujeitos e não somente como objeto de preocupação alheia, já que se tratava, para a Folha, de cortar o vínculo simbólico entre eles e a Prefeitura, construídos pela política de redução de danos. Ela também explicita o caráter ambivalente, no melhor dos casos, de uma cobertura que adota a perspectiva da “limpeza da cidade”, mas que não pode ignorar os discursos em defesa dos usuários.

Dizia o texto que *“A Prefeitura de São Paulo tentou na tarde de ontem colocar usuários de droga da Cracolândia dentro de um cercado de metal, que foi erguido na esquina da alameda Cleveland e da rua Helvétia. Normalmente, a concentração de usuários fica disposta no meio das ruas do entorno, principal ponto de venda e consumo do crack. As grades foram colocadas por volta das 16h ao redor do calçadão. Cerca de uma hora depois, viaturas começaram a levar pacificamente o grupo que estava concentrado na alameda Dino Bueno para a área do ‘cercadinho’. Indignados com as grades, os usuários resolveram ocupar a tenda ‘Braços Abertos’, localizada na rua Helvétia (...) Afirmaram ainda que aceitariam mudar o ponto de concentração para a esquina da Helvétia com a Cleveland, mas não toleram as grades”*.

É razoável supor que a razão de tal indignação seja a explicitação de uma visão animalizada a respeito dos usuários, que o cercado aproxima da condição de gado. É claro que uma administração alinhada a uma abordagem mais progressista do problema teria muito que se explicar pela adoção de tal medida.

Essa explicação, em um primeiro momento, adotava sem constrangimento o ponto de vista do morador/leitor das classes altas e médias altas: “‘Estamos tentando liberar as calçadas e ruas para garantir o direito de ir e vir da população’, afirmou Roberto Porto, secretário municipal de Segurança Urbana” (FSP, 14/5/2014).

No dia seguinte, o prefeito foi mais sutil, mesmo que, segundo a Folha, continuasse a sustentar a necessidade de varrer os usuários das calçadas: “População compreenderá a medida, afirma Haddad. Para

prefeito, meta é desobstruir ruas e calçadas para liberar a passagem”. (FSP, 15/5/2014). Mas, na sequência, somos informados de que “No final da tarde desta quarta, funcionários da Prefeitura substituíram grades do ‘cercadinho’ por cones e fitas”.

A Folha aproveitava o fato para colocar em lados opostos os beneficiários do “Braços Abertos” e a Prefeitura, justamente aquela que tentava alcançar uma abordagem mais complexa do problema. No mesmo dia em que Haddad aparecia se explicando, outra matéria estampava: “Usuários de crack rejeitam ‘cercadinho’”. (FSP, 15/5/2015). Para que não restassem dúvidas, um dos idealizadores do “Braços Abertos” aparecia reconhecendo a “capitulação” do PT diante da Cracolândia: “Quando a situação aperta, as decisões têm ido mais para o lado opressor e higienista do que para o das políticas de redução de danos, diz o psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira (...) Para ele, a ação da Prefeitura errou ao não combinar com os usuários o que seria feito. ‘O diálogo é parte da redução de danos’”.

A semelhança entre as ações dos diferentes governos na área é o sentido geral que a matéria tenta construir: “Um dos principais críticos às ações de 2012” (convém lembrar: trata-se da intervenção policial violenta orquestrada por Alckmin e Kassab), “o defensor público Carlos Weis diz que *a história se repete*” (FSP, 15/5/2014). O “cercadinho” representaria a adesão do PT a uma visão animalizada acerca dos dependentes e essa “traição” é reforçada pela reprodução da fala de um deles ao final da matéria: “‘*Não somos animais*’, disse um usuário”. Não surpreende que a perspectiva desses últimos tenha sido de especial interesse para o jornal nesse momento: “‘Na terça, parou um cara e se debruçou na grade e ficou olhando para dentro. Tinha uma grade só, mas *ficou olhando a gente como se fosse um monte de bicho*”, conta Anderson, 50”.

Antes disso, no debate sobre a “premiação” dos “viciados” pelo pagamento de diárias em troca de serviços de varrição e jardinagem, a Folha já havia aproveitado para alinhar Haddad àquela “ontologia do humano” identificada por Taylor e que funda os discursos sobre a Cracolândia.

Ensaando o lançamento de um programa específico para o Parque Dom Pedro, Haddad aparecia traçando uma linha divisória entre os cidadãos e os subcidadãos semelhante àquela que endossava as inter-

venções violentas na área: “‘Na ex-Cracolândia, eram muitos *egressos do sistema prisional que não tinham emprego, não tinham documento, não tinham nada*. Lá é diferente. *As pessoas têm uma atividade*’, afirmou” (FSP, 17/5/2014).

Na mesma direção, em momento muito anterior, em editorial do dia 14 de novembro de 2011, a Folha afirmava ser legítima a intervenção da PM para expulsar os estudantes que haviam invadido a reitoria da USP e taxava como “particularmente infeliz a frase do ministro da Educação, Fernando Haddad, segundo o qual ‘a USP não é a Cracolândia’. A frase foi lembrada várias vezes pelo jornal, com o mesmo intuito de romper os laços simbólicos que a Prefeitura tentava construir com os usuários através de sua política de redução de danos.

Considerações finais

A análise tentou mostrar as diferentes formas assumidas pela animalização dos usuários de crack na cobertura da Folha de S.Paulo. Nesse sentido, alinha-se às tentativas de perceber como a hierarquia valorativa que fundamenta o reconhecimento social ou o seu contrário se manifesta no cotidiano da sociedade brasileira, de modo opaco. Nosso intuito principal foi retirar das sombras essa hierarquia valorativa na maneira como lança os usuários de crack além das fronteiras do humano, através da noção de animalização.

Ao mostrar a quase ausência de debate em torno das condições sociais que produzem sistematicamente indivíduos desajustados que, no limite, podem descambar para uma vida nas ruas e para a dependência do crack, este trabalho tentou apontar de que forma um dos principais jornais do país reproduz uma visão corrente que individualiza problemas públicos e trata em chave moral o que poderia ser compreendido sociologicamente e combatido politicamente.

Como mostrou Taylor, as reações morais “envolvem afirmações (implícitas ou não) sobre a natureza e condição dos seres humanos” (TAYLOR, 1997, p. 18). Ou seja, diferentemente da náusea, o juízo moral implica na aceitação tácita de enunciados concernentes ao objeto sobre o qual se aplica. Se, ao objeto que provoca a náusea, não pode ser imputada nenhuma responsabilidade sobre o seu efeito repulsivo, o mesmo não se aplica ao juízo moral.

O núcleo da cobertura sobre o crack aqui analisada parece ser uma tensão não resolvida baseada na aplicação de juízos morais fundados nessa ontologia ao consumidor da droga. De um lado, uma visão animalizada do usuário se naturaliza diante da sua inadequação ao que se entende modernamente como sendo a condição humana moralmente aceitável, fundada em uma “disciplina pessoal” (TAYLOR, 1997, p. 295). De outro lado, a expulsão dos usuários para além dos limites postos por aquela ontologia (o que chamamos de animalização), não resulta em sua isenção diante das exigências que ela coloca. Pelo contrário, a responsabilização moral do usuário de crack por sua situação é o ponto de culminância de construções discursivas que tem na animalização a sua categoria fundamental.

Na cobertura midiática do crack aqui analisada, a suposta falta de uma condição humana plena imputada ao usuário nunca chega ao ponto de corroer a ideologia liberal segundo a qual os indivíduos são os únicos responsáveis por sua situação. Mesmo nos momentos em que o discurso assume uma forma mais complexa, quando tende a reconhecer que o vício é uma “doença” (questão de saúde) ou o resultado de uma trajetória moldada por condicionantes sociais (questão social), a reação moral a este ser que “não se controla” imputa a ele todas as cobranças fundadas na expectativa de se estar diante de um ser humano “pleno”. Desta maneira, o usuário de crack, no Brasil, herda o pior de dois mundos.

CAPÍTULO 12 – Crack, a noia da mídia

Igor de Souza Rodrigues

Introdução

No âmbito das representações midiáticas sobre as drogas, as notícias veiculadas em tabloides suscitam verdadeira “ficção jornalística” na formação do senso comum, o que acaba ainda incidindo na produção acadêmica daqueles cientistas mais afoitos por achados simplistas, ou que buscam fazer uma ciência da ordem. Ficção é a expressão em nível ideal para teoricamente delatar o mito instrumental da objetividade jornalística – segundo o qual a mídia teria apenas uma função mediadora entre o leitor e a realidade, ou seja, o fato seria apresentado enquanto realidade “nua e crua”, desprovido de qualquer caráter normativo, ideológico, interpretativo ou mesmo de seleção²⁹.

A ficção midiática pode ser pensada como uma espécie de narrativa estruturante e estruturada do real. Ela remonta à existência básica de um discurso, quer dizer, de um instrumento simbólico que se sirva da construção de sentido por meio de uma “aparente” objetividade, através de significantes e significados e a revelação daquilo que simplesmente “é”. Nesse sentido, a ficção midiática, em seu conteúdo, engloba a função política por trás da pretensa forma objetiva.

Essa tônica da realidade enquanto fator de legitimação do discurso e da seletividade tácita pode ser desvelada no instante em que uma análise relacional, de caráter totalizante, é posta em marcha, questionando desta forma os pressupostos básicos do fazer jornalístico, de sua inser-

²⁹ 24 Gomis (1991, p. 50) narra um processo de seleção em que para cada notícia que se divulga são jogadas fora cinco, dez ou quinze que, se publicadas, haveriam sido consideradas igualmente notícias. E como essa seleção não se faz ao azar, mas em virtude de uma decisão que alguém toma, pode-se pressupor que “umas notícias são mais notícias que as outras”. Nesse sentido, o discurso midiático está amplamente ligado à seleção e os recortes do objeto, no caso o crack, assim, isto é, torna-se importante considerar que “notícias” publicadas em jornais já passaram por algum filtro, inclusive de caráter ideológico. O que está em jogo nessa seletividade é reconhecer a existência no mundo social de estruturas que podem dirigir a produção discursiva, coagindo a ação e a representação dos indivíduos, ainda que tais estruturas sejam construídas socialmente assim como os esquemas de ação e pensamento

ção e função no mundo social, dos interesses próprios que enovelam as empresas capitalistas, produtoras das notícias-mercadorias; enfim, com a conformação ideológica a que se prestam essas informações aparentemente despidas de interesse para além do próprio ato de “informar”.

Se em todas as esferas sociais os meios de comunicação atuam nesse meio-fio, provocando um curto-circuito entre a imposição objetiva de certa forma de sentir cegamente partilhada e na decorrente formação consentida de um lugar-comum pronto a ser despertado em meio às dinâmicas pretensamente individuais, denominadas de “opinião”, não seria diferente quando se prestam a discorrer sobre um dos temas mais delicados e polêmicos nos últimos anos: a venda e o uso do crack. Nesse caso, em específico, torna-se notório o papel que a mídia desempenha nas construções e disseminação do significado de que essa droga e seus usuários são dotados em larga escala.

Alguns estudos buscaram dar conta de forma científica e relacional das abordagens midiáticas sobre as drogas. Entretanto, limitaram-se a uma apreensão reprodutivista dos lugares-comuns acima mencionados, cujas origens se encontram na imprensa de modo geral. Ronzani (2009) é mais um dos autores que investigaram a produção discursiva da mídia escrita brasileira sobre o tema das drogas e pode ser tomado como exemplo de como a crítica acadêmica às abordagens midiáticas está contaminada pelos pressupostos da própria mídia.

Seu estudo é baseado em uma análise de conteúdo e amplamente quantitativa: o autor está mais preocupados com a pergunta “quantos”, em vez de “como e por que”, perdendo de vista a contextualização que o tema necessita. Sua visão perpassa a lógica sanitaria, médica e farmacológica, uma vez que ele acaba percebendo o problema das drogas, antes de tudo, como uma questão essencialmente de saúde pública.

Mesmo algumas literaturas mais críticas a essa visão farmacológica das drogas, ao analisar o discurso midiático, culminaram, sem perceber, expressando de forma diferente os argumentos em favor dessa mesma posição. Antunes (2011, p. 5), fazendo uma leitura crítica do discurso excludente e higienista da mídia sobre o crack, não vai muito distante do que Ronzani conclui, ao tratar o crack como uma epidemia e uma noção de dependência sempre química.

Embora o crack ocupe um lugar de destaque na mídia brasileira, pouco se sabe a qualidade dessas informações: o que se diz sobre o

crack e seu usuário? Nesse caso, quais são as representações do “craqueiro”, “cracudo”, “cracado” e até do “noia”? Quais são as abordagens e como esse problema aparece atualmente na mídia brasileira? Em termos gerais, o que nos interessa é a relação droga e representação social, para além de uma determinação farmacológica: a proposta é evidenciar a indissociabilidade da noção de droga, especialmente do crack, do discurso que se constrói sobre ele.

Para investigar a qualidade das informações da mídia brasileira sobre o crack, formamos um banco de dados de 315 notícias provenientes do período de um ano, que vai de 20 de junho de 2013 a 20 de junho de 2014, de jornais de circulação nacional, Estadão (68 notícias), O Globo (57 notícias), Folha de S.Paulo (73), e circulação regional, O Fluminense (72), A Cidade (45).

A justificativa metodológica para a escolha das respectivas mídias recai sobre cinco aspectos principais: 1) a existência do próprio veículo no período selecionado; 2) o âmbito de circulação durante o período selecionado; 3) a disponibilidade ou maior facilidade no acesso aos bancos de dados, como acervo histórico digitalizado; 4) a variabilidade temática retratada; 5) a periodicidade.

O banco de dados foi formado com base na pesquisa e na filtragem pelas seguintes palavras-chave: crack, usuário de crack, drogas, drogado, usuário, craqueiro, cracudo, noia, cracolândia, tráfico, dependente químico, viciado, fissura (craving), toxicomania.

Posteriormente, selecionamos pelo tipo de temática que interessa a essa pesquisa: o crack e o usuário do crack, assim, descartamos notícias sobre outras drogas e simples menções ao tema crack, como as do índice, as notícias que não se relacionavam ao tema da investigação – como a utilização da palavra “crack” para se referir à quebra da Bolsa de Nova York em 1929 – foram descartadas.

A relevância do estudo se justifica porque o debate sobre o crack no Brasil ainda é bastante superficial: são poucos os estudos sobre crack e uma grande parte deles reproduz um discurso sanitarista, farmacológico ou mesmo acabam por estigmatizar e excluir ainda mais o usuário.

Em relação aos estudos sobre crack e mídia, o número é muito reduzido e não há uma profundidade do debate acadêmico sobre essa relação. Na literatura sobre crack e mídia, verifica-se o problema do

discurso pensado enquanto algo indiferente ao contexto e atemporal, “o discurso foi retirado da sociedade” – como se enunciações não tivessem uma perspectiva relacional com as estruturas sociais em que são enunciadas.

O objetivo central deste capítulo é demonstrar e comprovar que o tema das classes sociais, embora não apareça no debate midiático, precisamente nas narrativas jornalísticas sobre o crack, que se coloca como um dos mais importantes instrumentos de legitimação da dominação social – dado é seu retrato objetivo e imparcial – é o eixo central pelo qual se articulam as formas discursivas representações, inclusive os mitos, isto é, como uma guerra declarada as drogas esconde uma guerra velada às classes mais pobres.

A partir da máscara, eis a construção do monstro

“Viciados deixam ‘favelinha’ da Cracolândia”, enunciou o jornal Folha de S.Paulo no dia 16 de janeiro de 2014. Dois dias depois, publicou: “Cracolândia volta a ter ‘procissão’ de viciados após ação da Prefeitura”. Quando ouvimos ou lemos as expressões “ele é usuário”, “drogado”, “viciado” ou “dependente”, por exemplo, imaginamos alguém que esteja para muito além da condição de usuário de algo, isto é, de um usuário de alguma substância psicoativa ou puramente de um dependente de alguma substância química³⁰, pois o consumo isolado de drogas ou psicoativos não implica de modo automático a emergência de categorizações morais ou formas específicas de sociabilidade: um dependente de aspirina, por exemplo, não é visto em geral como um “viciado”.

Em última instância, todos somos usuários de alguma substância cujas propriedades atuam diretamente no sistema nervoso. Podemos ir ainda mais longe e afirmarmos que, com frequência, todos fazemos uso de drogas; tornamo-nos “drogados” ou ficamos sob efeitos de substâncias psicoativas ao tomarmos café, guaraná ou ao fumarmos um cigarro; há também inúmeros dependentes químicos de substâncias que não

³⁰ Uma noção de dependente sempre químico revela outra face do debate sobre drogas no Brasil: a perda de grande espaço das ciências sociais na disputa de sentido desse campo. O problema das drogas se tornou eminentemente uma competência das ciências da saúde.

são consideradas drogas, como a glicose, por exemplo. No entanto, não é atribuído o rótulo de “drogado” a alguém em razão de tais condições.

Embora possa parecer algo simples, o que isso quer dizer? Revela como essas categorias foram associadas a determinadas drogas e segmentos sociais, como os usuários de crack, embora não estejam propriamente baseadas no uso. Isto é, a representação comum da categoria usuário de drogas, drogado, viciado e dependente químico não se vincula sequer com o uso contínuo ou prolongado de substâncias psicoativas ilícitas nem se levarmos em consideração o próprio crack; ela tem a ver com a representação que poderíamos delimitar em torno de uma identidade social de classe ou, em outras palavras, de um estigma.

Nesse sentido, um drogado não é simplesmente “aquele que consome alguma droga”, mas um tipo social de indivíduo. A pergunta que buscamos fazer não é por que alguém usa crack, antes, torna-se relevante investigar o modo pelo qual a mídia – compreendida dentro da produção simbólica e de poder da sociedade – ao longo do tempo opera a seleção e definição de uma “marca” atada a um segmento social em forma de predicado categorial.

Se há uma separação entre as coisas e as “palavras”, os fenômenos e os conceitos, no qual o saber consiste em “fazer o mundo falar”, ou seja, em se intentar tornar transparentes os segredos que correlacionam as coisas aos seus denominadores, segredos estes presentes nas marcas que habitam as próprias coisas (FOUCAULT, 2007).

As apreensões jornalísticas da experiência do uso de drogas reduzem indiscriminadamente o usuário de determinadas drogas, como o crack, ao drogado, quer dizer, a um símbolo de degradação, a um incapacitado para o mundo do “mercado”, do “trabalho”, enfim, a um ser reduzido à condição de “doente-criminoso”, que necessita de auxílio – corretivo – dos empreendedores morais da sociedade, tanto médico quanto policial.

Isso significa que a construção da identidade advinda por determinados setores, porta-vozes dos interesses dominantes, opera ao nível das virtualidades detidas por cada um e por camadas inteiras, não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das cargas emotivo-sociais de comportamento que elas trazem à tona.

A formação da representação da máscara do “cracudo” – como se não houvesse especificidades de uso, variabilidades em termos de segmentação social, até mesmo de classe – está baseada em um processo de produção de poder, de impressão do rótulo, de disputas simbólicas do e no campo social.

Esse termo “máscara” (STRAUSS, 1999) é essencial porque evoca uma noção de representação e de identidade ao mesmo tempo em que afasta uma ideia de “monstro” a partir da manifestação subjetiva do próprio indivíduo, evidenciando um componente de formação externa.

A máscara aparentemente diz respeito ao uso do crack, mas se refere à representação da miséria, da colonização da pobreza, da cólica gerada pelos agudos da desigualdade social, principalmente em função da degradação urbana.

Em 31 de dezembro de 2013, o jornal O Fluminense, publicou uma notícia intitulada “Abandono afasta frequentadores de praça no Centro de Niterói: Um ano após passar por revitalização, Jardim São João está novamente entregue ao descaso. Lixo toma conta e moradores de rua são vistos diariamente dormindo”, o que revela um pressuposto fundamental do debate midiático sobre o usuário do crack: o “cracudo” é menos humano, não sendo sequer considerado digno de frequentar uma praça. A questão que se põe mais ampla diante de um maniqueísmo na oposição entre frequentadores x moradores de rua e usuários de crack é a construção da máscara de um monstro social:

“Um ano após passar por obras de revitalização, o Jardim São João, no Centro de Niterói, sofre novamente com o abandono e a insegurança. O lixo toma conta do espaço e moradores de rua são vistos diariamente dormindo nos bancos ou camas improvisadas sobre papelões nos jardins. Usuários de crack e outras drogas intimidam frequentadores que evitam o local com medo de assaltos. Junto à Catedral São João, folhas secas espalhadas por toda a área e uma grande quantidade de lixo disputam espaço com os velários. Brinquedos infantis instalados no local estão enferrujados e alguns até quebrados, colocando em risco a segurança das crianças. As grades dos canteiros também estão com ferragens à mostra. O chafariz,

ponto central da área de lazer, foi desativado, segundo informações de frequentadores, na tentativa de inibir sua utilização para o banho e lavagem de roupa pelos mendigos. A rede wi-fi instalada pela prefeitura através do Programa Niterói Digital não cobre todo o espaço, que ainda sofre com a ação de vândalos, que depredam o patrimônio público. A placa que indica a internet gratuita, por exemplo, foi pichada e destruída. [...] O auxiliar administrativo Carlos Vinícius Duarte Macedo, confirma que em função da presença dos moradores de rua no local, muitas pessoas estão evitando a área de lazer. ‘O local é perigoso’, resume’.

A representação da máscara do usuário do crack é formada a partir da naturalização dos processos sociais; como uma “teoria de todos os dias”, que demonstra a formação de um rótulo cuja base é a naturalização ou rotinização da própria seletividade do controle social, isto é, o processo de reificação das palavras pela coisa, o usuário de crack é transformado no próprio discurso midiático e do senso comum sobre o “usuário”³¹.

Analisando as 315 notícias do corpus, as referências mencionadas a respeito do usuário do crack: cracudo, craqueiro, noia, viciado, dependente e os predicativos, compulsivo, desesperado e principalmente um ser perigoso. O jornal Folha de S.Paulo publicou uma reportagem no dia 3 de janeiro de 2014 intitulada “Moradores do Centro se unem para exigir o fim da Cracolândia”, no qual moradores dos prédios do entorno da chamada Cracolândia narravam situações de medo, assaltos e incomodo, principalmente depois da formação da “favela” erguida pelos “viciados” – a voz e o medo são produtos exclusivos dados aos não usuários/viciados.

³¹ A representação do leproso enquanto um ser lazarento, abominável e a ser excluído para “purificação da sociedade”, como retratou Foucault (2010, p. 3), só era possível porque havia uma disjunção social, que separava leprosos e não leprosos. O grupo dos leprosos sofreu muitas transformações em sua “população”; a princípio incluíam-se ali diversos tipos, não só os leprosos, mas outros doentes da pele e às vezes nem sequer doentes, mas deformados, síndromes. Aos poucos foram surgindo outras classificações e outros grupos, e a exclusão operava não necessariamente por causa da existência da lepra, mas em razão do modo pelo qual ela era encarada. O jogo de classificações integra o sistema político-social; seu emprego se dá em virtude da construção do nexos e da relação com outros grupos, não como consequência de traços naturais coadunantes.

O usuário do crack é retratado como uma espécie de ambiguidade, não está localizado na categoria humano nem na categoria animal, é como um monstro. O jornal Folha de S.Paulo publicou no dia 27 de setembro de 2013 uma notícia/depoimento de uma “especialista em drogas” reproduzindo essa noção, o texto dizia o seguinte:

“Acabar com o vício em crack não é fácil. Não é da noite para o dia que um assistente social, um técnico em enfermagem, um agente de saúde vai convencer um usuário a deixar a pedra. Quando se depara com um ‘craqueiro’ segurando um cachimbo e propõe uma mudança de vida, está falando só com um corpo. O ser humano que existia ali está ausente naquele momento. É uma conversa no vazio”.

O usuário de crack é apresentado pela mídia como um ser perverso, compulsivo, sujo, um alucinado capaz de qualquer coisa para obter a droga, com poucos momentos de lucidez, alguém inconfiável para exercer qualquer atividade do fora do “mundo das drogas” – como se houvesse um mundo exclusivamente destinado a essa população. A periculosidade do usuário do crack é pensada como um aspecto de sua personalidade, fazendo deste um monstro moral.

Entretanto, o temor e a periculosidade impressos pela máscara “cracudo” não podem ser pensados como propriedades inatas ou exclusivas ao indivíduo que a máscara se destina. É por isso que a categoria “monstro” (aquele que a máscara foi introjetada até mesmo a seu self) já é em si um apontamento daquele que o teme; o que é um monstro para um pode ser algo de estima para outro, de modo que não há monstruosidade inata, natural; mais do que isso, só é possível ser monstro a partir da existência dessa identidade, assim como só é possível que se aterrorize a partir da existência do medo.

Crack, um problema de polícia

As abordagens midiáticas, em sua grande maioria, tratam o crack como um problema de polícia, de controle social, quando não diretamente, como pressuposto da abordagem. Das 315 notícias, 122 enunciavam a droga crack numa relação direta com crimes, como tráfico, roubo, furto, porte ilegal de armas, assassinato e outros.

Esse número cresce ainda mais, se englobarmos o crime dentro de um problema social mais amplo: das 315 notícias e reportagens analisadas, 217 associava de alguma forma o crack, o usuário, ao crime, a desordem urbana e a violência social. Por exemplo, nas emblemáticas notícias “Arsenal contra o crack”, O Globo, 11 de novembro de 2013; em “‘Cracudos’ estão atacando pedestres em rua de Icaraí: Segundo moradores, assaltos ocorrem pela manhã, na Rua Joaquim Távora”, publicada no jornal O Fluminense no dia 23 de novembro de 2013; ou em “‘Cracudos’ tomam o bairro Vital Brazil, em Niterói”, O Fluminense, 22 de dezembro de 2013.

Segundo esta última notícia:

“Moradores no Vital Brazil, na Zona Sul de Niterói, estão reclamando da onda de violência no entorno da praça que leva o mesmo nome do bairro. Eles dizem que moradores de rua, a maioria usuários de crack, se instalaram no espaço e têm assaltado quem passa pelo local. Eles também usam crack e aliciam jovens e crianças de classe média, que moram em prédios vizinhos e que são vistos usando crack e outras drogas ao lado deles. Indignados, moradores preparam um abaixo-assinado que será entregue à Prefeitura e à Polícia Militar pedindo providências”.

No jornal A Cidade, em notícia publicada dia 19 de novembro de 2013, trouxe a seguinte relação: “Dependente químico custa 4 vezes mais que um aluno. Estado gasta mais dinheiro na recuperação de usuários do que com estudantes”:

“São Paulo gasta, em média, R\$ 316 por mês para manter cada um dos 4,3 milhões de alunos do Ensino Médio – o levantamento é do Ministério Educação (MEC). Já para tentar recuperar os dependentes químicos, o Estado vai pagar quatro vezes mais – R\$ 1.350 por mês. É o chamado Programa Cartão Recomeço, apelidado de “bolsa crack”. Até agora, Ribeirão Preto tem oito vagas no programa e nenhuma unidade cadastrada – os tratamentos vão ocorrer na clínica Graaus, de Sertãozinho. Segundo apurado, ainda não existe data para os oito escolhidos serem internados. O convênio depende de pendências burocráticas”.

Esses exemplos concentram diversos elementos implícitos no debate sobre o crack no Brasil: o primeiro deles, a ideia de que “cracudos” subtraem o espaço urbano, “tomam”, no limite, que esses são os responsáveis pela destruição e a deterioração das cidades; o segundo, expresso na notícia do jornal O Fluminense que distingue “cracudos” e pedestres, no qual os primeiros “atacam” os segundos, revela um problema maior: o combate e a repressão a um tipo de segmento social e de indivíduos precarizados representados na figura do “cracudo”, como uma espécie de antagonista da ordem social.

Nesse sentido, está a Teoria da Tolerância Zero, criada em meio ao liberalismo norte-americano da década de 1990, a resposta política utilizada como pretexto para combater o aumento da chamada baixa criminalidade, enquanto, na verdade, o foco estava no aumento da miséria e da pobreza que incomodava as classes mais abastardas, perturbava e ameaçava a ordem social.

Assim, o aumento do controle e da repressão não podem ser tomados como mera “coincidência” ou uma “configuração aleatória”. Eles estão associados a um conjunto de variações econômicas, políticas e sociais: uma combinação do liberalismo com conservadorismo social, no qual o menos estado social é combatido com o mais estado penal, uma reação contra o previdencialismo e políticas públicas voltadas para a diminuição das desigualdades sociais.

O atual debate midiático brasileiro não deve ser pensado como uma ideologia importada ou propriamente como uma política da “tolerância zero”, pois essa concepção poderia sugerir uma interpretação da ideologia fora do plano do discurso sobre o crack e das estruturas sociais.

Além disso, esse pensamento implicaria no tratamento do discurso midiático como algo somente baseado na resposta das ações dos atores, como o uso do crack, e não em uma construção de controle fundada na identidade social, isto é, não sobre o que se fez, mas no que se representa. Preferimos, então, entender essas abordagens por uma teoria da intolerância.

O discurso da intolerância sobre o crack aparece como instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza em sua forma mais escancarada, da máscara “cracudo”, como moradores de rua, mendigos, pequenos ladrões, pichadores e usuários de drogas. O

combate a esse segmento, o mais precariamente inserido da sociedade brasileira, considerado pelas ideologias dominantes “lixo e refugio humano”, indivíduo imprestável ao mundo do capital, do consumo, uma espécie de “ralé da ralé”, se traveste através do discurso intolerante de combate as drogas e ao crack.

“A guerra às drogas”, precisamente, “a guerra ao crack”, é justificada na medida em que a droga aparece também como uma substância moral ou formadora de uma sociabilidade precária por si só. Em diversas abordagens midiáticas ocorre uma demonização da droga, que ganha certa vida: “crack escraviza”, “crack destrói”, “crack a pedra da morte.

Nenhuma droga é por si só boa ou má, nem faz de seu usuário um corpo dessa manifestação, trata-se de uma categoria social flexível, permeada pelas relações e processos históricos e sociais que impregnam as próprias formações discursivas sobre as drogas enquanto uma representação no tempo e no espaço.

Ou seja, não há um sentido ou significado inerente à própria substância ou ao seu uso – como se tal classificação dependesse exclusivamente do componente químico ou dos efeitos farmacológicos e como se a noção de droga fosse precedente e independentemente de qualquer representação; a outra se refere à condição histórica dessa relação, isto é, a noção de droga não se conforta em uma determinação irreduzível e, portanto, inflexível ao tempo e as relações de poder.

O debate midiático sobre o crack nos revela outra questão: a visibilidade dos indivíduos que representam a identidade social do “cracudo”, embora a própria mídia os considere “invisíveis”. O jornal A Cidade, em notícia publicada no dia 31 de maio de 2014: “Equipe evita estrago maior na população invisível atingida pelo crack: funcionários da Secretaria da Saúde distribuem preservativo e protetor labial”.

O mito da invisibilidade do usuário do crack, que persiste mesmo no debate acadêmico, cria uma ideia de indiferença geral e oculta a enorme visibilidade dessa população em termos de controle penal, repressão e punição. Ele também reforça a falsa ideia de que todos nós estamos igualmente submetidos à repressão e da mesma maneira ao controle social e penal.

O mito da escolha masoquista

O debate midiático sobre o crack no Brasil apresenta uma coadunação de mitos liberais: a naturalização da desigualdade nas representações através da máscara “cracudo”; a constituição de um indivíduo plástico, sem raiz, sem trajetória e profundidade; o mito da invisibilidade em termos de repressão e controle; e o que abordaremos neste tópico: o mito da escolha masoquista, a transformação da necessidade, da dor e do sofrimento em uma escolha.

A criação liberal da “escolha masoquista” passa pela a justificação meritocrática da exclusão pela vontade do próprio excluído, como alguém que escolhe pelas próprias razões e define pela própria vontade um destino doloroso, na expressão em nível ótimo “usa crack porque quer”, “mora na rua porque quer”, “não trabalha porque quer” e, mais sutilmente, nas construções de que o fim da dependência, do estado de precariedade do indivíduo e de sua inserção, depende de sua força de vontade.

Esse é um dos mitos que acaba respingando no debate acadêmico: é o que, sem perceber, faz Saporì (2010, p. 30), que afirma: “Em particular o crack é consumido em diferentes classes sociais e é a ‘droga da escolha’ de criança, adolescente, adulto, casado, solteiro, viúvo, ou divorciado. Pode ser ladrão, policial, médico, prostituta, hétero, bi, homo, ou não gostar de sexo”³².

O craqueiro, cracudo, noia, zumbi, e todos os rótulos e estigmas utilizados para representar essa classificação de precariedade que perturba a ordem dominante, não aparece na mídia como adereço das indigências fabricadas por estruturas societárias, o fracasso é pensado em termos individuais e fragmentados, proveniente da falta de vontade ou incompetência do indivíduo e, mais que isso, usuários do crack acabam sendo também culpados pelos infortúnios coletivos, como a violência, o crime e as drogas.

O mito da escolha masoquista aparece na mídia através de três tipos de abordagens: a primeira delas é pressuposto de uma grande parte das abordagens, a noção do crack como uma escolha racional, no qual

³² O livro de Saporì e Medeiros (2010), traz o crack como um desafio social, uma percepção da substância como a questão-chave, e não razões que se colocam de modo mais profundo, como a desigualdade social de classes e de gênero.

o indivíduo e o uso de drogas é visto como um arcabouço plástico, a posteriori, sem passado, como uma mera superfície, ideias como a de que o “crack afunda a pessoa”, “que a droga transforma o indivíduo”, que o “vício é imediato”, são formas de perceber o usuário do crack sem qualquer tipo de enraizamento e pertencimento social.

A segunda forma é uma vinculação de uma abordagem farmacológica e uma forma liberal-conservadora de se entender o uso do crack, no qual a ideia de dependência é sempre química e condicionada à força de vontade do usuário; a miséria dos usuários-indivíduos é reduzida às consequências da própria droga, tornando-se, a dependência, uma luta do próprio indivíduo contra ele mesmo.

Podemos perceber essa forma de abordagem em uma notícia também utilizada para demonstrar a existência de uma máscara para o usuário do crack, o jornal Folha de S.Paulo no dia 27 de setembro de 2013:

“Acabar com o vício em crack não é fácil. Não é da noite para o dia que um assistente social, um técnico em enfermagem, um agente de saúde vai convencer um usuário a deixar a pedra. Quando se depara com um ‘craqueiro’ segurando um cachimbo e propõe uma mudança de vida, está falando só com um corpo. O ser humano que existia ali está ausente naquele momento. É uma conversa no vazio. Sou prova disso. Fui viciada por quase 20 anos. Vivi seis anos na Cracolândia. Morei em casarões onde jovens eram estuprados ou vendiam seus corpos em troca de drogas. Só consegui deixar o crack depois de 25 internações. Persistência. Essa foi a palavra que funcionou no meu caso. E é isso que vai funcionar para a maioria das pessoas que estão lá”.

A noção de “cura” dessa dependência aparece na mídia como exclusivamente médica e condicionada à força de vontade do indivíduo – como se as condições precárias e miseráveis de vida fossem uma escolha. Essa noção de cura como recobrimento do estado físico e mental ultrapassa a abordagem médica e penetra mesmo nas abordagens que não são encaradas como tais, ou nas próprias críticas a essas abordagens.

O problema crack é reduzido no discurso midiático a uma condição física e psicológica do ser lazarento, dos esfarrapados: é o mal

que se reproduz em seu sentido mais visceral: algo que sai da droga enquanto composto químico encarna como demônio no próprio indivíduo.

O uso do crack é pensado como uma doença, um distúrbio interno, uma fraqueza de caráter: o que está dentro do indivíduo representa o próprio infortúnio, um demônio a ser exorcizado. Aquilo que está externo ao indivíduo é isento, assim, a cura representa de certo modo, a entrada do exterior no indivíduo e a saída de seu interior.

O problema é condensado a uma dimensão individual, interna e fragmentada. No discurso mais repetido pela mídia, a cura tem a ver com a força de vontade do indivíduo, é ele quem tem de superar seus demônios e os demônios postos pela própria sociedade, e mesmo essa meritocrática “força de vontade” tem sido encampada pela repressão e se tornado uma “vontade à força” – nos casos de internação compulsória.

A última forma de abordagem, que revela a criação de uma identidade com a máscara “cracudo”, está pensada dentro do campo do trabalho. O usuário do crack é visto como um indivíduo que não trabalha, incapaz, imprestável ao mercado e ao consumo, alguém que somente está disposto à prática de crimes.

Os privilégios de classe, principalmente os fundamentais em relação ao trabalho, como a disciplina, capacidade de concentração, autoconfiança e autoestima são naturalizados e atribuídos à personalidade do indivíduo: quem não os detém não é visto como um desprivilegiado, mas um preguiçoso.

O drama aparece de várias maneiras, mas o argumento é basicamente o mesmo: sempre que a pergunta “por que as pessoas não conseguem sair dali?” ou “por que é difícil ajudá-los?” surge, a resposta é ancorada ao tribunal liberal da meritocracia.

A grande maioria dos usuários de crack, como vimos nas pesquisas empíricas, trabalha de forma incessante. Nem sequer há diferença entre dias úteis e dias não úteis; os “corres” são feitos a qualquer hora. Muitas vezes trabalhos precarizados ou formas de trabalho não reconhecidas como dignas de tal referência [o esforço animalizado]: flanelinhas, catadores, vendedores ambulantes, por exemplo. O trabalho formal é “o único mundo possível e aceitável”, o apelo a essa prática

burguesa é uma forma de se relacionar os capitais e os privilégios de classe às justificativas que legitimam essas próprias assimetrias estruturais.

Uma Cracolândia a cada esquina

Se algo possibilita pensar em um discurso sobre o usuário de crack a partir da redução da categoria de uso para a representação do “cracudo” é a coadunação liberal e ao mesmo tempo conservadora dos mitos que se munem essa discussão e nos permite entender a geração de sentido através do movimento de junção e contextualização do problema em sua englobacidade.

Cracolândia tornou-se mais do que um lugar ou uma referência sobre localização, verteu-se uma espécie de “expressão mágica” para designar diversas e quaisquer formas de precariedade urbana e, ao mesmo tempo, engendrá-la um adjetivo moralmente pejorativo.

Isso reforça a noção de máscara, a homogeneização da heterogeneidade, da reificação das palavras na coisa, do usuário do crack pelo discurso do “cracudo”, do combate ao crack baseado na identidade social, e, aqui, da utilização de um contexto, não só de um local específico formado no quadrilátero da Rua Helvétia, Alameda Cleveland, Alameda Barão de Piracicaba e Alameda Nothmann, próximo à Estação da Luz da cidade de São Paulo, o que historicamente se denominou Cracolândia, surge como uma forma de descontextualizar qualquer tipo de especificidades e imprimir a máscara do contexto representado pelo clímax do tipo de cena e de conflito presente ao que se convencionou chamar de Cracolândia.

O jornal A Cidade, nessa tônica, noticiou em 31 de maio de 2014:

“Crack está em todos os cantos de Ribeirão Preto: Município não tem uma grande ‘cracolândia’, mas pontos espalhados abrigam usuários de várias classes sociais, [...] Dorival quebra um pedaço da pedra de crack, coloca no cachimbo, arruma as cinzas e acende. Em menos de 10 segundos, a droga derrete e é inalada. O efeito é rápido: direto ao cérebro. “Huummm”, ele resmunga de imediato. “Mas essa não é da boa”, reclama logo depois. Sabe

o que diz. O homem, que era cortador de cana, casado e com dois filhos, usa crack há 14 anos. Hoje, aos 45 anos, vive nas ruas, catando recicláveis para manter o vício”.

O mito do boom das Cracolândias, que a mídia engendra e ao mesmo tempo reforça, tem uma relação direta com a visão do crack como um problema de polícia e do usuário como um monstro a ser eliminado, na medida em que supõe um “mundo das drogas”, um “mundo dos usuários”.

Esse tipo de discurso é guarnecido pela lógica da exclusão, da repressão, em que há um “mundo do cracudo”, que não é o “mundo do pedestre”, do “frequentador”. Em notícia publicada no jornal O Globo, no dia 25 de maio de 2014, podemos perceber o discurso que envolve todas essas categorias e o combate ao crack como escudo para uma ideologia liberal de combate a esse tipo de indivíduo: “‘Virou uma Cracolândia’, diz moradora de Barra Mansa, no sul do Rio. Usuários da droga estariam se abrigando na Ponte dos Arcos. Assaltos são cada vez mais frequentes no local, dizem comerciantes”.

Conclusão

A mídia não está apartada da sociedade, inclusive das relações de poder: faz-se necessário entender a produção midiática e as estruturas do poder como um material sociológico importante do campo das representações. Há uma indissociabilidade entre a produção do discurso midiático e o contexto político e social.

Nesse sentido, uma noção de discurso autônomo termina reproduzindo o mito da objetividade jornalística, no qual o estudo do discurso da mídia seria o estudo dos fatos.

As abordagens midiáticas sobre o crack no Brasil, embora diversificadas, até com algumas que aparentemente possam ser tratadas como “exceções” ou “contrárias” (como as que exaltam a lucidez do usuário ou sua força de vontade), seguem um eixo no qual variadas formas reificam o mesmo discurso e não escapam das ideologias geradas pelas assimetrias entre as classes sociais, inclusive as encobrimdo.

Esse discurso demonstra, por um lado, um incômodo e uma cólera causada por uma das formas mais visíveis dos problemas estruturais

da sociedade brasileira; por outro, culmina por generalizar uma dada visão de mundo ao campo dos fatos, uma visão burguesa, meritocrática e liberal, cujo debate intolerante e policialesco dos usuários é transformado no falso combate à substância.

A criação midiática de uma máscara para a representação de um mal secular, de um indivíduo que surge como bode expiatório e culpado pelos problemas sociais, como o aumento da violência, aliam-se às justificativas ideológicas para legitimação das formas de desigualdade, a meritocracia, a naturalização dos privilégios dos capitais sociais, econômicos e culturais.

CAPÍTULO 13 – O poder discricionário dos agentes institucionais que lidam com usuários de crack: invisibilidade de classe e estigma de gênero

Roberto Dutra

Vanessa Henriques

Introdução

As instituições sociais da sociedade moderna possuem certo grau de autonomia em relação às estruturas de desigualdade social. Mesmo que a trajetória de vida dos indivíduos seja, em geral, estruturada por um processo de acumulação de vantagens ou desvantagens relativas à participação em diferentes âmbitos da vida social, a sociedade é composta por instituições que podem confirmar ou não esse processo, conferindo-lhe assim certo grau de contingência.

Esse é o ponto de partida deste capítulo e implica a contingência e a possibilidade de transformação da condição de desclassificação social que Jessé Souza (2009) chama de “ralé estrutural”.

O objetivo principal é analisar como esta possibilidade de transformação é neutralizada (não utilizada) no tratamento que usuários de crack recebem de agentes institucionais de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad).

A condição de “ralé estrutural” consiste em trajetórias individuais marcadas pela acumulação de desvantagens e exclusões em diferentes esferas sociais. Para Souza (2009), sua formação decorre essencialmente da constituição de um “habitus precário” na esfera da socialização familiar primária, ou seja, de um conjunto de disposições para o comportamento que não atende às exigências de inclusão nos principais campos da sociedade, reproduzindo um tipo social que a sociedade, no limite, não reconhece como humano.

O ponto de partida de nossa análise busca avançar a construção teórica em torno da condição de “ralé estrutural”, afirmando que essa condição não é uma sentença incontornável instituída pela formação de um “habitus precário” no contexto da socialização familiar. Se, por um lado, a socialização familiar leva à formação de um patrimônio de

disposições para pensar, sentir, avaliar e agir que não corresponde às exigências mínimas para participar na vida escolar e, conseqüentemente, do mundo do trabalho, essas esferas sociais são, por outro lado, dotadas de um poder próprio no que se refere ao processo de construção da pessoa social: elas podem interpretar com certo grau de liberdade esse patrimônio de disposições, atribuindo aos indivíduos capacidades de ação e participação social capazes até de criar novas disposições e expectativas.

Embora os indivíduos nascidos em famílias da “ralé estrutural” tenham um patrimônio cultural de disposições que os torna descartáveis na maior parte das instituições sociais, são as instituições pelas quais os indivíduos passam em sua trajetória de vida que estabelecem o que esse passado acumulado efetivamente representa: uma sentença de exclusão a ser confirmada ou uma tendência contingente a ser revertida.

Nesse sentido, não é o “habitus” formado na socialização familiar que produz a “ralé”, mas sim a inter-relação entre esse “habitus” e as instituições capazes de reforçá-lo ou transformá-lo.

A pessoa social dos indivíduos, ou seja, o conjunto das competências e disposições para pensar, sentir, avaliar e agir que os torna relevantes para a vida social, que faz deles “atores” em contraposição àqueles que a sociedade reiteradamente considera como incapazes de agir, não resulta diretamente do “habitus”; ela é resultado da interpretação social, realizada por instituições, do passado individual transformado em “habitus”.

Nosso objetivo é demonstrar como o reconhecimento prático, por parte dessas instituições, da existência de mecanismos de desclassificação social – dos quais a relação afetiva-destrutiva com o crack é um mero efeito –, é uma condição essencial para o sucesso na integração do indivíduo no que se considera a “boa sociedade” e a conseqüente obtenção de um status de pessoa social perante essa sociedade.

As instituições que possuem relativo poder de construir ou reconstruir o valor social dos indivíduos, somente podem acessar os usuários e usuárias problemáticas de crack por meio de outros indivíduos, os “agentes”, que, mesmo sendo orientados por valores de isonomia que constituem a base essencial das organizações modernas vinculadas ao Estado Constitucional, possuem eles próprios noções que engendram desigualdade entre grupos e indivíduos.

Pelo contrário, as percepções que esses agentes possuem acerca das diferenças entre as mulheres e os homens, bem como a maneira com a qual interpretam os sentidos do uso do crack, se farão presentes no discurso organizacional e na condução dos tratamentos dos pacientes após o acolhimento.

O princípio formal da igualdade de tratamento, *o que implica normativamente na neutralização das desigualdades de gênero*, quase sempre não tem o poder de ser integralmente “encarnado” pelos agentes institucionais, o que pode ser evidenciado na análise do discurso dos mesmos e nos relatos dos usuários que afirmam receber tratamento discriminatório por parte de instituições como a polícia e os programas de assistência social. Essas organizações do Estado moderno ofertam então uma “promessa” de igualdade que quase nunca é cumprida integralmente de acordo com o que é proposto.

Como em muitos outros casos de implementação de políticas públicas, os “burocratas de nível de rua” (LIPSKY, [1980], 2010), isto é, os agentes institucionais que controlam, nas interações diretas com o “público”, o acesso a bens, recursos e serviços previstos no contexto de uma determinada política pública, possuem, em geral, *um alto poder discricionário*.

Assim, as normas formais da organização implementadora podem e são frequentemente *deslocadas por normas e concepções informais incorporadas pelos agentes institucionais*.

Entre outras coisas, essas normas e concepções informais que orientam o poder discricionário dos agentes consistem em pré-julgamentos sobre características do “público”, como as formas de classificação e atribuição de expectativas de conduta feitas com base na divisão de gênero.

Esse poder discricionário dos agentes institucionais pode levar à formação de uma lógica organizacional informal que sabota, mesmo que essa não seja a intenção consciente dos agentes, a realização dos objetivos formais da organização, produzindo o que o sociólogo Pierre Bourdieu chama de “má-fé institucional”.

Se os profissionais responsáveis pela reversão de um “habitus precário”, ou seja, de um conjunto de disposições cognitivas e psicocemocionais precárias que orientam a ação, o pensamento e a avaliação

do mundo e que torna os indivíduos pouco capacitados para cumprir as expectativas de atuação e inclusão nos diferentes espaços sociais, são também responsáveis por reproduzir, mesmo que de maneira inconsciente, os estigmas de classe e gênero, estarão então contribuindo para a manutenção desses indivíduos na categoria de “subcidadãos”, de “desclassificados sociais”, mesmo que não saibam. Nessas condições, essas organizações serão, na prática, reprodutoras das estruturas de desigualdade social.

Cabe também ressaltar que não somente o poder discricionário dos “burocratas de nível de rua” é responsável por “desvirtuar” os serviços públicos prestados pelo Estado pela condução de um tratamento imbuído de expectativas e percepções “desclassificadoras” e estigmatizantes; as normas formais das instituições não raras vezes orientam a condução do tratamento de forma a perceber o público de usuários como uma massa uniforme de indivíduos, negligenciando a construção sociocultural diferencial dos mesmos.

Ainda no nível da política formal e na fase de formulação das políticas públicas, o “indivíduo abstrato e universal”, ao se tornar o constructo que norteia a construção das estratégias de intervenção do Estado nas demais esferas sociais, impede a consideração das condições particulares que exigiriam atenção e cuidados diferenciados segundo vulnerabilidades singulares.

No caso dos indivíduos da “ralé”, seu passado marcado por desvantagens na aquisição de recursos e disposições cognitivas e psicocemocionais não seria levado em conta no momento em que são atendidos pelas políticas públicas. Como consequência, esse público acaba mostrando, muitas vezes, dificuldades em aderir à rotina de condições prescritas por essas instituições.

Quando esse background diferenciado de disposições é obscurecido, as dificuldades apresentadas por esse público em seguir corretamente as normas do tratamento serão entendidas como uma questão de mera falta de vontade ou “força moral”.

Podemos dizer que, nesse nível da política formal e na fase de formulação das políticas, a discricionariedade consiste na universalização e na oficialização de uma condição particular como exigência universal e oficial (BOURDIEU, 2014) para um conjunto de cursos de ação desencadeados ou influenciados pelas políticas públicas.

O consumo problemático de crack como aspecto de uma trajetória individual: “Droga não escolhe classe social”

Para demonstrar a existência de pré-noções estigmatizantes dos agentes na condução do tratamento dos indivíduos da “ralé” que fazem uso abusivo de crack, especialmente no que tange às mulheres, iremos analisar o discurso e o método de tratamento conduzido por um CAPSad localizado em um município do interior do Estado do Rio de Janeiro.

No CAPSad analisado foram entrevistadas assistentes sociais e psicólogas que lidam diretamente com pacientes usuários de drogas e seus familiares. Além de compartilharem o gênero como característica comum (todas as agentes entrevistadas são mulheres), as agentes deste CAPSad compartilham a mesma origem de classe, sendo todas pertencentes à classe média, conclusão que pode ser obtida pela observação de signos de classe presentes em suas vestimentas, discurso e visão de mundo.

No discurso dessas agentes, além de noções e valores que são produto de uma sociedade marcada por assimetrias estruturais de gênero, a maneira como analisam o problema do crack perante a sociedade será também reveladora do olhar que invisibiliza a forma como o uso de crack impacta de forma distinta indivíduos com diferentes repertórios de disposições, formados – sem excluir as peculiaridades da história individual – ao longo de trajetórias de classe.

Como pudemos constatar ao longo dessa pesquisa, o uso problemático de crack, enquanto fenômeno socialmente expressivo, tem sua gênese nas trajetórias descendentes de exclusão social que incidem sobre a grande maioria dos indivíduos afetados.

Pretendemos atestar que o uso de crack poderá sofrer consideráveis diferenças dependendo do acesso que os indivíduos possuem a recursos culturais, afetivo-morais e institucionais. Portanto, os indivíduos mais atingidos pela marginalização social e pela consequente privação de recursos que possibilitem seu reconhecimento como pessoas de valor, correm mais riscos de serem mais afetados pelos efeitos físico-químicos destrutivos proporcionados pelo uso abusivo do crack.

Esses indivíduos teriam menos acesso a dispositivos sociais que sirvam como proteção contra os efeitos provocados pela droga, que poderiam ser utilizados como possíveis “saídas de emergência” das situa-

ções de vulnerabilidade psicossocial e perda de autocontrole produzidas pelo uso abusivo da substância.

A nossa tese é que os usuários de crack tal como nos são apresentados pela mídia, como indivíduos perigosos, sujos, magros, com roupas carcomidas, amontoados como “animais” embaixo de pontes e viadutos e dispostos a cometer os piores delitos para conseguir a droga e atenuar a “fissura”, apresentam os efeitos *radicalizados* do crack, possibilitados pelas privações de toda ordem a que foram submetidos ao longo da vida.

Ou seja, indivíduos com mais acesso aos capitais econômico, cultural e social e que incorporaram disposições disciplinadoras oriundas da socialização primária e escolar, possuem maior possibilidade de fazer um uso não problemático do crack (ou não tão problemático) conforme conseguem conciliar o uso com a realização de suas atividades cotidianas, “ancorados” psicologicamente que estão aos seus relacionamentos sociais (afetivos e profissionais).

Nesse contexto, o uso de crack encontra menos “feridas abertas” causadas pela exposição constante às dores físicas e emocionais próprias de uma vida marcada pela exclusão social, não se tornando, desta forma, um elemento “totalizante” na vida desses indivíduos.

Apesar de o CAPSad ser uma organização que defende o uso de um tratamento “biopsicossocial” para a recuperação e reinserção social dos usuários de drogas, podemos observar no discurso das agentes sobre o uso abusivo de crack, que o fator *classe social* é visto como de segunda ordem, isso quando não é ignorado e nem sequer tematizado nas falas ou mesmo explicitamente negado como fator decisivo.

Apesar de perceberem uma mínima relação entre o uso abusivo de crack e a origem social do indivíduo, elas se preocupam em afirmar que essa não é uma relação fundamental: “Droga não escolhe classe social”, frase dita por Marcela, assistente social do CAPSad há sete anos, é originada por uma noção que aparece de forma mais ou menos explícita em todas as entrevistas.

As agentes preocupam-se em afirmar que indivíduos que possuem boas condições materiais de vida também fazem uso do crack quando, segundo elas, o consumo de outras drogas “menos pesadas” já não é capaz de oferecer as sensações buscadas.

É notório que, quando falam de classe, as agentes referem-se à concepção material do conceito. A assistente social Maria, que trabalha no CAPSad há 14 anos, afirma que

“a droga é democrática. Ela atinge qualquer pessoa, de qualquer nível social. As pessoas não usam porque moram dentro da favela, porque tem muita gente dentro da favela que não usa, que consegue enfrentar suas dificuldades, que é resiliente e que não vai às drogas pra resolver suas questões”.

Maria mostra com essa fala como o seu entendimento sobre o uso problemático do crack é guiado por uma concepção individualizante, que enxerga o uso da droga como uma falta de “força moral” que pode atingir *indivíduos* de quaisquer classes que estejam encontrando dificuldades em enfrentar os problemas que aparecem na vida cotidiana.

Ela não consegue perceber que, mais que indivíduos que estão passando por dificuldades na vida, a esmagadora maioria desses usuários é pertencente a uma *classe de indivíduos* que possuem uma trajetória de vida com bastantes semelhanças e que é, principalmente, marcada pela privação de elementos materiais e imateriais básicos desde o seu início.

Apesar de o uso abusivo do crack ser, de fato, um fenômeno transclassista, os impactos do uso serão tão mais destrutivos e difíceis de reverter quanto maior for a precariedade do acesso a bens econômicos e simbólicos, bem como das relações interpessoais que provêm segurança e sustentação cognitiva e moral ao indivíduo.

Uma vida que seja caracterizada pela supressão desses bens morais e materiais elementares para a formação de um ser humano autoconfiante, realizado e com capacidade de exercer plenamente sua cidadania, é capaz de criar um conjunto de disposições para agir, pensar e sentir que proporciona poucas chances de vivenciar uma trajetória que não seja marcada por uma forte relação com substâncias entorpecentes ou por modos de vida tidos como “delinquentes”, seja de forma passiva (como o vagabundo, o mendigo), seja de forma ativa (o ladrão, o “cracudo”, o “trabalhador precário malandro”).

É fundamental, portanto, que essas instituições, capazes de atenuar ou reverter esses processos, possuam uma compreensão aprofundada das condições sociais responsáveis por uma formação peculiar de indivíduos que, desde o berço, são expostos às condições que favorecem, num futuro breve, muitas vezes no início da puberdade, a construção de uma complexa relação de dependência com essas substâncias.

A ideia do “pobre honesto”, bastante presente no imaginário social, exalta a ausência do comportamento “delinquente” em muitos indivíduos pobres e cria uma expectativa de que todos os indivíduos pertencentes às classes populares precisem perseguir essa “força moral” – característica do pobre que é “resiliente” – e tenham de atender às expectativas de sucesso típicas da classe média, pelo esforço pessoal, usando de criatividade e “jogo de cintura” para superar as dificuldades de classe que lhe foram impostas desde o momento em que se viram no mundo. Pois, afinal, quem é que não passa por dificuldades na vida? Segundo Marcela, outra assistente social,

“o uso da droga é uma consequência de um histórico de desestrutura familiar. Às vezes é só questão de curiosidade também. Nem todo pobre é usuário de droga”.

Marcela, assim como Maria, não consegue perceber que o contexto de desestrutura familiar, marcada pela falta de afeto incondicional e pela violência como principal mediadora das relações pessoais, é o contexto familiar majoritariamente encontrado em toda uma classe que é invisível, enquanto classe, aos olhos das pessoas “comuns”: a ralé estrutural.

A ideia de “fracasso individual” (enquanto fracasso moral em ser honesto e “resiliente”), portanto, é uma noção presente no discurso de todas as agentes do CAPSad analisado, que negam a existência de uma trajetória de classe que se faça visível nas narrativas de vida da grande maioria dos usuários abusadores de crack.

Não se trata aqui de exigir que as assistentes sociais (como os “burocratas de nível de rua em geral”) assumam uma “atitude sociológica” perante os pacientes dependentes de crack, no sentido de obter o distanciamento necessário para conseguir analisar os sentidos das ações

desses indivíduos, visto que seu trabalho consiste em, necessariamente, intervir diretamente no rumo das trajetórias individuais e familiares.

No entanto, o que nos parece essencial para o rompimento do círculo vicioso de mútuo reforço entre exclusão social e o “uso problemático” do crack, é que esses “burocratas de nível de rua”, no geral, orientem suas ações e decisões baseando-se num saber prático que reconheça o primado da *patologia social* que aflige os usuários problemáticos de crack da “ralé”, sem uma concepção individualizante e moralizante que atribua culpa ora às más escolhas dos indivíduos, ora à má conduta dos pais na criação dos filhos.

Mesmo que as agentes do CAPSad encarem como fundamental a reestruturação familiar do paciente para a cura do mesmo, entendendo que a família, tal como o paciente, se encontra doente, e para isso ofereçam atendimento de assistentes sociais e psicólogas também aos familiares, as políticas de reinserção social do indivíduo encontram seu limite nessa tentativa de reconstrução dos laços afetivos familiares.

O último elo da cadeia causal na reconstrução dos motivos que levam o indivíduo a tornar-se um usuário problemático de crack é a família, analisada fora do contexto da classe social.

Dessa forma, podemos ouvir com frequência entre as pessoas “comuns”, e até mesmo entre esses agentes, queixas a respeito de uma suposta ruína generalizada da instituição “família”, entendida em forma de fetiche, como a causa principal de problemas sociais como o aumento da criminalidade e do consumo de drogas ou até do comportamento mais “liberal” de muitos jovens, principalmente quanto à conduta sexual.

Tal noção é responsável por um discurso moralizante conservador que clama pelo reforço de uma unidade familiar constituída por um homem e uma mulher, que ocupem papéis rígidos no funcionamento da lógica familiar, e que seja, portanto, responsável pela manutenção de certos valores morais que estariam perdendo força na sociedade com o passar dos anos.

Por isso, podemos encontrar na fala da assistente social Marcela o maior poder conquistado pelas mulheres ao longo das últimas décadas, e sua definitiva inserção no mercado de trabalho, como um dos fatores que podem levar um adolescente a fazer uso de drogas, visto que essa

“confusão” nos papéis que cada pai deve desempenhar faz com que os jovens fiquem “desorientados”.

Não pretendemos afirmar que todo indivíduo da “ralé” fará uso abusivo de crack ou de qualquer outra droga, pois a vida de qualquer ser humano está à mercê de contingências. O que afirmamos aqui é que essa questão não pode ser entendida por uma mera questão de curiosidade ou falta de “resiliência” de indivíduos, sem a análise das condições sociais que são mais “receptivas” ao crack e aos seus impactos físico-químicos.

Com efeito, muitos indivíduos da ralé irão “comprar” a ideia de que seu fracasso na vida escolar e no trabalho, dentre outras esferas, realmente é sua “culpa”, consequência de não ter “corrido atrás” tanto quanto supostamente se poderia.

Além disso, esses indivíduos também serão influenciados pelas expectativas da classe média quanto à perseverança moral que devem cultivar para serem considerados, apesar de pobres, “gente de bem” e honesta. Muitas vezes, os indivíduos da ralé “sentem”, pois na maioria das vezes essa é apenas uma sensação, ou seja, não é uma ideia refletida, que essa será a única forma de reconhecimento social que poderão alcançar ao longo da vida: serem considerados virtuosos e íntegros, apesar de não compartilharem das oportunidades, da estética, dos espaços, do charme e da “sofisticação” da classe média.

O que pretendemos tornar claro aqui, é que a construção socio-cultural de uma classe de indivíduos, marcada pela exclusão e pela ausência de valor em quase todas as esferas da vida social, é responsável pela criação de uma tendência ao comportamento desviante ³³, visto que as condições miseráveis de vida às quais foram relegados por toda a sociedade quase impossibilitam qualquer chance de “vencer na vida” nos moldes da classe média.

Quando observamos o consumo de crack por parte de indivíduos da classe média, é possível que, quando amparado pela família e ou-

³³ É notório que o estigma institucional sobre a disposição desviante para o uso problemático incide mais fortemente sobre a ralé. Essa incidência se apoia no fato de que os indivíduos da ralé, em geral, possuem mais disposições desviantes (em termos sobretudo de disposições temporais) e conseqüentemente menos disposições que possam servir como matéria-prima para uma reconstrução da pessoa social por meio das instituições de recuperação.

tras instituições responsáveis por estruturar e dar sentido à vida desses indivíduos, o uso do crack seja mantido de modo *controlado*, sem que haja um total esgarçamento das relações interpessoais, como acontece frequentemente no caso dos usuários da ralé³⁴.

Além disso, o estigma social do “cracudo” dificilmente recairá tão fortemente sobre os ombros dos usuários de classes médias e altas como recairá sobre o usuário da ralé, já estigmatizados e destinados a cumprir as expectativas sociais de ser uma classe “perigosa” e “acomodada”.

São esses indivíduos da ralé, muitas vezes moradores de rua desde a infância ou adolescência, que serão alvo frequente do sensacionalismo midiático, que os mostrará como “zumbis”, como os dos filmes e seriados, ou “leprosos”, amontoados sob pontes e viadutos, sem quaisquer condições básicas de higiene e dignidade, ou apresentados como seres humanos bestiais que são, antes de tudo, quando não somente, fonte de perigo constante para os cidadãos “de bem” das classes médias e altas.

Os efeitos de tal discurso podem ser observados na fala da assistente social Maria que, apesar de demonstrar uma genuína e honesta boa vontade em recuperar seus pacientes (e disso não temos qualquer dúvida), aparenta possuir uma avaliação quanto à dimensão social do problema do crack que compreende apenas, ou principalmente, os perigos que os usuários problemáticos podem oferecer a determinada parcela da sociedade – aquela à qual pertence –, mostrando ignorar, ou supondo-os como menos relevantes, os problemas sociais que possibilitam a formação de uma ralé estrutural e a radicalização do processo de exclusão a que está submetida pelo encontro com o crack.

Em sua fala, ela só menciona as consequências sociais *posteriores* ao fenômeno do uso problemático do crack, negligenciando os problemas sociais que são *anteriores* a esse fenômeno. Segundo ela, o usuário de crack, mais propenso ao ingresso no mundo da criminalidade...

“... quer cada vez mais o crack, e aí ele vai pro furto e, aí, isso afeta a nossa sociedade. Você vê que hoje, aqui na cidade, a gente já não tem mais tranquilidade. Você tá no carro dirigindo e tem alguém te assaltando. Você tá na rua e tem alguém te assaltando. O aumento da criminalidade vai afetando toda a sociedade, né?”.

³⁴ Ver o Capítulo 4.

A relação percebida entre propensão a infringir as leis e o uso de crack também aparece com frequência no discurso das agentes da organização. Aparentemente, para ela, o problema social do fenômeno do crack surge apenas no ponto em que os usuários abusadores podem ameaçar a integridade física de outros indivíduos, bem como roubar-lhes os bens materiais. A aberrante desigualdade na condição de vida dos indivíduos – a condição decisiva para que alguns indivíduos se tornem “cracudos” e outros se tornem profissionais respeitáveis e pais e mães “de família – não aparece, nas preocupações de Maria, como um problema social mais relevante do que o aumento dos índices de criminalidade, denotando, em sua fala, um lugar social específico.

Essa hierarquia de valores presente na narrativa que Maria constrói a respeito do problema social do uso abusivo de crack, é resultado da naturalização da desigualdade social, que invisibiliza a arbitrariedade da desigualdade iniciada logo no momento do nascimento dos indivíduos.

Por causa da invisibilidade desses motivos de origem social, é natural que as agentes do CAPSad elejam *a desestrutura familiar como principal causa para que um indivíduo procure fazer uso de drogas*, sem relacionar essas famílias à classe social de origem. Renata, psicóloga do CAPSad há mais ou menos um ano, exemplifica as condições responsáveis por conduzir os indivíduos ao mundo das drogas:

“Às vezes, a pessoa não tinha condição de criar o filho. Às vezes, tem cinco, seis filhos. Às vezes, não tem emprego; às vezes, a condição do emprego não é legal. Às vezes, o pai não explicou por que não podia dar o tênis ao filho. Falou que não poderia dar e ponto”.

Renata narra alguns dramas presentes na maioria das famílias dos usuários de crack atendidos por ela, mas não relaciona esses dramas familiares a dramas de famílias de uma determinada classe social. Renata, pelo contrário, faz questão de apontar, assim como Marcela, que “a droga não tem essa coisa da classe hoje. Talvez a cola e o loló. Mas não tem essa coisa de pobre usa isso e rico usa aquilo”.

Além da falta de estrutura familiar, as agentes também apontam o problema das “más companhias” como fator decisivo no começo do uso de alguma substância química. “Existem amigos do bem e amigos do mal”, afirma Maria, que diz ouvir relatos assim de alguns usuários quando eles querem explicar por que começaram o uso de alguma droga. Mais uma vez, noções individualizantes como “amigo do bem” e “amigo do mal” serão utilizadas para explicar o fracasso na vida social e a consequente aproximação do crack como uma mera questão de se conhecer “pessoas erradas” ao longo da vida.

Essa noção infantilizada do mundo e das pessoas – como se elas pudessem ser simplesmente boas ou ruins, que entende os indivíduos da ralé que encontram apenas no tráfico de drogas uma chance de obter reconhecimento e de comprar, por exemplo, um tênis “maneiro” – como “bandidos” maus, relega a culpa do fracasso nas esferas sociais, mais uma vez, aos indivíduos, sem que haja uma percepção de fatores estruturais e arbitrários que muitas vezes determinam o sucesso ou o fracasso na vida em sociedade.

Apesar de as agentes do CAPSad afirmarem que a política de recuperação da instituição é uma política de “reinserção social”, é possível notar que seu programa de atenção diária tem *maior foco na resolução do aspecto físico-químico do que no aspecto social do problema do uso problemático do crack*.

O CAPSad oferece alguns cuidados básicos, além de serviços médicos aos pacientes, bem como sessões de conversa em grupo, nas quais eles dividem seus dramas e aflições uns com os outros. No entanto, todos os usuários abusadores de crack entrevistados estavam desempregados – a maioria possui baixo nível de escolaridade – e possuíam interesse em buscar formação e trabalho para conseguir prover seu sustento.

Na cidade em que opera este CAPSad não existe um programa social que ofereça trabalho ou cursos de capacitação aos usuários em processo de recuperação química. A assistente social Maria conta que seu “grande sonho” é que eles consigam verba para abrir uma cooperativa para que os usuários pacientes do CAPSad possam aprender alguma ocupação.

É perceptível no discurso das agentes que existem problemas notáveis quanto a questões financeiras, o que impossibilita a implementa-

ção de melhorias nos quadros profissionais e também na estrutura física, dentre outras reformas na instituição. Iniciativas como cooperativas estão sendo estudadas pelo recém-criado comitê local de combate ao crack vinculado ao programa “Crack – É Possível Vencer”, do governo federal.

Segundo o sociólogo Jessé Souza (2009), possuir um trabalho útil e produtivo é a condição fundamental para que um indivíduo numa sociedade moderna possa obter reconhecimento social e dignidade. O trabalho, como um valor absoluto, surge com a reforma protestante, quando a ética do ascetismo toma o trabalho no mundo terreno como condição essencial para a salvação espiritual.

A burguesia, a primeira classe dominante que trabalha, consegue então de forma legítima, levando à prática os valores pregados no discurso, exportar esses valores às classes dominadas. A hierarquia moral da modernidade determina que os trabalhos mais brutos que exigem o uso de força física (corpo) sejam menos valorizados que os trabalhos que demandem principalmente o uso da inteligência e dos capitais cultural e técnico obtidos na escola e incorporados através de um mimetismo afetivo na socialização familiar(mente) (SOUZA, 2009).

Esses trabalhos corporais pesados, desprezados pelas classes médias e altas, serão destinados aos indivíduos das classes baixas que serão, na grande maioria das vezes, no caso dos homens, descarregadores de carga e pedreiros, e no caso das mulheres, empregadas domésticas e serventes. No caso das ocupações tidas como “delinquentes”, homens e mulheres da ralé serão os bandidos e as prostitutas, esta última ocupação sendo a expressão social por excelência de ser “tornada corpo” por uma sociedade estruturalmente desigual para os indivíduos da ralé e as mulheres de todas as classes.

Por isso, o trabalho desempenha um papel fundamental na reinserção social dos “desfiliaados sociais”, ou mesmo na sua inserção, visto que muitos deles nunca passaram por um processo de inserção de fato nas esferas de valor da vida social, nunca tendo sido, ao fim e ao cabo, reconhecidos como cidadãos dignos de reconhecimento e comunicação.

Mesmo que o trabalho ocupe esse lugar crucial na construção da pessoa social desses indivíduos, a psicóloga Renata, ao ser questionada a respeito da função do trabalho na recuperação dos usuários, mostra-se preocupada que se ofereça uma oportunidade empregatícia a eles, pois

ela considera a possibilidade de a remuneração ser utilizada na compra de drogas e auxiliar na manutenção do vício.

Assim, é possível perceber que existe uma maior preocupação quanto à garantia da descontinuidade do uso do crack do que de fato numa reinserção social proporcionada pelo ingresso no mercado trabalho, e na conseqüente obtenção de algum reconhecimento social. Esse tipo de concepção normativa sobre a relação dos usuários com o dinheiro tende a orientar as ações e decisões dos “burocratas de linha de frente” (na alçada de seu poder discricionário) sobre a alocação de benefícios e sanções.

No caso da existência de algum programa que possibilitasse acesso à renda, seria de se esperar, por exemplo, que esses agentes institucionais desenvolvam caminhos informais para boicotar o acesso aos benefícios.

Esse tipo de orientação normativa informal pode comprometer a implementação de programas formalmente voltados para a geração de oportunidades de renda aos usuários, como é, por exemplo, o programa “De braços abertos” do governo municipal de São Paulo.

O princípio norteador do programa “De braços abertos” é a concepção de que mudanças na condução de vida dos usuários (especialmente o cultivo da capacidade de cumprir obrigações, a *contratualidade*) resultam mais facilmente de investimentos de recursos, cuidados e reconhecimento social feito de forma regular por instituições do que da imposição de condições rigorosas relativas à redução do uso da droga para o acesso a benefícios sociais.

A atuação de algumas comunidades terapêuticas ou empreendimentos missionários de orientação religiosa, como os da organização “Cristolândia”, parecem se orientar pelo mesmo princípio de reinserção social. No entanto, ao contrário do programa “De Braços Abertos”, são programas que oferecem “alta condicionalidade”, pois os indivíduos recebidos são internados e “afastados do mundo” para que possam fazer uma suspensão imediata do uso de crack.

E assim, como no caso do programa da Prefeitura de São Paulo, observamos um relativo sucesso na condução dessas ações de “reinserção social” de cunho religioso. Em ambos os casos, o êxito da “reinserção social” parece estar relacionado à eficácia na reconstrução da

relação do sujeito com o “tempo” enquanto uma estratégia para a ação, mesmo que em passos “curtos”.

O olhar institucional sobre as mulheres usuárias de crack: naturalização do “arbitrário cultural” e o estigma

A psicóloga Lígia, do CAPSad, quando questionada sobre suas impressões a respeito de possíveis diferenças que existiriam entre as mulheres e os homens que fazem uso abusivo de crack responde, de forma imediata, que tratar as mulheres é algo “pior”, “mais difícil”. Quando perguntada sobre os motivos daquela afirmação, Lígia, sem muita firmeza e um pouco hesitante, diz que as mulheres nessa situação ficam mais “alteradas”, mais “descontroladas”, talvez devido a uma “histeria”.

Entendendo histeria, nesse contexto, não como uma categoria patológica psicanalítica, mas como um conceito imbuído de pré-noções que o senso comum produz e reproduz a respeito das mulheres, como sendo seres mais “instáveis” e “imprevisíveis”, mais propensos ao descontrole, a alterações de ordem emocional, torna-se perceptível como as agentes dessas organizações são capazes de reforçar os preconceitos e estigmas sociais que atingem as mulheres, mesmo que não tenham consciência disso.

Lígia, mesmo sem conseguir explicar de forma elaborada porque o tratamento torna-se mais complicado quando o indivíduo que faz uso de crack é uma mulher, não hesita em afirmar essa impressão depois de um breve esforço de buscar na memória as situações concretas que produzem essa percepção, situações que se conectam a idéias pré-reflexivas acerca das mulheres e do feminino que estão presentes em nossas estruturas sociocognitivas. (BOURDIEU, 2012, p. 14).

A assistente social Marcela também compartilha da mesma impressão que Lígia sobre o uso feminino de crack:

“As mulheres se aprofundam muito mais. A droga agride muito mais a mulher; segundo pesquisas, por questões físicas e hormonais. Mas não sei muito bem por que é mais difícil tratá-las, só sei que é muito mais difícil. A mulher é sempre mais alterada”.

Para Marcela, além da desvantagem de possuir maior fragilidade física ante os impactos químicos da droga, as mulheres estariam mais dispostas a fazer uso de meios mais “agressivos” para conseguir sustentar financeiramente o vício. De acordo com a assistente social,

“as mulheres ficam mais acabadas fisicamente. O uso de drogas na mulher é muito mais violento, muito mais agressivo do que o uso do homem. Elas se prostituem, fazem coisas que agridem muito mais o corpo que o homem pra conseguir o dinheiro pra usar a substância”.

Com essas falas de Marcela e Maria, é perceptível que a noção articulada de que a mulher que faz uso abusivo de crack é supostamente um caso mais complicado por causa das questões de ordem física (que a assistente afirma não saber muito bem quais são), é acompanhada por uma *noção subjacente* que compreende o uso feminino de crack como um caso *moralmente pior*, não somente pelo frequente engajamento dessas mulheres na atividade da prostituição ou da citada “agressividade”, mas também pelo fato primeiro de serem mulheres.

As agentes consideram que o caso das mulheres seja mais complicado não porque estas precisam enfrentar mais “obstáculos sociais” ao serem vítimas de violência física, psicológica e simbólica perpetrada por homens, mas por características entendidas como inerentes a uma “ontologia feminina”, agravadas pelo uso do crack: histeria, descontrole emocional, maior agressividade, maior disposição a se prostituir.

Frequentemente, quando se trata de justificar as diferenças atribuídas a mulheres e homens no mundo social, recorre-se à natureza e a diferenças de ordem fisiológica entre os sexos. Por isso, torna-se imperativo que a sociologia revele as diferenças e desigualdades entre os gêneros que foram e são construídas e reconstruídas incessantemente pela sociedade ao longo do tempo, para que não recorramos a explicações equivocadas e simplistas que reivindicam diferenças que estariam ligadas à natureza dos sexos para a legitimação de privilégios masculinos e a estigmatização do feminino.

Avalia-se apenas os fenômenos que podem ser percebidos numa observação superficial da realidade, tomando os *efeitos* da dominação

(o vínculo com a prostituição, por exemplo) e estigmatização das mulheres da ralé como *causa* de um quadro social que apresenta maiores complicações.

Em vez de serem analisadas como sujeitos que precisam lidar com as contradições e desvantagens proporcionadas por assimetrias sociais de gênero, essas mulheres são percebidas apenas como mais complicadas, ou mais descontroladas, qualidades que constituiriam sua natureza psicológica.

Que tais características possam ser observadas na conduta dessas mulheres, por vezes não é mais que um efeito inevitável da incorporação de expectativas desfavoráveis quanto a seu comportamento, representando uma “profecia que se autorrealiza” (BOURDIEU, 2012, p. 44), confirmando e legitimando de certa forma os preconceitos naturalizados que não raras vezes integram o olhar institucional sobre as mulheres.

Ao começarem a fazer um uso problemático de uma droga ilícita, essas mulheres decepcionam muitas expectativas sociais vinculadas, acima de tudo, ao desempenho dos papéis sociais de mãe e esposa, papéis que pressupõem disposições para o cuidado e o amor incondicional pelos filhos e pelo marido.

A percepção de que o uso do crack, quando “feminino”, é um uso mais agressivo do que o uso dos homens, não pode ser descolada dessa noção de que a agressividade, ela mesma, já é tida como característica não feminina e por isso capaz de potencializar o estigma oriundo do uso do crack já conferido a essas mulheres.

A “masculinização” do comportamento dessas mulheres, ou seja, a apresentação de um comportamento típico do “habitus masculino”, que compreende as demonstrações de força, virilidade, atividade (em contraposição à fraqueza, feminilidade e passividade das mulheres) pode originar categorias de avaliação que não precisariam ser criadas para nominar a “agressividade” do homem, visto que, quando encontrado no homem, tal comportamento já é esperado, compreendido como algo “natural”.

A figura da mulher “histórica”, evocada pela psicóloga Lígia quando afirma que as mulheres que usam crack são mais difíceis de serem tratadas, é exemplar nesse sentido. O uso problemático do crack,

associado a uma trajetória de exclusão e relações interpessoais mediadas por violência, possibilitam a essas mulheres a perda de autocontrole, de simpatia e docilidade, qualidades geralmente incorporadas pelas mulheres através dos processos de socialização familiar e escolar a que estão submetidas desde a mais tenra infância. Essas características e disposições apreendidas nesses processos irão compor o que o sociólogo Pierre Bourdieu chama de “habitus feminino”, ou seja, uma “lei social incorporada” que se inscreve numa natureza biológica das mulheres (BOURDIEU, 2012, p. 64).

Além disso, o espaço habitado pelos dependentes de drogas ilícitas é historicamente ocupado por homens. O espaço legítimo da “delinquência feminina”, compreendido enquanto tal de forma tácita por toda a sociedade, é o mundo da prostituição, da troca de sexo por dinheiro.

Segundo os dados apresentados pela recente pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que buscou mapear as características dos usuários de crack de todo o Brasil, as mulheres constituem 22,3% do contingente de usuários do país. Com relação ao engajamento na prostituição como forma de obtenção da droga, as mulheres, por causa das “assimetrias estruturais de gênero”, utilizam-se mais desse meio (29,9%) do que os homens (1,3%).

A psicóloga Renata indica um fato curioso: nenhuma mulher que ela atendeu no CAPSad deu continuidade ao tratamento.

“Os homens são muito mais assíduos ao CAPS. Elas abandonam o tratamento muito facilmente, não sei por quê. Elas aparecem muito com o discurso de que elas precisam de ajuda, de que estão apanhando do companheiro e não sei o que, mas não dão continuidade. Acho que eles são muito mais fiéis ao CAPS do que elas, não sei por quê.”

Em seguida, perguntamos: “Mas será que esses companheiros não influenciam nesse ‘desaparecimento’ delas daqui do CAPS?”. Ao que ela responde:

“Sim, provavelmente, sim. Muitas delas narram que os companheiros são usuários de crack também, mas não acreditam no tratamento”.

Podemos, então, formular a hipótese de que a falta de autonomia (financeira, emocional, moral) das mulheres em relação a seus companheiros – companheiros estes que não foram convencidos a também aderir ao programa do CAPS – faria com que fosse mais difícil para elas dar continuidade ao próprio tratamento. Afinal, se elas são mulheres que muitas vezes relatam “que estão apanhando do companheiro e não sei o que”, é possível supor que ao vislumbrar a possibilidade de não mais compartilhar o uso do crack com a parceira, esses homens possam impor sua “autoridade” física e moral sobre essas mulheres no intuito de que não interrompam o tratamento.

É curioso constatar que, uma vez que seja tão perceptível o grande número de abandonos do programa por parte dessas mulheres, esse fato não tenha suscitado uma investigação mais aprofundada das causas que originam esse fenômeno.

É possível notar, pela fala da psicóloga Renata, que a expressiva desistência das mulheres de dar continuidade ao tratamento não desencadeia a hipótese de que essas mulheres precisem ultrapassar mais “obstáculos sociais”, por assim dizer, que os homens, para permanecer frequentando o CAPSad. Pelo contrário, essa expressiva desistência acarreta uma valoração negativa dessas mulheres, que tem como contraponto a valoração positiva do comportamento dos usuários homens, classificados como “muito mais fiéis que elas ao CAPS”.

A desistência do tratamento por parte das mulheres, portanto, aparece como uma mera questão de falta de “fidelidade”, como se essas mulheres que fazem uso problemático de crack fossem indivíduos bastante autônomos que, se tivessem mais “vontade”, poderiam ser mais “assíduas” ao tratamento.

Novamente é possível notar pela fala dos “burocratas de nível de rua”, que as inúmeras privações e constrangimentos sociais que atuam sobre a vida dessas mulheres não são percebidos como fatores decisivos para a sua recuperação e reinserção social.

O fenômeno entendido como falta de “fidelidade” das mulheres ao tratamento, condicionado por fatores sociais, aparece como causa da não aderência à instituição, gerando uma valoração moral negativa imputada a essas mulheres; e não como efeito de processos de exclusão e dominação, estes sim responsáveis por criar um “habitus” com propensão à dificuldade de criação de laços estáveis com instituições e ou-

tros indivíduos, somados às dificuldades originadas pelos empecilhos colocados pelos parceiros.

Essa percepção dos agentes acaba por reforçar e confirmar os estigmas que recaem sobre as mulheres, como sendo seres mais instáveis, menos lineares, mais “complicados”. Todas essas pré-noções são reproduzidas, mesmo que de forma automática e mesmo que não se conheça muito bem “os porquês”, como é possível se notar nas falas das agentes.

Conclusão

O poder discricionário dos “burocratas de nível de rua”, ou seja, dos agentes institucionais que controlam o acesso a bens e serviços estatais em contato direto com os indivíduos, torna altamente improvável que as diretrizes e premissas formuladas pelo poder político formal, jurídica e democraticamente constituído ocupem o primeiro plano enquanto fator estrutural que orienta as ações e decisões desses agentes institucionais.

Ao contrário, mesmo quando a implementação das políticas públicas é bem-sucedida, o que efetivamente orienta as ações e decisões dos funcionários da ponta são concepções cognitivas e normativas informais desenvolvidas na relação entre os funcionários e o público, especialmente formas de atribuição de qualidades relevantes para a conduta que os indivíduos devem desempenhar como condição ou parte integrante do acesso a determinados bens e serviços do Estado.

Isto é, a execução de políticas públicas formuladas no quadro da política formal do Estado Democrático de Direito depende de premissas decisórias que escapam a essa política formal e que levam, não raro, à formação de uma “micropolítica” que pode tanto contradizer as normas do bom e do correto vinculadas ao Estado como, ao contrário, também contribuir para concretizar essas normas no nível das relações entre os agentes institucionais e o público.

Essas premissas decisórias informais são, em geral, geradas de formas de classificação (preconceitos de raça e de gênero, divisões simbólicas de classe, preconceitos regionalistas etc.) amplamente empregadas na sociedade e que os agentes institucionais importam para suas rotinas e práticas organizacionais.

Neste texto tentamos demonstrar como formas de classificação orientadas pela divisão de gênero homem/mulher – como a concepção cognitiva de que as mulheres são mais instáveis e menos fiéis a qualquer tipo de compromisso – podem orientar o tratamento que os indivíduos recebem nas organizações que lidam diretamente com o “uso problemático” do crack, criando, por exemplo, assimetrias quanto à distribuição das chances de inclusão social que resultam da participação em algum programa social voltado para elevar e/ou melhorar os vínculos dos indivíduos-usuários com a sociedade.

Nesse caso específico das categorias de gênero, verificamos a presença e a força das concepções informais que atribuem às mulheres “qualidades” (infidelidade, histeria etc.) responsáveis por “explicar” sua menor adesão (em comparação com os homens) ao tratamento tanto nos órgãos diretamente vinculados ao Estado (como o CAPSad analisado) como em organizações religiosas (missão Cristolândia), as quais vem assumindo crescente protagonismo na execução de políticas públicas (BURITY, 2007).

Esse contexto institucional, marcado pela força social do poder discricionário dos agentes institucionais e das concepções informais acerca dos atributos do público relevantes para as ações e decisões dos agentes, pode e é frequentemente muito adverso para mulheres com trajetórias de exclusão social e uso problemático do crack.

O simples e corriqueiro fato de as desvantagens sociais geradas pela divisão de gênero que incidem sobre a identidade social de mulheres e homens serem desconsideradas pelo olhar institucional já representa uma enorme adversidade. Exemplo paradigmático disso é a forma como a falta de autonomia das mulheres-usuárias (em sua maioria da “ralé estrutural”) é percebida pelos agentes institucionais do CAPSad: como incapacidade individual de manter o compromisso com o tratamento (“as mulheres são mais infiéis ao tratamento”).

Essa semântica individualizante, além de desconsiderar os efeitos da exclusão social sobre a identidade pessoal de toda uma classe de indivíduos, contribui também para a invisibilização da condição específica de gênero, que faz com as mulheres, por causa da maior dependência moral e emocional em relação a seus parceiros ou cônjuges, tenham estruturalmente menos margem de liberdade para participar do tratamento.

No entanto, diante da permanência e da força desses mecanismos simbólicos que individualizam e invisibilizam o que é socialmente

produzido, o olhar sociológico não pode operar uma segunda invisibilização: a invisibilização da contingência desses mesmos mecanismos.

Cabe à sociologia precisamente a tarefa de tornar visível o fato de que o modo como as organizações enquadram e classificam os indivíduos é uma construção arbitrária, a qual, por mais que conte com a cumplicidade de tendências sociais e culturais mais amplamente difundidas, sempre pode ser substituída por formas alternativas (“equivalentes funcionais”) de lidar com o mesmo problema.

Se o problema básico que singulariza a trajetória social das mulheres das classes sociais marginalizadas de uma vida social digna (“a ralé da ralé”, as “excluídas dos excluídos”) significa – da perspectiva de organizações comprometidas com a melhoria de suas condições de vida e conseqüentemente com a “redução de danos” desencadeada pelo uso problemático do crack – a ausência de disposições para aderir às ações e programas conduzidos pelas organizações, uma alternativa possível passaria necessariamente pela construção de saberes práticos que levem em conta o efeito específico da condição de gênero na geração de seres sociais percebidos como menos autônomos e menos “fiéis”.

A construção de um saber prático sensível ao gênero pode ser capaz de mobilizar e transformar vínculos sociais (decisivos na vida dessas mulheres) como etapa necessária para transformar a própria condição de pessoa social das mulheres.

Se algumas instituições e políticas públicas conseguem produzir efeitos positivos e “círculos virtuosos” entre a reconfiguração de vínculos sociais e institucionais e transformação do habitus e da pessoa social de homens (gerando, por exemplo, a disposição nova para cumprir compromissos diversos) tragados pela espiral de exclusão e uso problemático do crack, não há razão para duvidar que políticas e mecanismos institucionais específicos possam fazer o mesmo com as mulheres.

Para isso, ao contrário do que prescrevem concepções normativas amplamente difundidas entre os “burocratas de nível de rua”, é necessário romper preconceitos como o de que o acesso à renda, em vez de contribuir para reativar vínculos sociais importantes e conseqüentemente para que o indivíduo se distancie da droga como sua dimensão existencial mais importante, contribui para intensificar a condição social problemática associado ao uso do crack.

CAPÍTULO 14 – Orientações para a política pública

Brand Arenari
Roberto Dutra

Introdução

Este capítulo consiste em um conjunto de diagnósticos e propostas iniciais de desdobramentos práticos relacionados à pesquisa aqui apresentada.

No objetivo de adotar uma linguagem que permita uma comunicação mais direta com técnicos e gestores, optamos por dividir esta apresentação em tópicos e subtópicos. Este relatório está dividido em quatro eixos temáticos: 1) diagnóstico dos limites produzidos pela tradição dominante nas percepções de políticas públicas e da ação do Estado como um todo, e seu impacto na “política do crack”; 2) uma tipologia comparativa entre os agentes religiosos e laicos, destacando elementos motivacionais, modelos de ação e possíveis sucessos ou fracassos; 3) proposição inicial de um modelo de ação do Estado para a recuperação de indivíduos baseado em políticas de longo prazo; e 4) a introdução do elemento “classe social” como aspecto fundamental no diagnóstico e tratamento de indivíduos com histórico com abusos de drogas.

Por uma concepção pós-liberal da ação do Estado

Neste texto, pretendemos esboçar uma linha de análise sociológica sobre ação estatal na implementação de políticas públicas voltadas para o público de “usuários problemáticos” do crack. O principal objetivo é apontar os limites da concepção liberal sobre a ação estatal e, daí, imaginar uma forma alternativa de atuação do poder público.

A concepção liberal sobre a ação estatal está baseada em um dogma essencialmente antissociológico: o dogma de uma autonomia individual preexistente como referência que deve balizar e sobretudo limitar a atuação do poder público.

Esse dogma assenta-se na dicotomia entre Estado e sociedade civil, a qual concebe esta última como constituída por indivíduos autônomos, especialmente na condução de sua vida privada e na formação

de suas metas de vida. Segundo essa dicotomia, a ação estatal sobre a sociedade só pode construir algo positivo se ela respeitar a esfera da autonomia individual, percebida ao mesmo tempo como valor fundamental e como um dado anterior ao poder, ao dinheiro, à cultura ou a qualquer outro recurso social.

A crença na autonomia do indivíduo como um dado preexistente é, no pensamento liberal, a base sobre a qual toda atuação estatal em favor do próprio indivíduo pode ser empreendida. A isso corresponde o fato de toda intervenção do poder público na esfera da autonomia individual, especialmente nas decisões da vida privada, ser percebida como uma violação inaceitável de um direito “sagrado”.

Essa filosofia liberal é, de resto, partilhada por amplos setores de esquerda. É exatamente por comungarem da mesma fé dogmática em uma autonomia pré-social do indivíduo que liberais e socialistas tendem a rejeitar em uníssono a forma de atuação das comunidades terapêuticas e outras organizações de orientação religiosa envolvidas com a busca de soluções para os problemas sociais associados ao “uso problemático” do crack.

Aos olhos “iluministas” das duas principais correntes da política moderna, a atuação dos religiosos na esfera da implementação de políticas públicas é marcada essencialmente pela violação da autonomia individual, porque suas formas de tratamento implicam, por exemplo, em intromissão efetiva e cotidiana dos agentes institucionais na vida privada dos indivíduos, orientando decisões matrimoniais, o aprendizado de padrões de higiene pessoal e relações interpessoais etc.

Há um paradoxo característico envolvido nessa autodescrição liberal e “iluminista” da ação estatal: afirmar a privacidade como uma dimensão pré-social a ser protegida do Estado e, assim, negar seu caráter social e politicamente construído contribui para limitar as possibilidades de ação estatal que poderiam construir privacidade onde ela não existe por falta de recursos sociais.

Dito de outro modo, quanto mais o pensamento liberal, ainda que a título de proteger a autonomia individual de ações estatais arbitrárias, deslegitima a atuação do Estado no sentido de formar indivíduos para a vivência da vida privada “burguesa”, mais ele contribui para que a privacidade não floresça.

Esse “paradoxo das consequências” mostra-se invertido quando analisamos a ação das comunidades terapêuticas e outras organizações de orientação religiosa envolvidas com a busca de soluções para os problemas sociais associados ao “uso problemático” do crack.

Nesse caso, a preceptoria religiosamente motivada, ao contrário de invadir uma privacidade preexistente, é que constrói, por meio de um verdadeiro treinamento para a ação e a vivência de relações pessoais e sociais que resulta na incorporação de novas disposições para agir, pensar, avaliar e sentir, aquilo que chamamos de esfera privada.

Paradoxalmente, o modelo de terapia baseado na inclusão em práticas e organizações religiosas, que na óptica do pensamento liberal viola a diferenciação entre as esferas sociais (ao invadir a esfera privada) e a própria autonomia individual, revela-se, quando se olha a realidade das classes populares, como um contexto que fomenta a diferenciação das esferas e a autonomia do indivíduo, visto que, ao contrário do pensamento liberal, a religião tematiza e interfere nos pressupostos sociais e psicossociais tanto da autonomia do indivíduo como da construção da privacidade enquanto esfera diferenciada do restante do mundo social.

Se Niklas Luhmann (1995) estiver certo sobre a necessidade de uma “decantação sociológica do iluminismo” (ou de um “iluminismo sociológico”, *soziologische Aufklärung*) que passe, em primeiro lugar, pela desconstrução de dogmas como a autonomia individual pré-social, podemos dizer que a religião pentecostal tem se mostrado mais “esclarecida” do que os ditos iluministas, pelo menos no que se refere ao entendimento e ao enfrentamento das pré-condições sócias da autonomia individual.

Uma tipologia dos agentes

a) O agente religioso

O ponto inicial destas notas é o esclarecimento da existência de dois tipos gerais de missionários nessas organizações religiosas que se dedicam ao tratamento do crack: o primeiro é o **ex-adicto**, este se tornou *missionário* em virtude de sua “cura”, e, sobretudo, do tratamento, porque o voluntariado é peça fundamental da terapia *religiosa* contra a adicção; e o segundo é o *missionário não adicto*, que se encontra ali

em virtude de uma *vocação religiosa*, a energia motivadora de sua ação não está relacionada a um trauma pessoal com a droga, ao menos diretamente, mas, sim, é o produto de uma socialização religiosa específica. Vale notar ainda que em algumas organizações terapêuticas religiosas todos os *missionários* são ex-adictos.

Nesse sentido, a relação traumática com a droga e a atuação de uma instituição religiosa na socialização de pessoas passam a ser as forças propulsoras mais aparentes da ação do missionário, sendo complementadas por um sistema de recompensas psicológicas e sociais.

A suposta eficácia da ação do missionário ex-adicto, isto é, a sua “força mágica específica”, encontra-se, obviamente, na sua experiência com a droga. Tal contato é a fonte de todas suas habilidades diferenciadas. A primeira delas é o conhecimento direto que o contato com a droga lhe apresentou, sua ação e o conhecimento dos dramas dos drogados e, talvez, isso garanta alguma vantagem no trato com eles.

No entanto, a sua simples presença já representa a materialização e a promessa de cura. O testemunho de sua trajetória de *descida aos infernos e redenção* é o símbolo da confirmação do “milagre”, da promessa efetuada.

Nesse jogo, o testemunho, ou seja, a palavra, vira carne e osso, bem ao modo da profecia exemplar, em que a profecia se cumpre na trajetória de vida de quem a profetiza. Tal dinâmica na terapia com adictos raramente é alcançada por instituições não religiosas³⁵, isso parece ser uma suposta vantagem, ou, ao menos, um elemento diferenciado nas terapias.

Nesse sentido, há uma força “viva” na apresentação dos exemplos presentes da “cura”, que obviamente tornam-se elementos cruciais da terapia. O “testemunho” é uma forma de comunicação em que se busca o inverso da informação supostamente impessoal, valorizada na tradição clássica moderna/iluminista. O testemunho é formado pela proximidade pessoal e alcance pragmático.

Como já notado, o elemento propulsor da ação do *missionário não adicto* encontra-se na sua relação com a promessa de salvação religiosa mais estrita, o que, de certa maneira, torna mais complexa a tarefa

³⁵ Os NA e os AA podem, de alguma maneira, serem entendidos como portadores de estruturas religiosas; a comparação aqui é com instituições puramente laicas.

de delimitar mais claramente as raízes das *carências religiosas* a serem preenchidas.

As entrevistas não permitiram um maior aprofundamento dessas questões nesses missionários, porque não se trata de uma pesquisa sobre religião. Pode-se notar a presença de traumas indiretos relacionados à adicção em alguns missionários, como no caso de Elisabeth, de 19 anos, que se converteu ao mundo evangélico aos 11 anos de idade, em virtude do alcoolismo do pai, “curado” pela conversão na IURD.

Em outros casos, um fato direto não foi percebido, além das questões gerais presentes no discurso religioso, no qual algum tipo de trauma ou fracasso requer uma resposta de sentido. O que importa notar aqui com mais destaque é que esses indivíduos interromperam sua vida cotidiana (Elizabeth trancou a faculdade; Shirley largou o emprego de radialista; e Jonas deixou o emprego) para reconstruírem sua vida em torno de uma promessa religiosa em que o papel de missionário faz parte, sua ação como “terapeuta” é integral, desde que acorda até a hora que vai dormir. Não há, como veremos outras vezes nestas notas, uma separação nítida entre esferas da vida pessoal e do trabalho e religião, até mesmo família, todas elas estão sobre a sombra de uma instituição que pretende-se total, que é a religião nesse quadro. Qual é a instituição que pode reproduzir esse quadro de produção de energia, expectativas e recompensas?

Com essas primeiras observações uma questão muito clara que tem nos acompanhado na investigação comparativa entre instituições laicas e religiosas começa a aparecer: como as instituições laicas encontram um substituto (equivalente funcional) para a ausência da aqui chamada genericamente de *energia religiosa*? Como essa *disposição* produzida por uma instituição específica, e que parece ser o motor da ação terapêutica, encontra algo ao menos parecido? Como superar essa suposta desvantagem das instituições laicas?

b) O agente laico

As organizações laicas não possuem a mesma eficácia em construir seus agentes de acordo com os princípios normativos formais que norteiam a instituição. Enquanto as comunidades terapêuticas religio-

sas intervêm em praticamente todas as esferas sociais nas quais os missionários estão inseridos, a organização laica não só encontra dificuldades em fazer com que seus agentes “incorporem” seus princípios, que preveem a formulação de métodos terapêuticos que sejam sensíveis às “singularidades sociais” dos pacientes, como também enfrentam desafios em criar uma “energia” (construção da subjetividade) para o cuidado e acolhimento dos usuários tão potente quanto a criada pelas organizações religiosas.

Essas organizações do Estado encontram dificuldades em “planificar” o discurso dos agentes e superar o conjunto de pré-noções adquiridas pela ideologia liberal dominante, de caráter “espontaneista”, que invisibiliza os processos de construção sociocultural dos indivíduos e que é responsável por guiar muitas das percepções e disposições dos agentes.

É possível atestar que, dentre os agentes dessas instituições, não existe uma uniformidade de discurso, uma vez que cada funcionário tem uma liberdade considerável para conduzir o tratamento com seus pacientes, orientados por concepções individuais que possuem a respeito da maneira como eles percebem o papel das drogas na sociedade contemporânea, por exemplo.

Pudemos perceber que existem divergências quanto ao objetivo final a ser alcançado pelos pacientes, ao colhermos defesas da abstinência total de substâncias psicoativas ao mesmo tempo em que presenciemos discursos que exortam a redução de danos, ancoradas numa perspectiva de que a substância não é a “origem de todo o mal” que assola os indivíduos que buscam o tratamento.

O alto poder discricionário dos agentes institucionais que controlam o acesso a bens e serviços estatais em contato direto com os indivíduos, torna altamente improvável que as diretrizes e premissas formuladas pelo poder político formal, jurídica e democraticamente constituído ocupem o primeiro plano enquanto fator estrutural que orienta as ações e decisões desses agentes institucionais.

Ao contrário, mesmo quando a implementação das políticas públicas é bem-sucedida, o que efetivamente orienta as ações e decisões dos funcionários da ponta são concepções cognitivas e normativas informais desenvolvidas na relação entre os funcionários e o público, especialmente formas de atribuição de qualidades relevantes para a con-

duta que os indivíduos devem desempenhar como condição ou parte integrante do acesso a determinados bens e serviços do Estado.

Isto é, a execução de políticas públicas formuladas no quadro da política formal do Estado Democrático de Direito depende de premissas decisórias que escapam a essa política formal e que levam, não raro, à formação de uma “micropolítica” que pode tanto contradizer as normas do bom e do correto vinculadas ao Estado como, ao contrário, também contribuir para concretizar essas normas no nível das relações entre os agentes institucionais e o público.

Mesmo que o sistema de recompensas oferecido pelas instituições laicas pareça ser menos eficaz, isso não quer dizer que não possamos encontrar “declarações de amor” ao trabalho tão apaixonadas quanto as que encontramos com os missionários religiosos. No entanto, também é verdade que encontramos, dentre as falas desses agentes, confissões a respeito das dificuldades cotidianas que encontram ao lidar com indivíduos em situação de grande vulnerabilidade social.

A assistente social Marcela, que trabalha num CAPSad, nos conta que trabalhar no CAPSad foi a opção que lhe pareceu menos “pesada”, dentre outras opções que estavam disponíveis. Ou como a psicóloga Renata, que nos conta que trabalha no CAPSad apenas duas vezes por semana e afirma que acha que não aguentaria o ofício se este necessitasse de um exercício de 40 horas ou mesmo de mais um dia.

A maior parte das agentes entrevistadas afirmou que a crença em um ser superior e uma crença religiosa são imperativas na significação do trabalho que exercem no CAPSad. “Todo o nosso trabalho existe porque a gente acredita que existe uma energia superior a nós, uma espiritualidade”, afirma a assistente social Maria.

Isso parece sugerir que a ausência de um mecanismo de recompensas que possa sustentar o exercício da extenuante profissão com algum conforto psicológico, obrigue a busca por outros mecanismos de justificação.

A recuperação dos indivíduos para a sociedade

Nessa temática, o ponto inicial, e também central, refere-se ao que se entende por “cura” do indivíduo imerso numa trajetória de abuso de drogas e conseqüente avanço de desvinculação social. Terapias

tradicionais, fortemente alicerçadas em crenças liberais de autonomia individual entendem “cura” como a interrupção do consumo da droga (muitas vezes estimulado por medicamentos) o que, por seu lado, permitiria que o indivíduo reconstruísse por si mesmo os laços sociais (família, trabalho, lazer etc.) que, supostamente, o consumo da droga teria destruído ou enfraquecido.

Quando o consumo da droga está associado a um histórico prévio de desvinculação social, essa concepção de “cura” torna-se ainda mais ineficaz, pelo fato da inexistência de tais laços a serem reconstruídos. Os casos de sucesso na terapia com abusadores de droga indicam para medidas que implementem a reconstrução do ser social em várias esferas da vida social, criando possibilidades concretas e reais de inserção ou reinserção na vida social, como apontamos nos artigos.

Num primeiro momento, naquilo que chamamos de criação de “pequenos futuros”, tanto Estado (Programa “De Braços Abertos”) quanto Igreja (Cristolândia) obtêm significativo sucesso, porém, na criação daquilo que chamamos de “longos futuros” o Estado ainda não apresenta um programa consolidado.

Em vista disso propomos aqui algumas medidas, que se configuram como adaptações dos programas religiosos, a serem desenvolvidas como uma política estatal, mesmo sabendo que há limites naquilo que o Estado possa fazer em relação à Igreja.

A proposta se resume na criação de um programa sequencial aos atendimentos chamados de “pronto-socorro”, como “Braços Abertos” e CAPSad, que possa permitir um tratamento de longo prazo, nos moldes de criação de “longos futuros”. Nesse programa, aqueles indivíduos que apresentassem grau satisfatório no tratamento inicial seriam incorporados aos programas de tratamento como “agentes”.

Em um primeiro momento frequentariam cursos de capacitação, com bolsas de remuneração, e num segundo momento atuariam como “agentes”, também recebendo algum tipo de bolsa, assemelhando-se aos “planos de cargos e salários” que descrevemos no capítulo sobre longos futuros.

Esses quadros poderiam ser enquadrados em tarefas como recepção e encaminhamento dos abusadores de droga para os agentes de carreira, e também palestrantes motivacionais, dotando o Estado de

“agentes” com experiência direta com o abuso e recuperação no uso de drogas. Por outro lado, esse “agente”, ainda sobre a tutela do Estado, encontra-se numa terapia de longo prazo, podendo ser atendido em prováveis “recaídas”.

A expectativa final é que esse sujeito esteja apto a ser inserido em outros programas estatais destinados a indivíduos já relativamente integrados à dinâmica.

Classe social e gênero

Nas análises empíricas que fizemos, atestamos um dado que se repete em outras arenas sociais, isto é, o negligenciamento da dinâmica imposta pela relação de classes sociais. Tal dado permanece, na maior parte das vezes, oculto e, por conseguinte, ausente do diagnóstico e ação dos terapeutas.

A noção e a percepção de que o universo de classe influencia a relação do sujeito com a aproximação e o consumo de drogas, tanto no que se refere ao tipo de droga consumida como na maneira e nos impactos do consumo, tem pouca relevância nas medidas terapêuticas implementadas pelos agentes. Na maioria das vezes, constrói-se apenas uma história individual do sujeito com as drogas.

Esse cenário torna-se ainda mais nítido quando a droga em questão é o crack, na qual se verifica uma associação do consumo a tipos sociais homogêneos no que se refere à origem e ao pertencimento de classe. Ao lado do elemento classe social, o fator “gênero” também apresenta pouca relevância no tratamento, sem uma atenção especial direcionada a esse fator diferencial.

Diante desse quadro, a medida proposta, mesmo que de forma inicial, consiste na criação de programas de capacitação do corpo técnico do Estado (elaboradores de políticas e agentes) para essas temáticas, permitindo a percepção mais refinada entre a relação entre classe social, gênero e consumo das drogas. Acreditamos que esse avanço permita um ganho de eficácia no trato direto (contato) entre o agente e usuário em tratamento, no diagnóstico do caso e, conseqüentemente, na terapia implementada.

Anexos

ANEXO 1 – Roteiro para entrevista em profundidade com usuários de crack

Local, hora, dia etc.

- 1) Como você chegou aqui (nesta situação)?
- 2) Como é a sua vida aqui?
- 3) Você tem alguma ajuda?
- 4) Você tem vontade de sair daqui (desta situação)?
- 5) O que você acha que você precisa para sair daqui?
- 6) Você tem vergonha de estar aqui (nesta situação)?
- 7) Como era sua vida na sua família?
- 8) Como seus familiares te veem ou te tratam hoje? Algum deles tenta ou já tentou te tirar daqui? Quais são os seus familiares mais próximos?
- 9) Vida com a mãe, o pai, irmãos (aprofundar)?
- 10) Você teve escola? Como era (aprofundar)?
- 11) Você já trabalhou? Que trabalho tinha? Como era a vida no trabalho (aprofundar)?
- 12) Você já teve companheiro (a)? Como era? Por que acabou (aprofundar, se possível)?
- 13) Você tem alguma crença? Qual é a sua religião?
- 14) Você já foi ajudado por alguma igreja?
- 15) Questões projetivas individuais e coletivas: o que faria de novo se pudesse? Qual é o seu sonho? O que faria se fosse presidente? Como o Brasil deveria mudar? (testar outras hipóteses)
- 16) Já viu algum amigo seu morrer aqui? Caso sim: isso te tocou? Tem medo de morrer?
- 17) Qual é o prazer que o crack te dá?

ANEXO 2 – Roteiro para entrevista em profundidade com agentes institucionais

Para todos os tipos de agentes institucionais

1) Para o senhor, como especialista, quais são os maiores problemas e as possíveis soluções para o problema do crack?

2) Como o senhor encara o difícil desafio de lidar com o usuário de crack?

3) Quais são os pontos negativos e positivos do seu trabalho? O que costuma funcionar e não funcionar no trabalho com o usuário de crack?

4) Quais as chances reais de recuperar os usuários?

5) Alguns governos têm criado programas para oferecer trabalho aos usuários de crack. O que você acha disso? Qual é o tipo de trabalho que eles poderiam desempenhar?

Para os não religiosos

6a) Muitas igrejas realizam trabalhos com usuários de crack. O que você acha disso?

6b) Outras instituições não religiosas desenvolvem trabalho com os usuários de crack. O que você acha disso?

ANEXO 3 – Sobre os pesquisadores

Andressa Lídicy Morais Lima

Antropóloga. Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Pesquisadora de Campo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Publicou o artigo “Comunidade cigana em luta por reconhecimento e a atuação do Centro de Referência em Direitos Humanos” e o artigo (coautoria) “A atuação do Centro de Referência em Direitos Humanos nas ações políticas voltadas para a população infantojuvenil”, no livro *Direitos humanos e práxis: Experiências do CRDH*, UFRN (EDUFRN, 2015). E-mail: andressamoraislima@gmail.com

Brand Arenari

Doutor em Sociologia pela Humboldt-Universität zu Berlin. Pesquisador do Ipea. Publicou o livro *Pentecostalism as a religion of periphery: an analysis of Brazilian case* (Berlim, Alemanha, editora HU-Bibliothek). E-mail: brand_arenari@hotmail.com

Filipe Coutinho

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Técnico Social do Projeto de mitigação ambiental PEA-Pescarte. E-mail: filipe.paroxitona@gmail.com

Guilherme Messas

Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, na qual coordena a especialização em Psicopatologia Fenomenológica. Publicou *Psicose e embriaguez. Psicopatologia fenomenológica da temporalidade* (São Paulo: Editora Intermeios, 2014). E-mail: gmessas@gmail.com

Igor de Souza Rodrigues

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de

Juiz de Fora. Advogado e graduado em Direito pelo Instituto Vianna Júnior; graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com especialização em Sociologia. Integrante do Centro de Estudos sobre População em Situação de Rua – CESPSR. Publicou o livro *A construção social do morador de rua: derrubando mitos* (Paraná, Editora CRV). E-mail: ir.rodriguesvj@yahoo.com.br

Jessé Souza

Doutor em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, Alemanha; pós-doutor em Filosofia e Psicanálise na New School for Social Research de Nova York, EUA; livre-docente em Sociologia pela Universität Flensburg, Alemanha. Professor titular de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Publicou como autor e organizador 23 livros, além de mais de cem artigos e capítulos de livros em diversas línguas, sobre teoria social, pensamento social brasileiro e estudos teórico/empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo. Sua publicação mais recente é o livro *A tolice da inteligência brasileira – ou como o país se deixa manipular pela elite*. (Leya, 2015). E-mail: souza.jesse@uol.com.br

José Augusto da Silva

José Augusto Silva é graduado em Ciências Sociais e mestrando em Sociologia no PPGS-UFPE. Foi estagiário do Incra/PE. E-mail: joseaugustodasilva.cs@gmail.com

Laura Vitucci

Graduada em Psicologia e pós-graduada em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Tem experiência no atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e na área de saúde mental, tendo atuado em Unidade Básica de Saúde, Caps (Centro de Atenção Psicossocial) II Álcool e Drogas, Caps (Centro de Atenção Psicossocial) II Infantil e Unidade de Acolhimento Adulto. Apresentou o trabalho “A relação entre a proporção identidade/ipseidade e a hipersociabilidade em usuários de crack”. 2014. E-mail: lfvitucci@yahoo.com.br

Leon Garcia

Médico Psiquiatra. Doutor em Epidemiologia e Saúde Pública pela University College London. Diretor de Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas da Secretaria Nacional de Política de Drogas (Senad) do Ministério da Justiça. Médico-assistente do IPq-HCFMUSP (licenciado). E-mail: leonslgarcia@gmail.com

Lucas Hertzog Ramos

Mestre e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Publicou “A finalidade moral do fazer sociológico: sobre os sentidos do conceito de normal em Émile Durkheim” (Revista Mediações, 2015) e “A pedra no caminho dos miseráveis: a trajetória de usuários de crack em tratamento” (Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014). E-mail: ramos.lh@gmail.com

Marcelo Mayora

Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor Assistente da Universidade Federal de Juiz de Fora. Publicou o livro *Entre a cultura do controle e o controle cultural: um estudo sobre práticas tóxicas na cidade de Porto Alegre* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010). E-mail: marcelomayora@gmail.com

Mariana Garcia

Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora de campo II do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: marianadutragercia@gmail.com

Maria Eduarda da Mota Rocha

Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Publicou o livro *A nova retórica do capital: a publicidade brasileira em tempos neoliberais* (Edusp, 2010). E-mail: me.rocha@uol.com.br

Ricardo Visser

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com estadia-sanduiche na Humboldt Universität zu Berlin. Atualmente é coordenador de projetos no Ipea. Publicou recentemente o artigo “A socialização disciplinar da família batalhadora” na revista *Direito e Práxis*. E-mail: ricardovis@gmail.com

Roberto Dutra

Doutor em Sociologia pela Humboldt Universität zu Berlin. Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do IPEA e Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF. Publicou o livro *Funktionale Differenzierung, soziale Ungleichheit und Exklusion* (Konstanz, Alemanha, editora UVK.). E-mail: robertodtj@yahoo.com.br

Rosa Virgínia Melo

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB); PNPd (Programa Nacional de Pós-Doutorado) na Universidade da Paraíba; colaboradora do Departamento de Antropologia/UnB. Publicou “Between ecstasy and reason: a symbolic interpretation of UDV trance” IN LABATE, Beatriz C.; CAVNAR, Clancy ; GEARIN, Alex K (eds.). *The World Ayahuasca Diaspora: Reinventions and Controversies*. London: Routledge, 2016. E-mail: rosavmelo@gmail.com

Vanessa Henriques

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF. E-mail: vanessa_mah@hotmail.com.

Referências bibliográficas

ADORNO, Rubens et al. Etnografia da Cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. In: *Sau & Transform Soc.*, 2013, 4, p. 4-13.

ADORNO, Theodor et al. *The authoritarian personality*. Nova York: Harpers, 1950.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ALMEIDA, Alberto. *A cabeça do brasileiro*. São Paulo: Record, 2007.

ANDERSON, Bryan. *Grupos de cuarto y quinto paso: Therapies on the border of health and harm*. (s/publicação) 2013.

ANTUNES, Gilson. *Crack, mídia e periferia: uma representação social das “classes perigosas”*. Recife: URBAL, 2011.

ARENARI, Brand. *Pentecostalism as religion of the periphery: an analysis of the Brazilian case*. Berlim, Humboldt University Press, 2015.

ARIÉS, Philippe. “A família e a cidade.” In: VELHO, Gilberto/

FIGUEIRA Sérvulo (orgs). *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

BABOR, Thomas. *Controvérsias sociais, científicas e médicas na definição de dependência do álcool e das drogas*. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcon. *A natureza da dependência de drogas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BALLERINI, Arnaldo. *Declinazioni psichotiche dell’identità*. In:

BALLERINI, Arnaldo et al. *Fenomenologia dell’incontro*. Edizioni Universitarie Romane, 2008.

BARRETT, Stephanie et al. *Powder and Crack Cocaine Use*

Among Opioid Users: Is All Cocaine the Same?. In: *J Addict Med*, 2014, n. 8, p. 264-270.

BASTOS, Francisco; BERTONI, Neilane. Pesquisa nacional sobre o uso de crack. Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Lis/Icict/Fiocruz, 2014.

BERRIDGE, Virgínia. Dependência: história dos conceitos e teorias. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcon. A natureza da dependência de drogas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BATESON, Gregory. Naven: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas da cultura de uma tribo da Nova Guiné. São Paulo: EDUSP, 2006.

BECKER, Howard. Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, Howard S. Becoming a marijuana user. In: *The American Journal of Sociology*, 1953, v. 59, n. 3, p. 235-242.

BENEDICT, Ruth. Padrões de cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1973.

BINSWANGER, Ludwig. Três formas da existência malograda. Extravagância, Excentricidade, Amaneiramento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

BOLTANSKI; CHIAPELLO. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. Curso no College de France (1989-92). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A distinção. Crítica social do julgamento. São Paulo: Zouk, [2007], 2011.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

- BOURDIEU, Pierre. Argélia 60: Estruturas econômicas y estructuras sociales. Buenos Aires, Siglo XXI Ed. Argentina, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense: 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. La distinción: criterios e bases sociales del gusto. México: Taurus, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Outline of a theory of practice. London : Cambridge University Press, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo. Estruturas econômicas e estruturais temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. La distinction: critique social du jugement. Paris: Minuit, 1979.
- BOURGOIS, Philippe. Righteous dopefiend. Berkeley: University of California Press, 2009.
- BOURGOIS, Philippe. Search of respect: selling crack. In: El barrio. London, Cambridge University Press, 2003.
- BOURGOIS, Philippe. “Crack-cocaína y economía política del sufrimiento social en Norteamérica”. In: Monografias Humanitas, n. 5, 2002. p. 95-103.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2015.
- BURITY, Joanildo. Organizações religiosas e ações sociais: Entre

as políticas públicas e a sociedade civil. In: *Revista Antropológicas*, 2007, n. 18, v. 2, p. 7-48

CALÁBRIA, Olavo. Dependência química e liberdade: a filosofia e o tratamento da codependência. In: *Interações, Cultura e Comunidade*, 2007, v. 2, n. 2, p. 65-79.

CANTALICE, Tiago. Dando um banho de carinho: os caça-gringas e as interações afetivo-sexuais em contextos de viagem turística (Pipa-RN). Recife, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE (Dissertação de Mestrado), 2009.

CHARBONNEAU, Georges. Introduction à la psychopathologie phénoménologique. Tome II. Paris: MJW Fédition, 2010.

COMBY, Jean Baptiste ; GROSSETETE, Mathieu. La morale des uns ne peut pas faire le bonheur de tous. Individualisation des problèmes publics, prescriptions normatives et distinction sociale. In:

COULAGEON, Phillipe et al. (orgs.). Trente ans après La Distinction. Paris: La Découverte, 2013.

CONHN, Gabriel (org.). Sociologia: para ler os clássicos. São Paulo: Azougue Editorial, 2009

CUSSON, Maurice. Desvio. In: BOUDON, Raymond (org.). Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

DE LEON, George. A comunidade terapêutica. Teoria, modelo e método. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

DUARTE, Luiz F. Ethos privado e modernidade: o desafio das religiões entre indivíduo, família e congregação. In: HEILBORN, Maria L.; LINS DE BARROS, Myriam; PEIXOTO, Clarice (orgs.). Família e religião. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2006.

DUARTE, Luiz F. D. Dois regimes históricos das relações da Antropologia com a psicanálise no Brasil: um estudo da regulação moral da pessoa. In: AMARANTE, Paulo (org.) Ensaios. Subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

DUARTE, Luiz F. D. “Introdução”. In: DUARTE, Luiz F. D/

LEAL, Ondina (orgs.) Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DULLO, Eduardo. Paulo Freire, o testemunho e a pedagogia católica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2014, 29, 85, p. 49-61.

DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DURKHEIM, Émile. O suicídio. São Paulo: Edipro, 2013.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DUTRA, Roberto. Funktionale Differenzierung, soziale Ungleichheit und Exklusion. Konstanz: UVK, 2013.

EDER, Klaus. A nova política de classes. São Paulo: Edusc, 2002.

ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCOHOTADO, Antonio. Historia general de las drogas completada por el apéndice fenomenología de las drogas. Madrid: Espasa Fórum, 2008.

EVANS-PRITCHARD, Evans. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. La emergencia de la adicción sexual, sus apropiaciones y relaciones con la producción de campos profesionales. In: *Sex., Salud Soc.* 2013, 14 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872013000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 jan. 2015. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200013>>.

FERREIRA, Carolina B. de C. Desejos regulados: grupos de ajuda

mútua, éticas afetivo-sexuais e produção de saberes. Tese (Programa de Doutorado em Ciência Sociais) – Unicamp, Casmpinas, 2012.

FERTIG, Adriana. Histórias de vida de mulheres usuárias de crack. Tese (Programa de Pós-Graduação em Enfermagem) Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FOUCAULT, Michel. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. A história da loucura. São Paulo: Perspectiva, 2010b.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Rio de Janeiro: Vozes, [1987,1999], 2005.

GARCIA Leon et al. Uma perspectiva social para o problema do crack no Brasil: implicações para as políticas públicas. In: BASTOS F.I. et al. (org.). Pesquisa nacional sobre o uso de crack: Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014. p. 147–55.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GILMAN, Nils. Mandarins of the future. Baltimore: John Hopkins University Press, 2007.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

GOMIS, Lorenzo. a del periodismo. Cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

- GRANFIELD, Robert; CLOUD, William. Coming clean: overcoming addiction without treatment. New York and London: University Press, 1999.
- JOAS, Hans. A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista V. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. O peregrino e o convertido. A religião em movimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HORTA, Rogério et al. Influência da família no consumo de crack. In: J Bras Psiquiatr, 2014, n. 63, p.104-12.
- KESSLER, Gabriel. Sociología del delito amateur. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- KIMURA, Bin. Scritti di psicopatologia fenomenologica. Roma: Giovanni Fioriti Editore, 2005.
- LAHIRE, Bernard. A transmissão familiar da ordem desigual das coisas. In: *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto (PT), 2011, v. 21, p. 13-22.
- LAHIRE, Bernard. A cultura dos indivíduos. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LAHIRE, Bernard. Retratos sociológicos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LAHIRE, Bernard. O homem plural: os determinantes da ação. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- LAHIRE, Bernard. De la Théorie de l'habitus à une sociologie psychologique. In: LAHIRE, Bernard (Org.) Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques.v. 2. Paris: La Découverte, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury. A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

LASH, Scott. Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LATHAM, Michael. Modernization as ideology. Chapel Hill: The University of North Caroline Press, 2000.

LE BRETON, David. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. Campinas: Papirus, [1999], 2003.

LEMIEUX, Cyril. Une critique sans raison? L'approche bourdieusienne des medias et ses limites. In: LAHIRE, B. (org.) Le travail sociologique de Pierre Bourdieu – dettes et critiques. Paris: La Découverte, 1999.

LEVINE, Harry G. The Discovery of Addiction: Changing Conceptions of Habitual Drunkenness. In: American Journal of Studies on Alcohol, 1978, n. 15, p. 493-506.

LIPSKY, Michael. Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public service. Russell Sage Foundation: New York, ([1980] 2010).

LUHMANN, Niklas. Die religion der gesellschaft. Frankfurt a. M: Suhrkamp.

LUHMANN, Niklas. Soziologische Aufklärung 6. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1995, p. 142-154.

MARIZ, Cecília. Comunidade de vida no Espírito Santo: um novo modelo de família? In: DUARTE et al. Família e religião. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2006.

MARSIGLIA, Flávio et al. Ethnicity and Ethnic Identity as Predictors of Drug Norms and Drug Use Among Preadolescents in the US Southwest. In: Subst use misuse, 2004, n. 39, p.1061-94.

MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva,

1969.

MESSAS, Guilherme. The association between substance use/abuse and psychosis: a phenomenological viewpoint. In: *Rivista Comprendere* (no prelo) 2016.

MESSAS, Guilherme. A existência fusional e o abuso de crack. In: *Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 2015, n. 4, p.124-40.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. In: *Lua nova*, São Paulo, 2010, n. 79, p. 15-38.

MONTERO, Paula. Da doença à desordem. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MORAIS LIMA, Andressa Lídiccy. Usuários de crack e habitus desviante: de uma sociologia do desvio para uma sociologia da socialização desviante”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. Anais... Caxambu: 2015.

MORAIS LIMA, Andressa Lídiccy. Movimento Okupa: pluriativismo e sentidos de justiça na luta pelo reconhecimento. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 16., 2013, Salvador. Anais... Salvador, 2013a.

MORAIS LIMA, Andressa Lídiccy. Pluriativismo Okupa. In: *Revista Novos Debates* – ABA: Fórum de Debates em Antropologia, 2013b, 1, n. 1.

MOREIRA, Virgínia/BLOC, Lucas. “O Lebenswelt com fundamento da psicopatologia fenomenológica de Arthur Tatossian”. In: *Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 2015, n. 4, p. 1-14.

NAPPO, Solange; SANCHEZ, Zila; RIBEIRO, Luciana. Há uma epidemia de crack entre estudantes no Brasil? Comentários sobre aspectos da mídia e da saúde pública. In: *Cad. Saúde Pública*, 2012, v. 28, n. 9, p. 1643-1649.

NOTO, Ana Regina et al. Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas In: *Cader-nos de Saúde Pública*, 2003, v. 19, n. 1, p. 69-79.

OLIVESI, Stéphane. La communication selon Bourdieu. Paris: L'Harmattan, 2005.

PEREIRA, Maria Alice Ornellas. Representação da doença mental pela família do paciente. In: *Interface (Botucatu)*, 2003, v. 7, n. 12, p. 71-82.

POCHMANN, Márcio. Nova classe média? São Paulo: Boitempo, 2012.

RAMOS, Lucas. O desengajamento do êxtase: estudo sociológico sobre usuários de crack em tratamento. (Trabalho de Conclusão de Curso) Porto Alegre (RS). Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

RONZANI, Telmo Mota et al. Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. In: *Ci-ênc. Saúde Coletiva*, 2009, v. 14, n. 5, p. 1751-1761.

RAUPP, Luciane; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). In: *Ciênc. Saúde Coletiva*, 2011, v. 16, n. 5, p. 2613-2622.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

RESTREPO, Luis Carlos. La fruta prohibida. La droga como espejo de la cultura. Madrid: Ediciones Libertarias, 2004.

RICOEUR, Paul. Soi-même comme un autre. Paris: Seuil, 1990.

ROBERTSON, Nan. Getting Better. Inside Alcoholics Anonymous. A Thomas Congdon Book. New York: Morrow, 1988.

ROCHA, Emerson; TORRES, Roberto. O crente e o delinquente. In: SOUZA, Jessé (org.) A ralé brasileira. Quem é e como vive. Minas Gerais: Editora UFMG, 2009, p. 205-40.

ROCHA, Maria E. M. O estatuto dos meios de comunicação de massa na teoria bourdieusiana da dominação simbólica. Mimeo, 2014.

RUI, Taniele. Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Campinas (SP). Tese (Programa de Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SANDEL, Michel J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SAPORI, Luís Flávio; MEDEIROS, Regina. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

SCHRAGER, Cynthia D. Questioning the Promise of Self-Help: a Reading of ‘Women Who Love Too Much. In: *Feminist Studies*, 1993, v. 19, n. 1, p. 177-192.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as consequências emocionais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SENNETT, Richard. Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SIMMEL, Georg. Die Größstädte und das Geistsleben. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2006.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2006] 2012

SOUZA, Jessé et al. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2009] 2011.

SOUZA, Jessé et al. Os batalhadores brasileiros: nova classe média

ou nova classe trabalhadora. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé et al. Valores e política. Brasília: Editora UnB, 2000.

SOUZA, Jessé; ÖLZE, Berthold (orgs.). Simmel e a modernidade. Brasília: Ed. UnB, 1998.

STRAUSS, Alnselm. Espelhos e máscaras – A busca de identidade. São Paulo: Edusp, 1999.

SUÁREZ, Hector et al. Fisuras: dos estudos sobre pasta base e cocaína en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la Republica, 2014.

TATOSSIAN Arhur; MOREIRA Virgínia. Clínica do Lebenswelt. In: Psicoterapia e psicopatologia fenomenológica. São Paulo: Editora Escuta, 2012.

TAYLOR, Charles. Uma era secular. Rio Grande do Sul: Edições Unisinos, 2012.

TAYLOR, Charles. A ética da autenticidade. São Paulo: Edições Realizações.

TAYLOR, Charles. As fontes do self: a construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, [1997], 2005a.

TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.

TAYLOR, Charles. To follow a rule. In: CALHOUN, Craig *et al.* (orgs.). *Bourdieu: critical debates*. Chicago: Chicago University Press, 1993.

TROIS, João F. de M. A cura pelo espelho – uma leitura antropológica do dispositivo terapêutico dos grupos de autoajuda de neuróticos anônimos. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

ROCHA, Emerson; TORRES, Roberto. O crente e o delinquente. In: SOUZA, Jessé (org.) *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2009] 2011, p. 205-40.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VISSER, Ricardo. *Por uma sociologia do dinheiro: investigações do habitus econômico de classe*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais 2014, da UFJF, Juiz de Fora (MG), 2014.

XIBERRAS, Martine. *A sociedade intoxicada*. Lisboa: Piaget, 1989.

WACQUANT, Loïc. A aberração carcerária à moda francesa. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 2004, v. 47, n. 2, p. 215-232.

WACQUANT, Loïc. *Prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

